

LAURA SUSANA DUQUE-ARRAZOLA

A CONDIÇÃO CAMPONESA:

APARÊNCIA E REALIDADE NO CAPITALISMO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA
AO CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, EM CUMPRIMENTO AS EXIGÊNCIAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE.

AREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA RURAL

ORIENTADOR: JOAO BOSCO GUEDES PINTO

CAMPINA GRANDE

AGOSTO - 1985

A CONDIÇÃO CAMPONESA:

Aparência e Realidade no Capitalismo

LAURA SUSANA DUQUE-ARRAZOLA

Dissertação Aprovada em _____

JOÃO BOSCO GUEDES PINTO
(Orientador)

JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI
(Componente da Banca)

GIAN MARIO GIULIANI
(Componente da Banca)

CAMPINA GRANDE
Agosto-1985

EL NIÑO YUNTERO

Miguel Hernandez

Carne de yugo ha nascido
mās humillado que bello
con el cuello perseguido
por el yugo para el cuello ...
Un alma color de olivo
vieja ya y encallecida
empieza a vivir y empieza
a morir de punta a punta,
levantando la corteza
de su madre con la yunta.
Empieza a sentir y siente
la vida como una guerra
y a dar fatigosamente
en los huesos de la tierra.
Contar sus años no sabe
Y ya sabe que el sudor
es una corona grave
de sal para el labrador...
A fuerza de sol bruñido
con una ambición de muerte
despeza un pan reñido,
cada nuevo día es mas raiz
y menos criatura..
Y como raiz se hunde
en la tierra lentamente
para que la tierra inunde
de paz y panes su frente.
Me duele este niño hambrento...
Lo veo arar los rastros
Y devorar un mendrugo
Y declarar con los ojos
que por quē es carne del yugo...
Quien salvarā ese chiquillo
menor que un grano de arena?
De dōnde saldrā el martillo
verdugo de esta cadena?

QUE SALGA DEL CORAZON
DE LOS HOMBRES JORNALEROS
QUE ANTES DE SER HOMBRES SON
Y HAN SIDO NIÑOS YUNTEROS.

Dedico este trabalho a todos os camponeses que em diferentes lugares e sob as mais adversas condições lutam pe la transformação da sociedade que os sub juga e explora.

Dedico de forma especial aque les camponeses cujo convívio me permitiu compreender que sua luta pela sobrevivên cia e contra a exploração era também uma das lutas a contribuirem para a constru ção de uma nova sociedade.

AGRADECIMENTOS

A JOÃO BOSCO G. PINTO, orientador, amigo e companheiro de vida, pelas constantes orientações, pelos prolongados momentos de dedicação, pela colaboração solidária em cada etapa do trabalho, desde as primeiras idéias até a revisão estilística, que tornaram este trabalho possível.

A todos os AUTORES com os quais sustive um diálogo impessoal, através de suas obras. Graças a eles, mesmo sem concordar necessariamente com suas opiniões, foi-me possível esclarecer e aprofundar minha compreensão atual sobre o campesinato.

Aos PROFESSORES do Mestrado em Sociologia pelo enriquecimento intelectual que me trouxeram as discussões travadas em sala de aula e as orientações bibliográficas.

ÍNDICE

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

Capítulo I:

<u>O CAMPEPINATO COMO ENTIDADE SOCIAL.....</u>	17
1.1 - ABORDAGENS CULTURALISTAS.....	18
1 - REDFIELD.....	18
2 - FEI.....	24
1.2 - ABORDAGENS SÓCIO-POLÍTICAS.....	30
1 - WOLF.....	30
2 - FORMAN.....	36
3 - LANDSBERGER.....	42
1.3 - CAMPEPINATO E ECONOMIA CAMPONESA.....	55
1 - CHAYANOV.....	56
2 - SHANIN.....	63

Capítulo II:

ABORDAGENS CLASSISTAS.....	93
1.1 - DECOMPOSIÇÃO DO CAMPEPINATO NOS CLÁSSICOS DO MARXISMO.....	94
1 - MARX.....	94
2 - ENGELS.....	101

3 - LENINE.....	104
2.2 - INEXISTÊNCIA OU INEXPRESSIVIDADE DO CAMPESINATO.	113
1 - CAIO PRADO JR.....	114
2 - BARRIGHELLI, FALLACI e BRONHARA.....	121
3 - CROUCH e DE JANVRY.....	127
2.3 - CAMPESINATO: UM MODO DE PRODUÇÃO ESPECÍFICO.....	134
2.3.1 - <u>O Modo de Produção Camponês</u>	135
1 - TEPICHT.....	135
2 - GALESKI.....	142
3 - AFRÂNIO GARCIA.....	153
2.3.2 - <u>O Modo de Produção Mercantil Simples</u>	162
1 - ROGER BARTRA.....	162
2.3.3 - <u>Campesinato: Forma Particular de Subsunção</u> <u>Formal Restringida</u>	174
1 - ARMANDO BARTRA.....	174

Capítulo III:

<u>A DETERMINAÇÃO DE CLASSE DO CAMPESINATO</u>	209
3.1 - O CONCEITO DE CLASSE SOCIAIS NA CONCEPÇÃO MA- TERIALISTA DA HISTÓRIA.....	210
1 - MARX e ENGELS.....	211
2 - POULANTZAS.....	213
3 - O Econômico na Determinação da Classe.....	225
3.2 - A CONDIÇÃO CAMPONESA.....	231
3.3 - A APARÊNCIA.....	244
3.4 - CAMPESINATO: UM SER PROLETÁRIO SOB UMA CONDIÇÃO CAMPONESA.....	249
3.4.1 - <u>O Camponês: Um Trabalhador Subsumido pelo Ca- pital</u>	250
3.4.2 - <u>O Camponês: Um Trabalhador Produtivo para o Capital</u>	264

Capítulo IV:

<u>À GUIA DE CONCLUSÃO: QUESTÕES REFERENTES A CONSTITUIÇÃO DO CAMPESINATO EM CLASSE.....</u>	293
4.1 - RESISTÊNCIA E MOVIMENTOS DE PROTESTO.....	295
1 - HOBBSBAWN.....	297
2 - HUITZER.....	299
4.2 - A ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA EM GRAMSCI.....	304
4.3 - LUTA PELA TERRA E CONSTITUIÇÃO EM CLASSE.....	308
4.4 - A LINGUAGEM COMO EXPRESSÃO DA CONSTITUIÇÃO EM CLASSE: PERSPECTIVAS DE UM ESTUDO.....	316
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	330



RESUMO

RESUMO

Neste estudo tenta-se mostrar que, no estágio atual do desenvolvimento do capitalismo, nas formações latinoamericanas, para se compreender o processo de constituição em classe do campesinato (classe-para-si) é necessário apreendê-lo em sua determinação e pertença de classe (classe-em-si). Portanto, não é bastante mostrá-lo como "grupo doméstico de cultivadores rurais", produtor rústico em pequena escala, como economia ou modo de vida peculiar a determinadas sociedades (sociedades camponesas), que diferem das sociedades mais envolventes. Sua existência, empiricamente reconhecível e constatada, não será explicada, com ignorá-lo ou desprezã-lo.

Para se apreender seu ser social real faz-se mistér, portanto ir mais além de sua 'forma de aparecer' que é sua condição camponesa.

Concebe-se o camponês como subsumido pelo capital: de forma semelhante ao operário real, ele é transformado em valor de uso para o capital, no processo geral da produção

deste. Em conseqüência, apesar de sua forma contraditória de ser, o camponês, não apenas gera mais valia, como contribue também para a valorização do capital, o que faz dele um determinado trabalhador produtivo para o capital.

O estudo busca mostrar como o camponês é de fato um trabalhador e só aparentemente um proprietário dos meios de produção. Em outras palavras ele é um determinado ser proletário que se reproduz sob uma condição camponesa.

A guisa de conclusão o estudo busca recolocar o processo de constituição em classe do campesinato, lado a lado com o proletariado, como uma das forças que, na sociedade capitalista são "portadoras do futuro".

R E S U M É

Cet étude essaie de montrer que, dans le stage actuel du développement du capitalisme des formations latinoaméricaines, pour pouvoir comprendre le processus de constitution en classe de la paysannerie (classe-pour-soi) il faut la saisir d'avance dans sa détermination ou appartenance de classe (classe-en-soi). Donc, il ne suffit pas de montrer que les paysans sont un "groupe domestique de cultivateurs ruraux", des producteurs rustiques en petit échelle, une économie ou bien un mode de vie propre de certaines sociétés (sociétés paysannes) tout à fait différentes des sociétés qui les entourent. Son existence, empiriquement reconnaissable et reconnue, ne sera jamais expliquée, si l'on ignore ou méprise.

Le paysan est conçu comme subordonné par le capital: d'une manière prochaine à l'ouvrier réel, il est transformé en valeur d'usage pour le capital, dans le processus général de sa production. Conséquemment, en dépit de sa forme contradictoire d'existence, le paysan, non seulement

engendre de la plus-value, comme contribue aussi pour la valorisation du capital, ce que fait de lui un travailleur productif pour ce dernier.

L'étude tache de montrer comme le paysan est réellement un travailleur et seulement en apparence un propriétaire des moyens de production. En d'autres termes, il est un être prolétaire déterminé qui se reproduit sous une condition paysanne.

Comme conclusion l'étude essaie de situer le processus de constitution en classe de la paysannerie, côte à côte avec le prolétariat, comme une des forces sociales qui, dans la société capitaliste sont "porteuses du future".

INTRODUÇÃO

I N T R O D U Ç Ã O

Ao iniciar os estudos de pós-graduação em sociologia com ênfase em assuntos rurais, trazia, de minha experiência profissional junto a grupos camponeses, em vários países da América Latina (especialmente Colômbia, Perú, Equador, Haiti, República Dominicana e Brasil), uma preocupação com os problemas da linguagem como materialização da consciência de classe¹. Ao esclarecimento desta questão encaminhei grande parte dos estudos, leituras e cursos feitos durante o Mestrado. Resultou, porém, que, ao aprofundar o trabalho teórico requerido por aquele problema, fui-me dando conta da necessidade de esclarecer antes uma pergunta prévia, não muito bem colocada nem respondida, que se refere à pertença de classe do campesinato; se esta pergunta não estivesse plenamente esclarecida não havia como responder à outra que a sustentava: com efeito sem ter respondido à pergunta "o campesino é uma classe? e se o é, em que consiste sua pertença de classe?", não fazia sentido estudar a linguagem como uma ex

*preocupação
essencial*

pressão de sua consciência de classe. Ora, o estudo e o esforço para responder a esta primeira questão revelou-se tão complexo, e gerou tantas exigências que, progressivamente, se transformou em um problema de pesquisa, suficiente para justificar uma dissertação. Destarte, o problema da linguagem, passou, a um segundo plano, sem deixar de ser importante para mim, contudo, será objeto de estudo e pesquisa posterior.

Por outro lado, ao estudar criticamente a forma como tem sido pensado, analisado e apreendido o campesinato² levei-me a criticar e modificar minha própria concepção, o que não deixará de repercutir no tratamento do problema da linguagem, enquanto expressão da consciência.

O presente trabalho propõe-se, pois, dar uma resposta mais adequada à questão camponesa, entendida principalmente como a questão de sua determinação e pertença de classe, no estágio atual do desenvolvimento capitalista, nas formações sociais latinoamericanas e das Antilhas³.

Propomo-nos portanto, apreender sua determinação econômica de classe, para poder compreender o processo de sua constituição enquanto tal.

Este propósito, sendo teórico, têm uma finalidade prática e política. Daí nosso interesse em compreender o campesinato em suas condições materiais de vida, tanto objetivas, quanto subjetivas, detendo-se, porém, o presente trabalho nas condições objetivas (a determinação da CLASSE EM SI), como momento necessário para a compreensão de sua cons

tituição enquanto classe e das condições subjetivas que favorecem sua organização como classe (CLASSE PARA SI).

Para isto é preciso rever, nas Ciências Sociais, o problema teórico-prático que a questão camponesa nos coloca, sendo necessário, como primeiro passo, a revisão da literatura existente sobre o campesinato. Com esta revisão pretendemos superar a tendência bastante generalizada no mundo acadêmico e no dos políticos, de falar do campesinato através de "lugares comuns", entre eles o de ser uma reminiscência do passado pré-capitalista; de ser conservador, isolado, fechado pelo seu modo de viver, reacionário por seu apego à terra e por seu entranhado sentimento de propriedade privada, e, como consequência de tudo isto o de constituir uma força social reacionária.

Esses "lugares comuns" foram não raro transformados em generalizações e até em axiomas inquestionáveis, sobretudo quando, para dar-lhes um estatuto científico, se recorreu aos clássicos do marxismo, substituindo-se assim o esforço analítico por afirmações de autoridades. Há de se convir que estes enunciados (generalizações) passam a operar como "obstáculos epistemológicos" (no sentido bachelardiano), que entravam a compreensão da sociedade atual, e distorcem a produção teórica por se confundirem tais enunciados com a realidade.

Aquela revisão bibliográfica implica, ao mesmo tempo, a superação de abordagens que têm como objetivo definir o camponês, categorizando-o ou tipificando-o, a partir de

um ou mais critérios que, supostamente, permitiriam alcançar as características mais comuns do camponês "em geral" ou da sociedade camponesa, cuja pertença bastaria para outorgar o caráter camponês a qualquer um dos seus membros ("o homem do campo").

Propomo-nos, também, superar aquelas análises, indo mais além da simples constatação de serem os camponeses grupos domésticos de cultivadores rurais; produtores de pequena escala com uma tecnologia rudimentar; ou categoria intermediária, no processo de mudança de uma sociedade "folk" para sociedades urbanas.

Essas afirmações, que são de certo modo respostas dadas ao problema camponês, mostram na verdade que esta problemática não é irrelevante, nem constitui um simples passatempo de teóricos. Com efeito, ela revela a complexidade e contrariedade da realidade social, da qual o campesinato é parte constitutiva.

Tencionamos, outrossim, superar as abordagens que tratam com certo menosprezo ou ignoram o campesinato, por considerar que estes não tem nenhuma importância nas perspectivas políticas atuais e por julgar a preocupação que por ele se possa ter, como um desvio político.

É nossa intenção retomar as análises que, admitindo a existência do campesinato na sociedade capitalista contemporânea, concebem-no como grupo ou classe social. Essa retomada pretende, porém, superar aquelas explicações de sua presença nas formações latinoamericanas, que o consideram

um ser específico em si mesmo, ainda que articulado a uma sociedade mais envolvente ou a um modo de produção específico (o capitalista), assim como aquelas que identificam simplesmente camponês com operário.

importante
 É nossa intenção apreender o campesinato como classe, a partir de uma abordagem dialética que compreenda sua real determinação de classe desde a 'forma aparente' em que se manifesta. O que requer primeiramente compreendê-lo como um trabalhador subsumido pelo capital e conseqüentemente seu caráter de trabalhador produtivo ou improdutivo para o capital.

É ainda nosso propósito recolocar o trabalhador sob a 'condição camponesa' no processo de sua constituição consciente e organizada enquanto fração de uma classe, em processo de organização. Essa recolocação ficará tão somente indicada neste estudo, pois acreditamos requer esta questão uma pesquisa específica que envolveria, não só as organizações formais, mobilizações e lutas camponesas, como também as expressões destas, ao nível de sua consciência prática, isto é sua linguagem e discurso vistos como materializações de sua consciência.

uma referência

Não somos tão pretenciosos a ponto de pensar que este modesto estudo responda, uma vez por todas e totalmente, ao problema da questão camponesa. Mesmo porque, na perspectiva dialética adotada, o campesinato não se define, o campesinato não é uma vez por todas; ele como a classe em constituição, **está sendo**.

2

Para fins de análise, agrupamos a produção intelectual sobre o campesinato em duas categorias: a primeira englobaria a todos os estudos que, preocupados com a existência ou reprodução camponesa, no entanto não colocam o problema da determinação de classe no campesinato, ou, quando o fazem, utilizam o termo classe desde uma ótica funcionalista.

Estes estudos preocupam-se mais que tudo em explicar (descrever) o campesinato como membro de uma sociedade específica (sociedade camponesa) que o caracteriza como tal. Destacam-se, nestes estudos, a) o reconhecimento da cultura ou modo de vida como o que é específico à definição de camponês; b) as abordagens sócio-estruturais, de caráter micro ou macro, inspirados especialmente na antropologia, alguns das quais destacam o comportamento político dos camponeses e seus sistemas organizativos; c) a identificação do camponês como um sistema econômico específico, ainda que visto em alguns casos em relação com outros sistemas ou economias. Há ainda alguns que, embora iniciando com um tipo de análise classista do campesinato, acabam por abandoná-lo para afirmá-lo como entidade social específica.

Estas abordagens não se excluem mutuamente, ao contrário, não raro se complementam e se fundem numa única abordagem. Quando parecem divergir entre si, isto se deve ao enfoque parcial do estudo, aos métodos utilizados e à teoria do social que os orienta.

Consideramos estas abordagens como não classistas na

medida em que se sustentam numa concepção de sociedade que a vê diferenciada socialmente em categorias ou estratos sociais. Esta diferenciação ou estratificação é entendida como uma das estruturas ou sistemas ("sistemas de classes") integrantes da sociedade, tendo um papel funcional em relação à estabilidade social.

Os conflitos são vistos como desequilíbrios ou desajustes do sistema, causados por fatores externos a este e não por serem as contradições e antagonismos sociais inerentes à sociedade.

Os conflitos e antagonismos são concebidos mais como patológicos, frente a tendência do sistema social à coesão; e as diferenciações sociais são vistas como expressão de uma ordem estratificada em funções e papéis sociais, correspondentes a uma sociedade cada vez mais complexa.

Porisso o campesinato é visto como uma das diferentes agrupações humanas ou sistemas que compõem uma sociedade, diferenciado de outras agrupações ou segmentos por suas funções e papéis, assim como pelo sistema de relações assimétricas que tais funções e papéis lhe assionam, de acordo com uma ordem social estratificada. É, então, denominado de **classe**, por ser um dos segmentos ou estratos que compõem a escala social; identificável, além do mais por, seu modo de vida, por sua posição social subordinada dentro do sistema hierarquizado de posições e funções, e portanto de poder. Enfim, diferencia-se socialmente o campesinato principalmente com base no status social e nos costumes. Assim a explo

ração de que é objeto por parte de outra classe e a luta que ela trava, ou é ignorada, ou, quando estudada, é considerada expressão dos desajustes provocados por fatores externos que afetam o sistema social.

Tais estudos são predominantemente morfológico descriptivos, utilizando principalmente métodos comparativos, com os quais se tende a análise "neutras", positivas, na medida em que as relações, dimensões e caracterizações, por serem quantificadas, podem ser analisadas por qualquer estudioso, visto serem a expressão observável de uma realidade social dada.

A segunda categoria incorpora todos os que veem o campesinato desde sua perspectiva analítica de classe, ou seja desde sua oposição a outras classes, sua contradição e luta com estas. Tais análises não são homogêneas, nem pela abordagem que fazem do próprio campesinato, nem pela conceituação das classes sociais, chegando algumas delas a posturas ecléticas. Diferenciam-se entre si não só pelas temáticas estudadas como também por posturas epistemológicas, muitas vezes, contrárias à própria teoria do social que as inspira. É o caso, por exemplo, de estudos marxistas que terminam caindo, como os acima mencionados, em posições empiricistas. *Due Lourenço*

Embora os estudos classificados na primeira categoria sejam mais numerosos, os do segundo grupo são mais importantes para nosso estudo, já que para nós entender a questão camponesa requer sua compreensão enquanto classe.

Neste grupo podemos diferenciar as seguintes posições: a) o campesinato é visto como classe pré-capitalista, feudal, em processo inexorável de proletarização; b) o campesinato é considerado uma das classes básicas de um modo de produção específico: o modo de produção camponês ou o modo de produção mercantil simples. Neste caso dar-se-ia uma articulação de modos de produção, ao nível de uma formação social determinada; c) o camponês é um assalariado disfarçado ou um trabalhador a domicílio; d) o camponês é reproduzido como tal pelo Modo Capitalista de produção, por ser funcional e complementar a este; e) o camponês é uma forma proletária de trabalhar; é um trabalhador para o capital.

Desde o ponto de vista epistemológico, muitos destes estudos abordam as contradições sobre as que pretendem fundamentar seu trabalho, como oposição/exclusão de contrários, vendo, em muitos casos o campesinato como ele é, ou melhor como ele parece ser (postura generalizada, nos estudos da primeira classificação). A contradição não é apreendida como unidade de opostos em relação, isto é, como oposição/inclusão. Isto faz com que, freqüentemente, se introduza, tanto no conceitual como no fático, rigidezes que terminam por dar a impressão de posturas metafísicas e quase-realistas, ou que produzem uma visão parcial, o que contribui também para posturas políticas não raro dogmáticas.

Estes estudos inspiram-se, na maior parte, na concepção materialista da história, que é também a base de nossa reflexão.

A nosso ver, nem todos conseguem realizar os propósitos de análise dialética. Muitos reduzem a análise de classe à atribuição e operação de certos critérios, sendo o principal deles a propriedade ou não da terra e dos meios de produção (instrumentos, equipamentos agrícolas). Outros veem as classes desde sua situação frente ao mercado (situação de classe), definindo o campesinato como classe a partir de uma concepção weberiana, e não marxista de classe, apesar daquilo que os supostos iniciais dos seus estudos indicavam. Outros assumem explicitamente a concepção weberiana, em oposição à concepção marxista das classes.

Como sabemos, a teoria das classes sociais é das mais polêmicas nas Ciências Sociais. Nela o predomínio do **objetivismo** empírico-positivista e da **neutralidade** científica questiona a concepção marxista das classes, por não preencher supostos critérios da cientificidade.

Por outro lado, ao não se considerar acabada a exposição de MARX sobre as classes sociais, esta é reputada válida para sua época, mas superada, com relação à sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito às sociedades avançadas⁵.

Além do mais, na própria conceituação de classes sociais pelos seguidores do marxismo, identificam-se tanto tendências economicistas como historicistas de cunho hegeliano e até funcionalistas ou weberianas, como já salientamos. A tudo isto temos que acrescentar outra polêmica sobre as classes: são estas agrupações concretas, observáveis

diretamente, ou em realidade são apenas um modelo ou conceito?

Denominamos o segundo grupo de estudos de classistas, não só por pretenderem situar-se dentro da concepção materialista da história, mas também por conceberem a sociedade na qual estudam o campesinato, como estando dividida em classes sociais opostas, com interesses em contradição.

Esta oposição é, entretanto, dialética, quer dizer em relação necessária, ainda que contraditória, para sua própria existência como classe. Sendo assim tais classes estão defrontadas numa luta econômico-política, entendida como luta de classes. Embora o movimento da sociedade, bem como a necessidade de sua transformação, sejam vistos como determinados objetivamente pelas relações econômicas dominantes, esse movimento e transformação são também, analisados na sua relação com as classes e as lutas entre estas. Daí a importância, numa sociedade capitalista, de apreender o campesinato como classe, como expressão dos antagonismos e lutas entre estas.

Para terminar, podemos dizer que nosso objeto de pesquisa (objeto de conhecimento) não será construído pela agregação de novos elementos, ou componentes empíricos, ao que já foi descrito e analisado por outros autores, entre os quais os que estudaremos, o que suporia, evidentemente, uma pesquisa de campo. Ele se constituirá de uma re-construção da perspectiva teórica, o que deverá levar a um posicionamento político. Trata-se pois, de uma dissertação teó

Va em
París

rica, que utilizará análises baseadas em pesquisas de cam
po.

O desenvolvimento da presente dissertação faz-se em quatro capítulos, sendo o último não uma conclusão, mas o ponto de chegada que, por sua vez, se constitui no ponto de partida para estudos posteriores sobre a constituição do cam
pesinato enquanto classe. Porisso estará permeado de ques
tões sem respostas.

Os outros três capítulos englobam a temática seguin
te:

No capítulo primeiro faz-se o estudo de diversos au
tores, que embora pareçam divergir, como é o caso de THEO
DOR SHAMIN, compartilhem como algo fundamental para a compree
ção do campesinato, concebê-lo como uma entidade social aci
ma de sua concepção como classe social, ou em oposição a ela. Estes estudos fazem parte da primeira classificação a que nos referimos acima. O capítulo está, por sua vez, sub
dividido de acordo com a abordagem dada ao estudo, de cará
ter culturalista, sócio-política ou como sistema ou econo
mia específica.

O segundo capítulo se refere às abordagens considera
das classistas, as quais compreendem a visão dos clássicos do marxismo e a decomposição do campesinato; os estudos feitos desde uma perspectiva com propósitos políticos imedia
tos, referentes à questão agrária, e que trazem como conse
qüência, certa postura de menosprezo político do campesina
to, que nelas não é visto como uma das forças sociais "por

tadores do futuro", como diria GRAMSCI⁶. Incluem-se no capítulo também os estudos que veem o campesinato como uma das classes básicas de um modo de produção específico; ou como ser social de um modo não classista; e também os que o veem como ainda em processo de reprodução, embora subordinado ou subsumido pelo capital.

As subdivisões feitas no capítulo não significam de modo algum que as abordagens analisadas se excluem umas às outras. Ao contrário, elas frequentemente se sobrepõem, compartilhando pontos de vista e até mesmo com os estudos englobados na primeira categoria.

O capítulo terceiro dedica-se fundamentalmente a apreender a determinação econômica de classe do campesinato, a partir da forma imediata em que este aparece, ou seja, sua condição camponesa. As subdivisões propostas indicam o caminho percorrido com tal objetivo. Com esta perspectiva, a categoria de aparência mereceu um destaque especial, por ter-se tornado necessária à compreensão da existência e reprodução do campesinato, nas formações sociais latinoamericanas e antilhana, no estágio atual do desenvolvimento do capital, o que nos permitiria alcançar sua compreensão, enquanto "um ser proletário sob uma condição camponesa".

NOTAS

- ¹ Ver DUQUE-ARRAZOLA, L. S. Campesinato: Linguagem e consciência de classe, Ante-Projeto de dissertação, (mimeo), Mestrado em Sociologia Rural, UFPB, Campi na Grande, 1982.
- ² Segundo QUEIROZ, M.I.P. o "termo campesinato é de origem recente em português, e vem sendo empregado principalmente no domínio das Ciências Sociais, para significar o conjunto de camponese: é um substantivo coletivo. O aparecimento do termo provavelmente se prende ao desenvolvimento de estudos sobre indivíduos rústicos, tanto em língua francesa quanto inglesa e traduzidos para o português, tendo sido necessário forjar uma palavra que significasse PAYSANNERIE e PEASANTRY, ambos significando a condição de ser camponês e o conjunto de camponeses... Deriva do adjetivo "campesino" que é sinônimo de campestre, de rústico. Os substantivos correlatos são camponês e campônio, isto é, habitante do campo, aldeão, indivíduo rústico (QUEIROZ, M.I.P., O campesinato brasileiro, Petrópolis, Editora Vozes, 1976, p.15).
- ³ Ao falar de América Latina referimo-nos também à região das Antilhas, o que não significa desconhecer suas diferentes formações históricas.
- ⁴ Sobre a consciência prática, cf. MARX, K. e ENGELS, F. La Ideologia alemana, Buenos Aires, Ediciones Pueblo Unidos, 1973.

- ⁵ A respeito ver PARSONS, T. para quem o conflito de classe, na moderna teoria sociológica, não se vê mais sob o ângulo da teoria da exploração e da orientação primordial da empresa ao lucro, mas sim desde a perspectiva de papéis ocupacionais, no sistema da sociedade industrial. PARSONS, T. Ensayos de teoria sociológica, Buenos Aires, Paidós, 1966.
- ⁶ Cf. GRAMSCI, A. Alguns temas da Questão Meridional, In: Temas de Ciências Humanas, nº 1, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior
Coordenação Setorial de Pós-Graduação
Rua Aprígio Veloso, 832 Tel (033) 321 7222-R 355
58.100 - Campina Grande - Paraíba

CAPÍTULO I:
O CAMPESINATO COMO ENTIDADE SOCIAL

1 - CAMPESINATO COMO ENTIDADE SOCIAL

1.1 - ABORDAGENS CULTURALISTA

Numerosas são as respostas dadas pelas Ciências Sociais à questão camponesa; vão desde sua caracterização pela reconstrução de suas relações com a sociedade mais ampla, até a explicação de sua existência e aniquelamento na sociedade industrial.

Entre estas respostas destacam-se as da tradição antropológicas, tidas como clássicas nos estudos camponeses contemporâneos. Salientamos alguns autores:

1 - REDFIELD

KROEBER¹ caracteriza o camponês como sendo emi^unentemente rural, constituindo "sociedades parciais com cul^uturas parciais", em relação à sociedade mais ampla.

Enfatizando os aspectos culturais do campesinato e apoiando-se na concepção de cultura de RUTH BENEDICT ("Patterns os Culture"), REDFIELD considera que o campo

nês, como o membro de uma tribo, "vive em termos de entendimentos comuns, que estão arraigados na tradição e que chegaram a formar uma organização"^{2:569}. Por isto as sanções que controlam sua conduta tendem a ter "uma predominância sagrada"³. É que para a BENEDICT, como para REDFIELD, cultura é aquilo que dá ao indivíduo a finalidade e a razão de sua existência.

Como SUMNER ("Folkways"), REDFIELD concebe a "sociedade folk" constituída de grupos homogêneos⁴ embora dispersos, em que os indivíduos assemelham-se uns aos outros no que diz respeito à raça e ao costume. Daí que a "sociedade folk" seja relativamente integrada e seus grupos "intimamente interdependentes". Conseqüentemente, isto faz com que os diversos modos de vida desses grupos estejam relacionados e possuam uma concordância mútua. Porisso a mudança nestas sociedades é percebida como lenta.

Segundo a KROEBER, REDFIELD⁵ concebe os camponeses, também, como rurais, nativos do campo, que vivem em relação com o mercado das cidades, razão pela qual o camponês não pode ser entendido, segundo ele, se não em relação ao binômio campo-cidade: o camponês vive em função da cidade, a ela leva seus produtos e nela adquire os que não produz. Portanto, sua relação com a cidade é de complementariedade econômica.

Como parte da sociedade baseada no sistema monetário, o camponês leva ao mercado da cidade o excedente produtivo, paga imposto, vai, às vezes, à escola, vota, e até

certo ponto participa de uma estrutura econômica e política mais vasta que abrange tanto o camponês quanto o homem da cidade. Como este, o camponês constitui uma única sociedade de "... que é organizada em termos de 'status'"⁶.

Para REDFIELD o camponês é uma categoria intermediária no processo de mudança, que vai do "folclórico ao urbano" pois "... não pertencem nem a categoria dos primitivos nem a dos urbanos"⁷. Segundo ele a sociedade camponesa, que pode ser chamada de "sociedade de folk"⁸. É relativamente estável, e, por sua maneira de pensar, "... representa o equilíbrio entre a sociedade familiar e a territorial..."⁹.

Conformando unidades domésticas de produção, o campesinato se orienta basicamente à subsistência familiar e utiliza instrumentos e máquinas rudimentares para a produção.

Mas, para REDFIELD, o que melhor identifica e caracteriza o campesinato é sua visão de mundo, seu sistema de idéias, suas atitudes práticas e utilitárias com relação à natureza, sua valorização positiva do trabalho, o desejo de enriquecer, a preocupação pela segurança, assim como os sentimentos éticos de justiça.

Ligado à cidade, mas subordinado politicamente a ela, valoriza-a ao mesmo tempo que a rejeita, por considerá-la centro de vícios, sem tradições e por crer-se desprezado pelo homem da cidade. Em fim, o camponês considera a cidade sua inimiga.

Constatando as transformações rurais, em consequência do crescimento das cidades, e, portanto, o rompimento do equilíbrio entre o campo e a cidade, REDFIELD reconhece o desaparecimento das unidades domésticas policultoras, dando passo a unidades monocultoras.

Contudo, para REDFIELD, tais características do campesinato encontram-se presentes em todas as sociedades, apesar de sua evolução histórica, o que o leva a concluir que a sociedade e a cultura camponesa "... tem algo de genérico em si... (sendo) ... uma organização da humanidade com semelhanças em todo o mundo"¹⁰.

Como categoria intermediária entre o "folk e o urbano", o camponês é um 'tipo humano' próprio das sociedades que expressam a transformação das sociedades 'folk' em sociedades civilizadas. Ou seja, das sociedades em que aparecem as cidades ou povoados ('pueblos'). Para REDFIELD é precisamente isto o que caracteriza o camponês, em oposição ao que salienta FIRTH, por exemplo, para quem o camponês é qualquer comunidade de produtores em pequena escala para o mercado¹¹. A cidade é a condição prévia da existência do camponês, portanto não houve, segundo REDFIELD, camponeses antes que existissem as cidades¹².

Retomando TÜNNIES, REDFIELD considera o campesinato uma forma de sociedade em que nem **gesellschaft** nem **gemeinschaft** predominam uma sobre a outra. Concebe a sociedade camponesa como sendo um tipo de organização ou sistema que equivale a uma cultura ("é um todo integral"), o que

quer dizer que nela "as relações espaciais, pessoais e econômicas tendem a coincidir"¹³.

Para terminar, podemos afirmar que para REDFIELD o camponês é um 'tipo humano' trazido consigo pelo próprio desenvolvimento da civilização. É um modo de existência que permite a adaptação das "sociedades folk"¹⁴ às necessidades de vida da cidade. Noutras palavras, é uma forma de vida adaptativa, ou melhor um **estilo de vida**¹⁵ cuja condição necessária é que o sistema de valores do camponês seja compatível com os da gente da cidade, que constituem, segundo REDFIELD, "sua outra dimensão de existência"¹⁶.

"el estilo campesino de vida es un ajuste equilibrado entre el orden moral y el orden técnico" ¹⁷.

Para REDFIELD, o que subordina o camponês é a cidade, que lhe aparece como um poder central. É na qualidade de cidadãos que as pessoas das cidades se opõem ao camponês. Embora se refira ao campesinato como um segmento de classe de uma população maior, este conceito diz respeito, apenas, à diferenciação social entendida como estratificação de ordens em base às diferentes "oportunidades de vida"¹⁸, nas quais o campesinato mantém uma "relação de status" com as elites que lhe estão sobre-postas.

Embora REDFIELD aceite a subordinação política do camponês à cidade, as relações econômicas campo-cidade são entendidas como complementárias e até equilibradas, através de um sistema de troca.

Inspirado na concepção funcionalista da sociedade, não só vê tais relações como expressões do "equilíbrio" do organismo social, mas concebe as classes como resultado da especialização de funções que acarreta o desenvolvimento da civilização. Segundo REDFIELD esta especialização, como os estilos de vida que se originam a partir delas, são os que dão origem a 'tipos especiais de homens'¹⁹.

Graças a esta concepção da sociedade, REDFIELD concebe a história ou movimento da sociedade²⁰ como situados em um continuum folk-urbano, não necessariamente distanciados no tempo, e que podem estar presente num mesmo período histórico.

Ora, o que possibilita para REDFIELD o movimento ou a história, são as *idéias forças*. Elas constituem o motor da história e dos assuntos humanos, sendo elas as que propiciam, não apenas uma nova ordem técnica, mas também moral.

*"La civilizaci3n es tamb3n, el conjunto de ideas en la historia"*²¹.

*"La civilizaci3n es creadora as3 como destructora, del orden moral"*²².

É possível apreciar como REDFIELD não tem uma visão política do campesinato em relação às mudanças da sociedade. Como não poderia deixar de ser, dada sua concepção funcionalista, as "idéias forças" não são as de uma classe social organizada, constituída, mas a da "classe funcional" ou elite governante. Coerente com sua abordagem REDFIELD ignora, pois, qualquer expressão da luta de classes no cam

po e de práxis política do camponês no processo de mudança e do desenvolvimento da civilização. A cidade é a inimiga do camponês, como o homem que habita nela, mas é a cidade enquanto "locus" de um poder central, diferenciado e oposto em especializações funcionais que o subordinam, mais do que como expressão de grupos sociais que vivem da exploração do camponês, já que, como salientamos, as relações econômicas campo-cidade são definidas como sendo relações de equilíbrio. Assim sendo, não podem ser vistas como relações de exploração de uma classe constituída e organizada sobre outra.

Embora concebendo o campesinato como "algo genérico", presente em todo o decorrer civilizado da humanidade, é importante em REDFIELD, como em KROEBER, o esforço para compreender o campesinato em relação a uma sociedade mais ampla e a interdependência entre ambas: sociedade camponesa - sociedade global. Ela é vista então como sistema social interrelacionado a outros. Superam eles, assim, as concepções que vêem o camponês ou a sociedade camponesa como autônomas e autosuficientes, graças a seu isolamento em si mesmas.

2 - FEI

Dentro da mesma perspectiva culturalista, na qual REDFIELD se apoia, o camponês foi definido por HSIAO-TUNG FEI como um "modo de vida". Para ele o campesinato, que é a chave para entender a sociedade chinesa, "é uma maneira de viver, um complexo de organização *formal*, comportamento individual e atitudes sociais, estritamente tecidos entre

eles, com a finalidade de cultivar a terra com ferramentas simples e trabalho humano"²³. São pobres mas economicamente produtivos. Assentados, sedentários e não agressivos. Dado que o ambiente rural não os enfrenta a invasões e inovações, não surge, segundo FEI, entre os camponeses, necessidade de uma organização militante em grande escala, contrariamente ao que acontece com a pequena nobreza rural (Gentry). Em consequência disto, a família nuclear constitui a célula da sua organização social e produtiva. Em base a isto, a sociedade camponesa é caracterizada por FEI pela pequenez do grupo básico, do 'grupo co-operativo': a família composta de pais e filhos. Ela é a base da organização comunitária e não o indivíduo.

A família camponesa vive numa economia autosuficiente, em células familiares que mantêm poucos laços entre si. Depende da terra para sobreviver, porém, não a possui. Para usufruí-la paga renda, taxas e juros à pequena nobreza rural, reconhecendo-lhe, destarte, o direito de propriedade privada sobre a terra.

Dada a intensidade e minuciosidade com que a família camponesa trabalha a terra, interessa-lhe pouco terras extensas. O tamanho das terras adquire significado para o camponês, segundo FEI, em relação à capacidade de cultivo do 'grupo co-operativo'. Essa mesma intensidade e minuciosidade do trabalho²⁴, impede, a utilização de instrumentos melhorados, condenando o trabalho praticamente a ser manual e a própria divisão do trabalho a permanecer elementar.

Segundo FEI, o valor da existência familiar é definido pelo fato de ser ela o elo da cadeia da continuidade social, concebida pelo camponês concretamente em termos de descendência. Para o camponês uma importante tarefa é dar continuidade à descendência familiar. Os laços familiares baseados na cooperação - entendida por FEI como uma extensão de uma outra tarefa humana, a reprodução - são reforçados pela interação constante de seus membros, consolidando entre eles uma forte solidariedade.

Como REDFIELD, FEI reconhece a ambigüidade dos sentimentos que os camponeses têm com respeito à cidade e à pequena nobreza rural, odiando-os e admirando-os ao mesmo tempo, pois desejam lá morar e ser como um deles. O camponês, segundo FEI, não rejeita de forma absoluta a cidade e a pequena nobreza rural, pois desta recebem proteção política, em face dos abusos de poder dos funcionários públicos. O que eles rejeitam, de fato, é a sua própria incapacidade de se tornarem membros da pequena nobreza rural, para poderem viver na cidade. Por isso, a cidade é apenas um sonho para o camponês.

Preso à terra que cultiva, o camponês não tem possibilidade de acumular, de ir viver na cidade e de converter-se em "gentry", mesmo que para isso não haja barreiras sociais. Alcançar este "status" é uma tarefa de gerações. Os que se propõem a si mesmos essa tarefa da ascensão social têm que deixar a aldeia. São os "desesperados" os "rejeitados ou poscritos" (desperate), os "out cast". Inconformes por natureza, constituem eles, na visão de FEI, a

classe revolucionária por excelência. Contudo, se a classe dominante é forte, elimina-os, e se é fraca, os poscritos se transformam em grupo emergente em busca de poder.

Se num primeiro momento, parece FEI referir-se à exploração do camponês por uma classe, a dos proprietários de terra (gentry) e, portanto, às perspectivas de mudanças das relações que os oprimem, logo depois esta apreciação desaparece. Na ótica da análise de FEI, a mudança no campesinato se limita a ascensão individual do camponês; e sua mobilidade social, representada pelo abandono da aldeia camponesa e por sua incorporação à vida ociosa, própria da pequena nobreza rural nas cidades.

Embora FEI afirme que os camponeses se reconhecem explorados pela pequena nobreza rural, ao mesmo tempo afirma a aceitação desta exploração, em troca de proteção política.

Dada as características descritivas do estudo de FEI, e o pouco realce dado à crítica das relações que constituem a sociedade camponesa milenar da China, a exploração passa a ser vista, não como exploração de classe, mas sim a de um grupo social diferenciado na hierarquia do poder estatal, os funcionários públicos. Assim sendo, parece desvanecer-se em FEI a exploração de uma classe sobre a outra, baseada na apropriação direta do produto do trabalho da família camponesa.

Os autores analisados até agora coincidem em afirmar uma especificidade camponesa, baseada na pertença a uma de

terminada sociedade, a camponesa, a "folk". Todos ressaltam a domesticidade do grupo básico, a família, a rusticidade dos meios com que realizam as tarefas produtivas e a escassa divisão do trabalho, e, o que é fundamental para nosso estudo, a ausência de qualquer consideração política do campesinato, em relação às lutas e às transformações das sociedades nas quais são objeto de exploração. Para estes autores, ressaltando suas respectivas diferenças, os camponeses, embora diferentes de outros grupos sociais, estratos, e hierarquias, pela cultura e maneira de viver que são típicos da sociedade camponesa, mantem-se e reproduzem-se, ainda que apenas como "*sociedades parciais com culturas parciais*"²⁵.

Não é raro encontrar esse tipo de considerações, nos estudos sobre o campesinato latino americano, especialmente quando se refere às zonas onde predominou a escravatura, como por exemplo República Dominicana, Brasil e a Costa Atlântica Colombiana. Parece lógico afirmar que análises como estas afastam qualquer possibilidade de vir o campesinato a organizar-se e assumir processos de transformação revolucionária das sociedades em que vivem.

Podemos dizer que nestes autores subjaz a concepção funcionalista da sociedade. Tanto a sociedade, como as partes, segmentos ou subsistemas que a configuram, são concebidos como sistemas sociais particulares, suscetíveis de serem estudados em si mesmos. Tais sistemas sociais percebem-se como dotados de estruturas próprias, particulares que são, até certo ponto, estáveis.

Não é que estes sistemas ou subsistemas sejam concebidos como isolados uns dos outros, embora a descrição detalhada do sistema em si mesmo possa dar a entender o contrário. As partes ou subsistemas estão todos relacionados funcionalmente entre si e com a sociedade mais ampla. Tanto é assim que mudanças num deles afeta o resto do "organismo social"; isto sem prejuízo de existirem sociedades ou sistemas socioculturais mais estáveis do que outros.

Sendo a sociedade camponesa um sistema social particular, o mesmo que a cultura que caracteriza, seu funcionamento e dinâmica podem ser entendidos através das normas sociais que regem os grupos camponeses e das relações entre si e com outros grupos e/ou subgrupos, diferenciados por suas posições (direitos) e funções (obrigações)²⁶.

Aceitam-se e reconhecem-se as diferenças sociais, só que a unidade destas é a própria família. As bases dessa diferenciação estão, no entanto nos valores, nos estilos de vida, enfim nas funções que desempenham.

Basicamente o sentido de equilíbrio social é entendido como resultante da "harmonia" das normas institucionalizadas, portanto, internalizadas, o que não descarta, porém, desvios das normas e padrões estabelecidos. Além do mais, o próprio sistema social precisa, desde esta perspectiva, adaptar suas estruturas para sobreviver.

1.2 - ABORDAGENS SÓCIO-POLÍTICAS

Seguindo ainda a tradição antropológica, que baseia seus estudos no método comparativo, outros autores referem-se ao campesinato, não como uma "generalidade abstrata" no sentido de REDFIELD, mas, constantao sua diferenciação, afirmam a existência de vários campesinatos.

Mesmo reconhecendo a especificidade camponesa, esta, segundo eles, deve ser compreendida no contexto histórico e sócio-cultural em que esses vários campesinatos estão inseridos, posto que são parte integrante da sociedade em que vivem.

1 - WOLF

Em um primeiro momento, ERIC WOLF (Types of Latin-American Peasantry)²⁷ define os camponeses, a exemplo de MOORE²⁸ a partir de sua característica essencial, a posse da terra. Uma década depois em 'Peasant'²⁹ revisa sua definição inicial, aparecendo a exploração como o fundamento de sua nova definição, e a perda por parte do camponês do controle da terra e do produto do seu trabalho.

O camponês também é para WOLF a família, a qual constitui ao mesmo tempo uma unidade de produção e de consumo.

"Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar"³⁰.

Seu objetivo principal é a subsistência e o status

social, obtido este último dentro de um estreito âmbito de relações sociais que não é precisamente o estabelecido pelo "jogo de status" do âmbito social mais amplo³¹.

Segundo WOLF, a sociedade organizada sob a forma de Estado marca a transição do cultivador primitivo para o cultivador rural camponês. Neste tipo de sociedade é o Estado quem cristaliza o poder executivo e é a esse Estado que o campesinato se integra, a partir de relações sociais assimétricas³².

Os camponeses são considerados por WOLF como inábeis e incapazes de se manterem organizados durante e depois da ação, precisando de forças externas para vincular-se a ações revolucionárias³³.

Wolf respalda estas afirmações nas colocações de MARX, LENIN, TROSKY e STALIN referentes ao campesinato. Estas afirmações ele as referenda às condições sócio-econômicas do camponês. Portanto, suas lutas e mobilizações devem ser, segundo ele, contextualizadas social e historicamente.

Para WOLF os protestos camponeses são reações locais e distúrbios sociais de grande importância, produzidos por importantes mudanças na sociedade. No presente século, por exemplo, é a Exasperação crescente, produto de "um fenômeno cultural arrasador", o capitalismo, o que têm forçado aos camponeses a participarem nas lutas políticas que se travam em seus países, por exemplo, na China, Cuba e Vietnam³⁴.

Esta "exasperação" e a direção externa de suas revo

luções explicam para WOLF tanto as lutas camponesas deste século, como o alcance das mudanças estruturais da sociedade que delas resultaram. Isto porque as mudanças estruturais, resultantes por si só das revoltas camponesas, só atingem o campo, mas não atingem o controle do Estado e da cidade que é onde estão os centros estratégicos e de controle da sociedade não agrícola.

As limitações político-revolucionárias e organizacionais do campesinato, como insinuávamos acima, devem-se, segundo WOLF, a suas necessidades imperiosas de sobrevivência, a qual os leva a manter-se como "... meros espectadores passivos de las luchas políticas..." ou a ficar esperando pelo "... advenimiento súbito de um milenio"³⁵.

Em consequência destas características e da pouca durabilidade de suas revoluções, assim como da débil sustentação ideológica de suas organizações, os camponeses revolucionários são considerados como anárquicos por excelência³⁶ e seus protestos e révoltas são caracterizados como "pré-políticos", "primitivos" "arcaicos"³⁷, se comparados com os movimentos sociais modernos.

Ameaçado de extinção³⁸ pela ordem social capitalista, o camponês "pobre" segundo WOLF, sente-se "impotente" em face a suas condições de vida, reagindo passivamente frente a elas. Custa-lhe passar do reconhecimento passivo de seus males a uma participação política que busque fazer justiça.

Em razão disto WOLF considera que somente os campones

ses "livres" e os "médios" participam nos movimentos políticos de protesto, ou seja, camponeses que possuem o controle de algum "recurso tático": proprietários de terra e de seus próprios instrumentos de trabalho, como também os que se acham localizados na periferia dos latifúndios, que são os mais afetados pelas mudanças do mercado. Somente eles, têm possibilidades de engajar-se numa revolução douradura. Por outro lado são estes camponeses médios, com seus filhos, os que, por terem maior contato com os operários das cidades, sem perder seus laços com o campo, constituem os transmissores de idéias políticas e de insatisfações³⁹.

Contudo, não é o crescimento do proletariado industrial ou urbano o que produz a atividade revolucionária mas sim "... uma força de trabalho industrial que ainda está estreitamente relacionada com a vida das aldeias"⁴⁰. São os esforços dos camponeses "médios" e "livres" por seguir sendo tradicionalistas que os convertem em revolucionários segundo WOLF⁴¹.

A sociedade não é vista por WOLF como estática. Ele a concebe como estando em contínuo movimento. Também a vê como constituída por relações assimétricas. Tanto a mudança, como a assimetria dessas relações são concebidas, porém, em termos estrutural-funcionalista. Se num primeiro momento, os trabalhos de WOLF dão a impressão de ecletismo, aprofundando mais sua análise aparecem as bases teóricas do estrutural-funcionalismo.

Segundo WOLF, no passado histórico, como no presente

te, havia desigualdades e conflitos derivados destas, isto, porém, se dava dentro de limites toleráveis, que não levavam à incongruência, à incoerência das partes com o sistema. Dentro desses limites, as relações sociais no passado tendiam ao equilíbrio do sistema como um todo. Mas com a difusão da mentalidade mercantil desestruturou-se a unidade sócio-cultural da sociedade tradicional, contra o que reagem os camponeses, através de diferentes formas de movimentos de protesto⁴².

No presente século, o rompimento do equilíbrio da sociedade camponesa, resultante do sistema cultural capitalista, cuja economia peculiar diverge da de outros sistemas, modifica as estruturas tradicionais de dita sociedade, provocando crises ecológicas, demográficas e perturbações na estrutura de poder tradicional⁴³.

Por contextualizar as revoltas e levantamentos camponeses com as condições sócio-históricas da sociedade mais ampla, WOLF rejeita as concepções que vêem essas diversas formas de luta, como simples resposta a problemas locais. Para ele o camponês deve ser pensado como um agente de forças superiores, produzidas tanto por um passado como, por um presente desorganizado⁴⁴.

Visto por WOLF como "classe", ou melhor como conglomerado de pessoas, o camponês é considerado como tendo uma função essencialmente "trágica": seu esforço por eliminar um passado oneroso desemboca num futuro incerto, embora cheio de esperança, por uma vida melhor e mais humana⁴⁵.

A importância política que WOLF atribui ao camponês radica, pois, na tendência do camponês a retornar ao "equilíbrio", social assegurado pelas antigas estruturas, hoje "descompostas" pelo "fenômeno cultural do capitalismo".

Compartilhando as concepções de WOLF, HENRI MANDRAS explica os levantamentos camponeses pelo movimento do conjunto da sociedade, pois para ele não são as situações estáveis, nem mesmo as mais miseráveis, as que suscitam as reações dos camponeses. Segundo MANDRAS é a mudança que torna relativamente mais grave a situação do camponês "... ainda que esse agravamento relativo seja, de fato, uma melhora objetiva"⁴⁶.

Com o avanço da sociedade industrial, oposta a sociedade camponesa, a exploração familiar deixa de ser estritamente camponesa, na medida em que deixa de orientar-se basicamente ao autoconsumo familiar, o que converte o camponês num "trabalhador a domicílio" e permite falar, segundo MANDRAS, de uma real proletarização do camponês. Contudo, considera ele, este processo não é único, pois continua reproduzindo-se a economia camponesa, ainda que vinculada a economia capitalista.

Mesmo significando o "... fim do campesinato (...) o termo de uma sociedade de tipo milenar"⁴⁷. esta, segundo MANDRAS, se faz presente de alguma forma noutras sociedades que merecem, em consequência, de serem chamadas de camponeses. Nelas o camponês torna-se agricultor ou produtor que é, ao mesmo tempo, "empresário" (entrepreneur) e traba

lhador; proprietário de seus meios de produção, mas que ocasionalmente utiliza mão de obra assalariada⁴⁸.

2 - FORMAN

Preocupado com o comportamento político dos camponeses brasileiros, FORMAN concebe-os como parte integrante da vida nacional, ainda que limitados historicamente em sua participação, o que os há convertido em "cidadãos de segunda categoria"⁴⁹.

Contrariamente a FEI, o que define o camponês para FORMAN não é ser auto-suficiente, pois não o é, senão sua "... vinculação ao sistema de comercialização e dos sistemas sócio-políticos mais amplos"⁵⁰. Portanto, para entender o camponês há de concebê-lo em seu duplo papel de produtor e consumidor.

Para FORMAN não é possível falar do campesinato em quanto 'tipo ideal', posição contrária à assumida por MANDRAS, quem pretende construir um 'tipo ideal' de camponês, a partir de condições econômicos-sociais e históricas europeias. Segundo FORMAN, o camponês é diferenciado e identificável historicamente⁵¹. Sua diversidade responde às modificações e transformações da sociedade. O campesinato, portanto, deve ser visto, não só como fenômeno sócio-econômico, mas também "... examinado contextualmente, isto é, dentro do meio sócio-cultural específico... e que lhe dá seu caráter peculiar"⁵².

Os camponeses, como parte⁵³ e parcela de sistemas

econômicos nacionais e internacionais, contribuem segundo FORMAN ao "equilíbrio" destes, já que eles dependem de sub sistemas camponeses, os quais produzem produtos de base e consomem mercadorias vitais à sociedade nacional e interna cional. Conseqüentemente, as sociedades camponesas contem porâneas também não podem ser concebidas como segmentos ana crônicos de economias duais.

Segundo FORMAN, no mundo capitalista, o sistema de comercialização é a *"junção crucial no qual o sistema econô mico do camponês e a economia mais ampla se encontram"*⁵⁴. Em conseqüência disto, as sociedades camponesas contemporâ neas não podem mais ser concebidas, à maneira de KROEBER, como *"sociedades parciais com culturas parciais"*.

*"O fator crucial que distingue as sociedades camponesas do Terceiro Mundo contemporâneo daquelas do passado é precisamente o modo pe lo qual o setor rural da economia se articu la com a nação como um todo"*⁵⁵.

Contrariando a WOLF, FORMAN considera que a simples inclusão dos camponeses na economia de mercado não os trans forma em revolucionários⁵⁶, mas sim as grandes tensões re sultantes da penetração da economia de mercado, que ameaça seus meios de vida e seus sentimentos de segurança. Disto infere FORMAN que *"o princípio básico organizador no setor camponês de economia é a maximização da segurança e a mini mização do risco"*⁵⁷.

Na história brasileira, opina FORMAN, camponeses e trabalhadores agrícolas tem sido submetidos a uma política

de dependência em benefício dos proprietários, os quais acrescentavam a seus contratos de trabalho a prestação de serviços adicionais. De forma que, neste sistema,

"uma dimensão social e cultural foi superimposta às relações econômicas básicas, encobrindo a assimetria das trocas econômicas. A submissão, o sentido do dever e um profundo senso de lealdade eram contribuições do camponês para os contratos diários, que tinham, caracteristicamente, muito pouco conteúdo político"⁵⁸.

Em consequência disto, opina FORMAN, as relações de dependência não podem ser vistas exclusivamente como sendo aquelas que caracterizam a sociedade brasileira como um todo, pois o camponês "... se utiliza da relação de dependência para com o patrão como parte de uma estratégia adaptativa de redução de risco"⁵⁹.

Neste sentido, as relações de dependência constituem-se, para FORMAN, em relações de classe. Em razão disto é que o conceito "patrão-cliente" torna-se para FORMAN a "essência para uma análise da dinâmica do comportamento interclasse no Brasil rural"⁶⁰.

Como o objetivo do estudo de FORMAN é explicar a relação entre cultura e ação social, a religião adquire um papel fundamental na sua análise, dado que a percebe como "um fato básico na vida do camponês" que, junto com outras crenças populares, está presente em todos os movimentos de protestos da história brasileira. Desta forma, elas "...

continuam a reafirmar o *status* dependente do camponês e a reforçar uma política de desespero" ⁶¹.

Nesse estudo de FORMAN, a religião (católica), ao mesmo tempo que tem impedido a ação política das massas rurais e servido de instrumento de controle social, tem servido, também, como instrumento de mobilização.

Nos anos cinqüenta deste século, as mobilizações do campo passaram a diferenciar-se das antigas manifestações de protesto, segundo o estudo de FORMAN, não pelos processos sócio-econômicos que lhes deram origem, pelas motivações que os articulam, ou pelo modo de pensar dos seus membros. O que os diferencia das outras "... foi a capacidade da liderança articular-se, de elas relacionarem uma série de organizações locais às estruturas da política e administração nacionais, sua capacidade de efetuar demandas realizadas ao sistema social como porta-vozes de um grupo de pressão significativa em termos nacionais" ⁶².

Mobilizados politicamente e manipulados pelas lideranças populistas dos anos cinqüenta e sessenta, conclui FORMAN, os camponeses "participaram de modo parcial" no processo político da época. Posto que suas lideranças nunca lhes concederam poder, facilitando, depois do Golpe de 64, a reintegração dos camponeses à "cultura do silêncio" ⁶³ encontrando-se atualmente à margem como "... conglomerado de seres desesperançados, sonhando com a salvação, ainda buscando o milagre e ainda aquiescendo à vontade de Deus" ⁶⁴.

O estudo de FORMAN, rico em informações, procura des

crever as estruturas do sistema que configura a sociedade camponesa e dos sub-sistemas e sistemas com os quais se interrelacionam, como maneira de explicá-la. Inspirado na Teoria da Ação, oriunda no Estrutural-funcionalismo, o possível "corte" com o funcionalismo e o empiricismo que poderia ter sido feito não o foi, o que também acontece com WOLF, ao analisar as relações de trabalho no campo, ficando ambos presos ao esquema teórico metodológico do qual partem. Desta maneira FORMAN impede em seu próprio estudo novas descobertas, em relação ao campesinato.

Ao invés de penetrar nas relações de dependência, salientadas acima, como relações de exploração de classe, interrompe o curso de sua análise e não vê nelas a exploração econômica, enquanto exploração e apropriação de trabalho, e ainda menos, a exploração de classe, baseada na apropriação e acumulação de mais valia. Essa interrupção em sua análise leva-o a ver, nessa dependência, um "truque, do camponês para assegurar sua sobrevivência. Leva-o a afirmar que, nesse sistema dominado pela relação "patrão-cliente" uma *"... dimensão social e cultural se impõe à relação econômica básica, encobrando a assimetria das trocas econômicas"*, como ficou assinalado acima.

Um primeiro mérito de FORMAN é conceber o camponês, não como anacronismo do passado, mas como parte integrante da sociedade contemporânea. Portanto, falar do camponês não significa falar do passado.

Concebido como segmento ou componente da vida nacional

nal e dos sistemas internacionais, suas relações com estes são entendidas como funcionais, como não poderia deixar de ser dada sua posição teórica, e também como relações de "equilíbrio" de subsistema econômico como sistemas mais amplos.

Outro mérito de FORMAN é conceber a relação "patrão-cliente", não como uma simples relação diádica de duas pessoas ou dois grupos, mas como uma relação social, assimétrica, de pólos diferenciados socialmente, de "classes".

Se no nível da análise dos sistemas com seus subsistemas, ou com aqueles aos quais se integram, predomina em FORMAN a visão de "equilíbrio", quando se trata das relações sociais intergrupos ou interclasses, supera esta visão dando um passo ao afirmar a desigualdade e assimetria dessas relações. Tanto é assim que nessas relações "patrão-cliente" vê a causa do enriquecimento e do poder dos patrões. Mas, como já foi salientado, não consegue atingir o que realmente faz uma relação de classe. Seu referencial teórico não lhe permite chegar a ela.

Porisso, FORMAN sobrepõe a religião às reais relações econômicas de exploração. De forma tal que, aquilo que parece ser para ele a causa do desespero, da insegurança, como seria a relação "patrão-cliente", se dilui, se apaga, em sua análise, ao ressaltar a religião como "fato básico da vida do camponês", como elemento essencial, "funcional" da dinâmica social brasileira.

Dada a importância outorgada pela Teoria da Ação às

idéias, à religião e aos fenômenos religiosos em geral, estes não são abordados como expressão da "superstição" dos povos primitivos. São concebidos como "tendo um lugar" nas sociedades contemporâneas. A religião é vista, portanto, como tendo uma **função** no próprio sistema da ação social.

Embora não compartilhemos fundamentalmente com os estudos de WOLF e FORMAN, é necessário ressaltar as sistematizações que eles, como MANDRAS, fazem sobre o campesinato, com base nas contribuições de outros estudiosos.

A nosso ver o mérito deles jaz em se preocupar com as possibilidades políticas dos camponeses, e em estudá-los com certo detalhe, pensando destarte o camponês como peça importante a se ter em conta nos processos contemporâneos de transformação social. O camponês não fica, assim, reduzido a mera unidade produtiva, senão que é posto em relação com a sociedade global, no contexto das lutas e conflitos que nela se travam.

3 - LANDSBERGER

Considera HENRI A. LANDSBERGER, a variedade de definições e/ou abordagens, marxistas e não-marxistas, sobre o campesinato e as possíveis confusões que delas podem derivar-se, como indicadores de que há "algo fundamentalmente equivocado", precisamente o princípio do que deve ser uma boa definição, já que comumente, segundo ele, ou se classifica por estar "dentro" ou "fora" de uma categoria, ou se categoriza em base a um ou alguns critérios⁶⁵.

Regido pela concepção positivista das Ciências Sociais, embora sem cair num empiricismo vulgar, e baseando-se no método de comparações sistemáticas, preocupa-se LANDSBERGER com a seleção de dimensões distintas, que permitam medir as posições que as pessoas ocupam na sociedade, dimensões que, segundo ele, não podem ser tomadas enquanto incluentes ou excludentes, mas como **contínuas**⁶⁶. Daí sua rejeição à categorização e a tipificação.

Além de não estar de acordo com o uso de tipologias e categorias, segundo ele, a categorização não é a única forma de descrever objetos. É necessário, sim, estudar o campesinato através do uso de "variáveis contínuas", de diversas dimensões. Há que abandonar, pois, os intentos de categorizar as posições polarizadas (o camponês é ou não é) e partir de um ponto comum a todos os estudiosos do campesinato, que coincidem em concebê-lo como constituído de: a) "*cultivadores rurais de status econômico e político baixo*", ainda que, b) *estratificados internamente*⁶⁷.

Sendo as dimensões chaves⁶⁸ nos estudos do campesinato econômicas e políticas, LANDSBERGER as retoma e decompõe em três subgrupos de dimensões equivalentes, já que elas permitem descrever com precisão e detalhe "*a infinita variedade de posições camponesas*", permitindo atingir a "*diferenciação interna*" do campesinato, mas sobretudo, e o que é mais importante para ele, permitem resolver o problema central do campesinato, quer dizer, sua "*delimitação*"⁶⁹.

As sub-dimensões a que se refere LANDSBERGER estão

relacionadas: a) com o controle dos mais importantes **inputs** econômicos e políticos, b) com o controle do "processo de transformação" dentro da economia e a organização política, c) com o grau de benefício derivado do **output** de cada um destes setores da sociedade⁷⁰.

A definição de camponês que LANDSBERGER propõe vale-se, como ficou salientado, de várias dimensões as quais incluem um "aspecto mais elevado" contra outro "mais baixo"; um "mais" contra um "menos", o que permite distinções qualitativas (horizontais) e quantitativas. Seu conceito propõe-se ser o mais amplo possível, o que permitiria torná-lo fecundo para as análises comparativas.

LANDSBERGER, interessado na "delimitação" do campesinato, não se importa, contudo, com o termo que se possa dar aos diferentes grupos ou categorias que o integram. Para eles a palavras camponês e "... uma convenção linguística e (...) sem importância nenhuma desde o ponto de vista analítico"⁷¹. Por isto, incluir ou não nesse termo os trabalhadores sem terra⁷² não é para ele o mais importante, senão que se apliquem essas dimensões, consideradas, em sua opinião, esclarecedoras do problemas da delimitação.

Conseqüentemente com sua concepção de sociedade, LANDSBERGER não só propõe um "tratamento amplo" dos movimentos camponeses, mas sobretudo, a descrição destes através de diversas dimensões e subdimensões⁷³, coisa de não cair em posições determinísticas que levam a assinalar para estes movimentos "uma única causa final universal"⁷⁴.

Partindo da generalização que caracteriza o camponês como "cultivador rural de status econômico e político baixo", diferenciado internamente, LANDSBERGER define os movimentos camponeses como qualquer "reação coletiva contra tal status baixo". Para ele os tipos de situações que, com maior freqüência, estimulam os movimentos camponeses (como também a classe operária) são: 1) a instabilidade de status, 2) a privação relativa com respeito a algum outro comparável, 3) a privação com relação ao status próprio no passado, ou no status que se espera no presente, ou um sentimento de ameaça com respeito ao status futuro⁷⁵.

Ainda que as reações adquirirem um caráter coletivo, elas se devem, segundo aquele autor, a motivações individuais frente ao status. Ele divide em dois tipos as reações camponesas, em relação com a etapa de vitalidade e em relação com a de desintegração "alcançada pelo sistema existente, ou seja la etapa en que se producen las usurpaciones, las mejoras desiguales o las aspiraciones de levantamientos"⁷⁶.

Como WOLF, opina LANDSBERGER que os movimentos camponeses são conseqüência de mudanças anteriores a eles, como o seria qualquer acontecimento histórico; mas, acrescenta ele, o início destes movimentos representa já uma mudança.

Para ele o descontentamento dos camponeses não se traduz necessariamente em seu comportamento. Para isto seriam necessárias condições tanto sócio-psicológicas, como sócio-políticas ou estruturais. Entre estas estariam, por

exemplo, a experiência prévia de conscientização - v.g. o serviço no exército - ou a história de um esforço comunal, cooperativo.

Estas mudanças estruturais, como se nota, não só se referem à introdução da agricultura comercial, mas podem se relacionar, também, com o movimento de toda uma sociedade em relação com outras sociedades, acompanhado que está de efeitos e causas econômicas, com "interrelações causais muito complexas", entre o político, o econômico e o ideológico⁷⁷.

LANDSBERGER busca extrair um conceito geral de camponês: "todos os cultivadores rurais de status econômico e político baixo", mas não fica nele, posto que toma em consideração as diferenças de status, dentro do próprio campesinato (diferenciação), as quais podem ser reveladas, segundo ele, ao separar as diferentes subdivisões econômicas e políticas; o que é coerente com sua abordagem, baseada no uso de "variáveis contínuas". Desde este ponto de vista, LANDSBERGER vai mais além de certas posições empiricistas, cujas definições limitam-se a incluir ou excluir um grupo de determinada categoria, por possuir ou não certas características, que desde um ponto de vista lógico, o fazem pertencer ou não a determinada **classe**.

"el punto de partida epistemológico para definir el concepto "campesino" necesita del reconocimiento de que existen unas series de importantes dimensiones con las cuales se pueden medir las posiciones que la gente ocupa

pa en la sociedad y que estas son continuas y no son del tipo 'o esto o lo otro'"⁷⁸.

A concepção empírico-positivista nas Ciências Sociais, para definir os conceitos de que faz uso, fundamenta-se na Lógica Formal, a partir da utilização de critérios de **inclusão - exclusão**⁷⁹. O objeto, para ser definido, deve: a) possuir certas propriedades ou características (intensão) b) que o fazem membro de uma certa **classe** (extensão).

Mesmo concebendo os conceitos como "*construções lógicas*"⁸⁰, eles são tidos como produtos da experiência direta. É a partir desta (sensação, percepção, observação) que se alcança o exterior das coisas; a definição, portanto, deve expressar precisamente o exterior da coisa, conforme nos diz DURKHEIM: "*... as coisas (...) não podem ser atingidas pelo espírito, a não ser a partir do exterior, é pelo exterior que a definição as exprime*"⁸¹.

Desta forma constitui-se a objetividade do conhecimento científico, cuja expressão teórica baseia-se nos dados sensíveis, e se comprova na própria experiência, permitindo, através, de inferências indutivas, exprimir determinadas generalizações.

Precisamente, é este radicalismo empiricista que pretende LANDSBERGER superar, como salientávamos mais acima, ao rejeitar as definições categóricas e tipológicas. Contudo, permanece no empirismo sociológico, ao conservar, para a análise dos movimentos camponeses, alguns de seus pontos de

vista teórico-metodológicos. Entre esses tem-se o fato de partir da **exterioridade social** que visa detectar as diferentes posições, através de "medições" que constata variações dentro de um continuum.

A validade empírica e a possibilidade de generalizações obtêm-se através da **média**, "medida constante que sempre está a disposição do observador e que não deixa lugar às impressões subjetivas e às observações pessoais"^{82:41}.

Em LANDSBERGER a média é, precisamente, a constatação empírica de um ponto comum, que constitui, para ele, ponto de partida do estudo em questão: no caso que nos interessa, conceber o campesinato diferenciado e configurado por "cultivadores rurais de status econômico e social baixo".

Por outro lado, a descrição é vista como sendo a própria explicação.

Sem pretender discutir semânticamente o termo campo, podemos concordar com LANDSBERGER, e com outros autores cujas análises se detêm no nível descritivo, que a descrição é necessária ao conhecimento da realidade em estudo, para mostrar sua complexidade. Contudo, a descrição, por mais detalhada que seja, não resulta na apreensão das contradições e da dinâmica da sociedade. Através dela não se capta, nem se compreende, o movimento social e suas determinações. E é precisamente a apreensão do movimento e suas contradições que nos permite conhecer e explicar os processos sociais e a sociedade como um todo. A descrição propor

ciona um nível de conhecimento, necessário, mas não suficiente por ele mesmo. Por isto, abordagens, como as de LANDSBERGER, não podem ser menosprezadas por sua ênfase descritiva, sem esquecer que suas descrições, como as de WOLF, FORMAN e outros, não se limitam à simples realidade imediata dos processos que estudam. Eles tentam atingir, também, a estrutura, assim como as causas e as mudanças estruturais que decorrem destes.

Embora seja justo reconhecer que a posição de LANDSBERGER, WOLF e FORMAN representam um avanço, não expressam, porém, uma ruptura epistemológica com o empiricismo.

Se se pretende uma análise científica da realidade, como parece ser o objetivo de LANDSBERGER, e não uma mera "classificação" dos seus componentes, não procede argumentar que o termo camponês é apenas uma "convenção linguística"⁸³.

Embora um conceito seja representado por meio de um signo linguístico, que pode ser utilizado também na linguagem do homem comum, na produção científica a importância dos termos radica em que deixam de ser meras "convenções linguísticas" para serem categorias de análise e de apreensão do real. Isto é, "categorias que expressam formas de existência, determinações de existência". Noutras palavras, que elas possam ser um "concreto de pensamento", ou seja, a "representação em conceitos" da "totalidade concreta"⁸⁴. Portanto, não é trocando um termo por um outro que se dará conta da realidade em estudo. Os termos, enquanto concei

tos, tem que expressar as determinações que permitem a apreensão da realidade que se quer conhecer e explicar; seu movimento, assim como as determinações que a diferenciam ou opõem a outras.

Incluir ou não um "grupo rural" na definição de camponês, por exemplo, o trabalhador sem terra, arrendatário, parceiro, ou outro, não é um problema que diz respeito à "convenção linguística", mas sim à teorização, ou seja, à própria representação teórica da realidade, realizada através do conceito. Em outras palavras, ou definimos e caracterizamos em relação com "um quantum", como parece ser a posição de LANDSBERGER, quando pretende delimitar o campesinato, ou apreendemos e diferenciamos, independentemente desse quantum, pelas relações e contradições que determinam a realidade que nos interessa compreender e explicar.

Ficar na exterioridade da realidade (fatos), leva quase que necessariamente a explicá-la a partir de uma ou outra manifestação imediata da realidade. Leva a estabelecer cadeias de causalidade, circularidades causais, organizadas sobre o princípio metodológico da objetividade dos "fatos sociais", ou seja, destes enquanto "coisas sociais", que podem ser medidas e quantificadas⁸⁵. Tal princípio é a base empiricista da observação direta das "coisas sociais", que se descrevem e comparam para serem classificadas e até delimitadas.

Ficar na exterioridade do real leva, no caso que nos diz respeito, a pensar o campesinato como uma "generalida

de" social, como um "tipo de vida adaptativo"⁸⁶. A consttação empírica da existência de "similitudes 'genéricas'" , no que comumente tem sido chamado de camponês, constitui, a nosso ver, a base dos problemas teóricos e metodológicos dos estudos do agro nas sociedades capitalistas contemporâneas, cujas consequências são as generalizações a-históricas entre outras.

Se nos posicionamos frente à realidade empiricamente dada, como se a manifestação imediata dos fatos contivesse sua verdade, reconhecer essas "similitudes genéricas", levaria necessariamente a afirmar a existência de um campesinato. Se, porém, questionamos esse "genérico", começam a surgir dúvidas sobre sua historicidade e aparece a necessidade de reconhecer seus condicionamentos e suas modificações históricas. Faz-se necessário, então, relacionar o "fato", diretamente observado, com outros, não necessariamente presentes à observação direta. Aparecem, assim, as necessidades de comparar "fatos" similares, em contextos históricos diferentes, assim como as necessidades de 'tipologias analíticas', para explicar as diferenças e as similitudes. Faz-se necessário traçar a estrutura das relações e de suas próprias modificações.

Mas frente à realidade, empiricamente observada, pode-se adotar outra posição, na qual o "fato" dado, observado, não é concebido como sendo precisamente aquilo que parece ser. E as relações que o configuram não são consideradas como se fossem de causa-efeito, circulares ou multivariadas.

As relações que dão existência tanto ao real, como a suas manifestações imediatas, são precisamente aquelas que não se fazem necessariamente presentes à observação direta, como também não são aquelas que assumem uma forma ou aparência quântica à observação. As relações que o configuram são as que dão existência à "totalidade social". Embora expressem essa realidade, essas formas ou aparências não são segmentos ou partes justapostas, mas aspectos de sua própria configuração.

Esta posição parte, desde o início, da dialeticidade da oposição, da contradição do que não é e parece ser. A contradição não é entendida como unidades bipolares (campo-cidade) ou como "variações" dentro de um continuum. Parte-se do reconhecimento da unidade da oposição dialética, enquanto relações opostas, mas necessárias a sua própria existência.

A dialeticidade não é concebida, portanto, como oposições excludentes, nem como diferenciações dentro de continuum, mas como oposições, que configuram uma unidade contraditória, cujas relações são necessárias a seus opostos.

Não é, pois, uma contradição formal de ser ou não ser. A contradição e a necessidade da relação desses opostos imprimem movimento e dinâmica à 'totalidade social', adquirindo suas manifestações a realidade de processos.

Ora, a posição de LANDSBERGER, embora rejeite a definição de camponês em base a princípios definitórios de ser ou não ser, aspecto que compartilhamos com ele, pretende as

sumir, porém uma posição **coerente** contra tais princípios categóricos, adotando uma posição em que o oposto e diferenciado para ele é resultado de variações dentro de um continuum, ora, a dialeticidade da realidade social nem por isso é apreendida.

O fato de não se concordar com determinadas abordagens, e de não considerar suficientes certas explicações sobre o campesinato, não significa que não se reconheçam as contribuições referentes à vida, organização, ideologia, destes. Por outro lado, a riqueza das descrições produzida pelos estudos comparativos não nos inibe de considerá-los insuficientes para apreender a real questão camponesa.

Os autores estudados até agora são de grande importância no conhecimento sócio-antropológico contemporâneo, pela riqueza de suas descrições, como também por acrescentarem novos aspectos ao conhecimento sobre o campesinato.

Embora as perspectivas de seus interesses sejam diferentes, eles se fundamentam no empiricismo-positivista e como já o salientamos, no estrutural-funcionalismo, no qual também se inspira a Teoria da Ação.

Observa-se neles uma concepção de estrutura social que se confunde com as relações sociais visíveis. Para o funcionalismo, as diferentes relações sociais formam um sistema estruturado, ou seja, entre elas dá-se uma interdependência funcional, não havendo uma hierarquia entre elas. Por isso, podem existir como um todo integrado, e reproduzir-se como tal. A respeito diria M. GODELIER "... (a) aná

lise funcionalista condenou-se a ficar prisioneira das apa
rências do sistema social que estuda e privou-se de desco
brir a lógica subjacente e invisível desses sistemas e, ain
da mais, as condições estruturais e eventuais de seu apare
cimento e desaparecimento na história"⁸⁷.

Para os funcionalistas, a estrutura é um aspecto do real com existência exterior: são as próprias relações so
ciais, observáveis diretamente; diferentemente dos marxis
tas para os quais a estrutura mesmo sendo real, não pode ser apreendida imediatamente, ou de alguns estruturalistas que a concebem como "modelo", como sistema construído.

A riqueza de suas descrições, não supera essas limi
tações. O que não quer dizer, porém, que eles possam ser acusados de empiricistas vulgares. Seus estudos, tem con
tribuído com algumas teorizações.

Embora encontremos nestes autores referências ao cam
ponês como trabalhador ou produtor direto com "similitudes
genéricas" e diferenças específicas, de acordo com as condi
ções sócio-econômicas, culturais e históricas, o modo como são abordadas e explicadas não contribuem para um melhor en
tendimento do campesinato enquanto classe.

Embora tais diferenças permitam, distinguir social
mente os camponeses, elas são tomadas como "dados" da "exte
rioridade" de sua existência rural. Ainda quando se estabe
leçam relações a partir das "manifestações imediatas" de sua existência, estas constituem apenas o "fato camponês". Por isto a ênfase em afirmar sua especificidade, em distin

gui-los dos outros grupos sociais da sociedade mais ampla em que estão inseridos, seja por terem um status diferente, como por apresentarem estilos de vida, pautados por sistemas culturais diferentes.

Essa realidade empiricamente dada, "multivariada" em suas manifestações, é tomada simplesmente como "fato dado", embora se considere superado o empirismo puro, contido nessas abordagens metodológicas e teóricas, pelo uso de categorias descritivas, concebidas como constituindo um sistema estruturado, elaborado cuidadosa e criticamente e que pode ser aplicado para a análise dinâmica de qualquer sistema concreto:

*"Si tenemos un sistema de categorías suficientemente generalizados para la descripción y comparación sistemáticas de la estructura de los sistemas, tendremos entonces un ámbito dentro del cual podremos mobilizar al máximo nuestro conocimiento dinámico de los procesos motivacionales"*⁸⁸.

UFCG

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior
Coordenação Setorial de Pós-Graduação
Rua Aprigio Veloso, 882 - Tel (083) 321-7222-R 355
58.100 - Campina Grande - Paraíba

1.3 - CAMPESINATO E ECONOMIA CAMPONESA

O Campesinato não tem sido estudado apenas como uma organização social presente em todas as sociedades; como modo de vida; como subsistema específico de um sistema social mais amplo; mas têm sido concebido também, como uma economia⁸⁹. ALEXANDRE V. CHAYANOV é o mais clássico representa

te desta corrente.

1 - CHAYANOV

Para CHAYANOV o campesinato é um sistema econômico específico, ou melhor dito, uma unidade econômica familiar, cuja lógica de funcionamento é oposta à da economia capitalista. Sua análise, portanto, tem que ser feita mediante categorias teóricas apropriadas ao sistema de produção familiar e não às da economia empresarial⁹⁰. Para ele, na unidade de produção camponesa não estão presentes as categorias capitalistas de lucro, renda, salário, juros, capital e outras⁹¹.

A unidade econômica familiar (camponesa e artesã) é, ao mesmo tempo, segundo CHAYANOV, uma unidade de trabalho e de consumo⁹². Nela a mão-de-obra não é contratada, posto que a família é a base técnica e organizativa do sistema econômico camponês. A composição familiar é que define o limite máximo e mínimo do volume de sua atividade econômica. Na economia familiar a tendência é o equilíbrio entre trabalho-consumo, o que depende das diferentes fases da composição da família. Mesmo sendo esta a base da economia camponesa, a família é variada segundo as regiões e países, não coincidindo necessariamente com seu conceito biológico⁹³.

Segundo CHAYANOV, o estímulo básico da família camponesa para a atividade econômica não é o lucro e sim a satisfação de suas necessidades. De forma que a "auto-explora

ção" da família depende do maior ou menor peso que sobre ela exerçam as necessidades de consumo. Por isso CHAYANOV afirma que é o consumo e não o trabalho, o que determina o volume da atividade econômica camponesa, embora reconheça que as condições em que se realiza o trabalho influenciam a produção familiar:

*"O volume da atividade da família depende totalmente do número de consumidores e de maneira nenhuma do número de trabalhadores"*⁹⁴.

Em consequência, o gasto de energia do camponês está em relação com as necessidades de consumo da família. Aumentando este, conseqüentemente, aumenta a taxa de "auto-exploração"⁹⁵.

Dado que o gasto de energia "exige uma força de vontade", esse gasto se faz, na opinião de CHAYANOV, em relação a uma "avaliação subjetiva" do camponês sobre a "utilidade marginal" dos valores obtidos com o aumento de sua "auto-exploração". Tem-se assim que a produção, obtida com o aumento da "auto-exploração"⁹⁶ da família, se deterá "num ponto natural de equilíbrio", ou seja, aquele em que qualquer outro aumento do gasto de energia resulte subjetivamente desvantajoso. Esse ponto de equilíbrio jaz, segundo ele, na relação entre intensidade do trabalho anual da família e grau de satisfação de suas necessidades⁹⁷.

São essas necessidades e sua relação com a força de trabalho familiar que determinam, para CHAYANOV, o tamanho

da extensão da unidade doméstica de produção.

Como na unidade econômica camponesa não se pagam sa lários⁹⁸, o conceito de lucro capitalista não se pode aplicar a ela. O consumo da força de trabalho se expressa nesta economia, segundo CHAYANOV, somente em dias e não em unidades monetárias ("unidades objetivas de valor"). De forma que o benefício da produção é reconhecido como sendo positivo ou negativo, pela "avaliação subjetiva" da produção" "... Segundo o estado de equilíbrio básico entre a medida da sa tisfação de necessidades e das fadigas próprias do trabalho"⁹⁹. Pode-se entender, então, na visão de CHAYANOV, por que a família camponesa trabalha por baixas remunerações, que ocasionariam a ruína de qualquer economia capitalista.

CHAYANOV reconhece fazer uma análise estática da unidade econômica camponesa, mas também esclarece que ela é reconhecível historicamente e modificável pelas influências de sistemas econômicos, historicamente dados. Concorde com a heterogeneidade das unidades econômicas familiares (grandes, médias, pequenas), mas não aceita que essa heterogeneidade possa ser explicada totalmente pela diferenciação social, resultante do processo histórico capitalista. Para ele, esta é efeito, também, de fatores demográficos, provindos da natureza da unidade econômica camponesa. Por isso considera que a causa principal da diferenciação camponesa é a "diferenciação demográfica". Não são, pois, na sua percepção, os fatores sociais os que proletarizam ou capitalizarão a família camponesa.

A preocupação principal do estudo de CHAYANOV, como ele faz questão de ressaltar, é a morfologia da organização interna da unidade de produção camponesa. Quando se propõe analisá-la como um setor social, volta, coerente com sua posição metodológica, a descrever sua morfologia, e analisá-la estaticamente.

Embora pareça entender, pelo que expõe na introdução de *A Organização da Unidade Econômica Camponesa*, que o cam^upesinato se liga de diferentes maneiras a outras classes so^uciais dos regimes econômicos com os quais coexiste, em ra^uzão do qual adota condutas diferentes nas alternativas da luta de classes desses regimes, em todo seu trabalho, tal co^ulocação se limita à introdução, que é uma resposta às críti^ucas feitas a outras publicações anteriores. No desenvolvi^umento do seu estudo, porém, ignora por completo o que disse na Introdução. Quando parece retomá-la, no último capítu^ulo, é para defender, como causa principal da diferenciação social camponesa, a "diferenciação demográfica". Esta é uma das razões pelas quais se acusa CHAYANOV de "maltusia^unismo".

Criticado por seus contemporâneos, por representar a "escola austríaca da utilidade marginal", ele rejeita estas críticas, embora concorde em utilizar a hipótese "margina^ulista" do balanço subjetivo entre consumo e trabalho, para analisar os processos de continuidade da economia camponesa e a motivação econômica da família. Considera, porém, que contrariamente a esta escola, não deriva de tal hipótese to^udo um sistema de economia nacional. Reconhece, por outro

lado, que suas idéias reduzem a vida a um esquema, cujo su jeito é mais puro do que se encontra na realidade. Mas co mo ele afirma, a teoria do balanço entre trabalho e consumo não saiu da cabeça de um teórico, mas é resultado da observação da conduta econômica das massas camponesas, a qual só por meio dessa hipótese pode ser explicada de maneira satisfatória¹⁰⁰.

Como podemos observar, em CHAYANOV, as possibilidades de uma prática política camponesa parecem não ter nem importância, nem relevância teórica e prática. Ela é mencionada uma vez só, como fizemos notar acima. Ignorando este aspecto da vida camponesa, a organização desta é analisada como sendo constituída exclusivamente de mecanismos de produção - trabalho-consumo -, cujo caráter social limita-se quase que exclusivamente às relações, estabelecidas a partir da composição familiar, que determinam o sentido do equilíbrio da unidade econômica camponesa.

O mérito de CHAYANOV, que consiste na descrição sistemática dos mecanismos internos da unidade econômica camponesa, resulta, ao mesmo tempo em uma de suas grandes limitações: o isolamento total da unidade econômica camponesa do contexto da economia nacional, embora sugira ele próprio o contrário. Ele dá por suposto que a produção camponesa é uma produção mercantil, inserida num sistema econômico que coexiste com ela, através do crédito e da circulação das mercadorias. Este sistema econômico é o sistema capitalista.

CHAYANOV é um dos maiores inspiradores dos que defenden

dem a surpreendente "recampesinização" e/ou "campesinização" das sociedades contemporâneas¹⁰¹; é também dos que defendem a não destruição total da economia camponesa, pelo impacto poderoso das sociedades mais amplas (feudalismo, despotismo oriental, absolutismo, capitalismo), mantendo-se, ainda, importantes similitudes "genéricas" da economia camponesa e de sua estrutura social, em diferentes partes do mundo¹⁰².

Em CHAYANOV acha-se ausente o caráter social do trabalho, bem como a análise das relações sociais que determinam a sociedade concreta em que este se materializa. Embora construa uma "teoria do trabalho familiar"¹⁰³, acha-se esta limitada pela ausência de referências às condições sócio-econômicas, historicamente determinadas. Enfim, sua grande debilidade jaz, como diria ARCHETTI, na redução de seu modelo explicativo a processos naturais.

Razão tem PIERRE VILAR¹⁰⁴, ao referir-se ao conceito de economia camponesa como sendo descritivo. O próprio CHAYANOV o diz em outras palavras: a unidade econômica camponesa é um sistema econômico; dar conta de sua organização é descrever seu sistema.

Criticando CHAYANOV, VILAR considera que não existe um camponês sem qualificativo, um camponês em si, nem um "camponês-conceito".

Para VILAR, o conceito de Economia Camponesa, proposto por DANIEL THORNER em 1962¹⁰⁵, inspirado em CHAYANOV como sendo o conceito relevante para explicar os países do

chamado Terceiro Mundo, em substituição ao conceito de **modo de produção**, revela um modelo exclusivamente econômico, que pode ajudar a descrever determinados mecanismos, e até explicá-los de maneira parcial, mas nunca poderá explicar as origens, crises e destinos das sociedades, por não ser um instrumento adequado para a análise histórica global. Não basta caracterizar relações sociais por todo o mundo, nem integrar uma definição clara dos diferentes tipos de renda do solo¹⁰⁶.

Segundo VILAR, o conceito de economia camponesa su põe uma confusão entre propriedade, exploração e trabalho.

A existência de uma célula familiar de mão-de-obra, não significa, para VILAR, que dita organização tenha um valor de modelo, muito menos de **modo de produção**¹⁰⁷. Para ele pode representar, sim, "*uma organização agrícola de alcance modal*"¹⁰⁸. Contudo reconhece que o conceito de Modo de Produção tem sido utilizado esquematicamente, apagando com isto o que é próprio de sua natureza conceitual, já que é um conceito **global** que faz das contradições internas de to do sistema o princípio de seu dinamismo e a origem de sua transformação.

VILAR defende a existência de um modo de vida campo nês que abrange tanto o "*gentleman farmer*" como o operário agrícola. Mas como instrumento de análise social não exis te uma economia camponesa, nem um modo de produção campo nês, sem diferenças nem lutas de classes. Existe uma condi ção camponesa, como modo de vida. A economia camponesa é

uma parte que se vai reduzindo. A condição humana, o campo nês como tal, está, segundo VILAR, fadado a desaparecer.

Ao nosso ver VILAR traz, com sua crítica, uma grande colaboração aos que estudam o campesinato: o reconhecimento real de campesinatos historicamente determinados, e, portanto, socialmente inseridos num processo histórico que marca uma determinada tendência a sua existência social. Se empiricamente é reconhecível, o é em relação a esse processo histórico, mas sua existência social não é a que explica esse processo, não é a que o determina; pelo contrário, é este processo que determina o campesinato. Daí a relevância da colocação de SHANIN, referente aos problemas conceituais que surgem, em relação a esse momento histórico de transformação do campesinato numa "entidade social" diferente a que é ele atualmente¹⁰⁹.

2 - SHANIN

Partindo de um contexto metodológico diferente ao de CHAYANOV, THEODOR SHANIN aborda o estudo do campesinato, fazendo um questionamento epistemológico do conceito, colocando o problema no plano das relações entre a totalidade e suas subunidades. Ressalta, porém, a validade da análise da economia camponesa em seus próprios termos, já que para SHANIN, ela mantém uma certa especificidade estrutural, dentro de uma autonomia relativa¹¹⁰.

Retomando estudos, cujo interesse consiste em extrair o que há de comum à população camponesa, exprime o que, em

base a estudos comparativos, se tem considerado expressão da especificidade camponesa, construindo, como resultado disto, uma tipologia analítica¹¹¹ da economia camponesa. Desta forma conclui que o estritamente camponês pode ser representado pelo estabelecimento rural familiar, como unidade básica de produção e meio de vida social¹¹².

Concebe o camponês como uma entidade social, reconhecida historicamente e configurada por quatro facetas essenciais e interrelacionadas: a) a exploração familiar, como unidade básica multifuncional de organização social, b) a lavra da terra e cria de gado como principal meio de subsistência, c) uma cultura tradicional específica, ligada à forma de vida de pequenas comunidades rurais, e d) a subordinação a poderosos agentes externos¹¹³.

Para SHANIN, tomar os camponeses como uma generalidade a-histórica, fora de um contexto societário e histórico específico, mesmo que se possam apontar semelhanças formais, é transformá-lo numa "mistificação". Para ele os camponeses são "*historicamente reais*"¹¹⁴.

Assim sendo, a especificidade camponesa reflete as características econômicas e sociais do sistema societário em que se encontram. Não como simples reflexo, "*...mas com medidas importantes de autonomia*"¹¹⁵. Por isso, para ele, as formações sociais capitalistas, onde se encontram camponeses, diferem daquelas em que eles não existem.

Na tipologia geral da economia camponesa, construída sobre estudos comparativos, SHANIN salienta o seguinte: a)

Indivíduo-família - estabelecimento configuram um todo divi
visível.

b) A exploração familiar é uma pequena unidade de pro
dução e de consumo, dedicada principalmente ao sustento e à
agricultura. As relações com a terra são um dos traços es
pecíficos desta economia, baseada na exploração familiar. A
principal fonte de trabalho é a própria família. Nesta uni
dade de exploração, as necessidades básicas e ritmos de vi
da familiar, assim como a produção, mesclam-se intimamente
e são mutuamente determinantes. Interessa a posse da terra,
não a propriedade legal dela.

c) A divisão do trabalho relaciona-se com a estrutu
ra familiar, o sexo e a idade. Disto provém a importância
que o casamento reveste para os camponeses¹¹⁶.

d) A socialização dá-se quase que totalmente dentro
da família. Isto faz com que os laços familiares sejam mui
to fortes.

c) A agricultura tem um caráter tradicional. Nela
se distribui desigualmente o trabalho ao longo do ano agri
cola, originando o que SHANIN chama de "desemprego oculto".
O direito à terra é definido pelo costume (ter e utilizar a
terra) e não com base nas inversões de capital e traba
lho¹¹⁷.

f) Diferentemente da empresa capitalista, o **modus**
operandi da exploração camponesa, em relação ao movimento
dos input/output, é de "natureza totalmente imaginária", não
precisando de um estrito controle e de planejamento. Predô

mina o consumo sobre a acumulação. Suas culturas são pouco diversificadas, e constituem um mecanismo de redução dos riscos da lavoura. De maneira que os fatores básicos da produção não são definidos monetariamente. Para o camponês a terra é uma condição necessária e suficiente para distribuir ocupação, além de que, através dela, se adquire prestígio. Disto advêm a importância e o reconhecimento dado às relações com a terra, como traço específico da economia em questão.

g) Dada a natureza da economia camponesa, suas "**irracionalidades**" não levam à falência, mas sim a um aumento da "auto-exploração" da família.

h) Pela escassez de recursos e limitações de crédito, a economia camponesa encontra-se exposta tanto aos caprichos da natureza, como às políticas do mercado e do Estado. Contudo, a economia camponesa possui, segundo SHANIN, um grau notável de autosuficiência e uma capacidade de suportar as crises econômicas e pressões do mercado¹¹⁸.

Se as generalizações feitas a respeito da economia camponesa limitam o específico e o singular, o **tipo** desenvolvido por SHANIN não é, segundo ele, uma mera abstração dedutiva¹¹⁹, posto que a maioria dessas características típicas estão presentes nas sociedades contemporâneas. Dessa forma SHANIN não perde de vista a relação da economia camponesa com a economia nacional específica.

Para ele, as sociedades mais amplas exercem uma influência destrutiva na organização social e econômica típica

camente camponesa. Por isso o industrialismo e a urbanização, embora sejam resultado do progresso da agricultura camponesa, contribuem também para sua destruição, o que para ele é algo **inevitável**¹²⁰.

i) A aldeia camponesa, é, na opinião de SHANIN, uma unidade econômica para o camponês; ainda mais, a estrutura da aldeia tem para ele "características" próprias de uma sociedade autônoma, mesmo que essa autonomia seja relativa e histórica. A aldeia é o mundo do camponês. Nela a tradicional cooperação do aldeão e dos vizinhos, sem necessidade de remuneração salarial, faz com que esta característica, tipicamente camponesa, permita realizar, segundo SHANIN uma das formas mais importantes de "*democracia popular*"¹²¹.

A estrutura da aldeia camponesa desenvolve uma cultura altamente tradicional e conformista, portanto, um tipo diferente de personalidade que se conjuga com a particular posição camponesa na sociedade; por estar submetido à dominação de hierarquias políticas exógenas, os camponeses desenvolvem uma ação política típica, própria deles, ainda que sua participação política na história possa ser vista como a de uma entidade social parecida a uma classe¹²².

A economia camponesa tem sobrevivido, na opinião de SHANIN, à maioria das formações sociais não camponesas. Isto se deve, segundo ele, a que as mudanças estruturais são geradas por forças externas à sociedade camponesa e as mudanças, tanto na organização econômica, como no incremento da produção agrícola camponesa, tem sido muito mais lentas

do que o planejado ou predito pelos eruditos. SHANIN ajunta a isto, apoiando-se noutros estudos, a forma de vida das comunidades camponesas e as características da sua agricultura, bem como a vontade dos grandes latifundiários em manter o status quo. Estas determinações atuam unidas para manter a estabilidade da economia camponesa. Se não fosse assim os resultados seriam, segundo SHANIN, outros. Além do mais ele salienta a variedade de processos e ajustes sociais das sociedades pré-industriais que reforçam a estabilidade e a coesão dessas comunidades, evitando, entre outras, sua polarização sócio-econômica^{1 2 3}.

Atualmente, porém, a iniciativa de dar nova forma à sociedade camponesa está ligada segundo SHANIN a organizadores e organizações não camponesas. Mas, para alcançar seus objetivos, estes devem estar em consonância com seus interesses de classe, com as visões ideológicas da sociedade "vis à vis" com a dos camponeses e com a sua compreensão da economia e da sociedade capitalista. Neste sentido, diz ele, as mudanças econômicas da sociedade camponesa se explicam nas políticas e na sociologia política das sociedades em que vivem^{1 2 4}.

O campesinato é, segundo SHANIN, uma sociedade e um ser social pré-industrial que leva, para dentro da sociedade contemporânea, elementos específicos de uma cultura, de uma economia e de uma estrutura social antigas. Isto, porém, não é levado como relíquia, como algo atrasado, mas como traço específico do próprio desenvolvimento da sociedade moderna^{1 2 5}.

Para SHANIN, a coesão camponesa é a base da formação de uma classe política, mais do que a polarização. A segmentação das unidades familiares debilita, porém, essa ação política¹²⁶.

Aplicando o conceito marxista de "*classe para si*"¹²⁷, SHANIN entende que os camponeses constituem uma classe com "*um baixo caráter de classe*"¹²⁸, que pode aumentar em épocas de crise; é, portanto, uma questão de grau e de período histórico. Mas sua prática política não pode ser vista segundo ele em termos quantitativos, já que sua posição de classe expressa uma relação social e o conflito com outros grupos. Mas mesmo sendo assim, esse "*baixo caráter de classe*" do camponês é explicável pela própria especificidade de camponesa¹²⁹.

Reconhecendo a diferenciação camponesa como uma das formas estruturais da transformação capitalista da exploração familiar, SHANIN rejeita sua interpretação, tomada como um padrão de desenvolvimento exclusivo e incontestável. Por isso critica LENINE seus seguidores, já que, segundo SHANIN, aquele emprega hipóteses equivocadas, referentes à diferenciação camponesa, teses que são tratadas em sua opinião "... quase como se fossem leis da natureza..."¹³⁰.

Dado que para SHANIN o problema do tratamento dado ao campesinato é principalmente epistemológico (os camponeses são uma classe, uma economia, uma sociedade parcial e outras "coisas" mais, que ainda, não foram conceitualizadas), ele não discute neste nível a realidade imediata, mas

sim uma generalização ligada a um modelo conceitual. O problema, para ele, não é perguntar-se se os camponeses existem, mas em se perguntar o que se esclarece, ao utilizar o conceito¹³¹, e o que se obscurece com seu emprego, no que toca à teorização.

Revisando as mobilizações políticas do século XX, como também a guerra do Vietnã e a derrota norteamericana pelo povo vietnamita, afirma SHANIN a **relevância** do conceito camponês da generalização da especificidade camponesa, sem perder de vista, porém, a "vigilância" sobre as construções teóricas e as possibilidades de "reificação" e "mistificação"¹³².

Mesmo aceitando o conceito camponês como insuficiente por si mesmo, como qualquer outro, considera SHANIN que este conceito ainda não esgotou a capacidade de compreensão das relações sociais e as dimensões destas na exploração e opressão do homem pelo homem, nem dos caminhos da luta para combatê-la. Para ele o conceito camponês tem servido aos compromissos da tradição socialista¹³³.

Acreditamos ser esta a maior contribuição de SHANIN. Pelo fato de se ter "mistificado" o conceito de camponês e de ter-se utilizado como uma generalização a-histórica, sua validade não deve ser rejeitada, deixando-o de lado. Sua utilidade e utilização estão sujeitas, para ele como a de qualquer conceito, "às perguntas feitas, as maneiras como estão relacionadas aos esquemas de questionamento teórico mais gerais e a seu esclarecimento da realidade"¹³⁴.

Concordamos em parte com SHANIN, quando afirma que o conceito camponês ilumina a apreensão e explicação da realidade social capitalista. Acreditamos que através do desenvolvimento da categoria campesinato pode-se captar e apreender uma forma do próprio movimento do capital, com suas contradições e "formas aparenticiais" necessárias; mas para tal é necessário adotar uma postura dialética frente ao próprio capital.

Não queremos dizer, porém, que a categoria campesinato seria a mais concreta da formação social capitalista, mas uma categoria simples através da qual poder-se-ia designar uma das formas do próprio movimento concreto do capital.

Com base na "tipologia analítica" que constrói, SHANIN define o campesinato como um processo que, pelo fato de estar dentro de uma sociedade mais ampla, não deixa de ter estrutura, consistência e momentos próprios.

Retomando LENIN e MAO, reconhece SHANIN que os camponeses são realmente "uma classe"¹³⁵. São que para ele isto expressa graus de constituição e conjunturas. Na verdade é uma entidade social.

"Quando a análise política imediatamente relevante reconheceu o lugar dos camponeses, estes se transformaram, de derivados e deduções, em exércitos e atores; e simultaneamente, admitiu-se, cada vez mais, a autonomia analítica relativa da classe com relação ao(s) modo(s) e/ou sociedades a que se vincula. Os camponeses tornam-se de fato, uma classe, mesmo dentro de um país capitalista"¹³⁶.

Poderíamos dizer que o campesinato para SHANIN é classe na ação política. Mas, em realidade, ele é para SHANIN uma **entidade social** diferente. Reduzi-lo a uma classe é segundo ele, extingui-lo enquanto entidade social¹³⁷.

SHANIN reconhece ser a generalização empírica uma parte indispensável das ciências sociais, e considera de grande importância as semelhanças contundentes, obtidas através das comparações entre camponeses. Contudo, reconhece não oferecerem estas uma análise estrutural plenamente desenvolvida¹³⁸.

A tipologia analítica de SHANIN, enquanto resultado da sistematização comparativa de diferentes tipos de estudos camponeses, é das mais consistentes, mesmo porque contextualiza teoricamente as possibilidades históricas das categorias que utiliza, bem como as relações que através delas se tratam de estabelecer entre a totalidade e suas partes e vice versa.

Por afirmar a seletividade dos conceitos, ao mesmo tempo que nega a reprodução integral da realidade pelas unidades de análise selecionadas, e por entender que os conceitos não monopolizam a realidade, nem deles podem deduzir-se todas as conclusões que sobre a realidade se possam tirar, poder-se-ia situar a SHANIN, no que diz respeito às relações conceito-realidade, na corrente epistemológica que se remonta a KANT, na qual se situa também WEBER.

Por serem seletivos os conceitos, os camponeses podem ser conceitualizados como uma classe (o que, aliás é

uma afirmação do próprio SHANIN), uma economia, uma sociedade parcial e outras coisas mais que ainda não foram conceituadas. Para ele estes conceitos não são excludentes nem intercambiáveis: todos trazem luzes esclarecedoras.

Este ponto de vista de SHANIN deve-se ao fato de ser para ele a definição de uma problemática o que torna possível a seleção de um quadro de referência conceitual válido. Nenhum conceito dá conta da totalidade real, posto que esta é mais rica que ele; nem a somatória desses conceitos equivaleria nunca à realidade social em sua totalidade. Para SHANIN, como para WEBER, os conceitos são seletivos.

Como estruturalista, concorda com o Marxismo que a somatória das partes não constitui o todo, mas rejeita que seja a totalidade o que determina e define as subunidades. Para SHANIN as partes não podem ser nem reduzidas nem deduzidas da totalidade. Partes e todo possuem características, dinâmica e lógicas específicas, ainda que se interrelacionem. Por isto os camponeses não podem ser deduzidos, reduzidos ou dissolvidos conceitualmente; *"o reducionismo não é uma resposta satisfatória ao empirismo"*¹³⁹.

Disto parece derivar a conceituação de SHANIN sobre o campesinato como entidade social qualitativa, econômica e socialmente específica, com semelhanças estruturais consideráveis, facilmente situada em sistemas sócio-econômicos diferentemente estruturados:

"... o cerne da questão, suas características determinantes parecem repousar na natureza e

na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social"¹⁴⁰.

Por reconhecer essa especificidade, observável no transcurso da organização social da humanidade, SHANIN situa-se dentro da tendência originada em REDFIELD, para quem o campesinato representa uma forma de organização da humanidade, com algumas semelhanças em todo o mundo. Sua tipologia analítica trata de demonstrar isto, embora numa perspectiva em que o campesinato é visto como processo, como entidade social específica, que, embora tenha sido alguma vez o modo predominante de organização social, se desintegrou, para emergir novamente em outros momentos. Por isso SHANIN identifica-se com o novo debate marxista que explica a existência e possível transferência dos camponeses "intermodos", já que, segundo ele, através desta nova abordagem se chega mais perto da riqueza e das contradições da realidade. Isto o leva a afirmar, por outro lado que as características sociais e econômicas camponesas se refletiram em todas as sociedades em que estiveram presentes e que a história se encontra relacionada com a história das sociedades mais amplas, ainda que com "medidas importantes de autonomia", como já foi salientado.

A contextualização sócio-econômica e histórica do campesinato na sociedade mais ampla, explica-se em SHANIN por sua postura estruturalista: as partes relacionam-se com o todo, e por sua vez, o todo com cada uma de suas partes, estando, portanto, impregnado delas. Transferindo-se para

sociedades, onde dominam modos de produção diferentes, a economia camponesa conserva suas estruturas e dinâmicas próprias, mas se vê afetada, ao mesmo tempo, pela sociedade em que se insere.

Para terminar, podemos concluir dizendo que o campeonato para SHANIN é uma entidade social que existe somente como processo, isto é, em sua própria mudança, representando os diferentes tipos de camponeses diversos estágios do desenvolvimento da sociedade, e não vê-los como resultado, ainda que enraizados no passado, é errôneo segundo ele. Enfim, o campeonato pode, segundo SHANIN ser considerado como *grupo analiticamente marginal* com especificidade própria ¹⁴¹.

O campeonato não é uma classe, mas uma entidade social pré-industrial parecida com uma classe, mas com "baixo caráter de classe", (com "baixa classidade"), sendo este caráter gradual e conjuntural. O campeonato é uma classe e uma sociedade, (única e específica). É uma classe dominada por outra(s) classe(s) e é um mundo diferente, um modo de vida específico, uma sociedade em si mesma altamente autossuficiente, com um padrão de relações fechadas, distintas às da sociedade industrial.

A sociedade precisa dos camponeses para existir, posto que eles controlam a produção alimentar, mas o contrário não é verdadeiro, para SHANIN. Isto fica demonstrado, segundo ele, pelo fato de se retirarem os camponeses do mercado, nos períodos de crise, que aliás constituem para ele

seus melhores momentos de influenciar politicamente. Portanto, não devem ser desprezados posto que são na visão de SHANIN uma força social e política, ainda que fracos politicamente a longo prazo.

Como já o dissemos a coesão, e não a polarização, é o que leva segundo SHANIN os camponeses a atuar politicamente. Esta característica camponesa está relacionada com sua posição de classe, a qual deve ser entendida como uma correlação ou interrelação social, uma interrelação conflitiva com outros grupos e classes. Por isso mesmo, a consciência dessa posição de classe é a que leva o campesinato a atuar como "classe política".

NOTAS

- ¹ KROEBER, A. L. Anthropology. Apud. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de: O campesinato brasileiro, Petrópolis, Vozes, 1976.
- ² REDFIELD, Robert. A "sociedade folk" e a cultura, In: PIERSON, D. (org.) Estudos de organização social, 7.2, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1970, p.569.
- ³ Idem, Ibid.
- ⁴ Em razão disto não precisam de uma amostragem para seu estudo.
- ⁵ REDFIELD, Robert. Peasant Society and Culture, Apud. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. cit.
- ⁶ Redfield partede Durkheim (Da Divisão Social do Trabalho) para esta consideração. Segundo ele a sociedade camponesa é um tipo particular de equilíbrio relativamente estável, entre o segmento social e o órgão social "É o ajustamento da cultura local com as civilizações das cidades". REDFIELD, R.A sociedade "folk"...Op. cit. p. 570.
- ⁷ RDFIELD, R. Op. cit. p.567.
- ⁸ Idem, Ibid.
- ⁹ REDFIELD, R. El mundo primitivo y sus transformaciones, México, Fondo de Cultura Econômica, 1964, p.70.

- ¹⁰ REDFIELD, R. Peasant society and culture. Apud. SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos CEBRAP, 26, São Paulo, Vozes Editora, 1980, p.46.
- ¹¹ Firth em "Capital, saving and credit in peasant societies" constroi uma definição bastante ampla de camponês a qual permite incluir os pescadores e artesãos. Camponês refere-se segundo FIRTH, a um "... sistema socioeconômico de produtores de pequena escala que dispõem de uma tecnologia não industrial relativamente simples". Para FIRTH o camponês é um camponês "... não em decorrência do tipo de trabalho que ele faz, mas devido ao visível conjunto de relações que o ligam à sociedade mais ampla". A definição envolve, pois, "... um conjunto de relações estruturais e sociais e não uma categoria tecnológica de pessoas envolvidas na mesma atividade". Apud. FORMAN, Camponeses: sua participação no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.41.
- ¹² REDFIELD, R. A "sociedade folk" 1970, Op. cit. e El mundo primitivo y sus... 1964, Op. cit.
- ¹³ REDFIELD, R. A "sociedade folk", Op. cit. p.574.
- ¹⁴ Para Redfield "La sociedad campesina existe en virtud de las solidariedad moral tradicional que se encuentra en cualquier sociedad folk aislada...". REDFIELD, 1964, p.58. Mas a sociedade folk é para ele aquela em que "... la orden técnica está subordinada a la orden moral". idem, ibid. p.68.
- ¹⁵ "Estilo de vida", como o utiliza aqui, Redfield - "es frase que comprende la manera de ganarse un vivir en tanto este contribuye a dar forma a las ideas de

lo que sea la vida buena. Redfield, 1964, Op. cit. p.72.

"Estilo de vida" (como "cultura"), "implica alguna armonía de las partes y una determinada continuidad en el tiempo en la que las generaciones miran hacia atrás a sus propias vidas en el pasado, y de nuevo a sus propias vidas en el futuro. Idem, ibid. p.73.

¹⁶ REDFIELD, Op. cit. p.59.

¹⁷ Idem, ibid. p.58.

¹⁸ WEBER, Max, Economía y Sociedad, 2 vols. México, Fondo de Cultura Económica, 1969.

¹⁹ REDFIELD, R. Op. cit.

²⁰ Sobre a Escola Histórica ver SCHUMPETER, Síntese de la evolución de la ciencia económica y sus métodos. Barcelona, Ediciones de Occidente, 1964.

²¹ REDFIELD, Op. cit. p.99.

²² Idem, Ibid., p.103.

²³ Tradução direta do inglês. Todas as referências a FEI, referem-se a FEI, Hiao Tung, Peasantry and Gentry: an interpretation of Chinese social structure and its changes, in: BENDIX, R. e LIPSTT, S. M. (eds) Class, Status and Power, Illinois, Free Press of Glencoe, 1963.

²⁴ Para os camponeses que cultivam fumo na Costa Atlântica Colombiana, esta cultura é uma ARTE: requer delicados trabalhos que exigem um minucioso cuidado para os quais os latifundiários, como os empresários capitalistas da região, não estão dispostos a pagar um simples

salário nem assumir os riscos desta produção. Esta é a explicação que os camponeses dão para afirmar que a cultura do fumo é tipicamente camponesa: (cf. DUQUE-ARRAZOLA, L. La Empresa comunitária y su potencialidad de cambio. Un estudio de caso, tesis de licenciatura en sociología, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 1975.

²⁵ KROEBER, Op. cit.

²⁶ Para MERTON as funções de uma estrutura social total ou parcial são aquelas consequências observadas que contri
buem à adaptação ou ajuste de um sistema dado; e disfun
ções o contrário (cf. MERTON, R. Social theory and social structure, the Free Press of Glencoe, 1963).

²⁷ WOLF, E. Types of Latin American Peasantry, Apud. LANDSBERGER, Distúrbios campesinos... In: LANDSBERGER, H. (ed.) Rebelión campesina y cambio social, Barcelona, Ed. Crítica, 1978.

²⁸ Como MARC BLOCH (les Caractères originaux de L'Histoire Rurale Française), Barrington Moore Jr. também concebe a subordinação como uma das características fundamentais na conceituação do campesinato, acrescentando ainda duas mais: as distinções culturais nítidas, e um grau considerável de posse de facto da terra. A subordinação à classe superior dos proprietários, não é reconhecida, mas reforçada pelas leis. (MOORE Jr, As origens sociais da ditadura e da democracia, Lisboa, Livraria Martins Fontes, 1975. p.141.

²⁹ Esta obra foi editada em português, pela Zahar Editores do Rio de Janeiro, 1970, com o título Sociedade Camponesas.

³⁰ WOLFF, E. Sociedades camponesas, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970. p.28.

- 31 WOLF, E. Sociedades camponesas... Op. cit.
- 32 Idem, Ibid.
- 33 WOLFF, E. Revoluções sociais no campo, In: SZMRECSANYI, T. e QUEDA, O. (orgs.) Vida rural e mudança social, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.
- 34 WOLFF, E. Las luchas campesinas del siglo XX, México, Siglo Veintiuno Editores, 1976, p.375.
- 35 Idem, Ibid. p.394.
- 36 MANDRAS, H. Sociedades camponesas, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 e WOLF, Ibid.
- 37 HOBBSBAWN, E. Rebeldes primitivos, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978,
- 38 A "vida camponesa" é para Wolf um "tipo de adaptação, uma combinação de atitudes destinadas a sustentar o cultivador em sua luta pela sobrevivência individual e de toda sua espécie, dentro de uma ordem social que o ameaça de extinção". (WOLF, Sociedades camponesas, Op. cit. p.34.
- 39 WOLF, E. Revoluções sociais ... Op. cit.
- 40 Idem, Las Luchas campesinas... Op. cit. p.397.
Contrariando estas considerações de Wolf, não é raro encontrar opiniões sobre os movimentos operários latinoamericanos, que vêm na sua origem proletária muito recente e nos fortes vínculos com o campo e com um "passado" camponês, a razão da passividade política, da falta de mobilização e do pouco desenvolvimento da consciência de classe do proletariado latinoamericano.

⁴¹ WOLF, E. Revoluções sociais... Op. cit.

Reagindo contra a afirmação de Wolf de que a rebeldia dos camponeses tem como objetivo "conservar a tradição Henry A. Landsberger (Op. cit.) considera que esta ênfase de Wolf no "conservadorismo" camponês se refere mais ou menos à metade dos casos, logicamente possíveis e empiricamente existentes.

⁴² Idem, Ibid.

⁴³ Idem, Ibid.

⁴⁴ Idem, Ibid.

⁴⁵ Idem, Ibid.

⁴⁶ MANDRAS, H. Op. cit. p. 142

Todas as referências a MANDRAS referem-se a sua obra Sociedade Camponesa, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

⁴⁷ Idem, ibid. p.13.

⁴⁸ Para MANDRAS, seguindo CHAYANOV, mesmo que o camponês pague salários e trabalhadores "extra-grupo doméstico", este é "... muitas vezes simbólico", podendo o salário ser analisado "... como o preço de exclusão da comunidade (Idem, ibid. p.48). Já que para ele a família camponesa é uma "verdadeira comunidade". Segundo MANDRAS, o salário pago pelo camponês não expressa a relação capitalista de despojo das condições materiais de produção, mas de exclusão da comunidade familiar.

⁴⁹ FORMAN, Shpard, Camponeses: sua participação no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.21.

Todas as referências a SHERPAD FORMAN se referem a esta obra, Camponeses: sua participação no Brasil, Rio

de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

50 Idem, Ibid. p.29.

51 Em estudos anteriores ao presente, FORMAN utilizou a de
finição de Firth para estudar as sociedades camponesas
do Nordeste brasileiro. Segundo ele, pescadores e ar
tesãos "não podem ser excluídos da definição de socie
dades camponesas", posto que estes "são estrutural e
funcionalmente análogos aos agricultores vis-à-vis a
sociedade mais ampla da qual fazem parte" (Ibid. p.41)
Confira, na pág.78 do presente trabalho, a definição
de camponês segundo Firth.

52 Idem, ibid. p.34.

53 A respeito disto diz-nos WOLF: "se fixarmos nossa aten
ção nas formas dominantes de relações podemos caminhar
na análise das ordens sociais mais amplas das quais o
campe sinato forma um segmento" (Wolf, Sociedades...
Op. cit. p.124).

54 Idem, Ibid. p.62.

55 Idem, Ibid. p.62.

56 Segundo Wolf, a penetração da comercialização no campo
e a conseqüente quebra das estruturas institucionais
tradicionais, constitui a causa do descontentamento
camponês. Desta forma Wolf "consegue usar a comer
cialização como a força catalisadora da mudança revo
lucionária nas sociedades camponesas (FORMAN, Op.
cit. p.45).

57 Idem, Ibid. p.31.

58 Idem, Ibid. p.191.

59 Idem, Ibid. p.35.

60 Idem, Ibid. p.28

61 Idem, Ibid. p.273.

62 Idem, Ibid. p.307

63 Paulo Freire, Apud. FORMAN, Op. cit.

64 Idem, Ibid. p.309.

65 LANDSBERGER, H. Op. cit. passim

Todas as referências a Landsberger se referem a seu artigo Distúrbios Campesinos: Temas y Variaciones, In: Rebelión campesina y cambio social, LANDSBERGER (ed.) Barcelo, a Ed. Crítica, Op. cit.

66 "La utilidad de las dimensiones continuas se hace mas evidente todavia cuando se considera que el análisis de la estratificación vertical dentro del campesinato - la relación de los que tienen más con los que tienen menos - ha sido con frecuencia un tema esencial para los que se han interesado por los movimientos y levantamientos campesinos". (Ibid. p.29).

67 Idem, Ibid. passim.

68 "... es mejor describir la realidad en detalle mediante el uso de dimensiones comunes, universalmente aplicables, que poner una categórica etiqueta que puede resultar engañosa" (LANDESBERGER, Op. cit. p.27).

69 Idem, Ibid. passim.

70 Idem, Ibid. p.23

71 Idem Ibid - 20

- 72 Para Landsberger os trabalhadores sem terra são simplesmente grupos que se encontram no ponto zero, no que respeita ao recurso da terra e capital (LANDESBERGER, Op. cit. p.28).
- 73 As dimensões que para Landsberger permitem descrever as reações coletivas frente a un status baixo são "grado de conciencia; amplitud de la semejanza en la "expresividad" de las reacciones; y el punto hasta el cual un movimiento se basa en el bajo status como algo distinto a otros estímulos" (Ibid. p.40.).
- 74 Idem, Ibid. passim
- 75 Idem, Ibid. passim.
- 76 Idem, Ibid. p.57.
- 77 Idem, Ibid. p.51.
- 78 Idem, Ibid. p.22.
- 79 A concepção empírico-positivista nas Ciências Sociais, ao utilizar critérios de INCLUSÃO-EXCLUSÃO, para definir os conceitos de que faz uso, fundamenta-se estritamente na Lógica formal.
- 80 Segundo GOOD, W. J. e HATT, P. K. os conceitos são construções lógicas, abstrações, não fenômenos reais. Sua criação se faz a partir das sensações, percepções e experiências, de forma que confundir os conceitos com o real é cair no "ERRO DE REIFICAÇÃO" (Métodos em Pesquisa Social, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960, p.56).
- 81 DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1966, p.39.

- ⁸² DURKHEIM, Emile. As regas... Op. cit. p.41.
- ⁸³ Ver pág. 44 deste trabalho.
- ⁸⁴ MARX, Karl. Introducci3n... 1857 In: Fundamentos de la cr3tica de la Economia Pol3tica (Grundgrisse) Vols. 1-2, La Habana, Editorial de Ci3ncias Sociales, 1970.
- ⁸⁵ DURKHEIM, Emile, Op. cit.
- ⁸⁶ WOLF , E. Sociedades... Op. cit.
- ⁸⁷ GOLDELIER, Maurice. Economias e sociedades: Abordagens funcionalista, estruturalista e marxista, In: CARVALHO, E. A. (org.). Antropologia Econ3mica, S3o Paulo, Livraria Editora Ci3ncias Humanas, 1978, p.49.
- ⁸⁸ PARSONS, Talcott, Ensayos de teoria sociol3gica, Buenos Ayres, Paid3s, 1966, p.39.
- ⁸⁹ THORNER, Daniel. Peasant economy as a category in economic history, 1962, In: Peasants and peasant societies, Ed. T. Shanin Penguin Books, 1976 b.
- ⁹⁰ As categorias pr3prias para a an3lise do sistema econ3mico familiar segundo Chayanov, s3o as seguintes: 1) "o rendimento do trabalho familiar, 3nico e indivis3vel, que reage frente aos fatores formadores de renda; 2) os preços das mercadorias; 3) a reproduç3o dos meios de produç3o (formaç3o de capital, no mais amplo sentido da palavra); 4) os preços do capital na circulaç3o de cr3ditos; 5) os preços da terra. (CHAYANOV, A. La organizaci3n de la unidad econ3mica campesina, Buenos Aires, Nueva Visi3n, 1974, p.144-145.
- ⁹¹ "...preço, capital, sal3rios, juros, renda, determinan-se uns aos outros, e s3o funcionalmente interdependen

tes. Se um elemento deste sistema é retirado, todo o edifício desaba. Na ausência de qualquer destas categorias econômicas, todas as demais perdem seu caráter específico e seu conteúdo conceitual, e nem sequer podem ser definidas quantitativamente (Chayanov, Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, In: A questão agrária)G.da Silva e Stolene (org.)). São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981, p.136.

- ⁹² Beatriz de Heredia questiona esta característica tão geralmente tida como a base da especificidade camponesa. Cf. A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- ⁹³ CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina, Buenos Ayres, Nueva Visión, 1974.
- ⁹⁴ Idem, Ibid. p.81. Tradução direta do espanhol.
- ⁹⁵ Tese importante nos estudos de Chayanov é a que sustenta que "o grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho". Chayanov, sobre a teoria... Op. cit. p.139.
- ⁹⁶ Desde uma perspectiva teórica diferente Kostas Vergoupoulos retoma esta tese de Chayanov. Segundo Vergoupoulos, a pequena produção camponesa é sustentada pelo capital para evitar o pagamento da renda da terra. Esta operação suscita um "capitalismo perverso", um "capitalismo sem capitalistas" cuja característica é a integração do campesinato ao sistema, AUTO-EXPLORANDO-SE e explorando o trabalho de sua família. O crédito é, para Vergoupoulos, um dos canais que assegura sua submissão, através da sua auto-exploração". VERGOPOULOS, K. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo) In: AMIN, S. & VERGOPOULOS. A questão camponesa, Op.cit.

- lismo) In: A questão camponesa e o capitalismo, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- ⁹⁷ Idem, *ibid.* *passim*.
- ⁹⁸ Confira MANDRAS, nota ⁴⁶
- ⁹⁹ CHAYANOV, Alexandre. *Op. cit.* p.92. Tradução direta do espanhol.
- ¹⁰⁰ Idem, *Ibid.*
- ¹⁰¹ MANDRAS, *Op. cit.*
- ¹⁰² SHANIN, Theodor. A definição do camponês: conceituações e desconceituações - O velho e o novo em um discurso marxista, Estudos CEBRAP, nº 26, São Paulo, Edições CEBRAP, 1980.
- ¹⁰³ ARCHETTI, E. Apresentação, In: CHAYANOV, A. *La organización ... Op. cit.*
- ¹⁰⁴ VILAR, Pierre. La economia campesina, In: *História y sociedad*, Revista Latinoamericana del pensamiento marxista, nº 15, 1977.
- ¹⁰⁵ A economia camponesa é, para Thorner, uma forma de organização da sociedade humana muito difundida. É um grupo distinto com características próprias; é um sistema de produção diferente a outros sistemas históricos: escravismo, capitalismo, socialismo, por exemplo. É uma economia inteira, não se reduz às pequenas unidades de produção. THORNER, D. *Op. cit.*
- ¹⁰⁶ Idem, *ibid.*
- ¹⁰⁷ Para Vilar Modo de Produção não é só uma maneira de produção. É muito menos maneira de intercambiar. É ao

mesmo tempo um complexo técnico de um nível determinado, um sistema de relações jurídicas e sociais ligado a esse tipo de tecnologia, e um conjunto de instituições e convicções ideológicas, que asseguram o funcionamento do sistema global.

- ¹⁰⁸ Idem, Ibid. p.15.
- ¹⁰⁹ SHANIN, Theodor. Op. cit.
- ¹¹⁰ SHANIN, Theodor. Naturaleza y lógica de la economía campesina, Barcelona, Editora Anagrama, 1976.
- ¹¹¹ A tipologia é uma "estrutura conceitual analítica" sem constituir uma teoria. Predomina nos estudos de tendências empiricistas, como instrumento de conceitualização amplamente descritivo. Classifica as entidades pelas relações recíprocas de semelhanças e diferenças encontradas, o que permite construir generalizações empíricas. BRAYNE, et alii. Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Editora F. Alves, 1977.
- ¹¹² SHANIN, Theodor. A definição do camponês... Op. cit.
- ¹¹³ Idem, Naturaleza y lógica ... Op. cit.
- ¹¹⁴ Idem, A definição do camponês ... Op. cit.
- ¹¹⁵ Idem, Ibid. p.69.
- ¹¹⁶ Idem, Naturaleza y lógica... Op. cit. e Introduction, In: SHANIN, Th (ed) Peasantry as a political factor, Midlesex, Penguin Books, 1976.
- ¹¹⁷ Idem, Ibid.
- ¹¹⁸ Idem, Naturaleza y lógica, op. cit.

- 119 Por sua preocupação epistemológica com o conceito de camponês, Shanin afirma que nem as subunidades se podem deduzir do todo; nem se pode considerar a totalidade como a somatória das suas partes; "deve-se apreender de uma vez só a interação do todo e suas partes, em todas suas características específicas, diferentes e relacionadas, a dinâmica muitas vezes contraditória e as ordens da lógica, tanto da totalidade quanto de suas unidades". SHANIN, A definição... Op. cit. p.68.
- 120 Idem, Ibid.
- 121 Idem, Ibid.
- 122 Idem, Introduction. Op. cit.
- 123 Idem, Ibid. Op. cit. e Idem, Naturaleza y lógica, Op.cit.
"Todos estos procesos representan un poderoso impacto de nivelación y refuerzan la estabilidad y homogeneidad comunales. Se entrelazan con una variedad de normas igualitarias de "recursos", colectividad y sociabilidad, aceptadas en esencia por toda comunidad campesina. Todo esto (...) limita los procesos de polarización en las comunidades campesinas y pone freno a su crecimiento económico y cambio estructural". SHANIN, La naturaleza... 1976, p.55. Mas essa polarização, reconhece Shanin, não deixa de se dar. As mudanças se dão tanto por pressões diretas-externas como pela destruição dos "estabilizadores" específicos, que fazem parte da estrutura social camponesa, Ibid.
- 124 Idem, Ibid.
- 125 Idem, Introduction ... Op. cit.
- 126 Idem, Ibid.

- 127 Esclarece Shanin que "classe para si" não está sendo to-
mada, apenas, como definição mais extensiva do que
"classe em si", mas também como nível de abstração
diferente; não apenas como uma construção analítica,
mas também como um grupo social que "existe na consci-
ência direta e na ação política de seus membros".
SHANIN, A definição... Op. cit. p.70.
- 128 Idem, Ibid. p.259.
As classes sociais são conceituadas por Shanin como
atores e sujeitos da história social, o que permite
entendê-las em sua constituição enquanto tal, como
suas alianças, vitórias e derrotas. E a luta de clas-
ses significa para ele não só contradições subjetivas,
mas também confrontação real de organizações, homens
e palavras de ordem. Ibid.
- 129 Idem, Ibid.
- 130 Idem, A definição do camponês... Op. cit. p.56.
- 131 Para Shanin o conceito de camponês é seletivo. "Só a
definição de uma problemática torna possível a sele-
ção de um quadro de referência conceitual válida. Ade-
mais, nenhuma realidade social pode ser monopolizada
e nitidamente dividida por um tipo de unidade de aná-
lise devidamente selecionado, do qual derivem todas
as conclusões" (Ibid. p.71).
- 132 Idem, Ibid.
- 133 Idem, Ibid.
- 134 Idem, Ibid. p.70.
- 135 Idem, Ibid. p.71
- 136 Idem, Ibid. p.71

137 SHANIN, Theodor. Introduction ... Op. cit.

138 Idem, A definição do camponês... Op. cit.

139 Idem, Ibid. p.69.

140 Idem, Ibid. p.51.

141 Idem, Introduction ... Op. cit.

CAPITULO II:
ABORDAGENS CLASSISTAS

2 - ABORDAGENS CLASSISTAS

2.1 - DECOMPOSIÇÃO DO CAMPESINATO NOS CLÁSSICOS DO MARXISMO

Os clássicos do marxismo falaram da transformação ca
pitalista do agro e da conseqüente decomposição do campesi
nato, entendido como processo de des-campesinização, cuja
tendência dominante é a proletarização do campesinato.

1 - MARX

No último capítulo do terceiro tomo de O Capital,
MARX fala das três grandes classes da sociedade capitalis
ta: os proprietários de capital (capitalistas-burguesia),
os proprietários de terra (latifundiários), e os proprietá
rios de sua força de trabalho (proletários). Não diz, porém,
que são as únicas, mesmo porque para ele não existe um modo
de produção puro, em que só existam as classes sociais, es
senciais desse modo "puro". Para MARX, o modo de produção
é uma concreção historicamente determinada que, mesmo em
suas formas mais clássicas (a Inglaterra de sua época), não

apresenta "purezas" na configuração social das classes, em bora assigne, como tendência do modo capitalista de produção, a polarização social em duas grandes classes: burguesia e proletariado. Em outras palavras, a conversão do produtor direto em trabalhador expropriado da terra e de suas condições de trabalho, ou seja, com a propriedade exclusiva da sua força de trabalho, convertida em mercadoria, e a transformação dos meios de produção em capital; o que significa "a destruição da propriedade privada, baseada no trabalho"¹.

MARX considera a existência de classes intermediárias, de classes em tradição, entre as quais a pequena burguesia e o campesinato.

Nas Lutas de Classe na França (1850) MARX fala da classe camponesa como sendo a classe majoritária da sociedade francesa e considera os camponeses como proprietários nominais.

Ao falar dos camponeses parcelários no 18 Brumário (1852) MARX se refere a estes como uma classe que vive em situações muito semelhantes, que quase não se relacionam entre si porque suas condições de produção como que o impedem. Seu modo de produzir, a parcela, impede qualquer divisão do trabalho e a utilização da ciência. A família camponesa parcelária limita-se, quase que exclusivamente, a relações em seu interior e com a natureza².

Devido a essas condições econômicas, ao modo de viver, interesses e cultura diferente ã de outras classes, às

quais se opõe, MARX considera o campesinato uma **classe em si**. Mas enquanto não se desenvolve uma comunidade de interesses, que engendre uma união nacional e uma organização política, MARX não considerava o campesinato uma **classe para si**. Porquanto nessas condições os camponeses são incapazes de fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome, são incapazes de representar-se por si mesmos, tendo, em consequência, que ser representados³.

Assim, quando se fala dos camponeses, em qualquer sociedade historicamente determinada, esta afirmação de MARX freqüentemente acompanha as observações feitas sobre o comportamento político e organizativo dos camponeses⁴. Só que se esquecem e omitem as ressalvas que o próprio MARX faz a esta colocação. No mesmo 18 Brumário ele afirma não referir-se aos camponeses revolucionários, mas àqueles que apoiavam a dinastia dos Bonaparte, os camponeses conservadores. Não se referia aos camponeses que lutavam contra as condições da parcela, contra a velha ordem. Já naquela época MARX considerava, na própria França Bonapartista, que a propriedade parcelaria do camponês era um simples pretexto para o capitalismo extrair da terra lucros, juros e renda, vendo-se o camponês obrigado a ganhar, como podia, um salário. Para MARX, os camponeses não estavam mais, como na época de Napoleão, em consonância com a burguesia, senão "em contraposição com os interesses da burguesia e do capital". Em razão disto MARX afirma a ligação e necessária aliança dos camponeses com o proletariado urbano, chefe natural dos camponeses, e que tem por missão derrotar a ordem

burguesa⁵.

Nesta obra MARX supera claramente sua posição radical em relação ao campesinato, expressa em Trabalho Assalariado e Capital (1847) e no Manifesto (1848), nos quais enfatiza o caráter reacionário e conservador do campesinato e da classe média burguesa. Nestes trabalhos ele os condena a uma ruína inevitável contra a qual lutam, enfrentando-se à burguesia, mas não como revolucionários, e sim como classes conservadoras, que querem conservar-se como classes médias. Lutam sim, contra sua proletarização, mas não para superar as relações burguesas.

Esta superação fica expressa, também, em as Lutas de Classe na França de 1848-1850, no qual MARX analisa a derrota do movimento operário de junho de 1848.

Nesta obra MARX diz que o próprio movimento do proletariado industrial só pode ir para a frente se a ele incorporar a própria luta camponesa e a da pequena burguesia (a "*luta contra os modos de exploração secundários do capital*"). Segundo MARX, o avanço do movimento operário revolucionário deve incorporar, sublevando, o campesinato e a pequena burguesia (a "*massa da nação*") contra a dominação do capital. Ao mesmo tempo deve levá-los a se unirem com o proletariado, como sua própria vanguarda. Isto quer dizer que a transformação da sociedade vigente por uma nova deve de **aliar**, unir, as lutas das diferentes expressões da classe explorada, sem que isto signifique substituir uma pela outra já que ambas se complementam, são necessárias para a

própria transformação social. Em outras palavras, a própria revolução proletária requer, para MARX, a Aliança operário-camponesa, como a denominaria mais tarde LANINE.

A respeito afirma ENGELS: "contra a vontade dos pequenos camponeses não cabe, na França nenhuma transformação revolucionária duradoura"⁶.

Contudo, JULIO MOGUEL nos diz que, se MARX modificava sua visão com respeito à participação camponesa nos movimentos operários europeus, em suas análises sobre o colonialismo e a participação das "massas periféricas" continuava sendo "rigorosamente eurocentrista"⁷. Mas, na medida em que aprofunda seus estudos sobre a Rússia czarista, fica cada vez mais claro para MARX, como para ENGELS, a necessidade de relacionar a iminente revolução camponesa russa com a revolução proletária européia:

*"Si la revolución rusa da señal para una revolución proletaria en Occidente, de modo que ambas se complementen, la actual propiedad común de la tierra en Rusia podrá servir de punto de partida a una revolución comunista"*⁸.

Como pode ser observado em seus escritos de divulgação, rascunhos, estudos econômicos, políticos e outros, MARX e ENGELS modificaram suas argumentações no transcurso da experiências revolucionária da Europa e do seu próprio avanço no conhecimento da história social do Oriente e de outras regiões do mundo, entre elas a Rússia.

Essas novas concepções atingiram sua visão, tanto so

bre a revolução no Ocidente quanto sobre a configuração social das classes e sua prática revolucionária.

No que diz respeito a MARX, GOMEZJARA⁹ considera que os novos conhecimentos adquiridos por MARX permitiram ao pensamento Marxista a) fundamentar a visão dialética da lei do desenvolvimento desigual e combinado, b) reconhecer que o primeiro modo de produção que dissolve os outros e se faz universal é o capitalista, c) aceitar que os países onde o capitalismo não se encontra desenvolvido não precisam percorrer fatalmente as mesmas etapas dos países de capitalismo avançado, o que permite conceber o mundo contemporâneo como uma unidade, uma totalidade cujos processos de transformação não são lineares, mas dão-se por saltos, d) considerar os camponeses como uma classe que, além de sobreviver ao capitalismo, pode lutar contra ele, a condição que se una à perspectiva do proletariado, a classe revolucionária por excelência.

As considerações até agora salientadas não anulam, porém, a tendência que MARX assigna ao movimento social do capital: a decomposição do campesinato e sua proletarização, já que esta é a base da formação da força de trabalho adequada para a valorização do capital.

Esta tendência, é, porém, uma concreção dialética, uma materialização histórica, portanto determinada pelas contradições mesmas do capital. Essa tendência não é linear, nem se dá "in instante" ou de forma mecânica: dada uma condição, concomitantemente se dá sua consequência.

Os trabalhos de MARX deixam perceber essa tendência dialética. Por isso retoma e reformula suas próprias análises, complementando-as e até criticando-as. Isto se pode constatar por exemplo, na carta a VERA ZASULICH.

"La fatalidad histórica de este movimiento está, por lo tanto explícitamente limitado a los países de Europa Occidental, donde la propiedad privada, fundada en el trabajo personal (...) está en vías de ser suplantada por la propiedad privada capitalista, fundada en la explotación del trabajo de otros"¹⁰.

Segundo GOMEZJARA a concepção inicial de MARX sobre o campesinato e sua transição é a que termina impondo-se, graças a KAUTSKY e LENINE, e é a que domina desde a III internacional¹¹. Mas o próprio LENINE a superará mais tarde no transcurso dos acontecimentos históricos na Rússia de 1905 a 1917.

Não podemos esquecer, porém, que MARX analisa e estuda a sociedade moderna desde a perspectiva da tendência de sua dominação e exploração capitalista. Não nega outras realidades econômico-sociais, pelo contrário as afirma (Grundrisse); mas quando as analisa é desde a perspectiva da dominação capitalista da sociedade.

Ora, se a sociedade não é estática, se os modos de produção são históricos, como o próprio domínio de classe, há que analisar a sociedade atual a partir de suas tendências ao domínio concreto do capital. Estas tendências, porém, são determinadas pela contradição do movimento social,

ou seja, são tendências em que os contrários que se opõe não se excluem (A-B) mas configuram uma unidade dialética de oposição-inclusão; em que os opostos não só se diferenciam, mas cuja existência implica a existência de opostos (A- não A).

2 - ENGELS

Para ENGELS¹² os camponeses são uma população diversificada e diferenciada. Dá a impressão que ENGELS se refere ao "homem do campo", ao habitante rural, pois distingue três grandes categorias: a) os grandes proprietários (latifundiários); b) os grandes camponeses, que para ele fazem parte da grande burguesia, com os médios camponeses, os quais se diferenciam pelo tamanho das terras, a escala da produção e pelo emprego de criados e jornaleiros; e finalmente c) os camponeses parcelários (proprietários ou arrendatários), com os pequenos camponeses cujas terras não dão nem para o sustento da família. Estes não empregam trabalho alheio.

Estes camponeses, parcelários e pequenos, são denominados por ENGELS de camponeses pobres, os quais, por sua vez estão diferenciados em categorias: os camponeses feudais, (ainda prestam serviços pessoais), os rendeiros, (dependem dos proprietários latifundiários) e os proprietários de um pedaço de terra (dependem do usurario). Os pequenos camponeses são os mais explorados pelo burguês e pelo capitalista usurario. Embora apegados a sua propriedade, esta na reali

dade, pertence ao usurario. Além dessas categorias de camponeses existem os assalariados agrícolas, os quais crescem cada vez mais e são o aliado natural, mais numeroso, dos operários industriais¹³.

Embora ELGELS reconhecesse a origem feudal do camponesinato, diferenciava o camponesinato moderno do feudal por: a) estar liberado dos tributos feudais e ser proprietário livre da sua parcela; b) não ter mais a proteção da comunidade autônoma, nem o usufruto das terras comunais; c) sua economia não ser mais natural, estando dominada pela economia monetária e pela grande indústria, chegando seu fim com a produção capitalista.

Como MARX, ELGELS acredita estarem os camponeses condenados a desaparecer, transformando-se em proletariado:

*"Este pequeno campesino, es por tanto, como el pequeño artesano, un obrero que se distingue del proletario moderno, por el hecho de hallarse todavía en posesión de sus medios de trabajo"*¹⁴.

Mas esse pequeno camponês não tem mais, segundo ENGELS, a liberdade real sobre sua terra, obtida com o fim da servidão feudal, pois ele, o pequeno lavrador que cultivava a sua terra, não se encontra mais em posseção segura de seu pedaço de terra, não sendo, portanto, livre.

Mas não são somente os camponeses que estão sendo liquidados pelo regime capitalista. Para ENGELS também o estão os latifundiários, devido à competição dos produtos agrícolas no mercado mundial.

Dado que o modo de produção capitalista "liquida o nervo vital da pequena produção", o camponês, como futuro proletário, deve ser conquistado pelo partido socialista, ainda que não preste ouvidos à propaganda socialista, impedido, no momento, pelo "instinto de propriedade que leva na massa do sangue"¹⁵. Este instinto foi muito reforçado por ENGELS, além de referir-se ao campesinato como aquele que via no socialdemocrata um inimigo da sua parcela, da sua terra. Foi fácil, pois, deduzir das colocações de ENGELS que o campesinato é, por natureza um inimigo do proletariado, passando este a ser um dos ligares comuns referidos ao camponês.

*"Cuanto mas difícil se le hace la lucha por su jirón de tierra en peligro, mas violenta es la desesperación con que se aferra a el y más tiende a ver en el socialdemócrata, que habla de entregar la tierra a la colectividad, un enemigo tan peligroso como el usurero y el abogado"*¹⁶.

camponesa, especialmente quando ainda o proletariado não é a maioria da população. Em condições como esta, o proletariado deve buscar seus aliados entre a pequena burguesia, o lumpem-proletariado das cidades, os camponeses pobres e os assalariados rurais, ou seja, os operários agrícolas.

Para ENGELS de 1894 (O problema Camponês na França e na Alemanha), o campesinato é um fator essencial da produção e do poder político. É ainda a maioria da população, com exceção, no Ocidente, da Inglaterra, onde a agricultura

em grande escala e a grande propriedade deslocam totalmente o camponês que cultivava a terra para si, e, no Oriente do Elba, na Prússia, onde esse processo dava-se de maneira acelerada, trazendo como consequência a iminente desaparecimento do campesinato, passando este a um segundo plano econômico e político.

Mas para ENGELS o campesinato tem se mantido como fator de poder político, na maioria dos casos, por sua apatia, cujas origens se encontram no próprio isolamento da sua vida. Por isto têm sido fácil à burguesia e aos latifundiários inculcar nos camponeses desconfiança e ódio contra os operários socialistas. O campesinato têm sido objeto de endoutrinamento por parte da burguesia desde que apareceram na Europa os primeiros movimentos operários. É que para ENGELS a apatia política camponesa "*é o mais forte apoio*" com quem conta, tanto a corrupção parlamentar, quanto o despotismo. Esta apatia, porém, pode ser superada, pelo que o partido do proletariado revolucionário deve ganhar os camponeses, "*como futuros proletários*" para poder conquistar o poder político¹⁷.

3 - LENINE

Seguindo a linha de ENGELS, LENINE diferenciava o campesinato do latifundiário pelo tamanho das fazendas, a quantidade de terras que possuem a título de propriedade privada e pela livre disposição que tinham de vendê-las ou comprá-las. Os latifundiários tinham essa possibilidade, os camponeses não.

Por sua vez os camponeses são diferenciados por LENINE em três categorias: camponeses ricos, médios e pobres. Os critérios de diferenciação eram a propriedade e tamanho das terras, o emprego de força de trabalho alheia e o número de cavalos ou de gado que possuíam¹⁸.

Segundo LENINE, os camponeses ricos são como os grandes proprietários: utilizam trabalho alheio, possuem terra, instrumentos de trabalho, equipamentos agrícolas, mais de uma junta de bois e muitos cavalos. Sua existência se deve a que muitos camponeses pobres se assalariam e abandonam suas parcelas. Na luta entre burguesia e proletariado os camponeses ricos estão do lado dos proprietários e contra o proletariado.

Os camponeses médios, mesmo possuindo terra, não exploram força de trabalho alheio. Pelo contrário, são explorados pelos latifundiários e vizinhos ricos. Mas todos eles têm seus olhos postos nos camponeses ricos, querendo ser proprietários. Como os camponeses pobres, também se assalariam não conseguindo poupar nem pagar as dívidas.

Os camponeses pobres estão, para LENINE, condenados à ruína, a proletarizar-se. São praticamente proletários que vivem de um salário e não tanto da terra. O camponês pobre é, segundo ele, um semi-proletário.

Como pode-se observar, as diferentes categorias camponesas, como também estas em relação com os latifundiários, estão baseadas no critério de riqueza, como diria HAMZA ALAVI¹⁹. É que, para LENINE, o aparecimento da desigual

dade nos bens que se possuem, é o ponto de partida do processo de diferenciação camponesa, o qual só para com a ruína e liquidação do camponês enquanto tal²⁰.

Esta diferenciação, era, segundo ele, resultado, também, das relações da economia camponesa com o mercado capitalista.

Em sua polêmica com os populistas, que pretendiam ver no campesinato da época a expressão de uma economia natural, LENINE via-o inserido numa economia mercantil. Portanto, as relações econômicas e sociais no campesinato mostram a existência das contradições próprias a toda e qualquer economia mercantil e capitalista. Essas contradições são: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada, alugada ou tomada), a concentração da produção e o deslocamento da maioria para as fileiras do proletariado²¹.

*"No hay ni un sólo fenómeno económico entre los campesinos que no tenga esa forma contradictoria, propiedad específica del régimen capitalista, es decir, que no exprese la lucha y el desacuerdo de intereses, que no represente un más para unos y un menos para otros"*²².

Daí que para LENINE essas contradições mostrem de maneira irrefutável que as relações econômicas da aldeia camponesa, da comunidade aldeã, não sejam um tipo especial de economia natural, de produção popular, e sim um tipo corrente, pequeno-burguês. Não entra em antagonismo com as rela

ções capitalistas, pelo contrário, lhes servem de base. O camponês da comunidade é, para LENINE, a base mais profunda e mais sólida: mas profunda, posto que na comunidade fornam-se constantemente elementos do capitalismo; e mais sólida, porque as transformações nas relações sociais e desenvolvimento das forças produtivas são mais lentas e graduais, dado o peso da tradição e da vida patriarcal na economia camponesa.

Esse conjunto de contradições econômicas que existem no seio do campesinato constituem, para LENINE, a sua decomposição ou descampesinização²³.

Para LENINE esse processo de descampesinização é de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo agrário, já que dele surge, não só a diferenciação camponesa, mas também um mercado interno, em relação ao qual se divide o campesinato em três grandes estratos: ricos e médios e pobres camponeses; é um mercado interno de bens de consumo para os camponeses proletarizados e um mercado de meios de produção para os camponeses transformados em burguesia rural.

"La descomposición de los campesinos crea un mercado interno para el capitalismo, transformando, por una parte, al campesino en bracero y, por otra, en pequeno produtor de mercancias, en pequeño burgués"²⁴.

Como pode perceber-se, LENINE salienta enfaticamente as relações mercantis no processo de transformação capitalista do agro. Sua atenção e análise detêm-se especialmen

te no mercado, mais que na própria produção.

Sendo que os **pobres do campo**, - denominação dada por LENINE tanto aos camponeses pobres, como aos médios - como os trabalhadores do campo, são praticamente proletários, seu partido deve ser, segundo LENINE, o dos seus irmãos, os proletários da cidade. Por isso mesmo devem seguir as orientações do proletariado urbano, que já conhece as causas de sua própria dominação e exploração, assim como a dos próprios camponeses. Estes, contudo, ignoram por que vivem na miséria e por que se arruinam, como também ignoram como libertar-se. Por isso devem seguir os operários da cidade para lutar contra a dominação e exploração de que são objeto, e contra a sociedade que as veicula²⁵.

Vemos, pois, que assim como MARX e ENGELS proclamavam a aliança entre camponeses e proletários, LENINE a converte numa de suas teses fundamentais²⁶. A respeito nos diz ALAVÍ que com LENINE foi dado aos camponeses um lugar definitivo na estratégia revolucionária (bolchevique), com o slogan a Aliança Operário-Camponesa.

Assim como seus antecessores, LENINE, graças a sua prática como a própria experiência revolucionária, vivida na Rússia de sua época, modificou tanto algumas de suas formulações teóricas, quanto sua própria prática. As mudanças podem ser captadas através de sua própria formulação da Aliança Operário-Camponesa. Num princípio via a força da revolução democrático burguesa no campesinato rico, nos Kulaks, por encontrarem-se estes em luta contra o regime servil.

Mas sempre sob a direção do proletariado urbano, já que o movimento do proletariado rural, por estar ainda fortemente vinculado ao campesinato, não poderia ter nem adquirir uma significação nacional, por estar ainda condicionado pela pequena exploração que dispersa, isola e dissocia os trabalhadores. Ela não lhes dá a possibilidade de adquirir uma consciência de sua solidariedade de classe, de unir-se para lutar, não contra pessoas, mas sim contra o regime. A base dessa aliança não é mais o camponês rico mas os pobres do campo²⁷.

Como um todo (com seus três estratos) o campesinato é para LENINE uma classe que não pertence ao modo capitalista de produção. É uma classe reacionária que tende, como toda pequena burguesia, a perpetuar a propriedade privada, o status quo. É uma classe-estamento²⁸ ou seja, a de uma sociedade dominada pelo regime da servidão (feudal). Contudo, o partido operário deve estar ao lado do campesinato como um todo e apoiá-lo em sua luta contra a servidão:

"El partido del proletariado no sólo debe a apoyar al campesinado en su lucha contra todos los restos del régimen de la servidumbre, si no también impulsarle en la lucha"²⁹.

Segundo LENINE o campesinato como um todo é revolucionário, como classe que se opõe ao regime servil, mas enquanto classe da sociedade burguesa é mais que tudo um elemento conservador. A razão disto é que o camponês-proprietário tem condições de assumir, como efetivamente tem acontecido, movimentos democráticos, mas defende sua condição

privilegiada com relação ao proletariado.

É falso, portanto, para LENINE, conceber os camponeses e operários como constituindo uma mesma classe, já que o camponês-trabalhador na realidade é um pequeno proprietário, um pequeno burguês que, em questões políticas, vacila entre o proletariado e os capitalistas. Contudo, não existem divergências radicais entre os interesses dos operários e dos camponeses-trabalhadores e exploradores. Por isso pode dar-se, segundo LENINE, uma aliança, uma **coligação honrada** entre proletários e camponeses³⁰.

Assim como o partido operário implica um processo de educação política das massas, a própria aliança operário-camponesa não escapa dela. As massas trabalhadoras em geral devem educar-se politicamente. Esta é, precisamente, uma das tarefas do partido.

Para LENINE a consciência de classe (consciência política) não surge espontaneamente. Não bastam as condições objetivas para seu desenvolvimento; precisa-se também de condições subjetivas. A consciência de classe não se produz somente na ação política, mas também na teoria e no conhecimento científico da totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e de classe. Portanto, a consciência política de classe é levada ao operário, e com maior razão ao camponês, desde fora, desde o exterior de sua prática cotidiana (trabalho, produção). É preciso, pois "*dar uma orientação revolucionária concreta, saber **ajudar a ver claro...***"³¹. aos camponeses em luta contra o regime da

servidão. Mas isto só o pode fazer o partido do proletariado.

LENINE entendia a teoria como guia da ação. Teoria e prática eram para ele uma unidade dialética e a objetividade científica do movimento operário, como do próprio partido, radicavam, nessa relação teoria-prática. Por outro lado, o Partido, expressão dessa relação, se constitui na mediação necessária que liga a teoria ao movimento, superando dessa forma a experiência imediata da reação espontânea das massas trabalhadoras³².

Poder-se-ia dizer que, como ENGELS, LENINE concebe a aliança entre camponeses e operários como algo estratégico, tático, nas condições de um capitalismo não plenamente desenvolvido. Tendo em vista que os **pobres do campo** em verdade são objeto da exploração de classe, que só são camponeses pelo nome, mas em realidade são assalariados, operários, não há que esperar pela sua proletarização total, quando é possível, através do trabalho do Partido, desenvolver sua consciência revolucionária. Essa aliança, porém, não terá a direção do campesinato. Embora suas reivindicações permaneçam como tais. A direção estará nas mãos da própria vanguarda do proletariado.

Embora MARX, ENGELS, LENINE e MAO³³ não divirjam profundamente ao mostrar as origens feudais do campesinato, ao concebê-los como "massa" diferenciada e ao descrever sua forma de organizar a produção, divergem, porém, no que diz respeito à participação camponesa em um processo revolucio

nário de transformação de uma sociedade baseada na exploração de classe:

A população rural para todos eles está basicamente constituída por latifundiários, camponeses e operários agrícolas.

Os camponeses parcelários (proprietários ou arrendatários - parceiros), médios ou pobres, encontram-se para todos eles em processo de proletarização, em sua grande maioria. Condicionados pelas relações de propriedade da terra, como também pelas próprias condições de produção - a parcela -, adotam atitudes vacilantes frente às lutas no campo, o que faz necessário, para sua definição política: a) um processo de educação que deve ser realizado pelo Partido, o partido dos operários das cidades, sendo necessário, portanto, uma aliança operária camponesa³⁴; b) condições que ao gerar-se em torno ao campesinato levem-no a antagonizar a burguesia e o capital, obrigando os camponeses a se aliarem aos operários das cidades³⁵; c) sendo as relações de propriedade as que condicionam o envolvimento político do campesinato, são os camponeses pobres a principal força da luta no campo, "*a coluna vertebral do movimento*"³⁶, contrário ao colocado por LENINE, que via, num primeiro momento das lutas, o maior potencial revolucionário do campo nos camponeses ricos.

2.2 - INEXISTÊNCIA OU INEXPRESSIVIDADE DO CAMPESINATO

Vimos que os clássicos do Marxismo consideravam o campesinato como sendo de origem feudal ou pré-capitalista, o que não deixa de ser, até certo ponto, verdade, ao se tratar do campesinato europeu. Pensavam também que, em sua maioria, o campesinato se transformaria necessariamente em proletariado, ao passo que uma pequena parcela dele far-se-ia burguesia agrária. Destas afirmações dos clássicos inferiu-se muita coisa para o campesinato latinoamericano e, dentro deste, o brasileiro.

Os estudos das relações de produção dominantes, das estruturas fundiárias e da configuração das classes sociais no agro latinoamericano, inserem-se em discussões que marcam época no continente, sobre a dominação de relações feudais ou capitalistas, na formação econômico-social latinoamericana. Discussões que levaram a rever até mesmo as formas escravistas que caracterizaram grandes regiões do continente, sem excluir o Brasil, os litorais (Atlântico e Pacífico) da Colômbia, a República Dominicana e o Haiti, nas Antilhas.

Tais discussões não se limitaram, porém, à caracterização feudal, escravista ou feudal da América Latina, mas deram origem a novas formulações conceituais, como, por exemplo, a do Modo de Produção Colonial. Estas discussões em sua época não se preocupavam apenas com um maior entendimento acadêmico da formação latinoamericana. Estavam elas intimamente ligadas a propostas de ação política dos partidos

comunistas do continente, como também às políticas de desenvolvimento dos Estados nacionais. Por não ser este o propósito deste estudo, não entraremos nos debates daquela época; queremos, porém, salientar que grande parte da produção teórica atual ainda se encontra ligada aos debates que então se travaram.

O fato de se aceitar a dominação das relações sociais capitalistas, na América Latina, permitiu superar, em parte, as análises feitas em termos dualistas: atraso - desenvolvimento, tradicionalismo - modernização. Este reconhecimento, levou por outro lado, a conceber algumas colônias latinoamericanas como materização avançada do modo de produção capitalista, com uma divisão social em classes que já reproduzia classes básicas de modo: burguesia e proletariado, tanto na agricultura como na indústria. Desde tal perspectiva conceitual, conceber os trabalhadores na agricultura como camponeses, além de ser uma incorreção teórica, era também um erro político.

1 - CAIO PRADO JÚNIOR

Ao analisar a estrutura agrária brasileira, CAIO PRADO JÚNIOR diria que, o assim chamado camponês, salvo algumas exceções, sempre forneceu mão-de-obra aos grandes proprietários. Por outro lado, a produção agropecuária, associada à propriedade e controle de grandes extensões de terra, sempre foi um empreendimento mercantil, que se destinou principalmente ao comércio exterior. Desde a Colônia, os

proprietários foram sempre empresários e homens de negócio; e os trabalhadores, fornecedores de mão-de-obra.

Aquilo que CAIO PRADO Jr. afirma do Brasil foi dito, ou presumiu-se aplicável, também aos grandes proprietários de terra de outros países do continente, desde a época colonial, posto que a produção agropecuária fundamental, assim como a extração mineral, se destinava principalmente às metrópoles européias.

Se para alguns autores por exemplo, PASSOS GUIMARÃES no Brasil e CARLOS MARIÁTEGUI no Peru - a presença da grande propriedade agrária e as formas de trabalho com ela relacionadas são expressão de relações feudais, para CAIO PRADO Jr. não somente elas expressam uma produção mercantil, como também revelam, apenas, diferentes modalidades de pagamento de serviços, embora este não se fizesse em dinheiro e sim sob formas variadas, como, por exemplo, a cessão ao trabalhador de terras para suas culturas próprias ou criações. Dessa forma, as distintas formas de parceria não seriam se não concreções específicas de relações capitalistas de trabalho, ou, como diria ele, tais relações "... tem um carãter de locação de serviços que constitui a real essência das relações de trabalho na agropecuária brasileira" ³⁷. Portanto, seja na forma de concessão de terras para culturas próprias do trabalhador, seja quando este recebe apenas parte do produto do seu trabalho, se está "na realidade e em essência", frente a um empregado "assimilável ao assalariado; de que se distingue unicamente pela natureza da remuneração recebida" ³⁸. Só na aparência formal é que se

têm relações de parceria. As diferentes modalidades de pagamento são, por conseguinte, expressões do assalariamento, enquanto relação generalizada e característica da agropecuãria brasileira. Em consequência, as relações entre proprietários e trabalhadores, revelam, segundo CAIO PRADO Jr., a existência e a operação de um mercado livre de trabalho.

A pequena propriedade no Brasil, além de estar subordinada à grande e ver-se condicionada pelas relações de produção que caracterizam a estrutura agrária nacional, segundo ele, surge a partir da divisão da grande propriedade, em algumas áreas do país; mas no conjunto da estrutura agrária continua a ser algo excepcional e restrito àquelas poucas áreas, que "... nada mais são que margens e sobras que lhe concede a grande exploração lá onde não vingou ou sofreu algum acidente fatal"³⁹. A pequena propriedade multiplica-se, porém, às custas de seu próprio fracionamento, alcançando seus proprietários níveis de vida tão baixos que os aproximam dos trabalhadores sem terra, que se empregam nas grandes propriedades.

Para CAIO PRADO Jr. não cabe, pois, falar de feudalismo no caso do Brasil. Mais próprio seria falar de escravismo, plantation system, ou de trabalhador escravo. Para ele, um feudalismo como o da Europa medieval ou da Rússia czarista, não se deu no Brasil. A base do sistema econômico-social não foi jamais uma economia camponesa, sustentada na exploração parcelária da terra. E a apropriação do sobretrabalho camponês não se fazia, portanto, através de uma classe de origem aristocrática, mediante privilégios a ela

outorgados pelo regime social e político vigente, que configurassem relações de dependência e subordinação pessoal do camponês⁴⁰.

A grande propriedade da terra no Brasil não se sobrepôs a uma economia camponesa pré-existente. Para CAIO PRADO, não é através daquilo que mais se aproxima a uma economia - "a exploração parcelária e individual do pequeno produtor camponês que trabalha por conta própria e como empresário da produção, em terras suas ou arrendadas"⁴¹. - que se estrutura e fundamenta a grande exploração mercantil, além de ser a pequena produção um setor residual e de extração recente.

Além disso, a maioria expressiva dos trabalhadores rurais, apesar das aparências, não são camponeses, não são trabalhadores que lutam pela terra e sim pela melhoria de suas condições de trabalho e emprego. Trabalhadores que reivindicam a terra são, na sua expressão, de relativa insignificância regional, tanto econômica quanto demográfica. E tal reivindicação nada têm a ver com sistemas agrários feudais ou derivados destes, nem com remanescentes de tais sistemas⁴².

Esses trabalhadores limitam-se para CAIO PRADO a três setores de somenos importância:

- 1) Certas áreas intermédias entre a Zona da Mata e o Agreste, no Nordeste brasileiro. Nestas áreas se desenvolveram as Ligas Camponesas.
- 2) Ocupantes de terras virgens em zonas pioneiras ou

posseiros que lutam contra os grileiros, especuladores com títulos forjados ou obtidos de forma irregular;

3) De grande abrangência geográfica, mas de pequeno vulto demográfico, é a luta pela ocupação e utilização da terra, travada por pequenos produtores de subsistência, sem terras próprias ou desalojados de suas terras para dar lugar a pastagens. Este último processo, produto da concorrência entre agricultura e pecuária de corte, nada têm que ver com um processo democrático burguês, que tentaria eliminar os restos feudais ou semifeudais no país.

As contradições fundamentais no campo brasileiro não são, para PRADO, de origem feudal e sim contradições que dizem respeito a condições de trabalho e emprego na grande exploração rural. E é a partir delas que os trabalhadores rurais organizam suas lutas contra a grande exploração.

Para concluir, pode-se afirmar que para CAIO PRADO Jr. os trabalhadores das grandes explorações agropecuárias "... não são 'camponeses' no sentido de produtores autônomos e parcelários, e sim empregados". Eles são assimiláveis aos assalariados "pela natureza de suas relações de trabalho", mesmo quando não são assalariados puros. Ainda mais, as "relações formalmente não-capitalistas" que se encontram no agro brasileiro, tendem, segundo ele, a desaparecer por si mesmas de forma espontânea, na medida do sucesso financeiro e do aumento da rentabilidade da produção emp

sarial, como também devido aos conflitos e contradições internas à economia agropecuária com remanescentes coloniais de caráter escravista⁴³.

Os estudos de CAIO PRADO Jr. sobre a questão agrária revestem um caráter nitidamente crítico com respeito a posturas teóricas feudalistas, bem como a suas conseqüências de caráter prático-político. Desta crítica advém sua rejeição àquelas saídas políticas que pretendem superar o feudalismo mediante uma reforma agrária, entendida como simples distribuição de terras. Por isso, atribue ele grande importância às reivindicações trabalhistas, e às que visam a melhoria das condições de vida do trabalhador rural. Se o Brasil é essencialmente capitalista, as saídas políticas devem propor-se superar o capitalismo, embora existam remanescentes escravistas, como são as relações semi-servi.

Para CAIO PRADO Jr., tanto as estruturas agrárias brasileiras, como as classes e contradições no campo, são as de uma sociedade capitalista. Em conseqüência, as contradições e lutas no campo não são personificadas por camponeses versus latifundiários (entendidos como senhores feudais), salvo, as exceções acima assinaladas. A luta pela terra não pode, portanto, constituir o centro das reivindicações e do conflito. No conjunto das estruturas agrárias nacionais ela é algo de somenos importância, uma reivindicação de "segunda ordem" e de "pequena expressão".

As contradições e lutas no campo são personificadas pelos empresários agrícolas e pelos trabalhadores, emprega

dos ou assalariados, de diferentes modalidades. A luta destes é por melhores condições de trabalho e por melhores condições de vida, assim como pela aplicação do estatuto do trabalhador rural.

As colocações de CAIO PRADO Jr., parecem-nos sem dúvida alguma de grande importância, no que diz respeito à caracterização feudal do Brasil, o que também não deixa de ter validade para o restante da América Latina. Mas, como já esclareceu WANDERLEY, ao colocar-se ele em oposição extrema às posições feudalistas, termina por reduzir as diferentes formas de luta pela terra a algo de segunda importância política, ao mesmo tempo que considera insignificante a presença do produtor familiar, sem contudo analisá-la suficientemente⁴⁴.

A insistência de CAIO PRADO Jr. em afirmar que as relações fundamentais da sociedade brasileira são capitalistas permite-lhe contribuir positivamente à compreensão da questão camponesa. Embora reconheça uma forma **aparencial** camponesa nos trabalhadores das grandes explorações agropecuárias, ele, contudo, não a desenvolve, identifica-a apenas com a forma de remuneração de sua força de trabalho: não é o trabalhador que paga ao proprietário uma renda pela terra e sim o proprietário que remunera o trabalhador sob a forma do uso da terra⁴⁵. Como se vê o reconhecimento da **forma aparencial camponesa** constitui outra contribuição do autor; não a analisa, porém, como renda fundiária e sim como forma de pagamento, isto é, como forma de exploração do trabalho; em outras palavras, como forma de apropriação

de mais valia.

CAIO PRADO Jr. privilegia portanto as relações de trabalho, enquadrando nelas as contradições e conflitos principais no campo. Cae, no entanto, em uma postura formalista, parecendo condicionar a existência do capitalismo ao salaríato, partindo sua análise de uma "categoria subordinada" não determinante.

2 - BARRIGHELLI, FALLACI e BRONHARA

Abordagem teórico-metodológica diferente têm BARRIGHELLI, FALLACI e BRONHARA⁴⁶ que analisam a questão agrária no Brasil, dando ênfase à particularidade da formação social brasileira. Esta particularidade se revela nas condições de reprodução e dominação das classes, bem como na reprodução da propriedade agrária burguesa. De modo diferente ao que se deu na Europa, aqui não se deu para eles a separação total do trabalhador das condições objetivas do trabalho, nem entre o capital agrário e o industrial. O capitalista é, ao mesmo tempo, proprietário da terra, do capital e da manufatura. De tal forma que

"... a imobilidade do trabalhador - conjugada à produção dos meios de subsistência (aumento da jornada) para si próprio - é a condição para a reprodução de classe e do regime de propriedade agrária burguesas ao assegurar nas mãos do capitalista os mecanismos de retenção do excedente de trabalho (mais valia do escravo) e da renda suplementar gerada nas pequenas explorações"⁴⁷.

Nas colônias reproduzia-se, portanto, a dominação de classe. O trabalho compulsório, sua imobilidade e sua forma de subordinação serviam de meio para garantir essa reprodução.

Para estes autores é importante entender, não o aspecto formal jurídico das relações de trabalho "mas as formas pelas quais o trabalho se concretiza na produção de mercadorias"⁴⁸.

Para eles, procurar no Brasil o camponês despojado é uma "rigidez metodológica", além de ser um contra-sentido político, como pode constatar-se no programa agrário, quando se propõe uma liga operário-camponesa "cuja base de contradição, em relação ao capital, se formula na problemática do acesso à terra e na apropriação da renda suplementar"⁴⁹. Por isto pretende-se afirmar a existência do camponês em "categorias de trabalho" as mais diversas: meeiros, posseiros, arrendatários, parceiros, agregados, pequenos proprietários.

Para os autores em questão, o camponês é uma "figura típica da transição" de uma sociedade feudal a uma sociedade capitalista, cuja conformação, no desenvolvimento capitalista, assume características peculiares no regime da propriedade agrária e da revolução agrícola. Nessas condições dá-se uma "diversificação crescente": alguns camponeses transformam-se em granjeiros capitalistas e outros proletarizam-se, o que não acontece no Brasil:

"Não há uma expropriação que garanta o surgimento de um campesinato, pois não há a pro

priedade comunal. As demais categorias produtivas não podem compor este campesinato pois sua articulação/re-articulação na produção não dá uma historicidade à classe pretendida, mesmo em se pensando na expropriação progressiva dos pequenos proprietários"⁵⁰.

A questão agrária no Brasil, em consequência, e o programa agrário derivado de seu estudo, devem ser dimensionados desde a compreensão da economia brasileira dentro do modo de produção capitalista "onde o trabalho compulsório apresenta-se como fator básico para a reprodução das condições de classe"⁵¹, sendo então a luta de classes a expressão da contradição principal - Capital/Trabalho - e os antagonismos, os do proletariado (urbano e rural) contra a classe burguesa.

Deste modo, pretende-se com o programa agrário a busca da "identidade do proletariado", o que não quer dizer para eles que "as lutas de classe intermediárias" não sejam importantes para agudizarem as contradições entre capital e trabalho, como seria, por exemplo, a luta pela terra. Essas lutas, contudo, revestem um caráter secundário. O programa agrário, portanto, deverá corresponder a um proletariado rural, que, como o urbano, faz parte de um mesmo movimento operário, embora com lutas específicas, dadas as particularidades dos processos de produção "... e não em função da diversidade das contradições; ou seja, no campo a contradição fundamental é com o capital"⁵². Infere-se de tudo isto que a questão agrária não é a luta pela terra, a luta entre latifundiários e campesinato.

Para os autores em estudo, as formas de prestação de serviços, existentes em alguns setores, são "*peculiaridades de relações de trabalho*" que não podem ser consideradas não-capitalistas.

A abordagem de BARRIGHELI, FALLACI e BRONHARA parece-nos ir mais a fundo na questão do que as colocações de CAIO PRADO Jr., o qual para apreender o capitalismo, parte tanto da mercantilização das relações como da produção. Aqueles autores vão ao miolo da questão, pois, as contradições e os antagonismos no campo são vistos a partir do alicerce mesmo do modo de produção capitalista: a oposição dialética entre Capital e Trabalho. Para eles fica claro que os trabalhadores do campo, mesmo sob "*formas peculiares de relações de trabalho*", como seriam as formas de prestação pessoal de serviços, representam mecanismos de exploração de trabalho. Parece válido concluir por eles que estes são mecanismos de exploração capitalista do trabalho, já que eles concebem tais relações como capitalistas, embora essa conclusão não seja explicitamente formulada por eles. Pois bem. É neste ponto que nos parece falhar a argumentação dos autores, como também na que diz respeito aos pequenos produtores, que eles afirmam serem secundários no conjunto da economia nacional. Não nos parece clara a significação social e econômica destes: não são camponeses, visto que não estamos perante uma transição do feudalismo para o capitalismo, nem perante um processo de expropriação de uma propriedade comunal. Seriam, então, os pequenos produtores uma categoria distinta na escala de produtores agrícolas

que personificam as relações burguesas? São similares aos assalariados agrícolas, como afirma CAIO PRADO Jr., ou apenas personificações residuais do trabalho compulsório nas 'sobras' da grande exploração?

Eles nem colocam o que de forma ampla ficou expresso em CAIO PRADO Jr., como a **forma aparente** do camponês, nem a questionam. Não se posicionam em face do que pareceria ser uma abordagem dialética da questão agrária, como o faz CAIO PRADO Jr.

Falam das "*lutas intermediárias*" como sendo importantes para a luta fundamental entre capital e trabalho. Discordam de que o proletariado agrário seja insignificante, como também não aceitam a afirmação de que o proletariado agrícola só tenha surgido, enquanto classe, a partir da década dos trinta ou quarenta. Finalmente, questionam também a caracterização das lutas no campo, anteriores aos anos trinta, como sendo manifestações de conflitos econômicos, místicos ou milenaristas apenas, de caráter pré-político e portanto não revolucionários. Segundo eles, essas lutas e movimentos expressavam também "*um projeto social que se realiza para a contestação da ideologia dominante e da sociedade capitalista*"⁵³, embora não revelem um programa de ação para a classe, pelo que não surtem efeito. Isto não resulta apenas de uma falta de consciência de classe do "*proletariado nas suas formações embrionárias*", já que tal consciência está em relação com o desenvolvimento das forças produtivas sociais e materiais e no "*relacionamento contínuo com as demais classes*"⁵⁴. Estes questionamentos, porém,

não chegam a mostrar com clareza quem expressaria essas formas embrionárias do proletariado: as formas de trabalho compulsório? Os pequenos produtores, mesmo quando se apresentam no mercado como vendedores de mercadorias?

Ora, se a contradição fundamental na formação capitalista latinoamericana se dá entre capital-trabalho, não fica claro por que a luta dos trabalhadores pela terra expressaria apenas uma contradição secundária: acaso seria porque ter terra significa ter propriedade privada burguesa? ou por que quem luta pela terra é um produtor, e ser produtor é um personagem das relações burguesas de propriedade?

A terra é condição natural, tanto para um processo produtivo determinado, como para o processo de trabalho que nela se realiza. Além disso, a terra constitui um meio de sobrevivência de um determinado trabalhador. Sabe-se também que na sociedade capitalista o dinheiro e as condições de trabalho se transformam em capital; o que não quer dizer porém, que quem possui dinheiro, terra e instrumentos de trabalho seja um capitalista, um proprietário burguês. Ao se identificar terra com propriedade burguesa (e igualmente, dinheiro com capitalista) pode-se cair em posturas formalistas, que impedem de ver o movimento da contradição, Capital-Trabalho, que não se dá sob uma única forma, mesmo quando transpareça mais facilmente sob sua forma típica.

A luta entre trabalhadores expropriados ou expulsos contra os proprietários ou apropriadores não pode ser apreendida como luta entre proprietários pequenos e grandes.

Essa luta também é outra forma na qual se realiza também a mesma contradição entre Capital e Trabalho. É esta que de termina o movimento tanto na agricultura como na indústria, bem como a necessidade de se transformar as relações que de terminam esta contradição. Sendo assim não vemos por que qualificar a luta de trabalhadores pela terra, como secundária ou de somenos importância, como os autores acima estudados. É preciso apenas apreendê-la na dinâmica da contradição fundamental da sociedade capitalista.

3 - CROUCH e DE JANVRY

CROUCH e DE JANVRY⁵⁵ polemizam com os chamados campesinistas, por abordarem estes o campesinato como modo de produção camponês, ou modo de produção mercantil simples. Como estes parecem ver as articulações do campesinato com o feudalismo através do aluguel da terra (sobre-trabalho) e com o capitalismo, mediante a entrega total do produto excedente (mais valia) ao capital, os autores acima mencionados afirmam que isto não constitui articulação nenhuma, mas simplesmente a própria relação de exploração típica de cada um desses modos. Inferem, então, não ser válido conceituar o campesinato como modo de produção, posto que suas especifiidades

"no incluyen ningún conjunto de reglas que permitan, en teoría, su reproducción, o no son reglas distintas al conjunto de reglas de algún otro modo"⁵⁶.

Para estes autores só se poderia falar em "modo de produção".

Eles aceitam e reconhecem a existência do campesinato como grupo social, como classe social essencial a certos modos de produção (feudal, asiático ou hidráulico), embora explorado por outra classe. E como classe social não-essencial nos modos capitalista e socialista, embora neles se achem inseridos por uma relação que "não é essencial ao modo". Contudo, "en la medida en que los miembros individuales pasen a relacionarse entre si y entre ellos y los capitalistas via la relación salarial, empieza a desaparecer el campesinato como grupo" ⁵⁷.

CROUCH e DE JANVRY caracterizam o campesinato, como grupo social reconhecível, pela não separação dos meios de produção e pela utilização do trabalho familiar, sem que haja exploração de uns sobre outros. Fica desta forma descartada a "auto-exploração" da família, no plano da unidade de produção familiar. Este campesinato ainda existe em aparência. Entretanto a causa desta existência é a recente penetração massiva do capitalismo no campo, a partir da segunda metade do Século XX.

Outra manifestação de sua existência são as enormes "massas de famílias que parecem caponesas", quando na realidade são famílias "semiproletárias" ou pertencentes a uma espécie de lumpen-proletariado rural, cronicamente desempregado e brutalmente empobrecido. Apesar de sua aparência de camponeses seria "... ilícito classificá-los como miembros

de un grupo social que realmente se reproduce como grupo, apesar de la expansión capitalista"⁵⁸.

Na verdade, são famílias que por efeito do capitalismo são levados à ruína, expulsas das terras boas. O capitalismo não necessita mais de sua força de trabalho, graças à mecanização, nem de suas terras por sua má qualidade. Em consequência é até irônico, segundo eles, falar de reprodução social camponesa, quando a reprodução material se tornou impossível:

*"Estas familias son más bien deshechos de la forma de producción social que conocemos como campesina"*⁵⁹.

Segundo estes autores, o trabalho nas unidades produtivas familiares é, freqüentemente, um desemprego disfarçado, um desemprego escondido, que na verdade mostra, com o avanço da produção agrícola feita com base no trabalho assalariado, o gradual deslocamento do campesinato como produtor.

Para eles o problema dos campesinistas é que querem ver a proletarização no campo nos mesmos moldes e graus da proletarização urbana, quando na verdade o trabalho agrícola, pelo menos no futuro próximo, seguirá sendo estacional, tendo o trabalhador em pessoa que assumir e custear sua própria reprodução e a de sua força de trabalho: o proletário que planta, no seu quintal, mandioca, feijão, milho, batata doce "*não é um camponês: e simplesmente um proletário que produz seu próprio capital variável, para conveniência do capital*"⁶⁰.

Retomando as análises de BONAJI⁶¹, CROUCH e DE JANVRY afirmam que aquilo que denota a presença do capitalismo é a compra-venda da força de trabalho, isto é, a relação salarial. Mas esta relação pode não se manifestar formalmente. Por exemplo: entre o assalariamento formal e o trabalho na produção mercantil simples existem "*passos intermediários*": o trabalho por empreitada, por tarefa, por ajuste; o trabalho no domicílio ou por ajuste em casa. Outro exemplo: certos tipos de parceria podem ser capitalistas em essência mas não na forma.

Já vimos como CAIO PRADO Jr. vê na parceria um assalariamento disfarçado. MARIA ISAURA P. DE QUEIROZ⁶² a vê como uma sub-categoria do campesinato, por ela definida como camada média de produtores que produzem para consumo próprio e não para a obtenção de lucro. MARIA RITA G. DE LOUREIRO diverge de todos esses autores, pois concebe a parceria como uma relação de produção não-capitalista "*articulada subordinadamente com a relação de produção capitalista de assalariamento*". O parceiro, porém, não é para ela, nem um assalariado, nem um capitalista, é um parceiro, uma relação específica "*de transição histórica para o assalariamento e/ou ... relação intermediária entre a exploração econômica própria e autônoma e o assalariamento*"⁶³. ponto de vista também admitido por ABSALÓN MACHADO, ao estudar as relações de produção da economia cafeteira colombiana⁶⁴. Nenhum destes autores questiona, contudo, a parceria como forma articulada ao salariato. Ela não expressa para eles o que CROUCH e DE JANVRY afirma: uma forma aparente. Eles a con

cebem, antes, como o estado de fato do camponês, ou, quando muito, como uma relação histórica de caráter transicional para o assalariamento.

CROUCH e DE JANVRY derivam conclusões políticas das abordagens que eles denominam campesinistas, e que defendem claramente a reprodução de um campesinato ou de um modo de produção do qual ele seria uma das "classes básicas". Para eles, os campesinistas são uma nova e reacionária versão dos populistas de outrora, que ao mesmo tempo que rejeitam o camponês por serem pequenos burgueses reacionários, idealizam-no como algo exótico, mesmo quando hoje o processo de absorção ou diferenciação do campesinato está a tal ponto avançado que não existem mais mecanismos que o possam freiar ou impedir.

Este processo cria por certo problemas políticos, que se trata de resolver através de reformas agrárias, ou de projetos de desenvolvimento rural integrado, os quais não representam outra coisa senão esforços políticos de legitimação, sendo o neo-populismo o "sustentáculo ideológico" desses esforços. Por isso afirmam eles:

*"La oportunidad para escoger, desde un punto de vista político y social entre la gran propiedad capitalista y la pequeña propiedad mercantil ya desapareció. Pretender que todavía existe, distrae la atención de los problemas fundamentales y sugiere políticas erradas"*⁶⁵.

Para CROUCH e DE JANVRY, como também para CAIO PRADO, BAR

RIGHELLI, FALLACI e BRONHARA, a política para o campo deve dirigir-se ao bem-estar das diferentes forças do proletariado, enquanto classe explorada.

Nestas abordagens se sobrepõe ao aspecto acadêmico, o interesse da prática política: se a formação latinoamericana materializa "uma forma de existência e de reprodução do modo de produção capitalista"⁶⁶, os movimentos de transformação desta, assim como as lutas das classes que os protagonizam, deve dirigir-se a desencadear, não uma revolução democrático-burguesa, como poderia ser a de um campesinato consciente e organizado, posto que seria voltar atrás na história e ver ainda nas sociedades latinoamericanas contemporâneas a existência de resíduos feudais, já liquidados pelo próprio desenvolvimento do capital. A revolução deve ser a que é própria de um proletariado consciente e organizado, isto é, a revolução socialista.

De um modo bastante apriorístico, opõe-se o campesinato à transformação da organização da sociedade: se a sociedade encontra-se organizada por relações econômicas e sociais burguesas e se o propósito político camponês limita-se a uma revolução democrático-burguesa, na verdade o que este último projeto propõe não é a transformação da sociedade mas sim sua organização em termos burgueses. Portanto, opõe-se campesinato a socialismo, isto é, a coletivização da agricultura; opõe-se campesinato à transformação da propriedade privada (burguesa) em propriedade social (proletária). Parece que novamente nos encontramos com algo que já foi assinalado na introdução: campo, terra, camponês, são

quase que sinônimos de reacionarismo, individualismo, conservadorismo e tradicionalismo.

Os autores estudados nesta seção trazem grandes contribuições ao entendimento da problemática agrária e campo nasa: desvelam o mito da feudalidade latinoamericana e mostram as características de um capitalismo peculiar. Esforçam-se principalmente para apreender as relações que configuram a sociedade em estudo, em vez de simplesmente descrever os elementos (econômicos, sociais ou políticos) que a compõem. Tratam de compreender essas relações em suas contradições, mesmo que, em certos aspectos, delas se afastem, especialmente no que toca ao campesinato. Em alguns momentos, dá a impressão que o camponês, enquanto forma aparente vai ser analisado como expressão de determinadas contradições, não alheias à sociedade capitalista. Quando, porém, tentam demonstrar as relações do campesinato com a terra, terminam ignorando-o como ser político, negando ou minimizando uma das formas de luta de sua peculiaridade social ou diluindo sua existência social, no atual estágio de desenvolvimento do capital.

Relevante, contudo, nestes autores é a superação das análises, meramente descritivas, das 'estruturas camponesas', e, sobretudo, o fato de fazerem explicitamente uma análise da realidade social, com o propósito de se viabilizar a formulação de um projeto político de transformação e de organização de classe, teoricamente sustentado.

2.3 - CAMPESINATO: UM MODO DE PRODUÇÃO ESPECÍFICO

Como se viu anteriormente, os clássicos do marxismo estudaram o campesinato desde a perspectiva de sua diferen ciação e decomposição social, ou seja, desde seu processo de aburguesamento ou proletarização, quer dizer, de sua ex tinção social. Apoiando-se neles estão os que negam ou mi nimizam sua existência atual, como também aqueles que, reco nhecendo empiricamente a existência de camponeses, levantam novas questões com respeito à permanência e à reprodução de unidades familiares de produção. Para isto apoiam-se nos próprios clássicos, especialmente em MARX, para quem a for ma adequada de propriedade territorial, para os fins da re produção e acumulação do capital, é criada e recriada pelo próprio capital^{66a}.

Entre as novas propostas dadas estão as que se refe rem ao campesinato como um modo de produção específico: o modo de produção camponês⁶⁷, ou modo de produção mercantil simples⁶⁸. Outras variações desta abordagem são as que se referem à forma parcelária⁶⁹ ou a produção mercantil campo nesa ou economia camponesa⁷⁰. Nestas abordagens predomi nam as que veem nesses modos ou formas de produção articula dos ou combinados ao capital, mas subordinados a ele, como sendo necessários e funcionais aos interesses do capital: fi zar o trabalhador no campo, naquelas sociedades onde a in dústria não está desenvolvida suficientemente para absorver a mão-de-obra procedente da agricultura, facilitando assim a reprodução da força de trabalho no campo, a baixos custos

para o capital⁷¹; produzir alimentos a baixo custo, contri
buindo desta forma a manter baixos os salários do proleta
riado urbano e atenuando as reivindicações deste em torno
às lutas salariais⁷².

As contradições dessa articulação seriam, ao mesmo
tempo, a outra cara das lutas entre as classes de cada um
desses modos.

2.3.1 - O Modo de Produção Camponês

1 - TEPICHT

Em "A Natureza da Economia Camponesa" TEPICHT⁷³ anali
sa a economia camponesa como um modo de produção, próximo
ao sentido marxiano do termo, ou seja, como "*conjunto coe*
rente e diferente de forças produtivas e relações de produ
ção entre os homens"⁷⁴. Mas é um modo de produção que
não gera, segundo TEPICHT, uma formação social peculiar. Pel
o contrário, ele se incrusta numa série de formações, adapt
tando-se e interiorizando, a seu modo, às leis econôm
icas de cada uma delas. Ao mesmo tempo, marca mais ou menos cad
a uma dessas formações com suas "impressões". Aqui resid
e, para TEPICHT, o "*segredo da sua longevidade*" para uns,
e de sua decomposição, para outros. Embora possuindo uma
curva própria, mais longa que a do feudalismo e do capital
ismo, sua evolução não se dá independentemente das formaç
ões em que se insere. Divergindo de outros autores, para

TEPICHT não se justifica colocar economia camponesa e arte sanato em uma mesma categoria, a da pequena produção mercantil simples. Para ele, o artesanato se dirige totalmente ao mercado, ao passo que a produção camponesa só em parte é comercializada. Por outro lado, a produção mercantil sim ples é o germe do capitalismo, ao passo que a economia camponesa não é nem germe nem resíduo pré-capitalista. Seu apogeu, contrariamente ao que se pensa, situa-se, para TEPICHT, depois do triunfo do capitalismo sobre o feudalismo. A economia camponesa é muito mais uma preparação para outro estágio da sociedade.

O modo de inserção da economia camponesa no capitalismo também é particular: injetada no sistema sanguíneo do capitalismo, o mercado, ela continua a "amadurecer e envelhecer como ser a parte, com seus próprios princípios de existência", que posteriormente também se transportam às economias socialistas, tal como se vêem hoje⁷⁵. . . Mesmo no interior destas economias planificadas, a economia camponesa forma um setor diferente das demais.

Para TEPICHT, o desenvolvimento da divisão social do trabalho é o determinante exógeno da existência e das mudanças da economia camponesa, em quanto que os aspectos endógenos de sua evolução se referem: a) no domínio das forças produtivas, a uma longa sucessão de técnicas das mais rústicas às mais modernas, que correspondem ao emprêgo, tão intenso quanto possível, da força de trabalho disponível;

b) no domínio das relações de produção próprias à eco

nomia camponesa, 1) ao interior da unidade de produção, à simbiose da empresa agrícola com a economia doméstica, 2) o coletivismo da família ligada a um egocentrismo crescente frente aos outros, 3) ao interior da coletividade rural, ao germe da diferenciação de classe (feudal ou capitalista), que não alcança a evolucionar até o final, por causa da força de classe que domina a sociedade inteira. É isto que faz, segundo TEPICHT, da simbiose empresa-família (farmeménage) o elemento mais durável da reprodução das relações internas da economia camponesa. Desde esta perspectiva, as relações externas com as economias globais vão dar a prova daquilo que TEPICHT assinala como a grande flexibilidade da existência camponesa.

É no industrialismo avançado que a diferença entre os dois processos, em vez de contribuir para a persistência da economia camponesa, leva-a à mais rápida desagregação. Esse "*novo projeto de sociedade*", representado pela economia camponesa, deixa, então, de se realizar. Dá a impressão de que para TEPICHT a existência da economia camponesa encontra-se associada a certo tipo de sociedade, isto é, àquelas menos avançadas industrialmente, independentemente de serem capitalistas ou não.

O que caracteriza, segundo ele, a economia camponesa são quatro traços, por ele assim resumidos: 1) seu caráter familiar, 2) a forma da relação entre os fatores de produção, 3) as relações entre a economia camponesa e o mercado e 4) as relações entre o trabalho camponês e sua renda.

Mas o traço que mais tipifica o comportamento das famílias camponesas é a busca de qualquer acréscimo de ganho, independentemente do esforço que em contrapartida seja necessário dispendê-lo. Apoiando-se em CHAYANOV, TEPICHT considera, como o traço principal da economia camponesa, a auto-exploração do trabalho e da remuneração.

Se por um lado, as relações entre os fatores de produção - terra e trabalho - já representam um germe de diferenciação de classe, por outro, a estreiteza das substituições entre terra e trabalho limitam esta diferenciação.

TEPICHT não chega a fazer propriamente uma análise de classe com base na economia camponesa, mas também não exclui este aspecto em sua própria análise. Para ele o campesinato pode ser apreendido a partir de um contexto de classe, sempre que se tenha em conta as mudanças do próprio contexto em que ela se encontra. Conseqüentemente, no feudalismo sendo uma das classes fundamentais, encarnará a contradição principal da sociedade. Neste contexto seu processo de amadurecimento como "*classe para si*" se realiza na medida em que passa de atitudes de defesa de seus excedentes a uma posição de ataque, cujo objetivo é a "*livre exploração familiar*".

No capitalismo do século XIX e na primeira parte do XX, o processo de diferenciação camponesa leva ao surgimento de germes de classe em seu interior: semi-proletários (exército industrial de reserva) e pequenos capitalistas. Mas como já foi colocado, este processo de diferenciação

camponesa raramente chega a culminar. Nestas condições uma camada mais ou menos importante de camponeses médios continua representando a economia familiar, enquanto os pólos - proletários e capitalistas - tendem a se "expatriar" e a engrassar as fileiras de suas próprias classes na cidade.

Se no princípio (no feudalismo), a atitude do camponês frente à drenagem crescente de seu excedente é defensiva, não o levando a questionar o princípio mesmo do pagamento do tributo, em dinheiro ou produto, pouco a pouco, graças à penetração do mercado, o camponês passa a uma posição ofensiva, lutando para dispor ele mesmo de seus excedentes; ou seja, passa a lutar por uma "livre exploração familiar". Este passo para a luta ofensiva é, para TEPICHT, um sinal do amadurecimento do campesinato como "classe em si", que descobre, através da ajuda vinda de fora, o sentido positivo de sua revolta. Mas também significa que o princípio de maximização do esforço familiar, imposto no feudalismo, torna-se um princípio próprio do campesinato, para a defesa de seus interesses, fundamento de sua própria racionalidade econômica. Esta racionalidade acomoda-se à lei do mercado capitalista, no seio do qual o próprio campesinato vai amadurecer, à sua maneira sem dúvida. Diferentemente do operário, o camponês vai vender sua força de trabalho de forma disfarçada em seu produto. Como ele conhece tão somente uma renda impessoal, a da família, ao aumentar seu esforço no trabalho, será recompensado por um valor menor. Com efeito, o camponês não distingue tempo de trabalho de tempo livre, que para ele é tempo perdido.

Segundo TEPICHT, o amadurecimento de classe do campesinato no Terceiro Mundo dá-se de maneira diferente aos países capitalistas avançados. Nestes últimos, as relações de classe na economia familiar deslocam-se do interior desta para as relações da economia camponesa com o capital monopolista. Isto é reconhecido, diz TEPICHT, até mesmo pelos grupos ocidentais de esquerda, que em seus planos nacionais não propõem um programa de lutas ao interior do campesinato.

Na análise de TEPICHT é significativa a caracterização que faz da economia familiar, ao relacioná-la com a economia mercantil e mais tarde com a capitalista, mostrando o individualismo desta para fora, assim como seu rigoroso coletivismo para dentro. Este coletivismo se expressa na subordinação do destino pessoal de cada um ao interesse da pequena empresa familiar, e também no caráter impessoal do trabalho e sobretudo da renda de todos, com exceção do chefe de família.

Outro aspecto que sobressai em seu estudo é o sentido que ele atribui ao caráter familiar da economia camponesa, o qual consiste na simbiose entre empresa agrícola e lar, caráter que vai perdurar mesmo quando se moderniza a família, ou seja, quando esta passa de família extensa a família nuclear.

TEPICHT também ressalta outro aspecto que é sua análise das "forças marginais" ao interior da economia camponesa, forças que possibilitam sua sobrevivência bem como sua

capacidade de competição com a empresa agrícola. Contudo, tais forças, complementárias à subsistência familiar, são sempre exploradas através do "*trabalho marginal*", mesmo quando não existe um acesso direto ao mercado de mão-de-obra. Sua exploração se produz sob "*a forma de produto a preço especial*"⁷⁶. Para ele o "marginal" não é algo subjetivo, como diria CHAYANOV⁷⁷, mas expressa tão só a situação objetiva da economia camponesa "*face à economia envolvente que aproveita sua fraca mobilidade ocupacional*"⁷⁸.

A análise de TEPICHT sobre a natureza da economia camponesa deixa de um lado a relação entre a economia e política, no que se refere ao campesinato. Só menciona algo dessa relação, no que se refere à relação entre campesinato e mercado.

De modo parecido a THORNER⁷⁹ em que se inspira e CHAYANOV, fica preso às relações simbióticas entre empresa e família, embora se esforce para recolocar a família no contexto das relações de classe das formações sociais em que a economia camponesa acha-se inserida. Nele, como nos demais estudiosos da economia camponesa, nota-se uma tendência a estudá-la desde dentro, deste seu interior, visto que partem do suposto de sua originalidade ou especificidade, de sua existência como organismo social à parte, embora em relação ou articulação com outros.

Em TEPICHT, como nos outros, repete-se a ênfase colocada sobre as forças externas ao campesinato como fator que possibilita sua constituição em classe.

2 - GALESKI

Na mesma linha de TEPICHT e reafirmando algumas ca racterizações já salientadas na primeira parte deste traba lho, BOGUSLAW GALESKI⁸⁰ analisa o campesinato, como modo de produção. Como aqueles, considera o trabalho familiar como o traço específico e distintivo da exploração camponesa. Pa ra GALESKI, porém, este traço tem que estar em relação com um outro, o da produção familiar de alimentos, para consumo próprio. Assim, para ele, a caracterização básica da explo ração camponesa, como unidade de produção, é a "...fusión (o mas exactamente) la identificación de la empresa (es de cir, el establecimiento de producción de mercancías) con la economía doméstica del hogar familiar"⁸¹ .

Esta fusão é a determinante das características da exploração camponesa como unidade de produção. Ela tem em si os princípios de funcionamento da empresa (valores de tro ca, rentabilidade) e da economia doméstica (valores de uso para a satisfação das necessidades familiares). Estes prin cípios, além de diferentes, são às vezes, contraditórios. O comportamento dos camponeses no mercado bem como as pautas da produção, são determinados, segundo GALESKI, por esta du pla natureza da exploração camponesa.

Empresa, contudo, não significa, necessariamente, em presa capitalista. GALESKI a concebe como produtora de mer cadorias. Mas na sociedade capitalista o camponês (a famí lia camponesa, equipe de produção) pode ver-se induzido ou não a obter os valores característicos de tal sociedade, co mo seriam os juros, a renda da terra e o lucro. Em razão

desta particularidade do modo de organização da produção familiar, GALESKI propõe analisar a exploração camponesa por tipos, quer dizer, de acordo com a predominância de um dos dois princípios: o da empresa ou o da economia doméstica. Esta fusão é concebida por ele como estando, por sua vez, determinada pelas condições sócio-econômicas dos sistemas sociais em que tais explorações operam. Exemplo: as explorações camponesas multifamiliares, surgidas na Polónia socialista, que, embora claramente empresariais, conservam os traços básicos das explorações camponesas em geral.

Segundo GALESKI, o modo de produção mais antigo e mais universal é a economia doméstica, que se encontra em todos os sistemas sócio-econômicos existentes até hoje. Mas este modo de produção nunca se encontra isolado. Ele está sempre integrado a uma sociedade com uma divisão do trabalho e uma circulação de produtos mais ou menos desenvolvidos. Na ordem econômica capitalista, GALESKI considera o modo (sistema) de exploração camponês⁸², submisso, o que implica segundo ele que: a) carece das características básicas da empresa capitalista, b) suas mudanças sejam determinadas pelas leis que regem o funcionamento da totalidade do sistema econômico capitalista e c) a exploração camponesa está adquirindo certas características específicas da empresa capitalista⁸³. Isto significa, por outro lado, que no sistema econômico baseado na indústria e no mercado, a exploração camponesa perde seu caráter autárquico e fica unida ao mercado.

A existência atual da produção camponesa é assim ex

plicada por GALESKI: a própria agricultura é que da as bases para sua reprodução posto que a superioridade da grande empresa sobre a pequena "não é tão óbvia na agricultura quanto na indústria"⁸⁴. Existe um limite para o tamanho racional de toda agricultura especializada, por mais tecnologia que se lhe aplique. Ainda mais, a pequena produção também pode aplicar-se-lhe tecnologia para aumentar a produção, como também pode intensificar o trabalho para aumentar os rendimentos da produção. E ainda que esta intensificação do trabalho não seja rentável, a exploração camponesa, ou pequena produção camponesa, não se arruina. Ela não é tão somente uma empresa, é também uma economia doméstica. Contudo, para ele, o futuro da agricultura está na grande exploração, a qual se caracterizará segundo as condições sócio-econômicas do país. Um exemplo disto são as grandes explorações agrícolas da Polónia socialista, denominadas por GALESKI de "modo de exploração camponês multifamiliar".

Apoiando-se em MARX, considera GALESKI que no capitalismo o agricultor (agricultor-camponês) se vê reduzido à posição de classe de um trabalhador, (mesmo conservando a ilusão da propriedade) e "ao papel profissional de um produtor"⁸⁵. Em consequência disto, o processo de polarização de classe é, ao mesmo tempo, um processo de profissionalização do trabalho. O que não significa, contudo, a liquidação do "modo de exploração camponês", nem a eliminação, na situação do agricultor, dos elementos de classe e de profissão. Na sociedade socialista, porém, tal processo não conduz à polarização de classe.

Revisando o conceito marxista de classe social, considera GALESKI não ser possível fundamentar a "diferenciação do *status social*" com base na determinação exclusiva da propriedade dos meios de produção, mesmo nas sociedades baseadas na propriedade privada de tais meios. É necessário, portanto, fundamentá-la, também com um lugar ocupado na produção, já que esta consideração inclui a posição na organização social do trabalho, além das relações com os meios de produção. Contudo, não há que esquecer, segundo ele, e como já o salientava MARX, o papel da consciência dos interesses comuns ao grupo.

Segundo GALESKI é impossível distinguir classes sociais no sentido pleno. O que é possível obter são muitas divisões sociais, com base nas determinações fundamentais já salientadas. E é a totalidade dessas divisões que permitirá analisar o conflito social, o equilíbrio das forças sociais e as tendências dominantes.

Com relação ao campesinato, GALESKI concebe-o não como uma classe social, mas como um "*estrato social*"⁸⁶, que, num sistema histórico anterior, foi uma das suas "classes básicas".

Com o desenvolvimento do capitalismo o campesinato, diz GALESKI, antigamente homogêneo como classe, viu-se submetido a uma estratificação de classe; uns proletarizam-se, outros mantêm-se como camponeses: pobres (semiproletários e pequenos proprietários) médios proprietários, camponeses ricos (os "*capitalistas do povo*"). Este processo é, segundo

ele, o mesmo processo de cisão do campesinato em duas classes: a burguesia e o proletariado. Contudo, esta polarização deve ser entendida "como pontos nodais desse processo, existindo entretanto "um *continuum* de formas *intermédias*"⁸⁷.

Partindo do processo de formação social geral do capital, é possível, segundo GALESKI, compreender melhor o processo de estratificação de classe do campesinato, já que se pode apreciar todo o "estrato camponês" reduzido "à posição de 'um proletário com terra'"⁸⁸. Esta "estratificação de classe" do campesinato, é considerada por GALESKI como portadora de conflitos e lutas, que não são de um só tipo. Variam segundo as condições históricas e segundo os tipos de estrutura sócio-econômica rural, que são as que definem o processo de acumulação do capital. Mesmo diferenciado, nas condições capitalistas de produção, esse campesinato conserva, uma série de traços em sua totalidade e um lugar especial na estrutura social, que o leva "em certas situações (a) atuar como força social homogênea"⁸⁹. como uma classe. Para ele este fato mostra como no campo não se dá a luta de classes como uma constante, especialmente no que diz respeito aos países socialistas. É que para ele o campesinato não pode ser dissociado da comunidade aldeã⁹⁰ que é uma entidade social separada das classes e dos estratos sociais.

Nos países socialistas continua a dar-se a estratificação de classe do campesinato e a separação de interesses entre seus diferentes grupos, embora não se deem tendências

ã polarização de classe. Não estando o sistema socialista baseado nas premissas da separação entre proprietários e braçais, desaparecem, segundo GALESKI, as bases da formação de forças sociais conflitivas (antagônicas), o que não quer dizer que tenham desaparecido os antagonismos sociais reais. Enfim, para GALESKI o conceito de classes sociais, tem, para as sociedades socialistas, "um valor limitado".

O que acontece nas sociedades socialistas, (e um exemplo disto é a Polónia) é que "a profissão é o determinante da posição social"⁹¹; isto quer dizer, nas sociedades baseadas na industrialização socialista a diferenciação social que se dá na população rural é um processo de "diferenciação profissional", um processo de "afastamento" do estrato camponês e de "aproximação" a outras classes e estratos, para os que se afastam do "modo de organização familiar da produção".

Segundo a análise de GALESKI, este processo significa que, nas estruturas sociais baseadas na socialização dos meios de produção, o antigo estrato camponês se une à nova estrutura social o que

*"crea las condiciones para la emergencia de los tipos correspondientes de conciencia social y para el moldeamiento de nuevas fuerzas sociales que se desarrollan basadas en principios diferentes"*⁹².

Para os que não se afastam do "modo de exploração camponês", isto é, o "agricultor-camponês" (a família camponesa), dá-se um processo de desenvolvimento da agricultura

como profissão especializada. Assim os "agricultores camponeses" são "uma classe que também é uma profissão"⁹³. O que noutras palavras significa dizer, que nas condições socialistas não são os fatores que determinam as classes os que cristalizam as forças sociais rurais mas "aqueles que definem os grupos profissionais"⁹⁴. Mas estes grupos profissionais se formam dentro do marco das classes sociais, como acontece também, na sociedade capitalista. Naquelas sociedades, a consciência de classe aparece ligada, segundo GALESKI, aos interesses comuns dentro do grupo profissional.

Na economia socializada o "modo de organização familiar da produção" não desaparece: a exploração familiar e o controle dos meios de produção pela família convertem-se num dos elementos da organização social do trabalho e do sistema de propriedade, de tal forma que nem o controle familiar de tais meios, nem a produção familiar são eliminados. Nesta economia, no entanto, a exploração familiar "fica subordinada a toda a economia socialista e se converte num fator de seu desenvolvimento geral"⁹⁵.

Dadas aquelas particularidades do "agricultor-camponês", suas organizações, caracterizam-se e diferenciam-se, segundo GALESKI, pelas características peculiares da profissão de agricultor. Elas não deixam de ter um caráter de classe mais ou menos claro, mas elas são organizações de representantes de pequenas empresas e da economia doméstica. Nelas os problemas econômicos passam a primeiro plano, mas sem que a própria organização deixe de atender os assuntos familiares

dos residentes na aldeia e os problemas políticos da mesma.

"En consecuencia, una organizaci3n campesina tiene que posser algunos de los atributos de un partido pol3tico, de una cooperativa y de una unidade territorial aut3noma"⁹⁶.

Nas sociedades baseadas na industrializaç3o socialista, as organizaç3es camponesas, nos diz GALESKI, resultam numa identificaç3o com a organizaç3o cooperativa ou com as autoridades locais.

Indiscutivelmente GALESKI traz contribuiç3es e esclarecimentos aos estudos sobre o campesinato, tanto no que diz respeito às sociedades capitalistas, quanto às socialistas. Sobressai nele a an3lise de classe do "agricultor-campon3s", como express3o da profiss3o no contexto das relaç3es de classe.

Ele concebe o campon3s (fam3lia camponesa) como personificaç3o das relaç3es sociais de um modo particular de organizar a produç3o (identificaç3o da empresa agr3cola com a fam3lia), tanto no que se refere à propriedade e controle dos meios de produç3o, quanto à aldeia ou comunidade aldeã, a qual constitui, segundo ele, um grupo social, uma entidade social. Este modo se distingue dos outros, n3o s3o pelas diferenç3as tecnol3gicas e o car3ter do produto, mas fundamentalmente por suas diferenç3as sociais (fam3lia-aldeia-profiss3o-classe).

A an3lise de GALESKI tende à criaç3o de tipos (que ele mesmo concebe como ideais) de unidades produtivas campo

nesas e de aldeias, famílias, comunidades e organizações. Embora notem-se tendências descritivas em seu estudo, a análise teórica não fica anulada por isto.

Seu esforço constante consiste em ver como se concretizam empiricamente as transformações das estruturas sociais polonesas e as expressões de classe, principalmente na agricultura, assim como as sistematizações teóricas especialmente as do marxismo-leninismo. Seu enfoque fundamenta-se na teoria marxista, mas sua terminologia, assim como algumas tendências empiricistas que se observam em seu estudo, são influenciadas pela sociologia norte-americana de caráter funcionalista e pela sociologia tradicional européia. Assim torna-se possível observar, em algumas de suas análises, a busca de um genus proximum et differentia specifica, o que faz com que suas análises tendam à construção de tipologias, embora não se restrinja a elas, na medida em que tenta explicá-las por sua relação com os processos de mudança numa sociedade historicamente determinada.

Diferentemente de TEPICHT, GALESKI não explicita o conceito de modo de produção. Às vezes, parece que o "modo de exploração camponês" ou "modo de organização familiar" corresponde ao "sentido marxiano", como diria TEPICHT, do conceito. Noutros momentos, a concepção de modo parece referir-se mais ao sistema específico da vida rural. Contudo, ao afirmar que os elementos básicos da vida rural (exploração-família-aldeia) não existem isoladamente e sim como elementos constitutivos de uma totalidade (cidade-campo, agricultura-indústria), sua noção de sistema é reconceituada

da, sendo utilizada dentro dos limites das suas próprias determinações, ditados pela mudança da totalidade social, a qual encontra-se determinada, para GALESKI, pela estrutura objetiva das condições de existência, e em particular pelas relações de produção.

Consideramos ser importante para os estudos campones nas sociedades capitalistas, a colocação que GALESKI faz sobre o campesinato enquanto "*proletário com terra*", com a qual se reforça sua posição inicial que considera a exploração camponesa como o lugar de trabalho da família, cuja existência encontra-se relacionada com o desenvolvimento geral do capital industrial. Embora a família camponesa não tenha deixado de existir fisicamente, esta existência encontra-se determinada pelas relações mais desenvolvidas. Tal determinação não só mostra a existência da família, mas também a determinação tendencial de sua existência social; por isto, o campesinato, sem que se lhe negue uma certa peculiaridade na produção de suas mercadorias, na verdade parece ser "*um proletário com terras*".

O objeto de estudo de GALESKI não é o camponês da sociedade capitalista, o que nos parece ser uma das limitações de sua contribuição, por outros aspectos tão importante para os estudos do campesinato em nossas sociedades. Ele não analisa o campesinato no contexto das contradições que enfrentaria sua existência social, nas sociedades baseadas na indústria, capitalista ou socialista. Concebe-o, apenas, em cada uma dessas sociedades como se fosse parte de um **continuum**, no qual se constata variações de sua exploração

(caracterizada pela fusão entre empresa e economia doméstica), as quais são tomadas como tais. GALESKI não questiona a forma de existir do camponês na sociedade capitalista ou na socialista, embora, ao constatar suas diferenças, não considera que o campesinato seja um estrato eterno, posto que seu fim virá inevitavelmente com o desenvolvimento da industrialização.

Outro aspecto de grande importância, mas, como o anterior, também pouco desenvolvido, refere-se às considerações que GALESKI faz sobre as organizações camponesas, as quais, devido às características próprias ao "modo de produção camponês", poderiam atuar como partido político. Isto nos parece relevante, se se tiver presentes as bases da elaboração do conceito de classes em GALESKI: o lugar na produção e as relações com os meios de produção, além do desenvolvimento da consciência da classe ou do estrato. Retomando a MARX e ENGELS no Manifesto, ou ainda a MARX na Miséria da Filosofia, encontramos que, além das determinações provindas das condições objetivas de produção, as classes sociais se constituem na luta e na organização destas em partido⁹⁷. Não se constata em GALESKI a relação que se gostaria de ver estabelecida entre esses aspectos da constituição das classes; ele simplesmente afirma algo que poderia estar ou não entendido nessa relação. Mesmo sem desenvolver esta afirmação, entre todos os autores vistos até agora, com exceção dos clássicos do marxismo, GALESKI é o único que ressalta esta questão, que desenvolvida poderia esclarecer bastante a compreensão do campesinato enquanto classe.

3 - AFRANIO GARCIA

Seguindo as concepções de TEPICHT, GALESKI e KULA⁹⁸ sobre a especificidade do modo de produção camponês, assim como as de CHAYANOV sobre a economia camponesa, AFRÂNIO GARCIA Jr.⁹⁹ estuda os pequenos produtores, periféricos à plantação canavieira, em Pernambuco, Brasil.

No estudo o campesinato marginal à plantation¹⁰⁰ é inserido no processo de mudanças sociais ocorridas em Pernambuco, a partir das transformações nas relações tradicionais existentes entre trabalhadores da grande plantação e o grande proprietário.

Nesse processo de transformação, o campesinato, em vez de extinguir-se proletarizando-se, reproduz-se nas áreas intermediárias entre a Zona da Mata (dedicada à plantation) e o Agreste, ocorrendo, durante todo o processo, um crescimento da pequena produção. Esse campesinato, segundo A. GARCIA, desempenhou um papel importante no processo de mudanças econômicas e sobretudo políticas, especialmente no que diz respeito aos foreiros¹⁰¹, por sua participação nas lutas sociais que se iniciam nos anos 50, com sua expulsão das terras que ocupavam¹⁰².

Antes mesmo dessas lutas entre trabalhadores e proprietários já emergia um novo campesinato marginal. Esse processo foi provocado por três coisas: a) o debilitamento das relações patrão-morador-foreiro; b) a compra de terras parceladas dos engenhos com crise e c) a ocupação de terras não exploradas das grandes propriedades.

Para AFRÂNIO GARCIA, a existência de um campesinato não significa a materialização de uma relação que opõe **agricultura de subsistência** a **agricultura de mercado**. Esta oposição implica negar a existência de "*leis de mercado*" no que diz respeito à produção camponesa. Contrariamente ao que muitos pensam, dá-se "*uma circulação mercantil*" nas lavouras de subsistência da pequena produção camponesa. A elas estão sempre associadas, como o mostra GARCIA, "*lavouras comerciais*", através das quais se assegura a entrada do circulante na economia camponesa¹⁰³.

Para GARCIA, embora um campesinato livre pareça excluir a grande plantação, esta sempre conheceu em sua periferia um "*campesinato marginal*", cuja autonomia foi sempre limitada frente à grande plantação, dada a insuficiência de seus recursos, principalmente de terra. De maneira que a migração sazonal desse campesinato para a área canavieira têm sido uma constante na região estudada por A.GARCIA. Essa migração visou sempre a complementação do consumo familiar, durante uma parte do ano.

Do ponto de vista de A. GARCIA, a crise dos engenhos, desde os anos 40, que é produto das transformações ocorridas no processo industrial da produção de cana e do advento das usinas, liberou terras para pequenos produtores e para famílias de antigos moradores, o que permitiu a passagem desses moradores, assim como dos foreiros, à condição de pequenos produtores, ou seja, permitiu a emergência de um "*neo campesinato marginal*" à grande plantação canavieira¹⁰⁴.

Se nas plantações de cana os moradores cultivavam seus roçados em bases familiares, com a crise e a conseqüente saída dos moradores e foreiros das plantações, essas bases familiares se mantiveram nas novas unidades produtivas camponesas, em mãos de ex-moradores. Nestas novas condições, além da forma de acesso à terra, variou a subordinação política dos trabalhadores residentes em relação ao grande proprietário. Os trabalhadores, segundo A GARCIA, adquiriram uma dupla autonomia: quanto ao processo de trabalho e quanto ao proprietário.

Os novos foreiros eram antigos moradores. Mas esta nova condição modificou as relações trabalhador-proprietário. Ao desaparecer a "relação da moradia", perdeu-se com ela a dependência pessoal do trabalhador para com o proprietário, reduzindo-se agora essa dependência ao pagamento de uma quantia em dinheiro (foro), pelas terras utilizadas.

Embora a nova condição de foreiro permitisse, ainda segundo GARCIA, uma maior acumulação de recursos monetários e a possibilidade de aquisição de terras próprias, o constante aumento do foro impedia o foreiro de se transformar em pequeno proprietário. As Ligas Camponesas, segundo ele, vão surgir precisamente da luta contra esses aumentos, estendendo-se posteriormente à área canavieira, onde o movimento dos trabalhadores passaria a ser seu componente fundamental, tendo sua maior expressão nos Sindicatos Rurais.

Segundo A. GARCIA, mesmo tendo-se originado o movimento dos trabalhadores rurais nessas áreas intermediárias,

isto é, nas áreas periféricas à grande plantação, não é nessas áreas que os direitos se implantarão, com a mesma força da região canavieira. A razão disto, diz ele, é que nessas áreas o movimento foi sobretudo de foreiros e pequenos proprietários, ligados à posse da terra. Suas conquistas limitavam-se a desapropriações ou indenizações.

Esta última posição de GARCIA, embora ressalte a importância do "campesinato marginal", nas lutas e mobilizações sociais da época, quando considera o não avanço dos direitos na área uma consequência do fato de estar o movimento personalizado por camponeses, de algum modo parece reproduzir a crença no caráter conservador do camponês e em seu interesse exclusivo pela posse da terra. Esta afirmação, porém, não é feita explicitamente por GARCIA em seu estudo. É feita, apenas como constatação, sem maior análise, e que é relacionada com outra, a predominância camponesa do movimento.

Nem os direitos, nem a expulsão das terras liquidaram o campesinato da região, diz GARCIA. Ao contrário "... reforçam a economia do pequeno produtor da região intermediária"¹⁰⁵. O salário fixo do trabalhador da cana viabiliza ainda mais a comercialização dos produtos dos estabelecimentos camponeses, ao passo que o pequeno produtor se beneficia de tais direitos, enquanto trabalhador sazonal da cana. Mas ao mesmo tempo a expulsão dos moradores dos engenhos aumenta a competição entre os trabalhadores (trabalhadores de rua) no mercado de trabalho, levando ao rebaixamento dos salários vigentes. Por outro lado, a transformação

da terra em mercadoria e a maior possibilidade de comprá-la, devido à ruína de grandes propriedades, termina transformando-se em freio para a expansão das terras controladas pelos pequenos produtores. Contudo, é a expansão de um novo tipo de pecuária que vai provocar a escassez de terras para a pequena produção, vendo-se o camponês obrigado a migrar sazonalmente para a região da cana ou para o Sul do país, afim de trabalhar como assalariado (**trabalho alugado**):

"Se já surgiu ameaçado, por não ter acesso livre à terra suficiente para se implantar e expandir, este campesinato conhece, no espaço de três gerações, a ameaça de extinção. A ameaça de seu próprio fim é vivida por este campesinato como fim das TERRAS DE TRABALHO" ¹⁰⁶.

Como se pode ver, GARCIA não nega a extinção do campesinato, mas parece abordá-la mais como possibilidade que não se realiza totalmente, na medida em que se reproduzem as condições sociais da organização familiar da produção camponesa. Nem sequer na indústria a família camponesa encontra a alternativa de um trabalho que garanta sua reprodução. A indústria de sucos, alimentos e rações da região, assim como a própria agricultura, contrata contingentes de trabalhadores pelo período de safra de um determinado produto, sendo despedidos todos os trabalhadores no término da safra. Para GARCIA, as mudanças ocorridas na região não trouxeram como consequência nenhuma forma nova de trabalho assalariado, que não o **alugado**, isto é, o trabalho por diá

ria nas pequenas propriedades ou sítios da área. O alugado não significa, no entanto, o estabelecimento do salaríado. Este é próprio apenas às grandes plantações de cana nas quais o camponês passa a ser um trabalhador do Sul, através de suas migrações sazonais. Mas este camponês migra, segundo A. GARCIA, não por personalizar o novo proletário, despojado inteiramente de suas condições de produção. Ele migra para poder ainda reproduzir sua condição camponesa. Esta também se faz possível, contrariamente à tese de sua extinção, através do pequeno comércio (negócios), das pequenas criações e até do artesanato.

No estudo de A. GARCIA pode observar-se o desenvolvimento pleno das premissas de TEPICHT e GALESKI sobre a economia camponesa, mesmo não sendo um estudo do modo de produção camponês, e si uma análise etnográfica das representações e modelos de comportamento dos camponeses de uma área periférica à grande plantação canavieira.

Ao longo do trabalho não só se afirma o caráter familiar da produção camponesa, a organização do trabalho e a produção segundo princípios da autoridade, doméstica, indicada por GALESKI. Mas, a própria fusão, empresa-família, que na expressão de GARCIA estaria representada pela relação, casa-roçado.

A. GARCIA inicia seu estudo pelas lutas camponesas que envolviam um certo processo de expulsão ou expropriação, só que elas são consideradas por afirmarem a reprodução da condição camponesa e não por constituírem a forma de expressão de uma classe organizada, que se constitui enquanto

tal em sua contradição e luta contra o capital. De forma implícita, essas lutas são inseridas nas condições capitalistas de produção e nas contradições que as geram, mas elas são analisadas principalmente para comprovar a existência e a reprodução de um modo de produção camponês, subordinado a um modo capitalista de produção.

As descrições encontradas no estudo constituem uma valiosa contribuição à compreensão desse campesinato, que realmente nunca esteve de costas para o mercado e para a circulação mercantil. Elas esclarecem muitas coisas no que diz respeito a concreções históricas determinadas, não só em termos das condições objetivas da produção, mas sobretudo, das concreções subjetivas dessas condições objetivas.

É de grande importância apreender as categorias e classificações com que os camponeses representam e explicam seu mundo. Contudo, parece às vezes que essas mesmas categorias passam a ser as categorias de análise do autor. Reconstroi-se através delas a economia camponesa, ficando as relações que se estabelecem para explicá-la teoricamente no mesmo plano dessas categorias. Daí advêm as descrições feitas com base em pares diferenciados, conquanto não opostos dialéticamente. São polaridades mas não contradições dialéticas. Não queremos dizer que estas categorias devam ser excluídas ou ignoradas; simplesmente que sejam superadas na análise teórica, ainda quando se parte delas.

O trabalhador sazonal de origem camponês não pensa a si mesmo como um proletário, embora passe até oito meses

do ano vendendo sua força de trabalho, nas plantações de cana ou noutros lugares de trabalho, no Sul do país. Ele pensa e representa a si mesmo como um **liberto**, como diferente do **cativo**. A análise parece tomar essas categorias da mesma maneira quando explica a emergência de um "*novo campesinato marginal*" à grande plantação. A contradição real desse liberto ou não-cativo, não é analisada, mesmo quando se faz explícito que sua apreensão se dá dentro de um "*modo de produção subordinado, não gerador de formações sociais*"¹⁰⁷, ou quando se mostra que ele é dependente da grande propriedade e portanto subordinado a ela.

Tornar explícito o conceito de "*modo de produção cam*ponês" não resolve, a nosso entender, as contradições reais que são ressaltadas na mesma análise etnográfica de GARCIA. Seu estudo, no entanto é importante porque nele distinguem-se categorias sociais no campesinato, embora elas não sejam objeto de estudo, enquanto expressões de classe. Classificam-se as distinções, implicitamente apreendidas, como inseridas em determinadas relações de classe. Parece que a não explicitação analítica das classes sociais tem que ver com o próprio conceito de "*modo de produção camponês*", que, segundo GARCIA, se caracteriza por estarem constituídas as unidades de produção e consumo por regras de parentesco que impõem, juntamente com o caráter familiar do trabalho, sua especificidade à economia camponesa.

Visto que a análise de A. GARCIA versa fundamentalmente, como ele próprio afirma, sobre a estrutura interna e funcionamento da economia do pequeno produtor e sobre o mo

vimento desta, parece-nos que um dos limitantes analíticos de seu estudo encontra-se no movimento da economia camponesa. Ele define a especificidade deste movimento por sua dependência ao modo capitalista de produção. Mas o movimento da pequena produção não é levado até as últimas consequências, a serem extraídas dos dados e relações que seu estudo subministra. Assim, por exemplo, a relação de dependência da família camponesa para com o grande proprietário, na aquisição de terras de trabalho, em vez de ser por ele analisada desde o movimento do modo que o subordina e que determina realmente sua identidade social, é explicada como reproduzindo um grupo social, próprio à pequena produção, no caso da área estudada, o morador. Mas como esta categoria é tomada como uma das concreções históricas do campesinato da região, poder-se-ia concluir, então, que tal dependência, em vez de desenvolver a tendência à proletarização total, reforça ao contrário sua "condição de pequeno produtor dependente".

Compreende-se a posição de A. GARCIA. Na tentativa de não homogeneizar situações históricas diferenciadas nesse movimento articulador dos modos de produção camponês (subordinado) e capitalista (subordinante), o que é perfeitamente aceitável, termina ele próprio homogeneizando relações sociais consideradas específicas do modo de produção camponês. A necessidade de descrever relações sociais, que se estudam com o fito de alcançar a complexidade do movimento real de uma formação social, não nos deve levar a perder de vista as tendências reais desse movimento, que em alguns

momentos o próprio A. GARCIA releva, tendências que se materializam sob formas diferenciadas, mas que obedecem às leis tendenciais da totalidade social.

A. GARCIA coloca bem a não oposição economia camponesa-mercado, como a não-redução mercado-capitalismo. Por outro lado, conceitua o trabalho familiar da pequena produção camponesa de forma a não significar para ele que a família, enquanto grupo doméstico, executa todas as operações agrícolas; e sim que a família onde quer que se encontre, é a que permite assegurar a estabilidade e a reprodução das condições sociais de produção do "modo camponês".

Esta reconceituação lhe facilita apreender o trabalho alugado, desenvolvido pelo agricultor, não como a forma salarial típica capitalista, que ele afirma só existir no Sul, mas como a manifestação da pauperização do camponês (como grupo doméstico), o qual para poder reproduzir-se vende, sazonalmente, sua força de trabalho. Resulta assim que nem a acumulação do agricultor transforma a este em capitalista, nem a venda de força de trabalho do camponês faz deste um proletário.

2.3.2 - O Modo de Produção Mercantil Simples

Como já dissemos acima, o campesinato é pensado também como personalização das relações de produção de um modo específico, o mercantil simples, o qual é caracterizado como secundário e não classista. Ele sempre existiu articula

do a outro, sempre dominante¹⁰⁸.

Segundo ROGER BARTRA¹⁰⁹ esta articulação com o modo capitalista dá-se através de relações desiguais de intercâmbio, isto é, de distribuição, que ocultam uma relação de produção que possibilita a transferência de valores para as mãos da burguesia.

Para R. BARTRA é a dupla condição de modo de produção, não classista e secundário, que faz com que o camponato tenha uma "situação de classe" para o exterior do sistema¹¹⁰. Disto lhe vem sua especificidade enquanto classe, caracterizada por sua dupla condição de pequeno burguês e proletário:

*"son explotados como proletários debido a su condición pequeño burguesa"*¹¹¹.

Isto significa que nele se dá uma dupla determinação, que o faz não ser totalmente burguês, nem completamente proletário¹¹². Esta condição leva-o a não ter como controlar o poder, nem dirigir, e, portanto, a ter que ser representado. Por isso, os camponeses são "um exemplo vivo de sociedade civil, não política"¹¹³.

É sua condição pequeno-burguesa que "elimina o potencial revolucionário" que como proletário poderia desenvolver¹¹⁴. Mesmo tendo um inimigo de classe comum com o proletariado, que é o capital, para R. BARTRA faz-se necessário - como também para MARX, ENGELS e LENINE - sua aliança com o proletariado, sob cuja direção deverá atuar, para poder desenvolver sua consciência revolucionária.

Para R. BARTRA, o campesinato (maxicano moderno) é uma "invenção da burguesia que o engendrou a sua imagem e semelhança; é um "sub-produto do crescimento do capitalismo moderno (subdesenvolvido), que o faz um agente passivo da mediação entre Sociedade e Estado"¹¹⁵. Mas, a forma de Estado que tem por base o campesinato é de caráter transitório. Além disso, essa passividade é possível graças às peculiaridades do modo de produção mercantil (caduco e em retrocesso), que estabelece as bases da sociedade e da economia camponesa. Suas relações de produção são, um tipo específico de relações econômicas de caráter pré-capitalista, que não possui uma superestrutura política própria, o que cria condições sociais propícias para que o campesinato não se constitua em classe para si¹¹⁶.

A economia camponesa, para R. BARTRA, está integrada e dominada estruturalmente pelo sistema capitalista através do mercado. No modo de produção mercantil simples não se dá a separação entre capital variável e mais valia, como no capitalista, mesmo que apareçam as formas salário e lucro. Essa articulação, além de influir na configuração da superestrutura política da formação social, constitui para R. BARTRA a base da transferência de valores, que são apropriados pela burguesia urbana e rural, e das relações classistas que, em consequência disto, se estabelecem entre o campesinato e o seu exterior. Noutras palavras, as contradições de classe se explicam pela articulação dos dois modos de produção, o capitalista e o mercantil simples, ao nível da formação econômica global¹¹⁷.

A exploração resultante dessa articulação sustentada em relações desiguais, não se deve à desigual distribuição da terra, mas à tendência inevitável à diferenciação camponesa, a sua pauperização e proletarização¹¹⁸.

A transferência de valores se materializa na venda do produto de origem camponesa por um valor inferior ao que realmente ele contém. Por outro lado, propicia a expropriação que conduz o camponês à extinção:

*"Este mecanismo de transferência de valor es una de las raíces mas profundas de la imposibilidad estructural para la economia campesina de coexistir con el sistema sin tender a desaparecer y a arruinarse o tender a convertirse, en la menor parte de los casos, en empresa capitalista"*¹¹⁹.

Para R. BARTRA o campesinato está destinado a desaparecer, mesmo que, paradoxalmente, o capitalismo sub-desenvolvido tenha dele necessitado para crescer. E nisso consiste precisamente sua contradição: as relações capitalistas ao mesmo tempo que dele precisam, também destroem o campesinato parcelário; a materialização desta contradição pode ser observada nas relações de exploração a que são submetidos no mercado os camponeses, cuja essência jaz no intercâmbio desigual, mediante o qual os camponeses, pelas peculiaridades de seu modo de produção, não vendem sua força de trabalho e sim seus produtos¹²⁰.

Embora essa exploração se materialize através do intercâmbio, nelas estão "ocultas" como já dissemos, determi

nadas relações de produção. Porisso para R. BARTRA é de su ma importância a questão do valor do trabalho do camponês e da mercadoria que ele leva ao mercado:

"La ley del valor aplicada a la economía campesina permite descubrir las relaciones de explotación entre los campesinos de un lado y la burguesía del otro"¹²¹.

Na agricultura, diz ele, dão-se situações de monopólio (terra e mercado) que enfrentam grupos sociais pertencentes à burguesia, (latifundiários e capitalistas) e camponeses.

No mercado o camponês se apresenta em condições desvantajosas, enquanto vendedor de mercadorias. Devido a elas, ele é despojado de parte do lucro ou de todo ele; e frequentemente até do salário, segundo as circunstâncias. Essas condições impõem-lhe uma "autoexploração", que alcança "limites estritamente físicos"¹²². Isto acontece com o camponês, não por ser seu próprio assalariado, como se poderia supor, mas "... por ser seu próprio patrão"¹²³.

Apoiando-se em MARX, R. BARTRA considera que o intercâmbio desigual gera um lucro, do qual o camponês - trabalhador e capitalista em uma só pessoa - não se apropria, por ser ele próprio o trabalhador. Esse benefício ou lucro tem sua origem, porém, "no trabalho do camponês, enquanto proletário", que, ao não ficar com ele, o "presenteia à sociedade"¹²⁴, porquanto o camponês é também um pequeno burguês que se apresenta, ingenuamente, com sua mercadoria ao

voraz mercado capitalista¹²⁵.

Esse despojamento ou expropriação constante levam à ruína a economia camponesa, na medida em que se desenvolve o modo capitalista de produção. Isto, porém, não é ainda um fato consumado, posto que a economia camponesa persiste ainda nas regiões do mundo capitalista subdesenvolvido. Para entender essa persistência é necessário "*penetrar nas peculiaridades internas da economia camponesa*"¹²⁶. Com tal propósito R. BARTRA se apoia em CHAYANOV, compartilhando com ele a asserção de que "*a resistência da economia camponesa provém do fato de tratar-se de um modo de produção diferente ao capitalista, e não de uma economia de transição*"¹²⁷. Esta afirmação, segundo ele, não contradiz a teoria de MARX.

Para concluir pode-se dizer que a economia camponesa é definida por R. BARTRA como uma "*combinação peculiar de forças produtivas e relações de produção*" e que tem, portanto, leis e tendências próprias. É, além disso, um modo de produção secundário, isto é, de natureza não-dominante na sociedade, a qual, por outro lado, permite a subordinação do modo de produção mercantil simples (camponês e artesão) às leis e tendências do modo de produção dominante. Esta consideração leva a R. BARTRA a definir o modo de produção mercantil simples "*simultaneamente por suas contradições internas e por sua dependência com respeito a outro modo de produção*" e se caracteriza "*tanto por sua unidade interna como por sua tendência à desintegração*". Na medida em que os camponeses encontram-se inseridos em um modo de produção

peculiar, eles são uma classe; mas, enquanto "modo de produção secundário que não se articula a escala nacional como dominante", o campesinato não é uma classe¹²⁸.

Divergindo de CHAYANOV, R. BARTRA considera necessário aplicar os conceitos de salário, renda, e lucro, para poder compreender a articulação da economia camponesa com o mercado capitalista e a dominação que o modo de produção capitalista exerce sobre ela. Considera, porém, que tais conceitos não são capazes de explicar a dinâmica interna da economia camponesa. Mas dada a inserção no modo capitalista e sua dominação por este, faz-se mister aplicar a lei do valor em seu conjunto. Como resultado desta aplicação e apoiando-se em MARX, R. BARTRA conclui que a força de trabalho do camponês tem valor, só que por suas peculiaridades, ele não a oferece no mercado e sim o produto dela. Não é, portanto, um trabalhador produtivo, mas também não é um trabalhador improdutivo, posto que o camponês pertence a outro modo de produção. Conseqüentemente, a exploração camponesa não é concebida por R. BARTRA como exploração capitalista, propriamente dita e sim como exploração, despojo, expropriado, não de um trabalhador, mas de um proprietário, pequeno burguês.

Parece-nos ser R. BARTRA um dos estudiosos do campesinato que o analisam até suas últimas conseqüências, pois o concebe como uma "classe em si" (a classe camponesa), que se diferencia internamente até sua extinção, pelas relações que mantém com o mercado capitalista. Para ele, camponês é o camponês parcelário, o produtor independente que vive

do trabalho/produto de sua parcela. Trata-se de um produ
tor cindido em duas realidades, uma não classista, no inte
rior de seu modo, outra classista, na articulação com o mo
do classista. Essa dupla realidade o converte num sujeito
passivo politicamente, que permite a formação de um tipo de
terminado de Estado, bonapartista, e que não raro se permi
te alianças com a burguesia, dando condições para se criar
um sistema de poder legítimo, de elevada segurança, para a
classe dominante e hegemônica. Trata-se de uma classe pas
siva no que se refere à revolução e que precisa de outra
classe para representar-se a si mesma, como ficou assinalado¹²⁹.

Tal tipo de Estado pode constituir-se e legitimar-se
graças ao papel de classe mediadora, que lhe advém do lado
conservador, reacionário e pequeno burguês do campesinato,
que, sem consciência revolucionária de seus interesses,
constitue-se agente passivo da mediação entre o Estado e So
ciedade¹³⁰.

Com base nas considerações acima resumidas, R.BARTRA
explica a configuração das classes no campo e das estrutu
ras agrárias dos países "*sub-capitalistas*" (com ênfase espe
cial as do México).

Embora a análise que ele faz seja, em alguns aspec
tos, esclarecedoras, em outros é bastante questionável, co
mo a que diz respeito a sua visão de campesinato como modo
de produção mercantil simples e a seu conceito de articula
ção.

R. BARTRA faz um grande esforço para fazer uma análise dialética do campesinato como classe, mas ao extrapolar para os países sub-desenvolvidos, considerando-as premissas já estabelecidas, as condições do campesinato na França Bonapartista, parece tomá-las como fatos, isto é, como algo já dado, o que prejudica seriamente sua análise dialética. O mesmo acontece quando trata do camponês enquanto trabalhador-produtor. A origem, porém, deste problema é o próprio conceito de campesinato como modo de produção específico, que o força a apreender o camponês como unidade independente, que se articula a outra, ainda que desta dependa. Tem-se assim duas entidades que se relacionam. Se o camponês faz parte de uma dessas entidades ele é apreendido enquanto tal, isto é, enquanto produtor, proprietário, controlador do processo de trabalho que executa. Na especificação dessa totalidade, porém, o essencial não é o ser trabalhador, já que ele é definido, enquanto classe, por ser produtor. Assim sendo, o camponês, mesmo quando estabelece relações contraditórias com o capital, é pensado essencialmente como um produtor similar ao produtor capitalista (burguês) no que se refere à propriedade, ao controle e às decisões referentes à parcela.

Não estamos dizendo que R. BARTRA não se aperceba da unidade existente entre esses dois modos que se articulam - mercantil simples e capitalista. No entanto, ao desenvolver sua análise de classe do campesinato, ao referir-se à mediação entre Estado e Sociedade, do modo como a especifica, os opõe, excluindo um do outro, e não o apreende desde

uma perspectiva de oposição-inclusão (dialética), como parceria ser seu objetivo. Na realidade, R. BARTRA analisa a unidade daqueles dois pólos e suas relações com a superestrutura política e ideológica, com base no conceito de mediação, enquanto algo que se refere à dialética entre mediato e imediato, e portanto como aparência, entendida como encobrimento de contradições, ideologia¹³¹.

Além disso, R. BARTRA fala da subordinação camponesa ao mercado capitalista como não constituindo uma forma de exploração capitalista (concebida como apropriação de mais valia relativa) porque a expropriação de seu produto se dá na circulação (camponês visto apenas como produtor), o que expressaria o processo de transição em que o campesinato ainda se encontra. A diferenciação e a ruína do campesinato, pelo constante despojo (exploração) de que é objeto no mercado, se processa por ser ele um produtor mercantil e não enquanto trabalhador produtivo, criador de valor¹³².

Embora R. BARTRA tente explicar o campesinato a partir da teoria do valor, o que sõe ser esquecido por muitos analistas, contribuindo assim para um melhor esclarecimento da economia camponêsa, sua abordagem parece basear-se em considerações apriorísticas no que toca ao campesinato, pois nelas estão presentes o atraso (o camponês personifica relações pré-capitalistas), o subdesenvolvimento (sub-capitalismo), o tradicionalismo e conservadorismo. Em conseqüência o campesinato encara a luta "*a partir de posições pré-capitalistas*", sendo nisto diferente do proletário que ex

prime o avanço, o desenvolvimento, a consciência de classe para si¹³³.

Desde uma perspectiva ainda mais diferenciada, dentro do pensamento marxista, SOUZA MARTINS¹³⁴ diverge de todos os autores acima estudados, porque, segundo ele, tais autores têm sobre o campesinato um enfoque evolucionista, que bem poderia ser enquadrado nos marcos do chamado marxismo estruturalista, segundo o qual "as formas sociais" dos países latinoamericanos (com um passado colonial e escravista), diferentes das formas dos "modelos clássicos" (objeto das teorizações impostas às análises do campesinato), são agrupadas em "outro modo", fora do espaço do modo capitalista. Assim:

"O fato de que formas sociais capitalistas e formas sociais não capitalistas coexistam no mesmo espaço e sejam contemporâneas se resolve de modo simplista, e no fundo ahistórico, por meio das concepções sobre articulação dos modos de produção, fina flor do mecanicismo teórico"¹³⁵.

SOUZA MARTINS vê, na abordagem teórica de articulação e subordinação, a substituição do conceito de contradição e a eliminação das formas não-capitalistas de exploração do trabalho, enquanto processo de mediação determinadas pelo processo de reprodução do capital¹³⁶.

Essas formas não-capitalistas de exploração do trabalho são vistas como formas mediadoras e necessárias historicamente à própria produção e acumulação do capital: por isso

elas são criadas, recriadas e até destruídas pelo próprio capital. Sendo assim, as lutas no campo mesmo sendo de natureza diversa das lutas dos trabalhadores proletarizados não são lutas condenadas e sem futuro. Não são apenas lutas de resistência ao desenvolvimento do capitalismo e à superação deste no socialismo. São lutas "prenhes" de sentido histórico, ainda que com limites representados pelas mesmas formas sociais que as produzem¹³⁷ . .

O campesinato, sua persistência e expansão, é explicado por este autor, como "a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção"¹³⁸ . . Não é concedido como pertencente a um outro modo, materializado em um espaço geográfico dado (formação econômico-social). Ele é apreendido como integrante de um mesmo modo de produção, isto é, "um modo historicamente determinado de exploração da força de trabalho no processo de produção, no qual são produzidas também as relações sociais fundamentais de uma sociedade"¹³⁹ . Em outros termos, o modo de produção, para SOUZA MARTINS, é o modo como se dá o processo social, o movimento da sociedade¹⁴⁰, e a formação social é a forma concreta "do desenvolvimento desigual das diferentes expressões sociais das contradições fundamentais da sociedade"¹⁴¹ em que "os descompassos e tempos desiguais" do processo social não estão separados espacialmente, mas são expressão das contradições desse mesmo processo social (a totalidade do processo social do capital e a totalidade do capitalismo)¹⁴².

Com esta perspectiva, SOUZA MARTINS abre um novo caminho para os estudos sobre o campesinato e suas lutas: ao

invês de apreendê-lo como realidade excludente, embora articulada ao capital, o vê como realidade inclusiva do processo capitalista e de suas contradições, embora se encontra esta mediatizada por formas não capitalistas. Esta parece-nos ser a grande contribuição de SOUZA MARTINS à compreensão da questão camponesa que ora nos ocupa.

2.3.3 - Campesinato: Forma Particular de Subsunção Formal Restringida

ARMANDO BARTRA¹⁴³ estuda a economia camponesa, desde o "*par dialético*: a descampesinização do campesinato e sua reprodução. Mas esta reprodução se dá para ele no interior do modo de produção capitalista, como elemento da valorização geral do capital.

Segundo BARTRA a economia camponesa, como unidade de produção e de consumo, é um todo complexo constituído de diversas atividades, organicamente entrelaçadas e reguladas pela racionalidade do conjunto e não por uma lógica específica a cada uma delas. Contudo, a unidade de trabalho e consumo camponesa não é mais do que um processo produtivo **subsumido no capital** e definido, antes de tudo, por sua condição de trabalho explorado. Esta exploração se consuma através de diferentes mecanismos de intercâmbio desigual, configurando, também, um todo complexo constituído por diversas transferências, organicamente entrelaçadas, que ele denomina de "*transferência-exploração*" mediatizada pelos mer

cados de produto, de dinheiro e de trabalho¹⁴⁴.

A. BARTRA estuda a economia camponesa e assinala vários traços que lhe são peculiares: a) a exploração camponesa tem um caráter complexo e multiforme; b) os mecanismos de exploração operam todos na instância econômica - diferentemente dos regimes pré-capitalistas - c) e, mesmo tendo por base o processo imediato de produção, se consoma no mercado - diferentemente da exploração proletária.

A base desta exploração, é, pois, estrutural e ela se mantém se essa base é reforçada permanentemente por formas de controle ideológicas e políticas. O grau de dominação social e a multilateralidade dos mecanismos econômicos de exploração, são, segundo A. BERTRA, a medida da força de um monopólio regional ou local sobre a exploração camponesa. Esta forma de exploração peculiar é a origem de uma estrutura sócio-econômica típica das zonas rurais de caráter camponês. Esta estrutura é conhecida como "Caciquismo", "Coronelismo", "Gamonalismo".

Diferentemente da indústria, onde a concentração dos meios de produção da fábrica opera como automata e autocrata, nestas zonas rurais o autocrata rural são essas formas de controle político-ideológico e de exploração. Assim entendidos, o Caciquismo, o Coronelismo, etc., constituem uma estrutura complexa de controle político-ideológico e de exploração, que se define por uma zona de influência e cuja base são as unidades de produção camponesa, expoliadas fundamentalmente através da intermediação¹⁴⁵.

Por que e como se reproduz a economia camponesa no interior do modo de produção capitalista é a pergunta fundamental do trabalho de BARTRA. Para dar resposta a ela, fundamenta-se na teoria do modo de produção capitalistas, utilizando as "*categorias universais*" utilizadas por MARX, sendo a subsunção (formal e real) do trabalho pelo capital, o conceito chave para entender o campesinato.

Este conceito, segundo A. BARTRA, não deve ser desenvolvido aplicando-se diretamente a unidades particulares, por carecerem de autonomia, só encontrando explicação pelo processo de produção e circulação global em que estão inseridas. Quer dizer, que tal conceito deve ser desenvolvido, para referir-se ao capital global.

Segundo A. BARTRA, para o capitalismo é necessário que a organização social dos processos de trabalho estejam a serviço da valorização do capital global, ao qual se submetem todos os diferentes processos de trabalho; que se dê uma organização e divisão do trabalho em que os diferentes processos laborais se adaptam às necessidades de reprodução ampliada do capital, girando em torno à grande indústria. Isto não significa, porém, que em todos os ramos e em todas as empresas se dê a "*a plena subsunção do trabalho pelo capital*", nem que em todos os ramos e unidades de produção se desenvolva a subsunção formal. Por isso mesmo, ainda que o modo de produção capitalista implique a unidade imediata entre processo laboral e processo de valorização, não é necessário que isto se dê em todos os ramos (como é o caso da agricultura) já que tal unidade pode se dar de maneira mediatizada.

A dominação do modo de produção capitalista se impõe para ele na medida em que o capital se apodera dos ramos chaves da indústria, os desenvolve e proletariza o setor fundamental da força de trabalho. Nestas condições, os meios de produção operam, direta e indiretamente, como meios de produção do capital, e o trabalho excedente dos produtores diretos, assalariados ou não, termina transformando-se em capital.

Historicamente, constata BARTRA, o capital refuncionaliza os processos laborais dos camponeses (pequenos e mêdios), forçando-os a introduzir tecnologias e formas de cooperação de corte capitalista. Desta forma, argumenta BARTRA, unidades de produção não capitalista podem desenvolver um processo de trabalho "*hacia formas tecnológicas de orden y de índole empresarial, de modo que el trabajo empleado brinda una creciente plusvalía relativa*"¹⁴⁶.

Isto se alcança, segundo ele, através dos capitais privados (companhias agroindustriais e agrocomerciais), de empresas vendedoras de insumos agropecuários, do capital financeiro e bancário, como também através do Estado. Desta forma, o controle capitalista indireto dessas unidades econômicas não capitalistas "*... tiende a mostrarse bajo formas directas; los medios de producción se transforman en propie*dad *inmediata del capital y el ingreso que el productor di*recto *retiene para su consumo cobra la forma de un sala*rio"¹⁴⁷.

Segundo A. BARTRA a subsução geral do trabalho agricola pelo capital global pode-se dar em condições em que um

setor, mais ou menos amplo, de unidades de produção não-capitalista produzem, mas não recebem, nem lucro médio, nem lucro algum, muito menos a renda da terra. Nessas condições, o preço de venda do produto será o do custo de produção da unidade camponesa menos produtiva ou da empresa capitalista de maiores custos, dependendo de qual destes seja o maior¹⁴⁸.

Na opinião de A. BARTRA, a lógica da subsunção geral do trabalho agrícola pelo capital, paradoxalmente, se impõe, restringindo a subsunção particular, e as necessidades da reprodução do capital se manifestam na reprodução de unidades de produção não capitalistas.

*"La existencia del campesinato al interior del modo de producción capitalista se nos muestra como resultado de las necesidades de reproducción de este modo de producción"*¹⁴⁹.

É que para BARTRA a subsunção geral da agricultura, ao estar a serviço da valorização do capital, e, especificamente, de seus setores hegemônicos, o mais seguro é que *"adote a forma particular de uma subsunção formal restringida"*¹⁵⁰.

Segundo A. BARTRA, é mais proveitoso para o capital, o camponês depender de uma renda (ingresso) obtida da sua produção, do que assumir formalmente o custo da sua força de trabalho, que ele não pode subsumir regular e integralmente¹⁵¹.

Assim o campesinato, para BARTRA, existe na socieda

de capitalista porque ele permite valorizar o próprio capital, mesmo que não seja através de uma subsunção foral e/ou real, plena. Ele ocasiona também a possibilidade de uma geração e expropriação de mais valia. Tanto o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas quanto o controle que o capital exerce sobre a produção camponesa, permitem uma geração de mais valia relativa. É o que BARTRA denomina "controle vertical da agricultura camponesa", através da modernização da produção camponesa:

"Bajo esta forma es posible desarrollar la productividad del trabajo agrícola y es posible desarrollar e incrementar el volumen de producción y los rendimientos de la agricultura campesina sin permitir la deformación, la desviación de plus-valía, que significaría el ceder esta tierras, y por tanto este setor de la producción agropecuaria a empresarios agrícolas que retendrían por lo menos plenamente las ganancias y que además podrían - como lo hacen - (...) utilizando su monopolio sobre el suelo especularían con los precios"¹⁵².

Salienta BARTRA, também, que a alternativa da plena subsunção formal da agricultura pelo capital, ou seja, a plena apropriação direta da terra pelo capital, embora viável, depende, no entanto, da correlação de forças a nível nacional e da pressão política das classes.

Segundo BARTRA, a produção camponesa como processo de trabalho que produz valores de uso e cujo objetivo é a sobrevivência do produtor e sua família, é sua aparência imediata.

Esse processo de produção, em princípio, está vincu lado ao capitalismo pelo mesmo fato de que, para reproduzir-se, o produtor compra valores de uso que não produz e vende o que não é autoconsumido. Por outro lado, essa compra-venda mercantil é feita no mercado capitalista. Neste, o produtor agrícola defronta-se com mercadorias de natureza distinta à das suas próprias. Isto por que? A diferença do operário, o processo de trabalho do camponês não é um processo de exploração, quer dizer, não é um processo de valorização do capital. O produtor está unido formalmente a suas condições de produção e sua força de trabalho não tem a forma mercantil.

No processo produtivo camponês o valor de troca do seus produtos é o suporte do seu valor de uso. O produto se desdobra nesses valores, mas não se dá uma inversão deles, como acontece na produção capitalista. Ao não dar-se esta inversão, a mercadoria camponesa entra no mercado com uma lógica distinta à que rege na circulação. Daí, segundo BARTRA, as naturezas diferentes de ambas mercadorias¹⁵³:

a) A mercadoria de origem camponesa, contrariamente à do operário, não é produzida enquanto portadora de mais valia, ainda que a contenha. Seu valor é desdobrado em trabalho necessário - trabalho excedente, o que a impossibilita impor-se no mercado por seu preço de produção.

Ora, aqui radica para BARTRA a condição de possibilidade da troca desigual permanente, não em termos de valores (que é a regra na circulação capitalista), mas em termos

de preços de produção, em detrimento constante para o campo nês.

b) O camponês, como comprador e vendedor, pode realizar trocas (desiguais), que não faria nenhuma empresa capitalista. A origem desta particularidade radica, para BARTRA, em que o camponês, como produtor, não pode condicionar suas trocas no mercado à obtenção de um lucro, posto que seu processo laboral é a condição de sua subsistência e seus meios de produção não adquiriram ainda a "forma livre do capital"¹⁵⁴.

Contudo, afirma ARMANDO BARTRA, mesmo aceitando a realização de transferências de excedentes através de mecanismos de troca desiguais, não podem reduzir-se essas transferências a um intercâmbio desigual, para compreender e apreender o campesinato como classe explorada. A chave dessa exploração está em que no processo imediato de produção o camponês gera um excedente, que é transferido no momento da circulação. Por sua vez, nesse mesmo processo ele se reproduz a si mesmo como explorado e o "o resultado do ciclo completo é um capital valorizado pelo trabalho camponês e uma economia recreada em condições de ser novamente explorada"¹⁵⁵.

Deter-se nas trocas desiguais, como explicação acaba das das relações camponesas com o capital, é considerar a economia camponesa como uma unidade mercantil. A relação do camponês com o capital não só é de transferência mas também de exploração. E esta "transferência-exploração" é que

explica para A. BARTRA a articulação economia camponesa - economia capitalista, a qual não se reduz só à circulação mais incumbe, também, à produção em sentido estrito. A chave dessa exploração está, pois, na combinação das condições em que se realiza a circulação das mercadorias camponesas e o processo produtivo camponês.

"La explotación del campesino se consuma en el mercado al cambiar de manos el excedente, pero la base de esta explotación se encuentra en las condiciones internas del proceso de producción campesino"¹⁵⁶.

A exploração do operário localiza-se "no mercado da força de trabalho", mas se consuma no processo imediato da produção, com a prolongação da jornada de trabalho. No caso do camponês a condição da sua exploração está no processo de produção, embora se consume na circulação onde o camponês, através de trocas desiguais, transfere seu excedente que não é mais do que materialização do consumo de sua força de trabalho.

Segundo BARTRA, a exploração do camponês como a do operário¹⁵⁷, tem duas fases: a) um processo de produção em que o trabalhador produz excedentes, **prelúdio** dessa exploração, e a compra-venda de produtos como trocas de não-equivalentes que culminam o processo. b) camponês e capital a parecem, não só como compradores-vendedores, mas também como explorador e explorado e o que diferencia o camponês dos outros vendedores não é "o específico valor de uso que vende" mas sim "o peculiar valor de troca de sua mercadoria"¹⁵⁸.

Podemos concluir, então que a exploração do camponês, vista como um processo global, é, ao mesmo tempo, premissa e resultado.

Na opinião de A. BARTRA, o camponês mesmo sem ter-se proletarizado lança no mercado de produtos, um volume de excedentes, coincidente com a massa total de mais valia que houvesse reportado, em caso de ter realizado seu trabalho por um salário. Portanto, o que o camponês lança no mercado é uma quantidade de valor determinado socialmente¹⁵⁹. O camponês lança a totalidade do seu trabalho excedente, e não uma parte de mais valia, a que teria direito como lucro se operasse em condições empresariais.

"... concebido como trabajador directo el campesino crea una determinada masa de valor y la magnitud de lo que está cediendo, en cuanto que trabajador explorado, es la diferencia entre el valor y su ingreso. Dado que, en esencia, la unidad campesina no es una empresa peculiar que sacrifica su ganancia sino una unidad de trabajo que cede su excedente podemos afirmar que la verdadera medida del valor expropiado al campesino no se reduce al precio de producción menos el costo sino que se eleva a una magnitud mayor: la diferencia entre el costo y el valor"¹⁶⁰.

Mas como afirma BARTRA o camponês não só vende seus produtos, mas compra mercadorias no mercado (meios de produção e de vida), quando não renda terra ou alugue maquinaria agrícola. Para a aquisição destas mercadorias o critério de avaliação não é o lucro (afirmação já feita por CHOYANOV)

mas a reprodução da sua unidade de produção.

Quando o camponês se apresenta como comprador de tais mercadorias paga por elas preços superiores aos que pagaria uma empresa capitalista. Sendo assim esta compra é para A. BARTRA uma transferência porque o meio de produção adquirido pelo camponês já foi produzido sob a condição de permitir realizar um lucro médio. Vendê-lo sistematicamente por um preço superior, significa, para BARTRA, que o vendedor obtém às custas do camponês uma renda extraordinária permanente.

Isto significa para A. BARTRA que, tanto o pagamento da renda pela terra e o aluguel de maquinária, quanto a compra de meios de produção e de vida, são, em verdade, mediações que possibilitam a "transferência-exploração" do camponês, havendo, contudo, uma diferença com relação à exploração do operário: o consumo não-mercantil do camponês não interessa ao capital, por não ser a força de trabalho camponesa necessária a este.

Outro mecanismo de mediação salientado por BARTRA como sendo de "transferência-exploração" é o que se dá no mercado de dinheiro ao qual recorre o camponês: em troca do dinheiro adiantado o camponês vê-se obrigado a pagar juros para ele, os que estão regulados em última instância pela taxa geral de lucro.

Dado que, por esse dinheiro, paga juros superiores aos médios, a aquisição deste dinheiro é, também, uma das fontes de "transferência-exploração". Os juros que paga

são uma parte de seu próprio trabalho materializado; é com seu sobre-trabalho que paga esses juros. Dessa forma o dinheiro nas mãos do camponês não opera como capital mas como meio de trabalho e de consumo.

Os empréstimos bancários feitos pelo camponês, ainda que menores que os pagos ao capital usurario, também implicam, para BARTRA, uma "transferência-exploração".

A diferença do industrial, o camponês, enquanto trabalhador direto, não comparte com o capital creditício uma parte da mais valia por ele expropriada, porque em verdade o que ele cede, como já foi dito, é seu próprio sobre-trabalho.

"Si para el capital la posibilidad de pagar un interés por el crédito supone haberlo valorizado previamente mediante un acto de explotación; para el campesino es en el momento mismo de pagar el interés que se consuma la explotación"¹⁶¹.

Assim como no mercado de produtos e no mercado de dinheiro a economia camponesa é submetida a trocas desiguais, acontece o mesmo quando o camponês se apresenta ao mercado como vendedor de sua força de trabalho. Só que aqui ele vende um remanescente de sua capacidade total laboral, a que não pode empregar com seus próprios meios de produção. Mas também só venderá esse remanescente de sua força de trabalho se sua renda (ingreso), como produtor independente, não lhe bastar para uma reprodução equilibrada e o esforço

realizado através do salário satisfizer ou complementar suas necessidades. O operário, ao contrário, com a venda obrigatória de sua força de trabalho repõe toda ela com o salário.

Como só é uma remanescente de sua força de trabalho que o camponês lança no mercado, a fixação do seu jornal escapa parcialmente às regras próprias do trabalho assalariado do capitalista.

Esta situação peculiar à economia camponesa, coloca o capital que contrata o camponês em condições de obter uma transferência em forma de força de trabalho paga por baixo de seu valor:

"el campesino es explotado y reporta superganancias al capital por-que es capaz de vender sistemáticamente fuerzas de trabajo a precios que serán insostenibles para un sector proletario normal"¹⁶².

Finalizando podemos dizer que para A. BARTRA, a reprodução da economia camponesa, dá-se no interior mesmo do modo de produção capitalista, dado que a totalidade do trabalho agrícola está subsumido de forma geral pelo capital, o que não quer dizer, porém, que a forma particular que na agricultura adote a relação trabalho-capital seja uma subsunção formal e/ou real, plena. De maneira que o processo de trabalho camponês pode não estar em unidade imediata com o processo de valorização do capital, sem que isto signifique não estar em unidade com tal processo de valorização

mesmo que essa unidade seja mediatizada.

A nosso ver radica aqui a grande contribuição de A. BARTRA para os estudos sobre o campesinato e sua compreensão real nas sociedades dominadas pelo modo de produção capitalista.

Isolar o campesinato (pequeno e médio produtor) do processo de valorização é mutilar sua existência social, portanto sua apreensão. É deter-se na sua manifestação exterior como uma forma geral de organização social¹⁶³ ou como algo genérico presente nas diferentes sociedades historicamente dadas¹⁶⁴. É ficar na imediatez revelada de uma especificidade estrutural de um sistema que permanece substancialmente o mesmo, ainda quando se modifica ao se articular com sociedades ou economias mais amplas, diferenciadas elas mesmas sócio-econômica e culturalmente:

"Aunque el impacto de las organizaciones sociales más amplias (feudalismo, absolutismo, "despotismo oriental", capitalismo, etc) "que ciñe" a las explotaciones familiares campesinas ha sido inconfundible y poderoso, no destruyó ciertas importantes similitudes "genéricas" de la economía campesina y de su estructura social en distintas partes del mundo. Por cierto las economías campesinas han mostrado un notable grado de persistencia estructural bajo distintos impactos externos, sobreviviendo sus características esenciales, por así decirlo, a la mayoría de los sistemas sociales y económicos que aparecieron"¹⁶⁵.

Por outro lado ignorar ou negar a relação do campei

nato com o processo de valorização do capital, no estágio atual do desenvolvimento do capital, é cair em oposições funcionalistas que levam a ver o campesinato, atrasado tecnologicamente, como marginal à economia capitalista, sobrevivendo do lado a lado com esta e configurando realidades sócio-econômicas duais, estruturalmente diferenciadas. Leva também a assumir, de outra maneira, posturas funcionalistas frente ao campesinato: este se mantém, com sua lógica e racionalidade própria, por ser-lhe útil ao capital, por cumprir uma função e um papel afins ao capitalismo.

"El mantenimiento de esa forma productiva cuya lógica escapa a la búsqueda de la ganancia y al proceso de acumulación, es útil para el conjunto de la actividad capitalista, pues alivia, así sea parcialmente, los problemas que acarreta la baja tendencial de la tasa de ganancias contribuyendo a la desvalorización del componente variable del capital"¹⁶⁶.

É de grande importância teórica e prática o ponto de partida de BARTRA: não partir de descrição de características gerais, empiricamente observáveis, mas de "categorias universais" do modo de produção capitalista que, por sua concreticidade¹⁶⁷ permitem apreender o real, não como constituído de partes isoladas, justapostas ou enlaçadas entre si, ainda que relacionadas, mas como elementos de um todo que se explicam não por si mesmos, mas pela totalidade em sua complexidade e movimento.

ARMANDO BARTRA fala sim de articulação da economia camponesa com a economia capitalista; analisa-a também in

ternamente, não para ficar no nível de sua constituição interna mas para explicá-la com relação à totalidade que lhe dá existência: o capital. Daí falar do camponês, como produtor que transfere valor para o capital e como trabalhador explorado e expropriado por este.

Embora pareça que A. BARTRA dê grande importância ao camponês, como produtor, seu esforço constante é o de ressaltar seu caráter de trabalhador explorado; trabalhador que valoriza, ainda que de forma mediatizada, o capital. Enfim seu esforço é o de compreender o campesinato no movimento contraditório do capital.

Eis aqui um dos nossos pontos de coincidência com A. BATRA. Visto principal e até essencialmente como produtor aspecto constantemente reforçado ideologicamente pelo Estado através de seus programas e políticas agrícolas, pelo capital financeiro e pela própria indústria, conseqüentemente pelas burguesia urbana e rural, o camponês passa a ser pensado como empreendedor, gestor "autônomo" que controla e dirige seu processo imediato de produção, como o faz o capitalista, o empresário agrícola, e não o faz o operário, nem o assalariado agrícola. Vê-lo assim é, para nós, ficar a nível da exterioridade imediata do processo laboral camponês. Sua relação fundamental com o capital, que determina seu caráter social, não é ser "produtor" mas ser trabalhador, força viva que cria um produto que contém um trabalho necessário para cobrir sua subsistência e da família, ou parte dela, e um sobre-trabalho que possibilita realizar um valor a mais que contém dito produto, além de que ele mesmo é, tam

bém, uma mercadoria adquirível no mercado. Ele próprio se constitui em "valor de uso para o capital" ao mesmo tempo que cria um "valor de uso para o capital", a matéria prima agropecuária para a transformação industrial.

Questionar a aparência ou forma imediata de aparecer não significa negar a realidade desta, não é vê-la como inexistente, fantasmagórica. Simplesmente é afirmar seu caráter aparencial; significa que a forma de aparecer necessariamente não é sua real forma de ser.

ARMANDO BARTRA afirma a valorização - mediatização - do capital através do trabalho camponês, porém deixa de lado, nem sequer mencioná-lo, outro aspecto da questão, de grande importância teórico-prática por suas conseqüências políticas: nessas condições o camponês é um trabalhador produtivo para o capital? afirmá-lo como tal é afirmar sua proletarização formal? é conceituá-lo como proletariado real ou campesinato formal? Estas questões, que são fundamentais para apreender o campesinato como classe, não ficam claras em A. BARTRA, ainda que conceba o campesinato como classe explorada pelo capital.

Essa mediação ou mais especificamente falando, essa relação de mediação nega ou afirma a formalidade ou a realidade dessa classe?

Contrariamente a BARTRA, parece-nos que de a mercadoria do camponês é aparentemente de natureza diferente da que tem origem capitalista. Como ele próprio afirma, ela também contém uma mais valia, mesmo que o camponês não seja

consciente disto. Parece-nos que a natureza de ambas mercadorias radica em conterem essa mais valia. O fato de uma ser produzida num processo laboral "dirigido" pelo próprio trabalhador, processo que só se materializa em relação ao outro - capitalista -, não a anula. Por outro lado, o fato de que na troca desigual a que é submetida, pareça não contar com o sobre-trabalho contido nela, também não nega essa realidade para o capital. Tanto é assim que, uma vez materializada a sua apropriação, pode-se desdobrar nos valores contidos, e possibilitar a valorização do capital, como a firma o próprio A. BARTRA.

No início vimos que a existência da economia camponesa se relacionava com uma determinada estrutura política e ideológica, denominada por A. BARTRA caciquismo, dominada pelos grandes senhores da terra, latifundiários, ligados de alguma maneira aos interesses do capital. Por outro lado, colocava ele que a super-exploração do trabalho assalariado do camponês é estrutural, não depende de conjunturas nem da correlação de forças, como seria o caso do operário.

Perguntamos a BARTRA, aquela exploração é estrutural no sentido de ser determinada pela estrutura econômica capitalista ou por ser a estrutura um "invariante" em seu ser social?

Salientamos esta questão por ter sido ela colocada, ainda que a nível teórico, por BARTRA sem ficar elucidada. Reconhecemos não ter sido este o objetivo de seu estudo, mas não se justifica o esquecimento dela. Além do mais aquelas

acepções tem conseqüências políticas distintas, no que diz respeito à constituição de classe do campesinato.

Conceber a "invariança" no sentido estrutural do termo leva a posições que veem o campesinato como um ser político reacionário, tradicionalista e incapaz de levar à frente movimentos revolucionários de transformação da sociedade.

Acreditamos não ser esta a acepção dada por A. BARTRA ao caráter estrutural da sua exploração, mas é lamentável sua omissão devido às conclusões política que de sua análise podem ser derivadas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior
Coordenação Setorial de Pós-Graduação
Rua Aprígio Veloso, 832 - Tel (083) 321-7222-R 355
58.100 - Campina Grande - Paraíba

NOTAS

- ¹ Cf. MARX, K. El capital, t. 1, 1968.
- ² MARX, K. El 18 brumário... In: MARX y ENGELS, Obras escogidas, 1969.
Hoje esta argumentação de Marx aplicada à "sobrevivente" economia camponesa, ou ao campesinato parcelário, como o denominam alguns, é bastante discutível. A tecnologia moderna não só se dirige aos grandes e médios produtores, à empresa agrícola do crédito, da assistência técnica, através dos programas e políticas agrárias assumidas pelo Estado, pela empresa privada.
Por outro lado, diferentes ramos da engenharia, agronomia, veterinária, biologia, genética, química, todas elas expressando o desenvolvimento da ciência na sociedade capitalista atual, estão presentes, em maior ou menor proporção, nos estabelecimentos familiares camponeses.
- ³ MARX, K. El 18 brumário... Op. cit.
- ⁴ Confira, por exemplo, DIAS, G. M., depois do latifúndio continuidade e mudança na sociedade rural nordestina. Biblioteca Tempo Universitário, 48, Rio de Janeiro, 1978; MORAIS, C. S. Apuntes de Teoria de la organización, PROCARA, Serie didáctica nº 9, Tegucigalpa, Instituto Agrario Nacional, 1976,

- ⁵ MARX, K. El 18 brumário... Op. cit.
- ⁶ ENGELS, F. El problema campesino en Francia y en Alemania, Moscou, Ed. Progreso, 1974, p.19.
Tradução direta do espanhol.
- ⁷ MOGUEL, J. Marx y la cuestión campesina, Cuadernos Agrarios, Año 5, nº 10/11, Dic. Mexico, 1980, p.6.
- ⁸ MARX, ENGELS, Prólogo à edição Russa do O manifesto, 1882, In: GOMEZJARA, Op. cit. p.11.
- ⁹ GOMEZJARA, F. La lucha por la tierra debe convertirse en lucha contra el capital, Xerox, s.d.
- ¹⁰ SERENI, E. La categoria de formación social, Apud, GOMEZJARA, Op. cit. p.114.
- ¹¹ SHANIN, T. A definição de camponês... Op. cit.
- ¹² Todas as referências a ENGELS, se referem a seus artigos El problema campesino... Op. cit. e As guerras camponesas na Alemanha, São Paulo, Grijalbo, 1977.
- ¹³ ENGELS, Ibid.
- ¹⁴ Idem, El problema campesino... Op. cit. p.8.
- ¹⁵ Idem, Ibid. p.9.
- ¹⁶ Idem, Ibid. p.9.
- ¹⁷ Idem. El problema campesino... Op. cit. e as Guerras... Op. cit.
- ¹⁸ LENINE, V. I. El desarrollo del capitalismo en Rusia, Mexico, Ediciones de Cultura, Popular, 1971.

- ¹⁹ Cf. ALAVI, H. A revolução no campo, In: ALAVI et alii. Problemas e perspectivas do socialismo, Rio de Janeiro, Zahar Editores, s.d.
- ²⁰ LENINE, V. I. El desarrollo. Op. cit.
- ²¹ Ibid.
- ²² Ibid. p.158.
- ²³ Ibid.
- ²⁴ Ibid. p.139.
- ²⁵ Idem, La Alianza de la clase obrera y del campesinado, Moscou, Ed. Progreso, 1975.
- ²⁶ Rodolfo Stavenhagen considera a Aliança operário-camponesa, para latinoamérica, uma das "Siete tesis equivocadas sobre América Latina". Cf. o artigo do mesmo nome In: STAVENHAGEN, R. Sociologia y subdesarrollo, Mexico, Editorial Nuestro Tiempo, 1972.
- ²⁷ LENINE, La alianza... Op. cit.
- ²⁸ Ibid.
- ²⁹ Ibid. p.73.
- ³⁰ Ibid.
- ³¹ Ibid. p.73.
- ³² Cf. DUQUE-ARRAZOLA, L.S. A questão do partido: Partido de classe ou partido da classe? Mestrado em Sociologia Rural, UFPB - Campina Grande, (mimeo), 1981.

- ³³ MAO TSE TUNG, Obras escogidas, Pekin, Editorial de Len
guas Extranjeras, 1968.
- ³⁴ ENGELS, El problemas... Op. cit. LENIN, Op. cit.
- ³⁵ MARX, K. Op. cit.
- ³⁶ MAO TSE TUNG. Op. cit.
- ³⁷ PRADO Jr., Caio. A questão agrária no Brasil, São Pau-
lo, Ed. Brasiliense, 1979, p.62.
- ³⁸ Ibid. p.63.
- ³⁹ Ibid. P.74.
- ⁴⁰ Idem, A revolução brasileira, São Paulo, Ed. Brasilien-
se, 1966.
- ⁴¹ Ibid. p.62.
- ⁴² Ibid.
- ⁴³ Ibid. passim
- ⁴⁴ WANDERLEY, M. N. O camponês: um trabalhador para o capi-
tal, Campinas, 1979, (mimeo).
- ⁴⁵ Ibid.
- ⁴⁶ BARRIGHELLI, et alii. Questão agrária no Brasil: 1870 -
1975, CPDA/BIAP/FGV, Texto para discussão, Recife,
1979.
- ⁴⁷ Ibid. p.13.
- ⁴⁸ Ibid. p.14.

⁴⁹ Ibid. p.16.

⁵⁰ Ibid. p.17.

⁵¹ Ibid. p.18.

⁵² Ibid. p.20.

⁵³ Ibid. p.24.

⁵⁴ Ibid. p.24

⁵⁵ Todas as referências a Crouch y De Janvry se referem a seu artigo "El debate sobre el campesinado: teoria y significancia política, Estudios rurales latinoamericanos, v.2, nº 3, sept/dic. 1979.

⁵⁶ Ibid. p.289

⁵⁷ Ibid. p.290

⁵⁸ Ibid. p.291.

⁵⁹ Ibid. p.291.

⁶⁰ Ibid. p.292.

⁶¹ BONAJO, J. Modes of production in a materialistic conception of history. Capital and class. nº 3, (Otoño 1977): 1-44, apud Crouch y De Janvry, Op. cit.

⁶² QUEIROZ, M. I. P. de. O campesinato. Op. cit.

⁶³ LOUREIRO, M. R. Parceria y capitalismo, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1977, p.28.

⁶⁴ MACHADO, A. El café: de la aparceria al capitalismo, Bogotá, Punta del Lanza, 1977.

- ⁶⁵ CROUCH e DE JANVRY, Op. cit. p.294.
- ⁶⁶ POULANTZAS, N. As classes sociais no capitalismo de hoje, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, p.217.
Cf. MARX, K. El capital t.3, 1968.
- ⁶⁷ GALESKI, B. Sociologia del campesinado. Ed. Península, 1976.
- ⁶⁸ TEPICHT, J. Marxisme et agriculture: le paysan polonais, Paris, Armand Colin, 1973; GARCIA JR. A. Terra e trabalho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- ⁶⁸ BARTRA, R. Estructura agraria y clases sociales en México, Serie Popular ERA, México, Ed. Era, 1984; Idem, Campesinato e Poder Político no México, In: Antropologia econômica, CARVALHO, E. A (org.), São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978a.
- ⁶⁹ MONCAYO & ROJAS, Producción y capitalismo, Bogotá, CINEP, 1979; TELLEZ & URIBE, Hacia una tipologia regional de economías campesinas, con referencia a Colombia, In: Estudios Rurales Latinoamericanos, Vol. 3, nº 3, Sp/dic, 1980.
- ⁷⁰ REMENTERIA, I. La economia campesina y el mercado agropecuario, In: Estudios Rurales Latinoamericanos, Vol. 4, nº 3, Sep/Dic. 1981.
- ⁷¹ STAVENHAGEN, R. Las clases sociales en las sociedades agrarias, Mexico, S. XXI, 1970.
- ⁷² AMIN & VERGOUPOLOS, A questão camponesa e o capitalismo, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- ⁷³ TEPICHT, Op. cit. Todas as referências a TEPICHT são desta obra.

- 7⁴ TEPICHT. Ibid. p.17. Tradução direta do francês.
- 7⁵ Ibid. p.18.
- 7⁶ Ibid. p.40.
- 7⁷ CHAYANOV, Op. cit.
- 7⁸ TEPICHT. Op. cit. p.41
- 7⁹ THORNER, D. Op. cit.
- 8⁰ GALESKI, Todas as referências a Galeski se referem a sua obra Sociologia... Op. cit.
- 8¹ Ibid. p.47.
- 8² Esta obra de Galeski, originalmente em polonês, foi traduzida para o espanhol de uma versão inglesa. Em nosso trabalho utilizamos a versão espanhola, a qual algumas vezes traduzimos livremente para o português. Tanto em português, como em espanhol, não existe um termo equivalente ao vocábulo anglosaxão farm, que na obra de Galeski foi traduzido para o castelhano como explotación cam pesina. Também não existe equivalente em espanhol para a expressão peasant farming, que foi traduzido por modo de explotación campesino, sendo a palavra farmer traduzida por agricultor, nela incluindo-se o criador de gado, o horticultor, o granjeiro. Como em português não existe a palavra explotación, empregamos a palavra exploração (Cf. o prólogo da edição espanhola de Eduardo Sevilha Guzman, na obra citada de Galeski). Farming é traduzido por exploração agrícola, de acordo com o Dicionário inglês-Português de Leonel & Lino Vallandro, Porto Alegre, Ed. Globo, 1976.
- 8³ GALESKI, Op. cit. p.64-65.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
 Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior
 Coordenação Setorial de Pós-Graduação
 Rua Aprígio Veloso, 832 Tel (083) 321-7222-R 355
 58.100 - Campina Grande - Paraíba

⁸⁴ Ibid. GALESKI, p.72.

⁸⁵ Ibid. p.86.

⁸⁶ Para Galeski o "estrato social" designa grupos necessários de ser identificados para a análise da estrutura social, porém não podem considerar-se como classe. Esse conceito é empregado por Galeski em três sentidos: 1) estrato social como grupo, coletividade que se desintegra, mas é absorvido pelo sistema de classe social básico, 2) grupos ou coletividades que não podem ser incluídas nas categorias básicas da estrutura do sistema, mas sua situação social está determinada por sua relação com essa estrutura: ex. a Intelligentsia. 3) grupos diferentes dentro de uma classe e cuja situação social difere da do resto da classe. As "classes intermedias" são para Galeski um estrato social posto que não ocupam as posições polares básicas do sistema social. Op. cit. p.173.

⁸⁷ Ibid. p.177.

⁸⁸ Ibid. p.184.

⁸⁹ Ibid. p.186.

⁹⁰ Segundo Galeski as características da aldeia ou comunidade aldeã se derivam do "modo de exploração camponês". Ela é uma coletividade, um grupo social ou entidade social. Assim uma de suas características fundamentais "a saber los fuertes vinculos basados en los contatos personales, reforzados por el parentesco, el origen común y la homogeneidad social, es asi mismo un rasgo característico que deriva del modo de exploración campesino". Ibid. p. 145.

⁹¹ Ibid. p.197.

- ⁹² GALESKI, Ibid. p.202.
- ⁹³ Ibid. p.202.
- ⁹⁴ Ibid. p.203.
- ⁹⁵ Ibid. p.279.
- ⁹⁶ Ibid. p.102
- ⁹⁷ A respeito pode ver-se, entre outros, LÖWY, M. La teoría de la revolución en el joven Marx, S. XXI, Mexico, 1979; CLAUDIN, F. Marx Engels y la revolución de 1848, S. XXI, Mexico, 1945; ROSSANDA, R. II Manifesto, Ed. Era, Mexico, 1973; DUQUE-ARRAZOLA, L. A. A questão do partido.
- ⁹⁸ KULA, W. Teoria economica del sistema feudal, S. XXI, Mexico, 1979.
- ⁹⁹ GARCIA, A. Jr., Terra e trabalho, trabalho familiar de pequenos produtores, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. Salvo exceções, todas as referências a GARCIA são deste livro.
- ¹⁰⁰ Ao respeito da PLANTATION, ver entre outros, PALMEIRA, M. Latifundium et capitalisme: lecture critique d'une Débat Tese de doutoramento, Faculdade de Letras e Ciências Humanas Universidade de Paris, (mimeo); CASTILLO et alii. La Gulf & Western en República Dominicana, Ed. Universidad Autónoma de Santo Domingo, Santo Domingo, 1974; HERNANDES, M. et alii. Migración Haitiana y producción azucarera en la República Dominicana, CEPAE, Santo Domingo, 1976; MINTZ, S. y WOLF, E. Haciendas and plantation in Middle America and Antilles, Social and Economic Studies, 1969.

- ¹⁰¹ Sobre as categorias de foreiro, morador, direitos, cativos, liberto, sítio, roçado, ver, entre outros, GARCIA, A. Op. cit.; Salario e campesinato Rural, Convênio UFPB/F. Ford, Campina Grande, Junho, 1980. SIGAUD, L. Os clandestinos e os direitos, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979; HEREDIA, B. A Morada da vida, Op. cit. LOPES, J. S. O vapor do diabo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- ¹⁰² Sobre as mudanças e transformações ocorridas no Nordeste a partir dessa época, ver entre outros SIGAUD, Op. cit., Greves nos Engenhos, Texto de discussão no Grupo Movimentos Sociais no Campo, CPDA/EIAP/FGV, Rio de Janeiro, Abril 1980, PALMEIRA, M. Desmobilização e conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana, xerox, s.d.; OLIVEIRA, F. Elegia para uma re(li)gião, Rio de Janeiro, Paz e Terra; AZEVEDO, F. As ligas camponesas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; BASTOS, E. As ligas camponesas, Petrópolis, Vozes, 1984.
- ¹⁰³ Apoiando-se em Marx e em Ricardo, A. Garcia concebe a subsistência, não como o mínimo mais baixo, sem o qual não se pode existir fisicamente, mas como "aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família". Garcia, Op. cit. p.16.
- ¹⁰⁴ Na República Dominicana (Antilhas) deu-se também um processo algo similar ao da Zona da Mata do Nordeste brasileiro, que se inicia durante a Primeira Guerra Mundial, com a intervenção norteamericana no país e culmina com a grande depressão dos anos 30. No final da década de 30, vários engenhos de açúcar quebraram, voltando muitos dos trabalhadores assalariados das plantações de cana a produzir diretamente nas terras invadidas dos engenhos arruinados. O retorno à pequena produção familiar

"parou" por um certo tempo o processo de proletarização em muitas regiões canavieiras do país. A produção camponesa preferenciava a produção alimentar para a família, com uma reduzida venda de excedentes nos mercados locais das províncias. Uma vez superada a crise nacional com o surgimento da agro-indústria, novamente se modifica esse último processo, através de produção de culturas comerciais (arroz, cebola) e agro-industrial (amendoim), consumando-se assim a subsunção formal do trabalho camponês pelo capital.

Cf. DUQUE-ARRAZOLA, L. et alii. La educación como práctica coletiva: la experiencia de Fundación de Sabana Buey. Vol. II, CEDE/INTEC/IICA, Rep. Dominicana, 1978

¹⁰⁵ GARCIA, A. Op. cit. p.52.

¹⁰⁶ Ibid. p.58.

¹⁰⁷ TEPICHT, Op. cit.

¹⁰⁸ BARTRA, Roger, Estructura agraria y clases sociales ... Op. cit.; La Teoria del valor y la economia campesina; invitación a la lecture de Chayanov, In: Comercio Exterior, Vol. 25, nº 5, Mexico, 1975; Y si los campesinos se extinguen? artigo apresentado como ponencia al Congresso Mexico, realizado em Perpignan (França), maio, 1976; El poder despótico burguês, Serie Popular Era, México, 1978; Campesinato e poder político, Op. cit.

¹⁰⁹ BARTRA, R. La teoria del valor... Op. cit.

¹¹⁰ Idem, Campesinato e poder político... Op. cit. p.214

¹¹¹ Idem, Estructura agrária y clases... Op. cit. p.152.

¹¹² Ibid.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior

Coordenação Setorial de Pós-Graduação

Rua Aprígio Veloso, 882 Tel (383) 321-7222-R 355

58.100 - Campina Grande - Paraíba

- ¹¹³ BARTRA, R. El poder despótico... Op. cit. p.53.
- ¹¹⁴ Idem, Estrutura agrária y ... Op. cit. p.153.
- ¹¹⁵ Idem, Y si los campesinos... Op. cit. p.77.
- ¹¹⁶ Idem, El poder... Op. cit.
- ¹¹⁷ Idem, La estructura agraria ... Op. cit.
- ¹¹⁸ Idem, La teoria del valor... Op. cit.
- ¹¹⁹ Ibid. p.520.
- ¹²⁰ Ibid.
- ¹²¹ Ibid. p.519.
- ¹²² Cf. MARX, El capital, t.3, Op. cit.
- ¹²³ BARTRA, R. La teoria del valor... Op. cit. p.520.
- ¹²⁴ MARX, El capital... Op. cit.
- ¹²⁵ BARTRA, R. La teoria del valor... Op. cit. p.521.
- ¹²⁶ Ibid. p.521.
- ¹²⁷ Para Roger Bartra o erro de Chayanov foi não aplicar a economia camponesa a Teoria do Valor, o que o levou a não analisá-la historicamente, no marco da sociedade global.
- ¹²⁸ Idem, Campesinato e poder... Op. cit.
- ¹²⁹ Idem. El poder... Op. cit.
- ¹³⁰ Ibid.

- ¹³¹ BARTRA, R. *Ibdi.*
- ¹³² *Idem*, *La teoria... Op. cit.*
- ¹³³ *Idem*, *El poder... Op. cit.*
- ¹³⁴ MARTINS, J. de Souza, *O cativo da terra*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979; *Expropriação & Violência, a questão política no campo*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1980; *Os camponeses e a política*, Petrópolis, Vozes, 1981; *A militarização da questão agrária*, Petrópolis, Vozes, 1984.
- ¹³⁵ *Idem*, *A Militarização... Op. cit.* p.77.
- ¹³⁶ *Ibid.*
- ¹³⁷ *Ibid.* p. 78.
- ¹³⁸ *Idem*, *O cativo... Op. cit.* p.1
- ¹³⁹ *Ibid.* p.2.
- ¹⁴⁰ *Ibid.*
- ¹⁴¹ *Ibid.* p.3.
- ¹⁴² *Ibid.*
- ¹⁴³ As referências a Armando Bartra dizem respeito a dois dos seus trabalhos: *La economía campesina y el capitalismo: La subsunción del trabajo campesino por el capital y el carácter de la pequeña producción* (mimeo). Conferência dada na Faculdade de Economia da UNAM, México, nov. 1978, e um segundo trabalho, a que denominados *Opus II* (mimeo), que nos chegou às mãos sem nenhuma referência bibliográfica e que, pela temática desenvolvi-

da, parece ser a continuidade e a ampliação daquela con
ferência.

¹⁴⁴ Idem, Opus II, Op. cit.

¹⁴⁵ Ibid.

¹⁴⁶ Idem, La economia campesina... Op. cit. p.18.

¹⁴⁷ Ibid. p.19.

¹⁴⁸ Segundo Samir Amin, a proletarização dos camponeses não constitui o principal meio de desenvolvimento do capita
lismo agrário "... mas pelo contrário um meio excepcio
nal e mais dispendioso, porque mantém - e reforça fre
quentemente - a punção que a renda representa. Esta não é predominante senão quando uma aliança de classe que lhe é favorável a impõe". O capital está interessado em submeter o campesinato posto que encontra aí "não só uma melhor taxa de lucro global, mas ainda uma melhor gestão política da sociedade. Permanecendo proprietá
rios formais dos meios de produção, os camponeses fazem de si próprios uma imagem ideológica que os separa dos proletários". AMIN, S.O capitalismo e a renda fundiária In: AMIN e VERGOUPOLOS, A questão camponesa e o capita
lismo, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, p.44.

¹⁴⁹ BARTRA, A. La economia... Op. cit. p.15-16.

¹⁵⁰ "Si la subsunción general de la agricultura al capital glo
bal se da bajo la forma particular de una subsunción formal generalizada, el capital no agrícola tendrá que ceder a los empresarios rurales una porción extraordina
ria de plusvalía total que será mayor cuanto mayor sea la subsunción real del proceso de trabajo en la agricul
tura".

- ¹⁵¹ A respeito disto Kostas Vergoupolos afirma que "a pequena produção camponesa é sustentada pelo capital para barrar a via do capitalismo agrário: o objeto da operação é sempre a renda (da terra)". VERGOUPOLOS, K. O capitalismo disforme, In: AMIN e VERGOUPOLOS, Op. cit. p.64.
- ¹⁵² BARTRA, A. La economia... Op. cit. p.22.
- ¹⁵³ Idem, Opus II, Op. cit.
- ¹⁵⁴ Cf. MARX, K. O Capital, Op. cit.
- ¹⁵⁵ BARTRA, A. Opus II, Op. cit. p.14.
- ¹⁵⁶ Ibid. p.17.
- ¹⁵⁷ Segundo MARX, a exploração do operário tem duas fases: 1) capital e trabalhador se enfrentam como compradores e vendedores de mercadorias. O que diferencia o operário dos outros vendedores é o "específico valor de uso do que vende". A compra-venda da força de trabalho como troca de equivalentes é o "prelúdio" da sua exploração a qual se consoma com 2) o consumo da força de trabalho como apropriação do sobre-trabalho que "da cima" ao processo. Cf. MARX, O capital, Op. cit.
- ¹⁵⁸ BARTRA, A. Opus II, Op. cit. p.18.
- ¹⁵⁹ A respeito ver o artigo de R. Bartra, La teoria del valor... Op. cit.
- ¹⁶⁰ BARTRA, A. Opus II, Op. cit. p.31.
O acambarçamento e/o monopólio comercial são para A.Bartra as formas concretas em que se manifesta esse proceso de "transferência-exploração".

¹⁶¹ BARTRA, A. Ibid. p.48.

¹⁶² Ibid. p.59.

¹⁶³ THORNER, Op. cit.

¹⁶⁴ REDFIELD, Ops. cits.

¹⁶⁵ SHANIN, T. Naturaleza y lógica... Op. cit. p.41

¹⁶⁶ MONCAYO & ROJAS, Op. cit. p.180.

¹⁶⁷ Cf. MARX, K. Introducción... 1857. Op. cit.

CAPÍTULO III:
A DETERMINAÇÃO DE CLASSE DO CAMPESINATO

3 - A DETERMINAÇÃO DE CLASSE DO CAMPESINATO

3.1 - O CONCEITO DE CLASSES SOCIAIS NA CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA

Nosso estudo visa compreender o campesinato da formação social latinoamericana e antilhana¹, na medida em que elas são concreções históricas do movimento da totalidade social do capital, ou seja do desenvolvimento desigual do processo do capital e de suas contradições.

Ao estabelecer uma delimitação geográfica não estamos dizendo que esta se identifica com formação social, mas tão só desejamos enfatizar as concreções históricas do capital, recordando a configuração capitalista que impôs conquista e colobização a sociedades, cujo processo e movimento social não eram precisamente os do capital que se internacionalizava. Queremos sim significar luta de classes, ao nível da configuração histórica das classes nessa formação, o que implica também alianças entre estas, em condições historicamente determinadas.

Este estudo, como já dissemos acima, não se sustenta em pesquisa empírica direta, embora sempre se refira a observações e vivência direta com campeonatos de vários países (Colômbia, Equador, Perú, República Dominicana, Haiti e Brasil). Esta necessidade de maior compreensão se refere não mais a campeonatos específicos de certas regiões ou países, mas ao campeonato enquanto uma das expressões sociais do movimento do capital em seu estágio atual. Nem porisso queremos dizer que não seja importante conhecer ãqueles campeonatos específicos, mas simplesmente afirmar que nos interessa aqui apreender a questão camponesa como expressão do movimento do capital. Não como se o campeonato fora uma entidade, alheia, justaposta ou externa, embora articulada ãaquele processo, mas precisamente como componente dele.

Na verdade, ao nos referirmos ã questão camponesa estamos indicando a intenção de compreender o campeonato como classe. Porisso, antes de prosseguir com o estudo do campeonato, carece aprofundar a problemática das classes sociais na concepção materialista da história, que como já dissemos, não tem sido abordada de forma unívoca².

1 - MARX e ENGELS

MARX e ENGELS em "A Ideologia Alemã"³ colocam a diferenciação social e a configuração das classes, em um primeiro momento, a partir do lugar ou posição na divisão social do trabalho, o que para eles significa um tipo determinado

de propriedade e, por sua vez, relações de produção historicamente determinadas. Contudo, como se esclarece na mesma obra, a classe se constitui como tal, não apenas pelas condições de vida comum que identifica os indivíduos, mas quando se veem obrigadas a sustentar uma luta com outra classe. Em "A miséria da filosofia" torna esta formulação ainda mais explícita:

"As condições econômicas tinha a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso essa classe é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política".

Tem-se assim uma formulação em que se estabelecem, por assim dizer, os momentos do processo de configuração das classes sociais: classe em si - classe para si.

Estas colocações de MARX, reafirmadas mais tarde em "As lutas de classe na França"⁵ e em "O dezoito Brumário"⁶, fazem surgir uma questão, objeto de grandes discussões nos dias de hoje e que, para uma melhor compreensão, formulamos assim: as classes sociais estão determinadas economicamente, mas se constituem, enquanto tais, politicamente?

Se se admite que todo movimento social é político e que a luta de classes é uma luta política, não entre indivíduos (o que implicaria numa redução psicologista), mas en

tre personificações sociais de contradições e relações de produção, que independe das vontades individuais, então, as lutas entre essas personificações contra as condições materiais em que realizam sua existência, implicam a organização da classe, a "*crítica teórica para revolucionar praticamente*" essas condições materiais⁷. Em outras palavras, essas lutas requerem a organização da classe em partido político⁸.

Isto quer dizer que a constituição da classe não é um simples estado dado, mas um processo em realização na sua organização como classe, contrária e em oposição a outras (antagonismos). Esse processo é sua organização em partido político. Para MARX e ENGELS a classe atua na luta como partido político frente a outras classes⁹.

É claro que nos estamos referindo à concepção do Partido-Classe ou da Classe-Partido, "*no grande sentido histórico do termo*"¹⁰.

Estamos frente a uma das fontes de divergência no seio do marxismo, que dá origem a mais de uma corrente, a concepção de classe em si e classe para si, por implicar, segundo os que a criticam, remanescentes hegelianos do MARX da juventude, ou seja, a concepção da classe como sujeito da história e pelos desvios de cunho historicista a que deu origem.

2 - POULANTZAS

Para POULANTZAS, tais expressões indicam uma concep

ção historicista das classes sociais por estabelecerem "... uma relação ideológica entre os indivíduos agentes da produção, os 'homens' e as classes sociais"¹¹.

O fundamento da crítica de POULANTZAS à concepção da classe-sujeito da história (os indivíduos seriam os sujeitos das estruturas) jaz em que os agentes da produção são entendidos como atores-produtores¹² o que leva a ignorar a) que para MARX os agentes da produção, enquanto personificações do capital e do trabalho, são considerados suportes ou portadores de estruturas e b) que MARX nunca os concebeu teoricamente como a origem genética das estruturas.

Neste estudo, que só pode ser entendido na sua relação com um projeto de pesquisa em curso¹³, abordaremos o campesinato enquanto classe desde a perspectiva de classe em si e classe para si, não para indicar estados do seu ser social, visto que, como já foi dito a constituição da classe é o processo de sua organização, que se dá em estreita relação com a luta da classe contra as condições materiais que determinam sua existência; é o processo de constituição da classe-partido. Nesse sentido concordamos com LENINE, para quem as condições materiais, determinadas pelo modo de produção, são, ao mesmo tempo, condições objetivas e subjetivas¹⁴.

Porisso a preocupação deste trabalho tem sido e continuará sendo a de apreender a determinação de classe do campesinato (como classe em si), pois a consideramos premissa

e ponto de partida para compreender sua constituição enquanto classe (classe para si). Conseqüentemente, classe-em-si e classe-para-si aqui são tomadas desde uma perspectiva metodológica, desde a qual se busca apreender a questão camponesa, o que suporia necessariamente uma volta ao concreto real, como objeto de pesquisa. A compreensão da constituição do campesinato como classe-para-si requer assim uma pesquisa específica que escapa às possibilidades deste estudo.

Ao se conceber o campesinato como classe sub-determinada¹⁵, como classe em transição¹⁶, ou como classe de origem pré-capitalista¹⁷, sua constituição em classe será apreendida nas condições capitalistas atuais, como determinada por contradições secundárias, que determinariam assim seu ser social. Em consequência, suas práticas e sua organização política de classe, devido à posição estrutural de classe, impediriam o campesinato de "... ocupar uma posição hegemônica no seio dos 'blocos históricos' dirigidos pela classe exploradora e pela classe explorada"¹⁸.

Classe-em-si e classe-para-si¹⁹ tem sido geralmente consideradas reminiscências hegelianas em MARX, encontradas em seus escritos de juventude, ainda não científicos e anteriores a sua ruptura com o humanismo filosófico, que se consumou mediante a construção de uma nova teoria da história, o "anti-humanismo teórico"²⁰. Rejeitam-se aquelas expressões para salvar teoricamente "... o caráter antihistoricista da proposição segundo a qual é a luta política de classes que constitui o motor da história"²¹.

Existe um medo difuso de tudo quanto cheire a histo
ricismo, a ponto de se adotar não raro posições economicis
tas e até funcionalistas, como seria o caso de POULANTZAS,
segundo a crítica que dele faz MIRIAM CARDOSO²². Esse medo
tem-se expandido ainda mais, devido à influência dos diver
sos estruturalismo nas ciências sociais, e graças aos traba
lhos de ALTHUSSER e POULANTZAS.

NAIR²³ ao criticar a ALTHUSSER²⁴ diz que este consi
dera como verdadeiros sujeitos que regem as relações de pro
dução não os indivíduos concretos, nem os homens reais. Ci
ta a propósito ALTHUSSER:

*"Los verdaderos 'sujetos' son, pues, esos def^u
nidores y esos distribuidores: las relaciones
de producción"²⁵.*

ou seja, que a estrutura das relações de produção são o su
jeito, não quem as torna possível, de tal sorte que ALTHUS
SER termina rejeitando a categoria mesma de sujeito na teo
ria marxista, à qual opõe a estrutura, "el proceso sin su
jeto"²⁶.

Segundo NAIR, MARX opõe ao sujeito substancial, ao
indivíduo, o sujeito coletivo, a classe ou o grupo social:

*"En realidad, más allá de sus incoherencias,
Althusser sustituye el sujeto clásico que ma
ta, por otro sujeto: no el de Marx, no la cla
se, sino la estructura paralizada y petrificada"²⁷.*

Segundo POULANTZAS, o conceito de classes sociais

nos clássicos do Marxismo está apenas formulado em 'estado prático', sendo necessário, portanto, construí-lo, tarefa que ele mesmo se propõe realizar. Para isto não se deve partir do conceito de história, entendido como "*princípio de gênese referido a um sujeito*", pois não é isto que constitui o princípio de inteligibilidade do processo de transformação das sociedades "... *mas antes o conceito teoricamente construído de um modo de produção enquanto todo-complexo-com-dominante*"²⁸. Este conceito é que permite construir outro conceito de história. Mas ele não se refere, contudo, aos indivíduos, aos homens concretos, nem às classes sociais, sujeitos das práticas, pois se fosse assim estaria caindo na problemática do sujeito, no historicismo.

Para POULANTZAS, quem exerce a prática, quem luta, quem trabalha, são os **suportes distribuídos** em classes sociais: os trabalhadores e não-trabalhadores são os **suportes**²⁹ das estruturas de um modo de produção e de uma formação social. Isto, porém, não implica ter que recorrer a um "sujeito originário", nem menos considerar as práticas como sendo das estruturas³⁰.

Segundo POULANTZAS, "*... os suportes distribuídos em classes não podem ser teoricamente concebidos como sujeitos*"³¹, visto que estes são indivíduos concretos, singulares, com existências particulares. E a luta de classes, assim como as práticas de classe, devem ser vistas como **pertencentes** a um âmbito diferenciado e inconfundível, o das relações sociais, que não é o das estruturas.

Classes sociais seria assim o "... conceito que indica os efeitos³² do conjunto das estruturas ... no domínio das relações sociais"³³, assum como a luta de classes é "... o efeito das relações entre as estruturas, a forma que as contradições entre as estruturas revertem nas relações sociais"³⁴. Mas como as classes sociais que existem em oposição, só podem ser concebidas como práticas de classe, assim a unidade destas "constituem o campo das lutas de classe"³⁵.

Nesta concepção anti-historicista das classes sociais, que é a de POULANTZAS, veem-se as classes não como "... uma 'coisa empírica' cuja estrutura seria o conceito: elas conotam relações sociais, conjuntos sociais, mas são o seu conceito..." , conceito que indicaria.

"... os efeitos do conjunto das estruturas da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes: esse conceito indica, pois, os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais"³⁶.

Resulta, então, que a classe social não designa uma realidade, situada a nível das estruturas ou relações de produção enquanto estruturas. Ela conota relações sociais, práticas de classe, que "não são estruturas"³⁷. Contudo, são as contradições entre as estruturas que definem as relações fundamentais de dominação das classes, das práticas de classe. Estas, como as relações sociais, existem como relações conflitantes de oposição e contradição. Mas co

mo tudo o que existe realmente, essas contradições e oposições têm também uma existência particular, assim como os sujeitos.

Como se pode ver, a história em POULANTZAS, enquanto lutas e antagonismos reais-concretos das diferentes classes, está excluída das estruturas. Estas não são produto nem concretização das práticas de classe. As estruturas não são nem base das práticas, nem a ação destas se exerce sobre as estruturas, pois seus âmbitos são distintos e irredutíveis. O âmbito das práticas, da ação das classes, é o das relações sociais, e não o das estruturas. Para POULANTZAS, as estruturas estão constituídas de elementos invariantes, os quais "... *são existem na sua combinação variável*" e as relações entre seus elementos "... *determinam a sua própria natureza, a qual é modificada conforme a combinação*"³⁸.

Por ser fomal sua perspectiva sobre as classes sociais, isto o leva, no dizer de MIRIAM LIMOEIRO CARDOSO, a esquecer, no campo das estruturas, as práticas e no campo destas, as estruturas.

Mas sendo a prática social trabalho de transformação, seu ponto de partida e de chegada são relações sociais. Além do mais,

*"... la práctica social es transformación de relaciones sociales. Estas relaciones sociales son los componentes de la estructura: materia prima y producto de la práctica social. Para eludir el historicismo que no entiende la estructura sino como 'praxis cosificada', no es preciso olvidar la praxis en la estructura"*³⁹.

Ao considerar POULANTZAS as estruturas como pertencentes a um âmbito diferente aos das relações sociais, além de irredutíveis a este, e ao se referir aos agentes da produção como sendo os indivíduos concretos, singulares, cai no fetichismo das relações econômicas. Ele as vê como relações homem-coisa, negando o caráter social das relações econômicas, das relações de produção, pois estas não são para ele relações sociais. As relações de produção são concebidas como estrutura e as relações sociais como efeitos. Assim,

"... lo social es eliminado de la estructura, acaba siendo concepto"⁴⁰.

Por serem os indivíduos, os sujeitos, singulares, concretos, não têm um estatuto teórico. Daí se conclue que as classes sociais não são coisas empíricas, mas seu conceito, que conota os efeitos da estrutura global no âmbito das relações sociais.

Autores como ILLENKOV⁴¹, GIANOTTI⁴² e SEVE⁴³ entre outros, contestaram essa distinção absoluta que estabelecem ALTHUSSER e POULANTZAS entre objetos de conhecimento e objetos reais; segundo eles, a existência objetiva do universal dã-se na realidade. Assim *"... o universal teórico corres*ponderia *àquilo que há de universal no próprio real"*. Mas este universal e a essência não são *"algo abstrato inerente a cada indivíduo"⁴⁴*. É, no dizer de MARX, *"o conjunto das relações sociais"⁴⁵*. Aqueles autores contestam, segundo SANCHEZ VASQUEZ, nessa posição de ALTHUSSER *"a contraposi*

ção metafísica do conceito e do real"⁴⁶.

A respeito disto FERNANDO H. CARDOSO coloca, referindo-se a ALTHUSSER e seus seguidores, o seguinte:

"(Althusser)... não aceita que a ordem lógica contém uma dimensão ontológica, - quer dizer, produzida objetivamente pelas relações entre os homens e por eles incessantemente reproduzidas, negadas e transformadas - termina por valorizar a 'prática teórica' como recurso para garantir a objetividade do conhecimento"⁴⁷.

Negando-se ou minimizando-se o universo concreto ou a essência concreta, real, no dizer de LUCIEN SEVE⁴⁸, se dissocia o concreto real do concreto de pensamento: o universal fica reduzido ao pensamento, ao passo que o singular, o particular reduzido ao real. Por isso, estamos de acordo com FERNANDO CARDOSO, quando diz:

"o horror à problemática do sujeito contida no historicismo e a crítica ao economicismo e ao empirismo tem levado aos adeptos do althusserianismo a beirar, por um lado o estruturalismo, evitando a história, e por outro o formalismo idealista"⁴⁹.

Desde já, embora sem entrar em maiores aprofundamentos, encontramos nessas colocações um dos grandes problemas de ALTHUSSER e seus seguidores, entre eles POULANTZAS. Elas se originam na maneira como concebem as relações entre os processos reais (objetos reais) e os processo de pensamento (objetos de conhecimento). A unidade deles "está ba

seada na sua distinção"⁵⁰, , entendida esta como uma separação absoluta, que se estabelece com o fito de não cair no idealismo hegeliano, da identidade entre pensamento e ser.

Os objetos reais (concretos, singulares) são os únicos que existem. Os objetos de conhecimento, embora se refiram àqueles objetos, "não existem no sentido rigoroso do termo"; são objetos "abstrato-formais"⁵¹, que nem sempre se relacionam com os objetos reais, pois o conhecimento pode ser elaborado a partir dos conceitos mais ricos em determinações teóricas (os mais concretos), como produto de um trabalho teórico, a chamada 'prática teórica'. Os objetos abstrato-formais, em conseqüência, não existem realmente, posto que não possuem concreção real, singularidade nem individualidade.

É fácil de perceber que com essa distinção absoluta se perde a dialeticidade do conhecer, a contradição dialética entre objetos reais e objetos de conhecimento. Exclue-se assim a "relação cognoscitiva como reprodução do objeto real", na medida em que objetos reais e objetos de conhecimento pertencem a ordens diferentes, absolutamente irredutiveis. Ambos têm um "status ontológico" diferente.

O cerne da questão, explica SANCHEZ VASQUEZ

"... estã, portanto, neste conceito althusseriano do real, que exluí, com sua singularidade, aquilo que define precisamente o objeto teórico: sua universalidade, essencialidade ou generalidades"⁵².

A rejeição total à concepção de classe-em-si e clas

se-para-si de POULANTZAS, a que fazíamos referência, além dessa contraposição metafísica do conceito e do real, enraíza-se, também, em outra problemática: a da categoria da totalidade.

ALTHUSSER opõe à categoria hegeliana de totalidade, contida, segundo ele em alguns escritos de MARX, ENGELS e outros marxistas, a de 'totalidade cinética', entendida como "*estrutura complexa de um todo orgânico hierarquizado*" (vg. os conceitos de modo de produção e formação social).

O significado da categoria de totalidade, atribuído por ALTHUSSER a HEGEL, deve-se, segundo NAIR, a um erro de interpretação⁵³. Ele confunde a essência com o conceito e crê que a ordem real das coisas está determinada pela ordem lógica do conceito. O resultado disto é a supressão da História, por histórias específicas e múltiplas e a redução da totalidade "*... à presença de um dos seus momentos*"⁵⁴. A totalidade afirmada por ALTHUSSER e seus discípulos é a de um todo complexo já dado. Daí a anulação da história pela conjuntura:

"No es por azar que Althusser procede unicamente a hacer análisis de conjuntura en Lenine"⁵⁵.

Refutando a ALTHUSSER, NAIR argumenta que na teoria marxista a totalidade não é um conceito, mas uma categoria metodológica. Por outro lado observa que, ao opor ALTHUSSER e seus discípulos a ciência à ideologia, e ao pretendem construir uma 'totalidade científica', na qual o conhe

cimento é o produto de um sistema unificado de conceitos (Generalidade II), chegam a acreditar que

"... ese sistema unificado de conceptos puede desplegarse en su cerimonia científica, independientemente del punto de vista del sujeto que la practica"⁵⁶.

A meu ver a objetividade científica se alcança com a reprodução, a nível do pensamento, dos universais concretos, das essencias reais, entendidos, no entanto, como conjunto de relações sociais determinantes e síntese de múltiplas determinações. Não são nem evolução da idéia nem autoconsciência do Espírito.

Processo real e processo do pensamento seguem caminhos diferentes, embora o real seja o ponto de partida da percepção, da representação. O pensamento não é a gênese do real, ainda quando o conhecimento científico, para poder apropriar-se do real e reproduzi-lo o faça pela via do pensamento, "elevando-se do abstrato ao concreto" reproduzindo o concreto real como "concreto de pensamento"⁵⁷.

Para concluir podemos dizer que a rejeição à concepção de classe-em-si e classe-para-si por serem pretensamente expressões historicistas, pelas razões já expostas, conduz à exclusão das classes sociais como componentes da estrutura social. Em consequência, como nos diz MIRIAM L. CARDOSO, eliminam-se as classes como mediações na constituição estrutural, esquecendo-se a luta de classes como motor da transformação social. De forma que POULANTZAS, para fugir

do historicismo, elimina o problema da origem das classes e, contra seu autodesenvolvimento, as situa como efeito da estrutura como um todo,

"... para suprimirlas como 'factor de la engendración genética de las estructuras' está obligado a desdenñarlas (las clases) como factor de transformación de las estructuras. Para que ellas no sean el elemento dinámico que se oponga a la estructura como estática, olvida pura y simplemente su dinamismo"⁵⁸.

3 - O ECONÔMICO NA DETERMINAÇÃO DA CLASSE

Regressando novamente à determinação econômica das classes sociais, vejamos o que significa o econômico desde o ponto de vista da concepção materialista da história.

Antes de mais nada carece esclarecer que o econômico não se identifica com a renda, nem com a quantidade e origem desta, nem mesmo com a ocupação ou com estilos de vida, embora a primeira vista pareça sê-lo⁵⁹.

O que determina o econômico são as relações de produção, historicamente determinadas de um modo de produção determinado. Essas relações de produção, por sua vez, determinam as relações com os meios de produção e o caráter destes. No modo de produção capitalista, tanto estes, como as condições de trabalho, se convertem em capital⁶⁰.

Embora o reconhecimento da determinação econômica das classes sociais seja ponto pacífico, o econômico é concebido, no entanto, de maneiras diversas. A razão disto,

diria POULANTZAS, está em que os clássicos do marxismo formularam o conceito de classes sociais, em estado prático, possibilitando com isto êrros e confusões na interpretação de sua concepção.

Para LENINE, as classes sociais são "grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro, em virtude dos diferentes lugares que um e outro ocupam num determinado regime de economia social". As classes diferenciam-se, portanto, por esse lugar determinado historicamente pelas relações em que se encontram com os meios de produção, por seu papel na organização social do trabalho e, em consequência, pelo modo e a proporção em que obtém a parte da riqueza social de que dispõem⁶¹.

Segundo STAVENHAGEN, esta é a definição que melhor ressalta qual deva ser o critério econômico fundamental na constituição das classes sociais: as relações com os meios de produção. Mas como ele identifica, como elemento básico, a propriedade, STAVENHAGEN define as classes sociais nas sociedades agrárias, em relação à propriedade da terra e à extensão dessa propriedade, posto que esses critérios diferenciam a posição dos grupos com respeito à propriedade, assim como determinam, também, sua participação na renda agrícola e suas mútuas interrelações. Além disso, as classes sociais são, para STAVENHAGEN, elementos estruturais da sociedade, que se organizam politicamente para conquistar o poder do Estado. Isto só pode ser conseguido, se seus interesses econômicos e políticos se constituem em "interesses da classe manifestos"⁶².

Segundo POULANTZAS⁶³, as classes sociais são definidas principalmente, mas não exclusivamente, pela sua posição no processo de produção, quer dizer, na esfera econômica. Mas o político e o ideológico (posição de classe) "*em suma, a superestrutura, desempenham igualmente, um papel im*portante"⁶⁴. Vejamos porque.

A esfera econômica está determinada, para POULANTZAS, pelo processo de produção (produção - consumo - repartição do produto social) e a posição dos agentes, seu lugar e distribuição em classes, pelas relações de produção. Estas, numa sociedade de classe, estão constituídas pelas relações dos agentes da produção com o objeto e meios de trabalho (forças produtivas) e as relações dos homens entre si no processo de produção material. Essas relações não são outra coisa senão as relações de propriedade econômica real (não confundir com propriedade jurídica): controle econômico dos meios de produção, poder e decisão em relação a estes (classe proprietária); e as relações de apropriação real, ou seja, a capacidade de dinamizar o processo de trabalho (classe explorada). As relações de produção com o processo de trabalho (primeiro aspecto do processo de produção) formam uma unidade. Mas esse processo de produção é, ao mesmo tempo, "*processo de reprodução das relações de do*minação política e ideológica"⁶⁵.

Segundo POULANTZAS, a classe explorada fundamental está determinada pela relação de exploração dominante de um modo de produção determinado. Ela é a classe que "*efetiva* o trabalho produtivo deste modo de produção"⁶⁶, a qual

é, no capitalismo, a classe operária.

Como para POULANTZAS o modo de produção só existe em formações sociais que o reproduzem, concebe esta reprodução como reprodução ampliada das classes sociais (relações sociais), o que significa "em um e mesmo movimento, a reprodução de relações políticas e ideológicas da determinação de classe"⁶⁷ e, portanto a reprodução ampliada dos lugares dos agentes (determinação estrutural), e reprodução - distribuição dos agentes nesses lugares. Contudo,

*"A determinação estrutural de classe refere-se ... à luta econômica, política e ideológica de classe, expressando-se todas essas lutas pelas posições na conjuntura"*⁶⁸.

Porisso para POULANTZAS, o aspecto principal da análise de classe é "... aquele de seus lugares na luta das classes: não o dos agentes que as compõem"⁶⁹.

Como POULANTZAS, MANUEL CASTELLS⁷⁰ e toda uma corrente⁷¹ consideram que só existem duas classes sociais a nível do modo de produção, ao passo que ao nível da formação social⁷² existem diversas classes sociais, as quais podem ser identificadas em relação com seu lugar no processo produtivo e sua posição de classe. Mas estas diferentes classes encontram-se, para CASTELLS, entre as fronteiras das duas classes que ocupam os "lugares estruturais", ou seja, aqueles pares de "lugares contraditórios" que têm a "capacidade estrutural" de decidir as leis do funcionamento econômico e social⁷³, de "organizar o conjunto de uma formação so

cial em torno de seus interesses específicos"⁷⁴.

Esses "lugares estruturais" ou "lugares-chaves" são para CASTELLS determinados economicamente pelas relações de produção (relações de propriedade: propriedade e apropriação real), que por sua vez determinam o processo de produção, as relações técnicas e o lugar neste dos trabalhadores e dos não-trabalhadores. Esses pares de lugares, a que alu de CASTELLS, são o de gerador de valor e apropriador de mais valia.

A "adscrição estrutural de classe" está determinada pela posição no processo produtivo, mas tendo-se presente, sempre, que uma classe existe historicamente "na medida em que existe uma prática de classe que corresponde a seus interesses objetivos"⁷⁵. Coincidindo, portanto, com POULANTZAS, embora partindo de pontos de vista diferentes, as classes existem para CASTELLS através da luta de classe, o que não quer dizer que todo grupo social em luta seja uma classe ou fração de classe:

"Para que haja prática de classe é necessário que a prática expresse e torne objetiva a posição de classe definida estruturalmente ao nível do processo de produção"⁷⁶.

Como a prática social se realiza, segundo CASTELLS, através de "um aparato material" que mediatiza a estrutura e as práticas de classe, ou seja, os aparatos políticos e os organizativos "... o referente histórico do conteúdo de classe de toda prática social é dado por sua relação com os

aparatos políticos e em particular com os que expressam o poder de classe hegemônica dentro de um bloco histórico" 77.

No caso da classe explorada, as práticas que contradizem a organização social, fundada na exploração, só são possíveis, através de uma mediação, que "não é sua consciência nem uma ideologia diferente" que são, sem dúvida, necessárias para a transformação "... mas são o resultado da intervenção da classe sobre si mesma, através do seu aparato político" 78. Este, porém, não está constituído pelos aparatos políticos do sistema político-jurídico da classe dominante, em que a classe explorada acha-se presente, mas sempre como dominada. O aparato a que CASTELLS se refere é o partido político que expressa, política e ideologicamente, a classe explorada. Esse partido deverá constituir-se, portanto, no partido revolucionário da classe explorada 79.

Voltando aos "lugares estruturais" e à "determinação de estrutura", que efetiva o trabalho produtivo de um modo de produção determinado, vejamos sua importância para apreender a "pertença de classe" do campesinato:

POULANTZAS identifica o campesinato - classe não fundamental posto que não se encontra no âmago das relações de exploração dominante, ou seja extração direta de mais valia - como uma das frações de classe da pequena burguesia tradicional, sendo a "nova pequena burguesia" constituída pelos assalariados não produtivos. Por sua determinação de classe, a pequena burguesia, na formação capitalista, não tem para POULANTZAS, uma posição política autônoma a longo

prazo, embora a curto prazo possa surgir na "cena política" como força social com peso próprio, relativamente autônomo.

Tanto CASTELLS como POULANTZAS reconhecem as tendências à polarização das classes, em torno das classes fundamentais do modo de produção capitalista: burguesia e proletariado. Mas estas não são as únicas que existem. Além das frações, camadas e categorias destas, existem nas formações sociais capitalistas, as classes sociais dos modos de produção, articulados e subordinados ao modo dominante, o capitalista. Essas classes são localizadas, com respeito ao modo de produção dominante no entanto, em relação ao caráter produtivo do seu trabalho. Tal é o caso do campesinato classe pré-capitalista e sub-determinada no modo capitalista de produção^{8º}.

3.2 - A CONDIÇÃO CAMPONESA

Na primeira parte deste trabalho, analisamos alguns estudos que não veem o campesinato enquanto classe social numa sociedade historicamente determinada. Estudam o "ser social" camponês como grupo doméstico (família), membro de uma sociedade (camponesa) ou personificação de um sistema econômico (camponês ou familiar) ou como entidade social. Nessas sociedades, ou sistemas, identificam-se modos de vida que combinam organização familiar e produtiva, que por sua vez expressam diferenças na posse de bens, riqueza, prestígio e, conseqüentemente, poder.

Essas sociedades camponesas, identificadas com sociedades onde predomina a economia camponesa, são vistas por grande número de autores como um **continuum** no processo evolutivo da sociedade. Daí ser o camponês concebido como "algo genérico", presente na sociedade moderna (capitalista; industrializada), ainda que modificado pelas características desta.

Em conseqüência, o campesinato é concebido socialmente como pertencente a uma sociedade tradicional (camponesa, agrária), que evolui gradativamente para a civilização moderna. Ele é um segmento ou setor social que acompanha esse movimento histórico da sociedade, visto como evolutivo e linear.

Entretanto, essas sociedades ou sistemas econômicos são concebidos, também, como se neles se opusessem realidades sociais e econômicas, definindo-se o "*ser social*" camponês por essa **pertença e oposição** (diferença). Como para o ponto de vista anterior, o camponês representa um modo de vida e de organização que se diferencia e opõe a outros. Tem-se, assim, não a visão de continuum, mas de polaridade: sociedades tradicionais (camponesas)/sociedades modernas (industrializadas, avançadas). O segmento camponês, além das características anteriores, é visto como um setor social que mantém relações assimétricas com as estruturas e segmentos sociais da sociedade moderna, às quais se adapta, mas são essas relações as que permitem sua subordinação.

Em conseqüência disto, e apesar de sua diversidade,

o segmento camponês é identificável nas sociedades modernas (sociedade envolvente; global; sociedade mais ampla) pela posição que ocupa nessa sociedade, caracterizada por um sistema de status.

Enfim, o ser camponês é concebido como uma entidade social em si mesma, cujas raízes estão no passado. É uma sociedade inserida em outra, mais ampla, à qual se ajusta através de diversos mecanismos internos, que reforçam a estabilidade e coesão das comunidades camponesas, evitando com isso a polarização sócio-econômica entre os camponeses. É uma entidade social diferente, que não pode ser reduzida a uma classe sob pena de extinguí-lo como tal; embora pela sua "situação de classe" possa ver-se como se fosse uma classe⁸¹.

A maioria destes estudos situa o campesinato, aprioristicamente, numa situação de atraso, de tradicionalismo, e às vezes, até de isolamento pré-industrial. Mesmo reconhecendo sua existência atual, situam-no fora do movimento da sociedade moderna. Esta afeta seu 'ser social' acidentalmente ou de maneira secundária, isto é, acrescentando novos atributos a sua diferenciação interna ou em relação a outros segmentos sociais, ou apagando outros; mas essencialmente esse ser social conserva, no processo da dinâmica social, o genérico que permite denominá-lo camponês, através do tempo e do espaço.

Uma das conseqüências dessa maneira de apreender o campesinato na sociedade dominada pelo capital, que já se

encontra no estágio de capitalismo monopólico, refere-se às manifestações políticas do campesinato, concebidas essencialmente como milenaristas, messiânicas, pré-políticas, arcaicos⁸².

Embora partindo de uma abordagem teórica diferente, muitos estudos marxistas coincidem com os anteriores, na maneira de conceber o 'ser social' camponês, ou seja, por sua pertença a um modo de produção específico: pré-capitalista ou não-capitalista (feudal, mercantil simples ou camponês), oposto ao modo capitalista de produção (ou a outros), porém a ele(s) articulado. Neste caso trata-se de uma classe social já definida por esse modo que se articula, subordinadamente, a outro (s) modo (s) com suas classes também definidas:

"... al lado de classes propias del modo de producción capitalista se encuentran clases propias de diversas relaciones precapitalistas, como es el caso (...) del campesinado, o de clases o fracciones de clase de transición entre diversas épocas y relaciones de producción"⁸³.

Ou ainda, ele só adquire um caráter de classe para com o "exterior" ou "fora" do modo que o identifica socialmente, visto que esse modo de produção não é considerado classista.

Essa suposta natureza pré-capitalista ou não-capitalista, subdesenvolvida e atrasada do campesinato, em consequência, caracteriza-o politicamente como "... uma reserva

da reação, dado seu tradicionalismo, sua religiosidade, afastamento dos fenômenos da vida urbana, seu respeito ao poder e à autoridade"⁸⁴. . Como as posições anteriores, trata-se de um a priori, algo já dado socialmente, por sua pertença a uma realidade pré-industrial, mesmo que venha posteriormente a ser considerada sua articulação com a indústria.

A articulação não só possibilita trocas desiguais, mas incide no modo camponês ou mercantil, diferenciando em diversas categorias o campesinato (homogêneo em sua história anterior), por suas relações com o mercado capitalista (de terra, de produtos e do trabalho), o qual, por sua vez, vai nele produzir diferenciações de nível de renda ou bens possuídos e, conseqüentemente, modos ou estilos de vida. Assim, então, a 'situação no mercado' é que vai definir a 'situação de classe'⁸⁵ do campesinato na sociedade capitalista. Esta última permitirá diferenciá-lo internamente numa diversidade de categorias ou grupos sociais que são apreendidas, também, em relação com os conflitos de interesses que derivam dessa 'situação no mercado', assim como das relações de poder que as implicam⁸⁶.

Assim aqueles estudos marxistas que definem o 'ser social' (classe) camponês pela pertença a um modo pré ou não capitalista de produção, mais articulado ao modo capitalista através das relações ou mediações do mercado, terminam muitas caindo muitas vezes, na análise weberiana das classes embora essa não seja sua intenção.

Em muitos desses estudos, a articulação dos modos

termina sendo apreendida como mecanismo de coexistência de "entidades" diferentes, uma sempre inferior e subordinável à outra (s), o que permite realizar, a nível dessa mesma articulação, a lei do desenvolvimento desigual capitalista, da qual resultam as transferências de valores do campesinato para o capital. Essa articulação, pois, tende a ser concebida como mecanismo funcional da coexistência dessas "entidades" de natureza oposta⁸⁷.

CROUCH e DE JANVRY, como já vimos, consideram que aquela articulação não seria tal, mas sim a própria relação de exploração capitalista: a extração de mais valia.

Tais estudos portanto, marxistas ou não, tendem a coincidir em abordar o campesinato, seu "ser social" (segmento, sector, grupo social, classe) em sua singular especificidade, ao interior de si mesmo (sociedade camponesa, economia, organização familiar, modo de produção, visão de mundo). Disto provém a tendência a estudos descritivos assim como à reconstituição de suas relações ao interior dele mesmo. O outro modo, capitalista, é exterior a ele embora a ele se combine, articulando-se.

Uma das conseqüências destas abordagens é dar maior peso à terra, do que ao trabalho: à propriedade ou posse da terra, às relações de controle e domínio derivadas daquelas. Assim a terra e as relações em torno dela, das quais não escapa a própria organização familiar, constituem o caráter específico do campesinato.

A ênfase posta na terra e nas relações em torno a

ela, levam a ver o 'ser social' camponês como sendo essen
cialmente o de um produtor, um membro da classe proprietá
ria da terra, ou pequeno burguês.

Via de regra, a terra é tomada como critério essenci
al da definição de camponês, ou de sua pertença a uma clas
se, não só por ser ela a condição material fundamental, so
bre a qual ele realiza seu trabalho, mas também por ser en
tendida, em uma formação capitalista, como bem de capital.

Grande parte desses estudos percebem a terra e as re
lações em torno dela como relações entre homens e coisas,
mais do que relações sociais, vínculo que os homens contraem
entre si para poder produzir e transformar a natureza. Es
sas relações não são vistas como determinadas pelas rela
ções de produção. O mesmo acontece com o trabalho o qual,
mais do que concreção de relações de produção determinadas,
é percebido fundamentalmente como atividades transformado
ra da natureza ou como fonte de renda para a sobrevivência.

Antes de se apreender o camponês como trabalhador
determinado por essas relações de produção (capitalista),
ele é visto e adjetivado, como diz PINTO, como produtor si
tuado "... dentro de contínuos cujos critérios são o tama
nho da terra, da unidade de produção ou da renda"⁸⁸.

Percebido fundamentalmente como proprietário, ou co
mo usufrutário, (posseiro, parceiro ou arrendatário) que se
comporta como proprietários, insiste-se na "autonomia" do
camponês, no controle e gestão de seu empreendimento.

Percebe-se na maioria desses estudos sobre o campesi

nato certa tendência à "coisificação" das relações, ou a sua "fetichização"⁸⁹, quando não são percebidas apenas como relações intra-grupo doméstico ou relações entre grupos de vizinhança ou entre aldeias.

A tendência a definir o 'ser social' camponês como produtor relaciona-se com a identificação de seu lugar na produção, fundamentalmente no interior do modo de produção que ele personaliza, ou na unidade de produção familiar: no que diz respeito a divisão do trabalho, ao controle e posse dos meios de produção e à direção e destino do empreendimento. Seu lugar não é apreendido na totalidade do movimento do capital (produção e reprodução), na totalidade capitalista. Não por ser ele um todo diverso que se justapõe ou articula a outro, mas por ser componente integrante, mesmo sob formas mediatizadas e como manifestação contraditória, dessa totalidade.

Embora certos estudos marxistas apreendam o camponês como produtor direto articulado ao mercado capitalista, não caem necessariamente numa estratificação social de tipo funcionalista, mesmo incidindo sua abordagem em posições funcionalistas. Escapam a ela na medida em que tratam de apreendê-lo em relação à exploração capitalista, embora, como no caso de R. BARTRA, por exemplo, pela importância dada à propriedade da terra e dos meios de produção no modo de produção mercantil simples, afirme o 'ser social' camponês como pequena burguesia.

M. N. WANDERLEY, refuta essas abordagens apoiando-

se em KAUTSKY e LENINE e concebe o camponês como produtor direto que, nas condições capitalistas de produção, deixa de existir como representante de um modo de produção específico, pré-capitalista ou não capitalista, "para sobreviver como um trabalhador para o capital"⁹⁰.

Nos estudos revistos até agora predomina a tendência a privilegiar a classificação ou descrição, regida por critérios ou atributos, que permitem selecionar, por exclusão, ou tipologizar: para isso se parte de posturas "essencialistas" ou de um "realismo sociológico" de cunho aristotélico, à maneira de DURKHEIM. Estuda-se o concreto (fato empírico) como sendo aquilo que é imediatamente observável. Extrai-se o que há de comum ou geral, constituindo isto a essência de sua definição ou identificação. Mas esse concreto é apreendido também, como significando relações, como materializando certo tipo de interações que assumem uma estrutura reconhecível, na qual podem-se distinguir funções, papéis, enfim, sistemas de interrelações. A observação é o que permite a formulação de leis (generalizações empíricas) que organizam a sociedade ou os fatos sociais, e advem a possibilidade de sua comparação com outros. Isto porque, desde esta perspectiva (empirismo-positivista), explicar é descrever.

Pode ser, também, que se parta de posturas "nominalistas", à maneira de WEBER⁹¹, sendo necessário, portanto, a construção de tipologias para descrever e analisar; para atingir o singular em sua significação e assim captar o essencial e o diferente naquilo que é analisado.

Alguns destes estudos, especialmente os de caráter etnográfico, tendem, não apenas à descrição de grupos ou categorias sociais, específicas, mas também a outorgar, muita importância à reconstituição do conjunto de relações do grupo específico, a partir de suas representações e significações, podendo-se ver neles certas posturas fenomenológicas, que se tenta superar, evitando permanecer no "*cotidiano da significação*", ou ainda, relacionando essas representações com uma perspectiva teórica definida, embora algumas dessas análises não chegam a superar eficazmente tal cotidiano.

Em outros dos estudos até agora analisados, dá-se para perceber certas influências estruturalistas - marxistas ou não -, especialmente naqueles que se detêm na análise da economia camponesa ou do modo de produção específico. Neles, as estruturas parecem ser consideradas quase como invariantes, ou percebidas como tal. Disto resultam algumas tendências: apreender o campesinato como entidade em si; ver a economia ou o modo de produção como conjunto de estruturas, de certa forma autônomas, embora diferenciadas entre si e constituídas por relações externas e mútuas dependências; conseqüentemente, a tendência em agrupar os camponeses em um modo de produção distinto, ou numa economia com lógica própria ainda que articulados a outros.

Entre os estudos mencionados também se encontram os que, urgidos pelo debate ou por uma prática política, consequente com a transformação da sociedade capitalista, minimizam, ou o que é pior, desprezam o trabalhador ainda não se

parado totalmente dos meios de trabalho. A causa disto, além de se relacionar com as posições do marxismo clássico sobre a transitoriedade e desaparecimento do camponês, jaz no fato de se identificar com a posse da terra tudo quanto há de mais atrasado socialmente e, portanto, conservador.

Porisso, a terra e as relações que em torno dela se travam são desdenhadas a-priori. O trabalhador com posse da terra ou é simplesmente reduzido ao salaríato, ou é visto como um assalariado disfarçado. As mediações, as 'formas imediatas' com que se manifesta e que são também 'formas de existência' de seu ser social ou são desdenhadas ou são analisadas superficialmente. Destarte, o problema teórico e prático que a "a forma aparential camponesa" nos apresenta, não é resolvido de fato e nem sequer se busca aprofundar sua compreensão.

Concordamos sim com eles que a reprodução do camponês na sociedade capitalista não seja a reprodução de uma classe pré-capitalista, ou a de uma sociedade uniclassista. Sua determinação de classe lhe vem das relações capitalistas de produção, mesmo sob sua "forma aparential". Esta deve ser, portanto, vista como determinada por aquelas relações para poder-se compreender as lutas sociais que, a partir dessa forma, se realizam, sem perder de vista que nessas formas têm existência as relações de produção capitalistas.

Acreditamos que a compreensão da questão camponesa nas sociedades de hoje só será possível se ela for abordada

desde o movimento da totalidade capitalista, ou seja, da produção e reprodução do capital, de sua produção imediata e de sua circulação, assim como de sua reprodução, enquanto relação social.

"El proceso de la producción capitalista considerado en su conjunto representa la unidad del proceso de producción y del proceso de circulación"⁹².

Além do mais, este processo do movimento do capital, de sua produção e acumulação, considerado como um todo, dá-se sob formas concretas que dele brotam, desenvolvem-se em condições materiais determinadas, por ele produzidas e re produzidas. Esse processo capitalista de produção (modo de produção) é, pois,

"proceso de producción de las condiciones materiales de existencia de la vida humana, como un proceso que se desarrolla a través de relaciones específicas, histórico-económicas, de de producción, o conjunto de esas relaciones de producción y, por tanto, el proceso que produce y reproduce los exponentes deste proceso, sus condiciones materiales de existencia y sus relaciones mútuas, es decir, su de terminada forma económica de sociedad"⁹³.

Esses expoentes, a que faz menção MARX, são as "formas concretas" em que tomam existência as relações capitalistas e o capital, bem como as 'formas imediatas' sob as quais aparecem, como também suas personificações sociais (as

classes, com suas frações, camadas ou categorias). Só abordando a questão camponesa desde sua totalidade e não desde a visão simplista que vê o camponês como uma entidade social em si, ou como um simples operário, será possível captar a transformação (movimento) do que ele é na direção do seu contrário, do que lhe é oposto, isto é, a tendência à sua própria negação. Somos da opinião de que apreender o campesinato em nossa formação capitalista, se não se fizer desde essa perspectiva da totalidade do capital, leva fatalmente a percebê-lo como ser isolado, alheio às determinações capitalistas. E neste caso, sua existência explicaria-se por ela mesmo, em seu interior, oposta a um exterior, que, com sua dominação, força-lo-ia a ter uma existência dual, a qual se busca resolver com uma suposta articulação com o outro.

Situamo-nos, pois, na perspectiva que concebe o campesinato como componente do movimento do capital; como uma das formas de trabalho e de exploração que expressam as relações capitalistas do modo em questão. No entanto, essa forma se manifesta imediatamente à observação como uma determinada forma de aparecer, como reprodução social da 'condição camponesa'.

Entendemos, portanto, o campesinato como a reprodução da 'condição camponesa', ou seja, a maneira de viver e de organizar o trabalho familiar no campo, assim como de uma certa concepção de mundo, que manifesta certos "traços" ou "marcas distintivas" dessas condições de vida. A 'forma aparential camponesa' é a reprodução dessa condição⁹⁴.

3.3 - APARÊNCIA

Já que a 'condição camponesa' é considerada uma 'forma aparêncial' faz-se necessário tornar explícito, no contexto deste trabalho, o significado das categorias **forma e aparência**.

O movimento do capital como um todo (produção imediata e reprodução ampliada) dá-se sob formas concretas diferentes⁹⁵, manifesta-se de maneiras diversas. A **forma** é pois, "a maneira concreta através da qual um fenômeno se manifesta". Essa "forma tem uma aparência", quer dizer "um modo particular de aparecer", sendo ela nada mais do que "uma face da realidade que se tornou visível"⁹⁶.

Tanto a aparência⁹⁷ quanto a essência⁹⁸ fazem parte da realidade. Nelas se expressa a totalidade que "é configurada, tanto pelo que a aparência expressa como pela maneira como se expressa". Em outras palavras, a forma é um "modo particular de aparecer"⁹⁹. A forma, por conseguinte, não é um erro, uma falsidade, um fantasma ou ilusão. Ela é real e conseqüentemente também expressão objetiva da realidade. Forma e aparência são o meio através do qual se realiza a essência: ambas mediatizam sua existência concreta¹⁰⁰.

Cada modo de produção cria suas próprias formas concretas através das quais aparece, se manifesta. Quanto ao modo de produção capitalista, único que aqui nos concerne, não somente cria, como também elimina outras formas particulares de aparecer, assim como as formas, relações e concre

ções próprias de outros modo de produção.

A eliminação, contudo, não se dá automaticamente, *instanti*. Segundo VITTORIO RIESER, ela é uma possibilidade "um resultado necessário, mas não imediato", considerando-se o caráter dialético do movimento do capital.

A aparência, como a concebemos, é a forma exterior, imediata à observação que tomam as relações sociais capitalistas, numa formação social determinada. O modo de produção capitalista, sabe-se, é uma totalidade histórica a um processo social de produção; é o movimento concreto do processo de produção das condições materiais de existência dos homens, mediante relações sociais de produção específica, no qual o capital produz e reproduz as condições necessárias a essa produção, assim como as relações entre os agentes que as personificam.

Ora, uma totalidade¹⁰¹ e seu movimento não se manifestam ou apresentam de forma homogênea. Nessa manifestação está contida a contradição entre 'um ser real' e 'um parecer ser'. Dizendo de outra forma, a totalidade não se revela imediatamente. O trabalho científico consiste precisamente em apreender essa contradição e desvelar a 'realidade da aparência':

"A aparência só começa a ser um problema para o conhecimento quando na consciência dos homens ela é apreendida não como aparência que é mas como se desse conta de toda a realidade de"¹⁰² (os grifos são nossos).

O trabalho científico consiste, pois, no esforço de apreender essa aparência em suas múltiplas formas, não a confundindo com a totalidade, que lhe dá existência, mas tomando-a apenas como uma de suas diversas manifestações. Não consiste, portanto, o trabalho científico em negar simplesmente a aparência, nem passar por cima desta, "mas sim em negar a maneira de pensar que a coloca no lugar da totalidade"¹⁰³, apreendendo-a em sua devida dimensão.

O movimento real da sociedade capitalista, não se manifesta apenas sob formas concretas e sob determinadas aparências: ele também se expressa através das mais diversas 'formas de pensamento', mediante as quais a totalidade social é apreendida pelo pensamento. Daí a necessidade de se mostrar tanto as contradições e determinações da totalidade, como as formas de representação dessa realidade:

*"... desvendar o movimento concreto de uma realidade supõe desvendar também as representações que se tem ou se teve até o momento sobre ela"*¹⁰⁴.

Mais acima assinalávamos que a aparência não é falsidade ou ilusão. É apenas a maneira de se manifestarem imediatamente as relações e contradições de uma determinada formação social. No entanto, a aparência, ao apresentar-se de determinada forma, não revela através dela a essência de sua determinação. Expressa, sim, uma certa face desta, a que 'parece ser', mas esconde a que realmente é (ex. a mercadoria, o capital). Essência e aparência estão inseparavelmente unidades embora sejam contraditórias.

O mundo que se nos manifesta é o 'mundo da aparência', o 'mundo fenomênico', ou 'mundo da pseudo-concreção' no dizer de KAREL KOSIK. Nele a essência se manifesta através da forma, e de suas mediações. Esse caráter de pseudo-concreção deve-se à aparente independência com que se manifestam os fenômenos. Destruir essa pseudo-concreção é demonstrar sua não independência, seu caráter derivado. Ficar na representação do fenômeno, como se este fosse a totalidade concreta, é ficar, segundo KOSIK, na aparência ideológica desta¹⁰⁵.

A apreensão real da aparência implica, pois, a apropriação da totalidade pela via de pensamento, isto é, através de um concreto de pensamento (conceitos, categorias). Não por ser o concreto real um produto do pensamento, ou do movimento do pensamento, como o afirma HEGEL; mas por ser a totalidade pensada um produto do trabalho de elaboração que transforma instintuições e representações em conceitos, em concretos de pensamento; tais conceitos expressam o concreto real como "*síntese de múltiplas determinações*", como "*unidade na diversidade*"¹⁰⁶.

Se se aplica tudo o que foi dito até agora à realidade de América Latina, fica patente que, na formação econômico social desta, as relações, contradições e concreções do Modo de Produção Capitalista, também se manifestam de forma determinada, através de mediações que são próprias e necessárias ao capital.

Se, para compreender a formação latinoamericana, pa

rece ser necessário usar categorias simples, categorias que expressam as relações dominantes de um todo menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido; se estas categorias parecem facilitar a descrição do concreto que elas expressam, contudo, elas não o explicam. Elas representam tão somente uma certa face do desenvolvimento histórico daquelas formações; não dão conta dela, como as categorias mais concretas daquela totalidade mais desenvolvida¹⁰⁷.

A presença camponesa na formação latinoamericana é real, na medida em que ela é personificada e mediação de determinadas relações. Tais relações se apresentam como dando forma a um campesinato, como constituindo esse "genérico" sempre presente na organização social da humanidade.

No estágio atual em que se encontra o movimento de reprodução e acumulação do Capital, na formação social latinoamericana, a produção agrária dá-se de formas as mais variadas, nas quais, contraditoriamente, parece reproduzirem-se relações de modos anteriores, que davam existência social ao campesinato. Nessas formas concretizam-se relações que parecem opor-se à relação básica da acumulação básica da acumulação capitalista: geração e apropriação de mais valia.

Pode-se, então, concluir que o movimento do capital toma formas diferentes de manifestar, de aparecer, que não revelam necessariamente o concreto¹⁰⁸ que nelas se expressa, devido às determinações e contradições históricas em que se realiza. Com efeito, o movimento do capital não é

homogêneo, nem unilinear.

Contudo, mesmo como aparência, essa forma não é nem arbitrária, nem aleatória. Ao contrário, ela é **necessária** historicamente ao capital, não por ser funcional, facilitadora da adaptação e do equilíbrio, mas porque através dela se realiza a produção e a acumulação do capital, que é a essência de sua determinação real, concreta¹⁰⁹. Daí provém o caráter contraditório tanto da aparência como do próprio movimento.

Assim aparência (ou pseudo-concreção) não é oposição entre realidade e irrealidade, mas sim contradição entre o concreto e o aparente, entre o real e o formal, entre fenômeno e essência.

Em conclusão, a 'condição camponesa', que é forma imediata de existência, é também historicamente necessária ao próprio movimento do capital.

3.4 - CAMPESINATO: UM SER PROLETÁRIO SOB UMA CONDIÇÃO CAMPO NESA

Que significa para nós, então, a 'aparência formal camponesa' ou a 'forma aparential camponesa'? Se já a concebemos como expressão de um concreto determinado, por que continuar insistindo sobre essa condição? Se a perspectiva é apreender o campesinato como classe social, porque não afirmar de uma vez que ela já é uma forma plenamente desen

volvida? Nesta seção pretendemos desenvolver esta questão.

Como vimos, concebemos o campesinato como aparência determinada, e historicamente necessária, de uma determinada formação capitalista.

Essa aparência é a manifestação imediata na qual se apresenta um determinado ser proletário¹¹⁰ a qual foi por nós determinada, em sua manifestação aparente, como a condição camponesa. O campesinato é, então, a categoria que expressa essa condição.

Como estamos tratando de mostrar, a 'condição camponesa' tem existência nas condições gerais da produção do capital, isto é, condições que implicam na separação do produto direto das condições de trabalho, a transformação destas em capital, assim como a transformação da terra e da própria força de trabalho em mercadorias.

Enquanto mediação histórica ela é uma forma não-capitalista, na qual se manifestam as contradições e as relações de produção capitalista. Desde essa perspectiva ela mesma é uma contradição¹¹¹.

3.4.1 - O Camponês: Um Trabalhador Subsumido pelo Capital

Concordamos com HECTOR BRUIT quando diz que "o caráter não-capitalista das relações de produção é aparente e se manifesta ao nível da produção imediata"¹¹². Para ele essas relações são essencialmente determinadas pelo ca

pital, assim como são "pressionadas para valorizar o capital"¹¹³.

Ainda segundo ele, é no processo de reprodução do sistema, particularmente no nível da circulação, que "a aparência não capitalista de formas econômicas como o colono, a parceria ou a chamada economia familiar do pequeno produtor agrícola desaparece"¹¹⁴. Para ele, todas as formas de trabalho, não assalariadas, são capitalistas, desde que estejam subsumidas formalmente ao capital, isto é, desde que materializem a expropriação do sobretrabalho na forma de mais valia absoluta¹¹⁵.

Segundo escreve MARX no Capítulo VI (inédito) do Capital a 'subsunção formal' do trabalho pelo capital é a "forma geral de todo processo capitalista de produção" e por sua vez "uma forma particular, com respeito ao modo de produção especificamente capitalista, desenvolvido"¹¹⁶.

Sob essa forma histórica, o capital não modifica ainda a forma do processo de trabalho camponês, contrariamente ao que acontece nas condições em que se dá a 'subsunção real' do trabalho pelo capital, ou seja, a tipicamente capitalista. Nela além de revolucionarem as relações entre os diferentes agentes da produção, assim como o conjunto da modalidade real do processo de trabalho, o trabalhador (produtor direto) está totalmente despossuído das condições de produção. Assim, a maneira de expoliar a mais valia se dá, não sob a forma absoluta, mas relativa¹¹⁷.

Olhando o trabalhador que se reproduz sob uma 'condi

ção camponesa', vemos que cada vez mais suas condições de trabalho (objetivas: meio de produção; subjetivas: meios de subsistência) são monopolizadas, não necessariamente porque adquirem diretamente sua capacidade de trabalho mas também pelas expressões não personalizadas do capital: indústrias de processamento alimentar, têxteis, de fumo, bancos estatais e privados, ou seja, essas condições se enfrentam a ela como propriedade alheia, mesmo para aqueles que, de certa forma, tem propriedade jurídica sobre seus meios de produção.

Pode-se observar então como essa 'condição camponesa, não reproduz realmente a antiga **autonomia** (feudalismo e inícios do capitalismo). Pelo contrário, o camponês é submetido a uma "relação econômica de hegemonia e subordinação" como diz MARX, às vezes, como relação monetária, outras como relação salarial, tanto pelo capitalista individual (usineiros, plantador, criador de gado, etc), como pela indústria para a qual produz (trabalha). Esta fornece diretamente, ou através dos bancos, das cooperativas de produção e dos projetos agrícolas estatais ou privados, não só crédito mas também insumos, ferramentas, maquinária de diversos tipos, em troca de toda a safra. São os casos, por exemplo do fumo, do tomate, da cebola, amendoim, soja, sorgo, gergelim, algodão, cítricos, entre outros. Isto pode ser comprovado em países tão diferentes como, por exemplo, Colombia, República Dominicana e Brasil.

Consideramos o camponês, portanto, subsumido ao capital. Embora parte da família camponesa já realize sua

existência na forma concreta e definitiva da 'subsunção real' do trabalho pelo capital¹¹⁸, enquanto ela, no conjunto de seus membros, estiver reproduzindo-se, em parte, sob a 'condição camponesa' teremos que conceber o camponês como um trabalhador subsumido formalmente pelo capital¹¹⁹.

O camponês (família camponesa) reproduz cada vez mais sua capacidade de trabalho pela venda direta, às vezes mediatizada, de sua força de trabalho. Repetidamente, em certas épocas do ciclo produtivo regional de produtos alimentares ou matérias primas para a indústria, os camponeses trabalham como "clandestinos", "bóias frias", "diaristas", "jornaleiros" ou "volantes" em regime de "empreitada". Este trabalho, contrariamente ao que argumentam alguns, não é um simples trabalho acessório, complementar. Cada vez mais esse trabalho está representando a base da reprodução familiar, passando os produtos obtidos na sua terra ou na terra de outros, mas produzidos pela família, a serem o complemento da sua sobrevivência¹²⁰.

Comumente este trabalho é considerado como acessório¹²¹ e sazonal pela periodicidade do ciclo agrícola e dos grandes contingentes de trabalhadores que são procurados em determinadas épocas, por partir-se de um ponto de vista que concebe o camponês como ainda não separado das condições de produção, em oposição àqueles que realmente o são. Se formalmente isto não pode ser negado, entretanto, esta é a 'aparência' da tendência do movimento. Mas, como já colocávamos, aparência que não quer dizer falsidade, fantasma, ilusão. Quer dizer manifestação imediata, forma de aparecer.

Os estudos sobre o campesinato que revisamos neste trabalho coincidem em ver o camponês não como indivíduo mas como família. Ela é considerada unidade de trabalho-produção e por alguns, de consumo. No entanto, quando se trata de vê-la no processo de venda da força de trabalho, na tendência do movimento da sua proletarização, parece na grande maioria deles, dar-se um corte, pois individualizam esse "camponês coletivo". Excluem a alguns do processo de proletarização, atribuindo-lhes a especificidade camponesa. Assim o camponês não é percebido como proletarizando-se, mesmo na forma de "trabalhador sazonal", mas reproduzindo-se em toda sua especificidade como camponês.

"É fundamental entender a proletarização de uma maneira bastante ampla, como o processo de subordinação direta do trabalho ao capital e não apenas como a expropriação completa dos meios de produção do camponês. Ou seja, o fato do capitalismo reproduzir a pequena produção, a produção camponesa, numa determinada fase histórica de sua evolução, não invalida o argumento de que isso também é parte do processo de proletarização"¹²².

O camponês (e para todos os efeitos a família camponesa) é um trabalhador situado numa relação econômica (de hegemonia e subordinação) que o força a vender cada vez mais e em maiores unidades de tempo, sua força de trabalho como mercadoria, mesmo quando isto é mediatizado pela venda da mercadoria, produto do seu trabalho. Somente em sua forma aparente esta mercadoria é de sua propriedade, como o são

também os meios de trabalho e a própria terra.

Concebemos, então, o trabalhador, que reproduz a 'condição camponesa', como subsumido pelo capital (subsunção formal). Se todavia a separação definitiva das condições de produção ainda não se realizou; se o uso de tecnologia moderna (insumos, ferramentas, máquinas)¹²³ permite um aumento de sua produção, um acréscimo de dinheiro, uma aparente "acumulação", nada disto se transforma em capital, como bem coloca a grande maioria dos autores, mesmo quando o camponês contrata trabalho alheio entre vizinhos e parentes¹²⁴.

"... la propiedad que se basa en el trabajo personal del productor... (y no) se funda sobre la explotación del trabajo ajeno... los medios de producción y de vida, cuando pertenecen en propiedad a (esse) productor inmediato, no constituyen capital"¹²⁵.

Para esse camponês, a terra e os meios de trabalho por eles possuídos não materializam uma forma de capital em suas mãos. Pelo contrário, nela (terra) e através deles (meios de trabalho) se realiza um determinado processo de trabalho que converte o camponês em instrumento da valorização do capital¹²⁶. Nesta terra, seu local de trabalho, o camponês não produz para si, mas para o capital. Ela é, também, um dos lugares determinados pelo movimento do capital, onde se produz e reproduz parte das mercadorias que se transformarão em capital (os produtos e a força de trabalho camponesa)¹²⁷. Ela é transformada em local produtivo pelo capital, assim como foram transformados os meios de trabalho

(expressão do 'trabalho objetivado') que fazem do trabalha
dor um simples apêndice destes.

Nesse sentido, e em determinado momento histórico do desenvolvimento do capital, o trabalhador que produz e se reproduz sob a 'condição camponesa', assim como o 'operário real', converte-se em condição necessária para a formação do capital, não no sentido funcional de útil, aproveitável, vantajoso, mas enquanto 'trabalho vivo', que pode ser sugado como meio de valorização e criador de valor no processo social de produção do capital.

Embora o 'trabalho objetivado', como diria MARX, ao transformar-se em capital assuma a direção e a exploração do 'trabalho vivo' (capital variável), não apresenta na agricultura a mesma configuração dos meios de produção fabrís, devido à natureza da produção agrícola, principalmente quando esta ainda depende em maior proporção das condições naturais e a composição orgânica dos capitais que na agricultura não se encontra como na indústria; mas mesmo assim o 'trabalho objetivado' passa a comandar o processo de trabalho camponês, já incorporado ao processo social do capital, transformando-o de trabalhador individualizado em membro do 'trabalhador coletivo', do 'operário combinado' a que se refere MARX ao falar do desenvolvimento das forças produtivas e da cooperação.

Esse 'trabalho objetivado' é, precisamente, o capital enquanto processo técnico

"O capital tem no processo técnico, que nada

mais é do que uma das facetas do seu próprio desenvolvimento, a chave do processo de subordinação da terra e por extensão da própria natureza"¹²⁸.

por outro lado

"o processo tecnológico funciona como o viabilizador da capitalização da agricultura, o que se traduz numa elevação da composição orgânica desse setor"¹²⁹.

o que significa um aumento progressivo do capital constante em relação ao capital variável¹³⁰.

Esse processo tecnológico, que não é outra coisa senão o "processo das técnicas capitalistas de produção", "aplicação tecnológica da ciência incorporada ao processo produtivo", como diz GRAZIANO DA SILVA, no contexto das relações de classe em que é posto em funcionamento, significa "um dos elementos fundamentais do sistema capitalista, na medida em que permite incrementar a extorsão de mais valia, seja ela absoluta, seja ela relativa"¹³¹.

Através desse processo tecnológico o capital suga cada vez mais ao trabalhador que se reproduz sob a 'condição camponesa'. Subordina-o cada vez mais, na medida em que, como força de trabalho, se constitui em "elemento combinado" da produção agrícola para a indústria, na qual é transformado em "órgão do trabalhador coletivo" do capital¹³².

O camponês é submetido diretamente ao processo de produção do capital, seja quando se assalaria aos represen

tantes do capital, seja quando em "sua" terra, de forma aparentemente autônoma, é responsabilizado pela produção de determinados produtos para a agroindústria ou para o mercado de alimentos. É ainda submetido através dos "pacotes tecnológicos", que se vê obrigado a aceitar, seja das instituições financeiras (estatais e privadas), seja da própria indústria e do grande comércio, para quem compromete antecipadamente sua produção. É o grande capital industrial, cada vez mais internacionalizado, que produz a tecnologia moderna e que submete o trabalho do camponês, embora nem sempre de forma imediata, transformando-o em instrumento da valorização do capital.

"Se devemos concordar que eles (camponeses) se tecnificam, dificilmente poderíamos admitir que a pequena produção esteja sofrendo um processo geral de diferenciação, de modo a convertê-los em pequenos capitalistas do "tipo farmer" (parece-me ser o caso de uma tecnificação sem capitalização, entendendo que a capitalização implica num processo de diferenciação social e econômica"¹³³.

Nesse submetimento direto, embora sob uma forma não capitalista, isto é, 'forma aparential camponesa', parecia que o trabalho camponês não faz parte do processo imediato da valorização do capital. Muitos de fato negam-no, outros, como ARMANDO BARTRA, consideram-no em unidade mediada com tal processo. A base da rejeição é o ponto de partida da concepção do camponês, visto como produtor de uma economia ou de um modo de produção específico (camponês ou

mercantil simples). Como produtor de produtos, definidos por vários autores basicamente como valores de uso, o "setor camponês" se defronta com o "setor capitalista", como vendedor de seus produtos. Mas ao reconhecerem-se as relações assimétricas a que se submetem nessa venda, ou, mais precisamente, como afirmam os de tendência marxista, a relação de trocas desiguais, termina-se admitindo que aquele produtor transfere valores ao setor capitalista.

Desta forma a exploração do camponês é entendida como "transferência" e valores ou de excedente¹³⁴ e não como expropriação de uma mais valia diretamente produzida e de um trabalho não retribuído (não pago)¹³⁵.

Embora não neguemos a base da produção dessa mais valia, ou seja, a intensidade e duração da jornada de trabalho do camponês (mais valia absoluta), também não pode se esquecer que o próprio desenvolvimento das forças produtivas do capital também faz do camponês, um instrumento da tecnologia moderna (objetivação do capital), convertendo-o em "valor de uso para o capital"; e, simultaneamente e cada vez mais, criador de um "valor de uso para o capital", na forma de matéria prima para a indústria, por vezes mediada pelo capital comercial, passando sua jornada de trabalho a estar constituída de um trabalho, necessário "para sua reprodução", e de um 'trabalho excedente' para produzir mais valores em proveito da produção e acumulação do capital.

subsunção formal do trabalho ao capital, na coerção para se obter trabalho excedente, trabalho acima da necessidade imediata, coerção que o modo capitalista de produção partilha com modos de produção anteriores, mas que exerce e efetiva de maneira mais favorável à produção.

"Mesmo no ângulo dessa relação meramente formal (...) os meios de produção, as condições objetivas de trabalho, a saber, material de trabalho, meios de trabalho (e meios de subsistência), não se apresentam subsumidos ao trabalhador; este é que aparece a eles subsumido. Não é o trabalhador que os usa, mas eles que o usam. E são por este meio, capital. Capital emprega trabalho"¹³⁶.

É certo, a primeira vista, o capitalista não compra sempre a força de trabalho do trabalhador que se reproduz sob uma 'condição camponesa'. Compra as mercadorias por ele produzidas, as quais por definição são valores de uso e de troca. Mas encarrega-o dessa produção, não por ser ele produtor de valores de uso, mas porque com sua jornada de trabalho cria uma quantidade de valor a mais, que não será incluído no preço que equivaleria ao valor da sua força de trabalho¹³⁷, além de não ser contemplado no preço daqueles produtos, mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-los, ficando assim mesmo, em mãos de capitalista, toda a mercadoria (valores) produzida pelo camponês¹³⁸.

A condição geral dessa produção, como diria MARX nos Grundrisse¹³⁹ é a criação de um valor trocável, que não é

criado para ser consumido pelo trabalhador, por sua qualida
de de valor de uso para ele.

Embora o camponês não receba formalmente um salário
na troca da sua produção, recebe sim um dinheiro para reproduz
sua força de trabalho na "qualidade de produtor" "sub-
contratado"¹⁴⁰ pela indústria, ou pelas redes de supermercados. Com tal pagamento e contratação o que na verdade faz
o capitalista, mesmo através dessa mediação, é assegurar a
faculdade de dispor da capacidade de trabalho do camponês.

Não queremos afirmar, contudo, que a produtividade
do trabalho camponês, alcançada com a aplicação dos "pacote
tes tecnológicos" a que nos referimos, alcance a geração de
uma mais valia relativa, nos termos da indústria fabril;
aliás, também não o faz na grande produção agropecuária, onde
de esse camponês se apresenta como trabalhador expropriado,
como 'operário real'. O que queremos salientar é que, mesmo
sob a 'forma aparential camponesa', o processo de trabalho
realizado, ao não depender mais exclusivamente das condições
naturais da terra, da natureza, mais também e cada
vez mais da tecnologia capitalista¹⁴¹, vai exigindo ao processo
de trabalho camponês não só um tempo de trabalho socialmente
necessário para realizar a produção, mas também
permitindo a esse mesmo camponês criar uma quantia de valores
maior do que aquela pela qual será retribuído. Queremos
afirmar que o camponês, não só realiza um trabalho que
gera mais valia absoluta, mas também uma mais valia relativa
que é a típica do capitalismo.

Se se ficar no que é imediatamente perceptível do processo de produção camponês, facilmente podemos enganar-nos e, conseqüentemente, recusaríamos essas colocações; até porque o próprio MARX, ao referir-se ao campesinato, não só o concebia como classe em transição, mas afirmava ser ele um produtor de mercadorias, que não poderia ser concebido, do ponto de vista do capital, nem como trabalhador produtivo nem improdutivo¹⁴². Além disto, ao estudar a gênese da renda capitalista da terra, o camponês, enquanto parceiro e proprietário parcelar, é considerado por MARX como "operário-capitalista"¹⁴³.

*"o camponês ou o artesão independentes são divididos em duas pessoas. "Como possuidor dos meios de produção é capitalista, como trabalhador é assalariado de si mesmo". Como capitalista paga o salário a si mesmo e extrai o lucro de seu capital, isto é, explora a si mesmo como assalariado e se paga, com a mais valia, o tributo que o trabalho deve ao capital. Talvez ainda se pague uma terceira parte como dono da terra (renda fundiária)..."*¹⁴⁴.

Ainda mais, como parceiro ou proprietário parcelar, o camponês produz, segundo MARX, para a sobrevivência familiar, quase que exclusivamente com o predomínio de trabalho vivo, dada a baixa composição orgânica do capital nos países onde, segundo ele, predomina o regime de propriedade parcelária da terra. Nessas condições o sobre trabalho e o excedente deste "é dado de presente à sociedade, não entrando para nada na regulação dos preços nem na formação de valor".

"Estos bajos precios son, pues, resultado de la pobreza de los productores y no, ni mucho me nos, consecuencia de la productividad de su trabajo"¹⁴⁵.

Se nos detivermos no tempo e no espaço, nas condições em que predominava a propriedade parcelária do camponês, o que não é precisamente o caso hoje em dia, sem dúvida nenhuma este será visto exclusivamente como um simples produtor de mercadorias. Não como criador de valores, portanto como gerador de mais valia.

Abordar o campesinato como personificação de um sistema econômico com racionalidade e lógica próprias, portanto, como entidade em si mesmo, ou como modo de produção específico (camponês ou mercantil simples)¹⁴⁶ leva necessariamente a não perceber, no processo de produção que realiza, um determinado processo de exploração; uma forma determinada de processo de valorização do capital, em que a imediatez do processo se encontra, também, determinada historicamente, mas sem anular sua unidade com o processo geral de produção do capital, e sem excluir o camponês do 'trabalhador colectivo' do capital. Processo, como parece claro, cujo movimento é contraditório, muitas vezes difícil de reconhecer e de aceitar como realidade.

Concordamos com I. I. RUBIN¹⁴⁷ que se olharmos o valor tão somente como simples 'magnitude de valor' (tempo de trabalho socialmente necessário para produzir determinada mercadoria), sem compreender tal valor como a 'forma de valor', ou seja, a forma social do produto do trabalho, o va

lor enquanto expressão material das relações de trabalho entre as pessoas e o trabalho social (abstrato)¹⁴⁸, não apreenderemos, no nosso caso, o processo de trabalho (aspecto natural) realizado sob a 'forma aparential camponesa' e sua unidade com o processo de valorização do capital (aspecto histórico). Não apreenderemos aquele processo de trabalho como um dos meios produtivos de um processo cujo fim é a produção de mais valia, a valorização do capital¹⁴⁹.

3.4.2 - O Camponês: Um Trabalhador Produtivo para o Capital

Falar de valorização do capital implica falar do trabalhador produtivo para o capital. Poderíamos, então, nos perguntar, é o camponês um trabalhador produtivo?

Como já o dissemos, MARX o negou em sua época. Para ele, o camponês era apenas um produtor de mercadorias, que não estava subsumido pelo modo capitalista de produção; portanto não podia conceber-se nem como trabalhador produtivo, nem como trabalhador improdutivo para o capital.

Por outro lado, MARX também falava, na sua época, da subsunção formal como não sendo efetivamente afetada pelas modificações tecnológicas. Hoje tanto estudos marxistas como não marxistas, dão conta de como a nova tecnologia atinge a produção camponesa chegando, até a tomar conta dela. Para citar alguns casos basta analisar os projetos de irrigação do DNOCS, em várias regiões do Brasil; os coletivos arroseiros e toma teiros em República Dominicana (todos eles administrados di

retamente pelo Estado); os cultivos de cebola, neste último país; da uva, dos cítricos, do amendoim, em outros países, como no Brasil. Basta ver os diferentes Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado espalhados por toda América Latina e o Caribe, com empréstimos do Banco Mundial, do BIRD, entre outros, e postos em funcionamento pelo Estado¹⁵⁰ através de diversas instituições e programas agrários, os quais se encarregam de levar e impor aos "pequenos produtores", "minifundistas", os pacotes tecnológicos a que nos referíamos. Projetos que se propõem, entre outras coisas, a elevar a produtividade desses camponeses subministrando-lhes, crédito bancário, fertilizantes, defensivos agrícolas, sementes melhoradas ou híbridas, enfim diversos insumos e até máquinas, quase tudo de origem industrial, nacional ou estrangeira. O camponês que MARX conheceu não é mais o que conhecemos hoje. Muito embora ele próprio, em várias colocações de suas poucas referências ao campesinato, já destacava, de alguma maneira, aspectos da condição camponesa que conhecemos hoje em dia:

"La parcela del campesino sólo es ya el pretexto que permite al capitalista sacar de la tierra ganancia, intereses y renta, dejando al agricultor que se las arregle para sacar como pueda su salario"¹⁵¹.

Partindo de certas colocações de A. SMITH, MARX entende por trabalho produtivo o que se troca diretamente por capital, o que produz capital. Para ele 'trabalhador produtivo' é então, aquele que "... restitui mais trabalho do que

recebe na forma de salário"¹⁵². Por outro lado, 'trabalho improdutivo' é aquele que se troca por renda (salário, juros, renda fundiária), como também aquele em que se pagam salários por serviços¹⁵³.

"trabalho produtivo do ponto de vista da produção capitalista... é o trabalho que se troca de imediato por capital-troca em que as condições de produção do trabalho e o valor em geral, dinheiro ou mercadoria, antes de tudo se transformam em capital..."¹⁵⁴.

MARX estuda o trabalho produtivo não do ponto de vista do "conteúdo" do trabalho, da qualidade e utilidade das mercadorias, mas do ponto de vista de uma formação social determinada, do ponto de vista da sua forma social de organização, no caso, da forma de organização do trabalho para o capital, da 'forma valor':

"As definições consideradas, portanto, não de correm da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto nem da destinação do trabalho como trabalho concreto) mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza"¹⁵⁵.

Na sociedade capitalista o trabalho está organizado sob a forma de trabalho assalariado. Ainda mais, o trabalho acha-se organizado sob a forma de empresa capitalista, de organização fabril. Por isso, o ator, o escritor, o transportador (para citar alguns exemplos), mesmo não transformando bens em outros, podem ser considerados trabalhado

res produtivos se produzirem para um capitalista que os as salaria, se seu trabalho estiver organizado em base aos princípios capitalistas: ou seja, capital empregando trabalho.

Na época da manufatura e nos inícios do desenvolvimento da indústria, indubitavelmente a forma de organização capitalista do trabalho, não só tomou a forma imediata da fábrica e da empresa, enquanto expressão daquela, mas também o próprio trabalhador assalariado era quem manipulava imediatamente a matéria em transformação. Era o trabalhador que imediatamente produzia valores, que valorizava diretamente o capital, portanto que produzia mais valia, não apenas absoluta mas fundamentalmente relativa, dado o avanço das forças produtivas do trabalho. Era então o trabalho que se trocava imediatamente por capital.

Contudo, o desenvolvimento da indústria e do capital, criou outro trabalhador para o capital, que não se restringia ao operário ou trabalhador isolado, mas é o trabalhador de um processo de trabalho combinado, ou seja, o 'trabalhador coletivo' ou 'operário combinado' de que falava MARX¹⁵⁶.

"para trabajar productivamente ya no es necessario tener una intervención manual directa en el trabajo; basta con ser organo del obrero colectivo, con ejecutar una cualquiera de sus funciones desdobladas"¹⁵⁷.

Por outro lado, não é só à indústria fabril que se limita esse processo de trabalho combinado, esse processo

de desenvolvimento das forças sociais produtivas do trabalho. Ele atinge, também, a agricultura com a transformação destas em ramo da indústria, com a industrialização da agricultura.

As condições da organização capitalista do trabalho não podem, portanto, ser entendidas como limitando-se tão somente às formas fabris. O que outorga aquele caráter são as relações de produção em que se insere determinado trabalho. A imediatez, como já o dizíamos, também é, historicamente determinada pelo movimento contraditório do capital. Ela pode ser transformada numa "*imediatez mediatizada*", o que parece ser um contra-senso, do ponto de vista formal, mas realmente possível e real, desde o ponto de vista dialético da própria realidade capitalista.

O trabalho que o camponês realiza em terra sua, não é um trabalho produtivo para ele, para o real dono da produção. Ele recebe um dinheiro que equivale a um salário, à reposição de um capital variável, como diriam CROUCH e DE JANVRY, A. BARTRA e outros tantos mais, e até o próprio MARX e ENGELS. Esse trabalho é parte de um processo produtivo industrial (embora ele próprio não seja fabril) determinado pelas relações capitalistas de produção. É parte dele enquanto 'trabalhador coletivo' desse processo de produção. Da mesma maneira que o 'operário real', nesse processo de trabalho, materializa um sobretrabalho e uma produção a mais (mercadoria-valores) que não lhe serão pagos, nem no preço do produto, nem com algo que equivalha ao pagamento da sua força de trabalho. Nessa relação de troca expres

sam-se, portanto as relações de produção capitalista que o convertem em instrumento do capital, em "valor de uso para o capital", e, conseqüentemente, expressa a contradição fundamental capitalista: criação social de valores e apropriação privada de mais valia.

O trabalho do camponês é produtivo, então, não só por que produz uma mercadoria, mas porque nessa produção, subsumida pelo capital, produz valores, quer dizer, mais valia, ainda que basicamente sob sua forma absoluta (subsunção formal) e sob uma imediatez mediatizada.

Para terminar podemos, então, dizer que o camponês (trabalhador sob a condição camponesa) realiza um processo de trabalho de maneira diferente ao de um 'operário real', (subsunção real) na medida em que, na unidade de produção familiar, não se realizou plenamente a separação do trabalhador (família camponesa) das condições de produção. Mas, como o operário, ele realiza, sob essa forma determinada, o mesmo processo de produção social do capital, e como ele constitui-se, também, em um 'trabalhador produtivo' para o capital, posto que com seu trabalho valoriza, de uma forma determinada, o próprio capital. Noutras palavras, soa sua 'condição camponesa' existe um determinado ser proletário.

O camponês é, pois, esse 'ser operário' como colocamos no início do capítulo. Não como conclusão lógica, obtida por via dedutiva, mas como expressão concreta, real, de uma determinada fração proletária, em formações sociais de terminadas.

Ao tentar captar a 'condição camponesa' no movimento do capital, questão que nos acompanhou desde o primeiro momento deste estudo, parece-nos válido concluir, embora de forma provisória, com a seguinte colocação, feita de forma analógica à mais valia: a determinação de classe do camponato dá-se na produção (o que o faz trabalhador) mas realiza-se na circulação (em que se concretiza sua exploração). Pela forma contraditória em que se realiza sua existência, esta parece ser a dialética de sua determinação de classe.

N O T A S

- ¹ Todas as vezes que falarmos da formação latinoamericana estaremos incluindo nela também a das Antilhas.
- ² Com esse propósito, deter-nos-emos mais em Poulantzas, devido a sua significativa produção no que diz respeito às classes sociais, à influência de Althusser nesta produção e à vasta divulgação de suas idéias nos meios acadêmicos. Para compreender melhor as posições de Poulantzas veja-se ALTHUSSER, L. La Revolución Teórica de Marx (traduzido em português com o título de Em favor de Marx), como também ALTHUSSER, L. et al., ver O Capital, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- ³ MARX, K. e ENGELS, F. La ideologia alemana. Buenos Aires, Ediciones Pueblos Unidos, 1973.
- ⁴ MARX, K. Miséria da filosofia. Porto, Publicações Escorpião, 1976.
- ⁵ MARX, K. La luchas de clase en Francia, de 1848 a 1850. Moscou, Editorial Progreso, 1975.
- ⁶ MARX, K. El 18 Brumario de Luis Bonaparte. In: MARX, K. e ENGELS, . Obras escogidas, Moscou, Editorial Progreso, 1969.
- ⁷ MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. e Engels, op. cit. 1969.
- ⁸ MARX, K. e ENGELS. Manifiesto comunista. Idem, ibidem.

- ⁹ Sobre isto ver, entre outros: ROSSANA, R. Sobre el Partido: de Marx a Marx, in: Il Manifesto. México, Ed. Era, 1973; JOHSTONE, M. et al. Teoria marxista del partido político. México, Cuadernos del Passado y Presente, nº 7, 1980; CLAUDIN, F. Marx y Engels y la revolución de 1848. México, Ed. Siglo XXI, 1975. As colocações de Marx y Engels não devem ser confundidas com a problemática do partido político revolucionário na acepção leninista, embora não a contradiga e até mesmo a complemente.
- ¹⁰ DUQUE-ARRAZOLA, L. A questão do partido: partido de classe ou partido da classe. Campina Grande (mimeo), 1981. Ver também Marx e Engels, O partido de classe. Ed. Escorpião, Vol. 1, 1975. p.161.
- ¹¹ POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1977, p.60.
- ¹² Cf. SANCHEZ-VAZQUEZ, A. Estructuralismo e História. In: Estructuralismo y Marxismo. México, Grijalbo, 1970 (Coletânea de textos).
- ¹³ Este estudo foi por mim apresentado, inicialmente, sob a forma de projeto de pesquisa ao Mestrado em Sociologia em Campina Grande como: Campesinato: Linguagem e consciência de classe. O estudo teórico que lhe era necessário redundou no presente trabalho.
- ¹⁴ Cf. SANCHEZ-VAZQUEZ, A. Filosofia de la Praxis. México, Grijalbo, 2a. Edição, 1981; GRUPPI, L. O pensamento de Lenine. Rio de Janeiro, Graal, 1979; DUQUE-ARRAZOLA, op. cit.
- ¹⁵ POULANTZAS, N. Poder político... Op. cit.
- ¹⁶ BUKHARIN, N. As classes e a luta de classes, In: Tratado de materialismo histórico, Moscou, Centro do Livro Brasileiro, 1921, MARX e ENGELS, Obras Escogidas, Op. cit.

- 17 MARX, K. Ibid.; LENIN, V. I. La aliança... Op. cit.; BARTRA, R. Ops. cits.; POULANTIS, N. Ops. cits.; GUIMARÃES, P. Quatro séculos de latifúndio, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3^a ed.; CASTELLS, M. A teoria marxista das classes sociais e a luta de classes na América Latina, In: ZENTENO (Org.) As classes sociais na América Latina, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 18 CASTELLS, M. A teoria marxista das classes sociais e a luta de classes na América Latina. In: ZENTENO, R.B. (org) As classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 19 HALL, S. O 'político' e o 'econômico' na teoria de classes marxista. In: HUNT, A. (org) Classes e estrutura de classe. Lisboa, Edições 70, 1982. Segundo Hall classe-em-si e classe-para-si parecem colocar a relação econômico/político de modo incorreto. "A distinção 'em si'/'para si' é útil para definir diferentes momentos e formas de consciência de classe, e talvez sirva para marcar, mesmo rudemente, o desenvolvimento da luta de classes fora de uma forma 'corporativa' ..." (ibid: 44). A distinção entre a forma corporativa e a luta como "força geral socialmente coercitiva" que Marx estabelece em A miséria da Filosofia é, segundo Hall, não para indicar a presença ou ausência da luta política e suas formas apropriadas de consciência de classe, mas ao contrário para marcar "uma distinção entre duas formas diferentes da luta de classes, dois modos de consciência de classe, cada um com suas condições determinadas nas circunstâncias materiais das classes no capitalismo" (ibid:45).
- 20 ALTHUSSER, L. La revolución teórica de Marx. México, Siglo Veintiuno, 1970.
- 21 POULANTZAS, N. op. cit. p. 38.
- 22 CARDOSO, M.L. La construcción de conocimientos. México, Ed. Era, 1977.

- ²³ NAIR, K. Maxismo e estruturalismo. In: LÖWY, M. et al.. Sobre el Método Marxista. México, Grijalbo, 1974.
- ²⁴ Para uma crítica mais profunda de Althusser ver também Sanchez-Vazquez, A. Ciência e Revolução. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980 e Avenas, D. y Brossat, A. Las malsanas 'lecturas' de Althusser. In: Löwy, M. et. al., op. cit. 95.
- ²⁵ ALTHUSSER, apud NAIR, K. op. cit.: 147.
- ²⁶ NAIR, K. op. cit. p. 150.
- ²⁷ Idem, ibidem, p. 151.
- ²⁸ POULANTZAS, N. op. cit. p. 38.
- ²⁹ Para Cardoso, M.L. "La noción de las clases sociales como 'suportes de estructuras' ya muestra la debilidad de la posición assumida por Poulantzas al intentar cococar las clases sociales como efectos de las estructuras, entendiéndolas como concepto" (cf. Cardoso, M. L. op. cit.: 85).
- ³⁰ Esta separação irreduzível das estruturas e das práticas, visto que sô as práticas são assimiláveis às relações sociais, não às estruturas, tem como consequên^{cia} o fato de Poulantzas tratar a determinação como dominância, reduzindo aquela a esta. Por isto afirma como sendo "... lo propio del determinante ...indicar la dominancia" (Ibid: 87).
- ³¹ POULANTZAS, N. op. cit. p.87 (nota de rodapé).
- ³² Poulantzas entende por efeitos "... a existência da determinação das estruturas nas classes sociais", idem, ibidem, p.65.

- ³³ Idem, ibidem, p. 65.
- ³⁴ Idem, ibidem, p. 83.
- ³⁵ Segundo Miriam L. Cardoso, Poulantzas pelo medo ao historicismo "assume con todo rigor el funcionalismo(...) nunca deja de enfatizar la unidad del todo...", isto é, a unidade na luta de classes, nas estruturas. Os níveis estruturais são vistos como sendo todos e cada um deles igualmente importantes. Por sua ênfase na unidade "... desprecia la contradiccion, la unidad con la que el trabaja es la unidad simple, no contradictoria". (CARDOSO, M.L. op. cit.: 108).
- ³⁶ POULANTZAS, N. op. cit. p. 65.
- ³⁷ Idem, ibidem, nota 16, p.66.
- ³⁸ Idem, ibidem, p. 25.
- ³⁹ CARDOSO, M.L. op. cit. p. 94.
- ⁴⁰ Idem, ibidem, p. 84.
- ⁴¹ ILENKOYV, E.V. Dialéctica de lo abstracto y de lo concreto en "El Capital" de Marx. Moscou, Ed. Russa, 1960.
- ⁴² GIANOTTI, J.A. Origines de la dialectique du travail. Paris, Ed. Aubier Montaigne, 1971.
- ⁴³ SÈVE, L. Marxismo y Teoria dela Personalidad. Buenos Aires, Amorrortu, 1973.
- ⁴⁴ SANCHEZ-VAZQUEZ, A. Ciência e ... op. cit.
- ⁴⁵ MARX, K. Tese VI sobre Feuerbach. Op. cit.
- ⁴⁶ SANCHEZ-VAZQUEZ, A. Ciência e ... Op. cit.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
 Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior
 Coordenação Setorial de Pós-Graduação
 Rua Aprígio Veloso, 882 - Tel (083) 321-7222-R 355
 58.100 - Campina Grande - Paraíba

- ⁴⁷ CARDOSO, F. H. Althusserianismo ou Marxismo? A propôsi-
to do conceito de classes em Poulantzas. In: ZENTENO,
R.B. op. cit. p. 128.
- ⁴⁸ SEVE, L. Op. cit.
- ⁴⁹ CARDOSO, F.H. Op. cit. p. 127.
- ⁵⁰ POULANTZAS, N. Op. cit. p. 12.
- ⁵¹ Idem, ibidem, p. 13.
- ⁵² SANCHEZ-VAZQUEZ, A. Ciência e... Op. cit. p. 69.
- ⁵³ Segundo Nair, a "dialéctica esencia-fenômeno, interior-
exterior, no es en la lógica del concepto en Hegel una
propriedad del concepto, sino de la esencia" (NAIR, K.
op. cit.: 143).
- ⁵⁴ Idem, ibidem, p. 143.
- ⁵⁵ Idem, ibidem, p. 144.
- ⁵⁶ Idem, ibidem, p. 146.
- ⁵⁷ MARX, K. Introdução. In: Fundamentos de la Crítica de
la Economía Política (Grundriss), Vols 1-2, La Habana,
Editorial de Ciencias Sociales, 1970.
- ⁵⁸ CARDOSO, M.L. Op. cit. p. 79-80.
- ⁵⁹ MARX, K. O capital. T.3, op. cit.

Max Weber em Economia e Sociedade identifica as classes
como representando a ordem econômica da sociedade, es-
tratificada em base à renda, os bens e serviços de que
dispõe o indivíduo; a ordem social, representada pelo
status ou estamento, é vista também como estratifica

da, em base à honra e ao prestígio; a ordem política, representada pelo partido, e também estratificada com base no poder que este representa (WEBER, M. Economia y sociedad. México, F. de C.E. Vol.2, 1969).

- ⁶⁰ MARX, K. Trabalho assalariado e capital. In: MARX, K. e ENGELS, F. Op. cit.
- ⁶¹ LENINE, V.I. Obras Completas, Tomo XXIX, La Grande Iniciativa. Buenos Aires, Editorial Cartago, 1959: 413. Tradução livre do espanhol.
- ⁶² Stavenhagen define sua concepção das classes sociais como uma "concepção estrutural-funcional e dinâmica". Para ele as classes estão umas em relação às outras, posto que são complementárias, opostas e antagônicas. Suas relações podem ser descritas "con los términos de función y contradicción" (STAVENHAGEN, R. Las clases sociales en las sociedades agrarias. México, Siglo XXI, 1970:35). Sua visão funcionalista e historicista das classes levam-no a conceber a classe-em-si como expressão manifesta dos interesses políticos e econômicos particulares desta classe.
- ⁶³ Cf. POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1977; idem, As classes sociais. In: As classes sociais na América Latina, ZENTENO, R.B. (org) Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977-a; idem, As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- ⁶⁴ POULANTZAS, N. Poder político ... Op. cit. p. 91.
- ⁶⁵ Idem, As classes sociais no capitalismo ... op.cit.22.
- ⁶⁶ Idem, ibidem, p. 21.
- ⁶⁷ Idem, ibidem, p. 29.

- ⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 16.
- ⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 17.
- ⁷⁰ CASTELLS, M. *op. cit.*
- ⁷¹ Segundo Stanislaw Ossowski, o esquema dicotômico (tipo ideal de estrutura dicotômica) da teoria marxista das classes sociais indica a "direção em que as sociedades capitalistas se desenvolvem" (OSSOWSKI, S. *Estrutura de classes na consciência social*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964:102). Mas a história, segundo ele, não segue o caminho que leva aos tipos ideais de sociedades capitalistas; portanto, o "esquema multidivisional" das classes é o que reflete a estrutura social real. Em consequência, a concepção marxista clássica não é suficiente, nem satisfaz com suas explicações as situações atuais dos países capitalistas (Ibid.).
- ⁷² Os conceitos de modo de produção e formação social ou econômico-social são concebidos de modos diferentes, segundo a escola marxista ou neo-marxista que os formule. Para seu aprofundamento ver entre outros: GEBRAN, Ph. (org) *Conceito de modo de produção*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; CARDOSO, C.F. et al. *Modos de producción en America Latina*, Cuadernos de Pasado y Presente, nº 40, Córdoba, 1973; HARNECKER, M. *Los conceptos elementales del materialismo histórico*. Bogotá, Ed. Estrategia, 1969; AMIN, S. *Categorías y leyes fundamentales del capitalismo*. México, Ed. Nuestro Tiempo, 1973; ROLDAN, D. *La pequeña propiedad parcelaria y la reproducción de la fuerza de trabajo campesina*, Estudios Rurales Latinoamericanos, Vol. 3, nº 2, 1980; FOWERAKER, J. *El campesinato contemporáneo: clase y práctica de clase*, in *Estudios Rurales Latinoamericano*, Vol. 2, nº 1, 1979.

⁷³ CASTELLS, M. Op. cit. p.149.

⁷⁴ Idem, ibidem, p. 150.

⁷⁵ Idem, ibidem, p. 153.

⁷⁶ Idem, ibidem

Castells faz aqui uma observação, que, porém, não desenvolve: "No fundo, a famosa distinção de Marx de 'classe-em-si e para-si', objeto de tantas deformações historicistas, tinha assinalado a via teórica correta" (Ibid. p.153).

⁷⁷ Idem, ibidem, p. 154

Para Castells "a grande ausência nas teses de Poulantzas é a teoria do partido revolucionário" (p.155). Segundo Poulantzas "a existência de uma classe em uma formação supõe a sua presença a nível político por 'efeitos pertinentes', que, no entanto, não tem necessidade de se desenvolver até a organização política 'própria' estritamente falando, ou à constituição de uma ideologia própria desta classe" (POULANTZAS, op.cit. 1977:79). Assim "uma classe ou fração podem existir enquanto forças sociais, sem porisso preencherem as condições de organização que podem fazê-las entrar nas relações de poder político ..." (Ibid.:94).

⁷⁸ CASTELLS, M. Op. cit. p. 155.

⁷⁹ Idem, ibidem.

⁸⁰ POULANTZAS, N. Poder político ... Op. cit.

⁸¹ Cf. acima seção referente a SHANIN.

⁸² Para aprofundar sobre movimentos de protesto social nas sociedades camponesas ou agrárias, ver, entre outros:

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior
Coordenação Setorial de Pós-Graduação
Rua Aprigio Veloso, 882 - Tel (083) 321-7222-R 355
58.100 - Campina Grande - Paraíba

FACÓ, R. Cangaceiros e Fanáticos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972; HOBBSAWN, E. Rebeldes Primitivos. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 e Bandidos. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976; HUITZER, G. El potencial revolucionario del Campesino en América Latina. México, S, XXI, 1977; QUEIROZ, M.I.P. O Messianismo no Brasil e no Mundo. São Paulo, Dominus Ed. 1965; Idem, Os Cangaceiros. São Paulo, Ed. Duas Cidades, 1977; RUDÉ, G. Ideologia e Protesto Popular. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982; SANCHEZ, G. y MEERTENS, D. Bandoleros, Gamonales y Campesinos. Bogotá, El Ancora Ed., 1983.

⁸³ CASSÁ, R. Modos de producción, clases sociales y luchas políticas (República Dominicana, Siglo XX), Santo Domingo, Ed. Alfa y Omega, 1976, p. 11.

⁸⁴ Idem, ibidem, p. 82.

⁸⁵ Para aprofundar a definição de classes sociais a partir da "situação de classe" ver Max Weber, Economia e Sociedade. Para ele "...corresponde sempre ao conceito de classe o fato de que as probabilidades que se tem no mercado constituem o meio que condiciona o destino do indivíduo" e são "...interesses univocamente econômicos, interesses vinculados à existência do "mercado os que produzem as 'classes'" (WEBER, op.cit. Vol.2: 684) (Tradução livre do espanhol).

⁸⁶ A respeito diria Weber, as oportunidades de vida "...estão determinadas pelo volume e tipo de poder" já que "...as 'classes', 'grupos de status' e 'partidos' são fenômenos de distribuição de poder" (Ibid:683). Entre os que estudam o campesinato e assumem explicitamente o conceito weberiano de classes para explicar sua existência atual está David Lehmann. Ver seu artigo Ni Chayanov ny Lenin; Apuntes sobre la teoría de la Economía campesina. Estudios Rurales Latinoameri

canos, Vol. 3, nº 1, 1980.

- ⁸⁷ Quanto a estas tendências funcionalistas, inseridas na análise marxista da economia camponesa, da produção simples de mercadorias, José de Souza Martins e León Zamosc (ver bibliografia) entre outros, concebem essa refuncionalização, não como tendências do sistema social ao equilíbrio, mas como expressão das contradições do movimento mesmo do capital.
- ⁸⁸ PINTO, J.B.G. Reflexões sobre as estratégias educativas do Estado e a prática da educação popular. In: PAIVA, V. (org) Perspectivas e dilemas da educação popular. Rio de Janeiro, Graal, 1984. p.88.
- ⁸⁹ MARX, K. O Capital. Op. cit.
- ⁹⁰ WANDERLEY, M.N. O camponês: um trabalhador para o capital. (mimeo.), Campinas, 1979.
- ⁹¹ Para um maior aprofundamento das abordagens metodológicas de Durkheim e Weber, e a teoria sociológica que em relação a ela desenvolvem ver, por exemplo, FERNANDES, F. Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica. São Paulo, T.A. Queiroz (T.A.Q.), 1980.
- ⁹² MARX, K. El Capital. op. cit. Tomo 3, p. 45.
- ⁹³ Idem, ibidem, p. 758.
- ⁹⁴ Ver Pierre Vilar, La Economía Campesina ... Op. cit. Embora com uma perspectiva teórica diferente à deste estudo, P. Bourdieu fala de condição camponesa. Ver seu artigo, Condição de Classe e Posição de Classe, In: BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Simbólicas, São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
- ⁹⁵ As formas a que nos referimos aqui não são abordadas des

de a perspectiva do apriorismo filosófico de Kant (cf. HESSEN, J. Teoria del Conocimiento. Buenos Aires, Losada, 1970). Também não desde a perspectiva do formalismo sociológico de Simmel (cf. ABEL, T. Os Fundamentos da Teoria Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972; GUSMÃO, Teoria Sociológica. Forense, São Paulo, 1972).

- ^{9 6} LINDOSO, M.J. A produção das idéias (mimeo.). São Paulo, Mestrado em Ciências Políticas, USP, 1978, passim.
- ^{9 7} Segundo V. Rieser no conceito de "aparência" está implícita uma realidade da qual a aparência constitui a manifestação, a revelação de um ocultamento e de uma deformação. Para nós não se trata de uma deformação da realidade mas da apreensão dela através de suas formas de aparecer (cf. RIESER, V. El problema de la apariencia en el análisis marxista de los sistemas sociales. In: MARX et. al., Teoria Marxista del Método. Medellin, Ed. Tiempo Crítico, 1971).
- ^{9 8} Quando falamos de essência a entendemos no sentido marxiano das Teses sobre Feuerbach, ou seja, como conjunto de relações sociais que determinam e dão existência a uma determinada realidade. Portanto não confundí-la com substância ou Idéia à maneira aristolética ou idealista.
- ^{9 9} LINDOSO, M.J. Op. cit. passim.
- ¹⁰⁰ LEFEBVRE, H. Lógica formal, lógica dialética. México, Siglo Veintiuno, 1976. Como categorias filosóficas estes conceitos dizem respeito à filosofia hegeliana; são, porém, aqui retomados desde o ponto de vista da concepção materialista da história. Sobre essa temática ver HEGEL, F. Ciencia de la Lógica. Buenos Aires, Solar/Hachette, 1968 e na mesma obra o Prólogo de MONDOLFO, R; KOSIK, K. Dialéctica de lo concreto. Mé

xico, Grijalbo, 1967; MARX, K. El Capital, op. cit. idem, Crítica de la Filosofía del Estado de Hegel, Colección 70, Mexico, Grijalbo, 1968; BARTRA, R. El poder despótico ... Op. cit.

¹⁰¹ Segundo Karel Kosik, totalidade significa "realidade como um todo estruturado e dialético, no qual pode ser compreendido racionalmente qualquer fato". O concreto, ou seja, a totalidade, não são todos os fatos, ou o seu conjunto. Segundo Kosik, há mister entender a realidade como totalidade concreta que se converte em estrutura significativa para todos os fatos ou para cada um deles (Cf. Karel Kosik, op. cit. passim).

¹⁰² LINDOSO, M.J. Op. cit. p.2.

¹⁰³ Idem, ibidem.

¹⁰⁴ Idem, ibidem.

¹⁰⁵ KOSIK, K. Op. cit.

¹⁰⁶ MARX, K. Introdução. In: Fundamentos ... Op.cit.

¹⁰⁷ Idem, ibidem.

¹⁰⁸ Por concreto não estamos significando meramente a materialização imediata, observável, de toda realidade empiricamente dada, mas a "síntese de múltiplas determinações"; por conseguinte, um todo mais desenvolvido, que materializa, como "unidade da diversidade" a forma real, típica. Por exemplo, a subsunção real do trabalho pelo capital. Para maiores aprofundamentos ver entre outros, FERNANDES, F. op. cit. e ZULETA, E. Comentarios de la "Introducción general a la crítica de la Economía Política" de Carlos Marx, Medellin, Libros de Bolsillo de la Carreta, 1974.

¹⁰⁹ Kosik diria a respeito: "El fenómeno no es radicalmente distinto de la esencia, y la esencia no es realidad de orden distinto a la del fenómeno(..) La realidad es la unidad del fenómeno y la esencia" (KOSIK, K. Op. cit. p.28).

¹¹⁰ Otavio Ianni já afirmara que "... a aparência camponesa de sua vida passa a esconder uma forma proletária de trabalhar" (IANNI, O. A Luta pela Terra. Petrópolis, Vozes, 1978:143).

Esta observação, contudo, não é desenvolvida por ele, não ficando claro se a forma seria o 'ser real', e sendo assim qual seria a realidade dessa aparência.

Enquanto camponês ele não trabalha formalmente como um operário. Aí radica precisamente a contradição de seu ser social, real (classe social) e a forma dele existir, sua condição.

¹¹¹ J.S. Martins, em O Cativo da Terra (op.cit.), concebe a realidade camponesa como a "produção capitalista de relações de produção não capitalistas". Parece-nos muito mais ser a produção ou reprodução de formas não capitalistas por relações de produção capitalistas. Esse ponto de partida de Martins leva-o a conceber o campesinato como uma classe social diferente do proletariado, embora ambas sejam classes da sociedade capitalista. O Campesinato é uma classe social diferente porque vive em face do capital, um processo social diferente ao do operário fabril e se defronta com o capital de modo diferente a este. Em consequência, não pode agir nem pensar como o operário ou como o trabalhador expropriado. Sem aprofundar a análise do pensamento de Martins, parece-nos que este sobrevaloriza a terra em sua definição social do camponês, levando-o, tal sobrevalorização, a conceber o campesinato como uma classe social diferente do proletariado.

¹¹² BRUIT, H. Essência e aparência das relações de produção

no campo, Estado, Poder e Economia. Revista Economia e Desenvolvimento, nº 3, São Paulo, Cortez Editora, 1972, p.134.

¹¹³ Idem, ibidem,

¹¹⁴ Idem, ibidem, p. 139.

¹¹⁵ Idem, ibidem, p. 143.

¹¹⁶ MARX, K. Capítulo VI (Inédito), El Capital. Bogotá, Editorial Combate, s.d. p. 69.

¹¹⁷ Marx concebe a subsunção formal do trabalho pelo capital como a expressão material da mais valia absoluta, e a mais valia relativa, como a expressão material da 'subsunção real' (idem, ibidem).

¹¹⁸ Ver a respeito disto os artigos organizados pelo Dept. de Economia Rural-FCA-Botucatu, principalmente o de Conzales, E. e Bastos, M.I. O volante na agricultura brasileira. In: A mão-de-obra volante na agricultura, CNPq/UNESP, São Paulo, Polis, 1982.

¹¹⁹ Embora o conceito de subsunção formal do trabalho camponês pelo capital pareça-nos facilitar a compreensão de suas determinações reais, até mesmo para aqueles que consideram o camponês como personagem da forma de produção simples de mercadorias (ver, por exemplo, SANTOS, J.V.T., 1978), tal conceito não é aceito por todos, por considerarem alguns que a subsunção formal do trabalho no capital leva a um reducionismo equivocado. León Zamosc, por exemplo, contrapõe àquele conceito o de subordinação, por considerar que este é uma "alternativa coerente" para explicar a reprodução camponesa. Para ele, a categoria de subordinação permite apreender o processo dialético de separação-unidade estrutural, contraditória, que se estabelece entre

o setor camponês (que se reproduz à margem do setor capitalista) e o capitalista, sendo a exploração do trabalho camponês pelo capital a própria relação (ZAMOSC, 1978). Já S. Martins explica a produção e a reprodução da produção camponesa não com base na 'subsunção formal do trabalho ao capital', posto que esta para ele não se dá, mas com base "na sujeição da renda da terra ao capital" (Cf. MARTINS, J.S. 1981).

Observe-se que em muitos estudos os termos subsunção, sujeição, e subsunção são utilizados indistintamente, ao passo que em outros são diferenciados.

¹²⁰ Ver a esse respeito as colocações de Crouch et De Janvry no capítulo segundo do presente trabalho.

¹²² GRAZIANO DA SILVA, J. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981, p, 51.

¹²³ "... a tendência da tecnificação dos pequenos produtores foi de absorver as tecnologias físico-químicas num grau muito superior às tecnologias mecânicas" (GRAZIANO DA SILVA et al. Tecnologia e Campesinato: o caso brasileiro. UNICAMP/DEPE/IICA/PROTAAL, Campinas, dez. 1982:23).

Sobre o emprego de tecnologia capitalista por parte de pequenos produtores, considerados como camponeses capitalizados, por imposição do capital, o que não lhes assegura, contudo, que num momento futuro não terminem proletarizando-se, ver entre outros: LOPES, J.R.B. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo 1940-1970. In: Estudos CEBRAP, 22; SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

- ¹²⁴ Cf. SANTOS, J. V. T. Op. cit.; MANDEAS, H. Op. cit.; GALESKI, B. Op. cit., entre outros.
- ¹²⁵ MARX, K. El Capital. Tomo 1, op. cit. p. 651.
- ¹²⁶ Sobre o processo de valorização do capital ver de Marx, O Capital, op. cit., o Capítulo VI (Inédito) op. cit. e os Fundamentos ... (Grundriss) op. cit.
- ¹²⁷ Sobre o tema ver, entre outros, SALES, T. Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina. Rio de Janeiro, CEBRAP, Paz e Terra, 1982.
- ¹²⁸ GRAZIANO DA SILVA, J. Op. cit. p. 22.
- ¹²⁹ Idem, ibidem, p.23.
- ¹³⁰ Segundo Graziano da Silva, o processo tecnológico na indústria não só aumenta a mais valia, mas também reduz e faz coincidir tempo de trabalho e tempo de produção. Na agricultura, pelo contrário, e nisso radica para ele a especificidade da agricultura, "a intensificação do trabalho não reduz necessariamente o período de produção..." (GRAZIANO DA SILVA, Processo tecnológico... 1981, op. cit:41).
- ¹³¹ Com respeito à tecnologia e à aplicação da ciência no processo produtivo agrícola ver, entre outros, GRAZIANO DA SILVA, A Questão Agrária. Coleção Primeiros Passos, s/d; idem, Processo Tecnológico ... op.cit., idem, Tecnologia e Campesinato, op. cit.
- ¹³² Estudando o caso brasileiro, Graziano da Silva e o grupo por ele coordenado, consideram que a característica geral das diferentes formas de subordinação dos camponeses à agroindústria e às grandes cooperativas "é que, embora mantendo na aparência o caráter de produção mercantil independente, o capital socializa o pro

cesso da produção camponesa em seu conjunto" (GRAZIANO DA SILVA, J. et. al. op. cit. p. 18).

¹³³ GRAZIANO DA SILVA, J. A Questão agrária ...op.cit.p.57. Para Marcel Jollivet a produção camponesa, mesmo aquela percebida como capitalizada, dadas as condições gerais da produção capitalista, em verdade não é mais que uma produção integrada à lógica capitalista "...de maneira a permitir a extração de um sobretrabalho em cima dos produtores diretos". Em consequência, o "lugar específico" deles na estrutura de classe "é do lado dos trabalhadores que fornecem um sobretrabalho". (JOLLIVET, M. O lugar dos camponeses na estrutura de classes: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. In: Raízes, nº 1, jul-dez, 1982:14).

¹³⁴ Segundo Roger Bartra, "el campesino transfiere valor por que como dueño de los medios de producción acude al mercado en condiciones desventajosas; allí es despojado según las circunstancias, de parte de la ganancia, de toda la ganancia o, con frecuencia, también de parte de su salario. En este último caso, las condiciones que le impone el mercado capitalista obligan al campesino a "autoexplotarse" a tal grado que llega al "límite estrictamente físico". Todas estas desgracias le ocurren al campesino no porque es su propio asalariado, sino porque es su propio patrón" (R.BARTRA, op. cit., 1975: 520).

¹³⁵ "Obviamente, diz Tavares dos Santos, na produção camponesa não há geração de mais valia, uma vez que não há fundamentalmente relações de assalariamento em seu interior".

Como proprietário de terra e outros meios de produção é um trabalhador independente, ainda que subordinado formalmente ao capital. "O fornecimento do sobretrabalho é resultante de o camponês ser um produtor mercantil simples, já que a composição de valor do produ

to camponês é baixa e inferior à composição do capital industrial" (SANTOS, J.V.T. Op.cit:130).

¹³⁶ MARX, K. Teorias da mais-valia, história crítica do pensamento econômico. Vol, 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 385.

¹³⁷ O valor da força de trabalho é o valor dos meios de vida necessários à reprodução e sobrevivência do trabalhador (Cf. MARX, K. El Capital, Vol.1, op. cit.).

¹³⁸ Preço é valor metamorfoseado. Como tal é determinado quantitativamente pelo tempo de trabalho socialmente necessário - magnitude de valor (Cf. MARX, K. ibidem; SILVA, S. Valor e Renda da terra. São Paulo, Polis, 1981.

¹³⁹ MARX, K, Fundamentos (Grundrisse) ... Op. cit.

¹⁴⁰ VERGOUPOLOS, K. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, S. e VERGOUPOLOS, K. A questão camponesa e o capitalismo. Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

¹⁴¹ Ver GRAZIANO DA SILVA, J. Nota 125.

¹⁴² MARX, K. Teoria da Mais Valia ... Op. cit.

¹⁴³ Idem, El Capital, T. 3.

¹⁴⁴ Idem, Teoria da Mais Valia ... Op. cit. p. 401-402.

¹⁴⁵ MARX, K. El Capital. Tomo 3, op. cit. p.746.

Estas colocações de Marx facilmente se encontram nos estudos contemporâneos sobre o campesinato. León Zamora a respeito nos diz: "Si las nuevas condiciones promedio de productividad introducidas por el capital son las que fijan el valor y el precio del producto,

y si por otra parte las fuerzas productivas que el campesino representa implican un mayor tiempo de trabajo para producir ese mismo producto, la situacion objetiva es que el campesino esta trabajando por encima de lo que es socialmente necesario. En la medida en que este trabajo en exceso no gerara valor, tampoco es retribuido; y desde el punto de vista de la formacion del valor y de los precios de mercado no es mas que trabajo desperdiciado" (ZAMOSC, L. Op. cit. p.296).

¹⁴⁶ Graziano da Silva considera a pequena produço~o inserida no capitalismo como forma adequada ao movimento de sua acumulac~o~. Portanto a reproduço~o camponesa e "... uma forma concreta de reproduço~o do proprio capital via um 'novo campon~es', que nada mais e do que um trabalhador para o capital".

"Isto significa que o campon~es participa do processo de reproduço~o ampliada do capital em geral, sendo equivocado associa-lo a reproduço~o simples sob a alegac~o~ de que s~o produtores mercantis". GRAZIANO DA SILVA, A pequena produço~o, e as transformac~o~es da agricultura brasileira. Salvador, Cadernos do CEAS, no 69, 1980. Para completar sua vis~o~ sobre esse "novo campon~es" ver todo o artigo citado.

¹⁴⁷ RUBIN, I.I. A teoria marxista do valor. Brasiliense Editora, S~o Paulo, 1980.

¹⁴⁸ "A reduço~o de todo o trabalho a trabalho abstrato, por tanto a mera capacidade de trabalhar, e que permite ao capital prolongar quantitativamente o tempo de trabalho al~m do socialmente necess~ario para a reproduço~o de for~ca de trabalho. E o fato de sugar trabalho vivo como mero tempo de trabalho que confere ao capital a possibilidade de obter uma mais valia durante o processo produtivo que, por isso mesmo, deixa de ser uma simples relaço~o ente input e output em termos f~i

sicos, para se revelar como processo de valorização. Deste modo, Marx explicita o fenômeno crucial do capitalismo como sociedade econômica em que a produção de valor é obrigatoriamente produção de mais valia". (BELLUZZO, L.G.M. Valor e Capitalismo. Brasiliense Editora, São Paulo, 1980:86).

¹⁴⁹ "Como unidad del proceso de trabajo y proceso de creación de VALOR, el proceso de producción es un proceso de producción de mercancías; como unidad de proceso de trabajo y de proceso de valorización el proceso de producción es un proceso de producción capitalista la forma capitalista de la producción de mercancías". (MARX, K. 1968, T.1:147).

¹⁵⁰ Hoje cada vez mais os estudos sobre o campesinato reafirmam a relação Estado-Campesinato, vendo-se no Estado a mediação do capital mais específica para garantir a reprodução desse campesinato. Seja através de programas de Reforma Agrária, de projetos de colonização e expansão da fronteira agrícola. Entre os muitos estudos a respeito ver por exemplo: VELHO, O.G. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo, Difel, 1976; FAJARDO, D. El Estado y la formación del campesinato en el S. XIX. In: Campesinato y Capitalismo en Colombia. CINEP, Bogotá, 1981; FOWERAKER, J. El campesinato contemporáneo: clase y práctica de clase. In: Estudios rurales latinoamericanos. Vol. 2, nº 1, 1979; SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

¹⁵¹ MARX, K. El 18 Brumario ... Op.cit. p.179.

¹⁵² Idem, Teorias da Mais Valia ... Op. cit. p.137.

¹⁵³ Segundo Marx o trabalho que consiste em serviços "destinados a satisfazer necessidades imediatas, não tem nada a ver com o capital". Para Marx serviços expres-

sam valores de uso que se trocam por uma outra mercadoria, dinheiro. Mas o consumo desse dinheiro, dessa renda forma parte da circulação simples e não do capital (Cf. Fundamentos ..., O Capital, Cap. VI Inédito, Teorias das mais valia, op. cit.).

¹⁵⁴ Idem, Teoria da mais valia ... Op.cit.

¹⁵⁵ Idem, ibidem.

¹⁵⁶ Para aprofundar o tema ver, entre outros, VILLALOBOS, A. e KOWARICK, L. In: Classe social e trabalho produtivo (vários), CEDEC, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

¹⁵⁷ MARX, K. El Capital, Tomo 1, op. cit. p.425.

Com o desenvolvimento do capital, diz Marx, não é o operário individual, o real agente da produção social do capital, mas "cada vez mais uma capacidad de trabajo socialmente combinada ... tenemos que mas y mas funciones de la capacidad de trabajo se incluyen en el concepto inmediato de trabajo productivo, y sus agentes en el concepto de trabajadores productivos, directamente explotados por el capital y subordinados en general a su proceso de valorización y de producción!" MARX, K. Cap. VI (Inédito), op. cit. p.96.

355

a

CAPÍTULO IV:

À GUIA DE CONCLUSÃO QUESTÕES REFERENTES A
CONSTITUIÇÃO DO CAMPESINATO EM CLASSE

4 - À GUISA DE CONCLUSÃO: QUESTÕES REFERENTES À CONSTITUIÇÃO, DO CAMPESINATO EM CLASSE

Nosso interesse em apreender a questão camponesa, como sendo fundamentalmente a compreensão do campesinato enquanto classe, situa-se na perspectiva do que MANUEL CASTELLS afirma ser "... o horizonte prático de uma análise de classe ... a compreensão dos mecanismos de transformação social"¹.

Como já o dissemos, não vemos a tendência do movimento e da determinação histórica do capital como se fosse unilinear. Tendência significa também contradição. Por essa razão, a tendência à proletarização do campesinato ou, como diriam outros, à polarização das classes no campo, vem sendo vista neste estudo como se realizando de forma contraditória. Daí a afirmação feita acima de que "sob a 'forma aparential camponesa', ou sob a 'condição camponesa' realiza-se uma forma proletária de trabalhar".

Com outras palavras, a condição camponesa, nas condições atuais do movimento do capital, é uma das formas em

que se materializa a subsunção geral do trabalho pelo capital. Ela materializa uma das formas históricas² do processo de expropriação e exploração, nas formações latinoamericanas e antilhana, como condição da reprodução do capital. Esse processo, como mostra SOUZA MARTINS para o Brasil, o que é também extensível a outros países do continente, não é conduzido tão somente, nem principalmente, por antigos coronéis, caciques (latifundiários tradicionais), mas por empresas nacionais e multinacionais, com apoio de incentivos do Estado, que é um Estado de classe³.

A nosso ver, esse processo no campo não pode ser visto como etapas separadas ou sucessivas, mas sim como faces "combinadas" no dizer de SOUZA MARTINS⁴, não só do processo como um todo, mas até da pessoa mesma do camponês, já que nela se configura e se materializa a expropriação-exploração, mesmo quando isto não pareça dar-se na condição camponesa.

Mesmo na sociedade moderna ou industrial, o campesinato é visto como a expressão social atual de um passado pré-industrial e tradicional, passado que se preserva na medida em que o campesinato se reproduz como entidade distinta, como sociedade à parte, como economia com racionalidade própria e na medida em que sua articulação com o modo dominante, em vez de destruí-lo, permite-lhe acomodar-se à lógica do modo dominante.

A ênfase no passado medieval do campesinato ainda prevalece em boa parte dos estudos que sobre ele versam, o

que não deixa de ter uma explicação: a grande maioria dos estudiosos do campesinato são de origem européia, em cuja região sua origem e existência social se liga, em dúvida, ao feudalismo. E são esses estudiosos os que influenciaram os estudos do campesinato em formações sociais em que não se desenvolveu um modo de produção feudal, mesmo tendo sido colonizadas em épocas nas quais, se não predominavam, pelo menos subsistiam fortes vertígios feudais.

4.1 - RESISTÊNCIA E MOVIMENTOS DE PROTESTO

Esse passado pré-industrial ou de natureza pré-capitalista não só é afirmado por muitos estudiosos do campesinato no que diz respeito à sua economia e à organização familiar e aldeã, mas também no que se refere às manifestações e organizações políticas, assim como no que toca às representações e concepção do mundo do camponês.

"Os movimentos simples de protesto entre os camponeses frequentemente se centralizam num mito de uma ordem social mais justa e igualitária do que no presente que ora é hierarquizado. Esses mitos voltam-se para o passado ... ou no futuro ao estabelecimento de uma nova ordem na terra, uma mudança completa e revolucionária das condições existentes. Nem o milenarismo camponês é mais efetivo que os bandidos-heróis. A emergência de um mito comum de justiça transcendental pode efetivamente levar os camponeses tanto a ações impossíveis

veis como a outras formas de organização. Mas concede-lhes somente uma visão comum, não uma estrutura organizativa para ação. Esses mitos unem os camponeses, mas não os organizam... Os movimentos camponeses, como as alianças, são instáveis e rápidos alinhamentos de unidades antagonizadas e autônomas, nascidas momentaneamente de um sonho milenário... Se o campesinato não tem permissão de negar os seus estreitos limites tradicionais, seu descontentamento pode ser mobilizado para abastecer uma insurreição revolucionária"⁵.

Para WOLF, as necessidades imperiosas de sobrevivência impedem o campesinato de participar em mobilizações duradouras, pois estas necessidades o deixam em estado de impotência. Camponeses pobres e trabalhadores sem terra, por não terem recursos próprios para subsistir e, conseqüentemente, sem 'controle tático' sobre esses recursos, tendo que depender dos latifundiários para sobreviver, encontram-se sem meios próprios para sustentar a luta política:

"Por essa razão, somente um campesinato dotado de certo controle tático sobre seus próprios recursos poderá constituir uma base segura para um esforço político continuado"⁶.

Esses camponeses, acrescenta WOLF, só poderão engajar-se em um movimento revolucionário, se algum poder ou força externa os apoiar, desafiando o poder que os oprime.

1 - HOBSBAWN

HOBSBAWN em seus livros "Rebeldes Primitivos"⁷ e "Bandidos"⁸ definem os movimentos camponeses do passado e do passado e do presente século, como formas 'arcáicas' de movimentos sociais, que, nem porisso devem ser considerados marginais ou sem importância. Vistos inicialmente como ostensivamente conservadores, indeterminados e ambíguos, posteriormente chega a admitir como suscetíveis de se tornarem uma força capaz de mudar a sociedade.

As "rebeliões primitivas camponesas", como as denomina HOBSBAWN (nas quais se incluem o banditismo social, o milenarismo, o messianismo e suas combinações) são concebidas como movimentos de protesto, como "movimentos pré-políticos" de massa, na medida em que não têm programa nem ideologia, como têm os movimentos sociais modernos. São basicamente rurais, precapitalistas e inferiores como métodos de luta. Eles jamais "propõem medidas a nível estatal, limitando-se às fronteiras de seu mundo circundante"⁹.

Tais "rebeliões primitivas" não são porém, um fenômeno típico das sociedades primitivas, ou somente daquelas em que os camponeses fazem parte de um sistema hierarquizados que os oprime e explora. Elas também se dão nas sociedades em transição, como nas modernas¹⁰. Nestas elas tratam de resolver novos problemas, valendo-se de métodos antigos. No entanto, o êxito delas dependerá de sua capacidade de absorver elementos modernos. Ainda assim, nessas

sociedades, as rebeliões primitivas têm como objetivo essencial restaurar ou reconstituir uma ordem social e política passada ou em vias de desaparecimento. Conseguindo superar os limites circundantes, nas sociedades em transição, facilmente deixam de ser um simples protesto sobre o presente, para transformar-se em um meio de controlá-lo, embora com métodos inadequados¹¹.

Para que as rebeliões primitivas camponesas¹² se transformem em uma força capaz de mudar a sociedade, teriam que ser enquadradas em uma estrutura onde houvesse organização, teoria e propaganda, coisas "...que vem de fora do camponês"¹³.

Embora nem sempre se diga expressamente, muitos dos que estudam os movimentos camponeses de protesto relacionam estes últimos com processos de usurpação de terras ou de exploração do trabalho. Embora não abordem esses processos como expressão da violência, enquanto categoria econômica¹⁴, esta acha-se presente de alguma forma. Entretanto, o peso dado ao que é tradicional e à especificidade de tudo quanto é ou parece ser camponês, na maioria dos casos, não permite apreender os movimentos camponeses, como expressões históricas do processo de lutas de classe no campo. Essa incapacidade se deve, em muitos casos, à própria concepção teórica da sociedade e de seu movimento da qual partem: a visão sistêmica e a tendência ao equilíbrio, ou ao reajustamento das partes, uma vez superados os conflitos e alcançado um novo estágio de equilíbrio. Se o campesinato é visto como um tipo de vida adaptativo, subjazerá nele sempre a tendência à

retornar à aquiescência e à passividade. Ou se por acaso protestam, o fazem como forma de reagir contra o baixo status econômico e político, no qual estão situados. Para ou tros, devido a sua origem, que ainda reproduzem, tornam-se uma classe "com baixo caráter de classe", que até pode vir a atuar, conjunturalmente como "classe política", mas não por um processo de polarização interna, resultante de uma diferenciação social, mas apenas devido à coesão que entre as diversas categorias pode dar-se¹⁵.

A tendência a ligar os camponeses com um passado, ou a condições socioestruturais de caráter tradicional, leva a vê-los como facilmente manipuláveis e aproveitáveis politicamente pelas classes dominantes ou governantes.

*"El hecho de que con frecuencia los campesinos han sido utilizados en contra de sus propios intereses básicos, dice más acerca del sagaz dominio de la clase terrateniente que sobre la alegada 'ignorancia' del campesino"*¹⁶.

o que se consegue mais facilmente quando há pelo meio promessas de justiça social e reforma agrária¹⁷.

2 - HUITZER

Segundo HUITZER, a passividade e a fingida preguiça dos camponeses é apenas aparente. São, mais do que outra coisa, "uma forma de protesto e resistência", na qual es tão presentes valores em conflito latente com os da classe dominante. Através dessa forma de protesto se expressa uma

certa dignidade e autoestima. Porisso, a 'apatia', 'passividade', 'resistência à mudança', 'individualismo', 'falta de solidariedade horizontal', 'desconfiança', 'fatalismo', 'dependência do governo' e 'falta de organização' dos camponeses, não são para HUITZER a expressão de "uma mentalidade camponesa" típica e generalizada, mas sim a expressão de uma sub-cultura, determinada por uma "cultura de repressão", que impera nos campos dos países latinoamericanos.

"Los campesinos son 'apáticos' y 'organizables' según las circunstancias, las cuales deben considerarse dentro de un contexto histórico"¹⁸.

Essas formas de protesto e as atitudes que a acompanham, bem como o conflito latente que através delas se expressa, reforçado constantemente pelas frustrações e privações contínuas a que estão submetidos os camponeses, constituem para HUITZER o grande potencial revolucionário dos camponeses latinoamericanos, assim como um potencial favorável à criação de organizações camponesas radicais¹⁹.

O viés psicologista do estudo de HUITZER sobre o potencial revolucionário dos camponeses, fá-lo ver na frustração e na privação as causas que levam as diferentes categorias que compõem o campesinato a se organizarem até mesmo com os indígenas e proletários rurais²⁰. A causa principal dessas frustrações, por sua vez, encontram-se na expulsão das terras, que por tantos anos cultivaram e na arbitrarie

dade dos latifundiários, além das frustrações provocadas pela modernização.

Para HUITZER, as mobilizações organizadas dos camponeses transformam-se necessariamente em luta política, por contestarem diretamente as estruturas da sociedade latinoamericana (sistema latifúndio-minifúndio e a cultura da repressão que o acompanha), coisa que não acontece com os protestos laborais, que se limitam apenas às estruturas internas das empresas. Mesmo questionando política e organizacionalmente essas estruturas e impondo uma certa "capacidade de poder", os movimentos camponeses radicais que triunfaram, foram ainda assim limitados, uma vez que um setor médio da elite se estabelecia no poder com a ajuda do campesinato. Nem por isso se anula, segundo ele, o potencial revolucionário dos camponeses, que somente se sentirão satisfeitos quando alcançarem importantes reformas.

"En las zonas rurales en que ocurre alguna forma intermedia de cambio o desarrollo aumentarán la frustración y privación relativas, lo mismo que las posibilidades de que ocurran protestas, desobediencia civil y hasta violencia. Esto, que ocurre cada vez con más frecuencia en los países latinoamericanos, sigue una tendencia general: mientras mayores son las expectativas que se originan, las que son frustradas, crece más la probabilidad de que la apatía y el conformismo tradicional que han imperado por siglos en las zonas rurales, desaparezcan para dar lugar a una actitud agresiva"²¹.

A ênfase psicologista e culturalista das abordagens dos movimentos camponeses, assim como a construção e utilização de tipos ideais a eles referidos, ainda quando se tenta depois relacionar tais movimentos com as condições estruturais e históricas das sociedades envolventes, terminam muitas vezes fechando-se em si mesmos, como sistemas mentais ou organizacionais, cuja única saída são as "forças externas", entendidas como um sistema a mais que a eles se agrega, modificando-os. Pareceria assim que o "fenômeno" das mobilizações camponesas, ou o "fato político" camponês, não tivesse saídas próprias, posto que seu caminho já estaria traçado, a não ser que venha a sofrer influências externas.

Já vimos como em FORMAN o protesto e as mobilizações camponesas só podem ser explicados se se for mais além das relações de dependência e de uma teoria da exploração, sendo indispensável, e quase que definitivo, um exame cultural, ou seja, uma análise das estruturas de significado através das quais os camponeses dão forma a sua existência. A "cultura do silêncio", como a da "repressão" em HUITZER, explicaria e caracterizaria um tipo de conscientização, que, segundo FORMAN, é "semi-intransitiva", pois ela impede o camponês de agir politicamente sobre as contradições com que se depara. Tal cultura vê-se reforçada ainda mais pela religião. Para FORMAN, esta última tem um papel fundamental na formação da ideologia popular. Para o camponês é ela que norteia seu sentido de submissão à autoridade e de obrigação de saldar suas dívidas, tanto no plano terrenal quanto no sagrado. Mas é também a religião, de forma con

traditória, que tem contribuído para a mobilização política dos camponeses²².

Sem minimizar as contribuições que estes estudos, muito informativos, trazem sobre o protesto, mobilizações e lutas dos camponeses, pareceria razoável concluir, a partir deles, que todos aqueles movimentos, mobilizações e lutas expressam o que LENINE denominou de consciência espontânea, e que todos eles refletem o que MARX denominou como a incapacidade dos camponeses de se representarem a si mesmos, tendo assim que ser representados por outras classes. Conseqüentemente, a forma com que se organizam, a ausência de programas e ideologia, o protesto silencioso, passivo e a resistência não expressariam outra coisa senão aquela espontaneidade, na medida em que neles não se manifestaria uma crítica consciente capaz de revolucionar praticamente as condições materiais da sociedade em que são explorados. Noutras palavras, o campesinato ainda não se teria constituído em classe. Com raras exceções históricas, teria ele vivido um processo de organização enquanto classe, sem ter, porém, alcançado sua constituição em classe-partido, regridindo constantemente aos estágios iniciais de massa, oposta e diferenciada de outras classes. Daí adviria o caráter pré-político e arcaico de seus protestos, superados somente, e até certo ponto, por meio de forças externas que os apoiariam, ou por meio de alianças com outras classes organizadas na luta, principalmente com o proletariado.

LENINE, em "Aos pobres do Campo", dizia que o camponês ignorava porque vivia na miséria, por que passava fome

e se arruinava e como libertar-se de tudo isto. Para LENINE, tanto os camponeses, quanto as massas do proletariado, abordam os problemas de forma prática e não teórica. Porisso a necessidade do partido revolucionário para elevar a consciência política das massas.

4.2 - A ALIANÇA OPERÁRIO CAMPONESA EM GRAMSCI

Em A Questão Meridional²³, GRAMSCI também via o campesinato da sociedade do Sul da Itália, como uma massa amorfa e desagregada, em estado latente de revolta, mas incapaz de dar expressão centralizada a suas necessidades e aspirações. Sem consciência crítica e com uma concepção de mundo de "homem-massa"²⁴, imposta pelo meio ambiente geral em que vive e, em particular, pela classe dominante, como acontece com todas as classes subalternas, a consciência do camponês é espontânea, vendo-se influenciada por ideologia as mais diversas e por vezes contraditórias²⁵.

Ligado ao grande proprietário através do intelectual rural (sacerdote, advogado, professor, tabelião, médico e outros), a vida coletiva do camponês, assim como os germes e fermentos de mudança e desenvolvimento no campo, não podem ser entendidos se não se compreender sua subordinação efetiva aos intelectuais:

"Todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e dele dependem"²⁶.

Segundo GRAMSCI, cada grupo social, ou melhor, cada classe nova cria para si seus próprios intelectuais "orgânicos". O campesinato, porém, ainda desenvolvendo uma "função essencial" na produção "... não elabora seus próprios intelectuais 'orgânicos' e não 'assimila' nenhuma camada de intelectuais 'tradicionais', embora outros grupos sociais extraiam da massa dos camponeses muitos dos seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais sejam de origem camponesa"²⁷.

No entanto, o campesinato enquanto massa precisa tornar-se crítico e progredir intelectual e politicamente, isto é, adquirir uma consciência política, ou seja, que o torne parte "de uma determinada força hegemônica". Ora, essa criticidade a massa adquire organizando-se²⁸.

Em A Questão Meridional²⁹, GRAMSCI retoma colocações de MARX e ENGELS, desenvolvidas mais plenamente por LENINE: a aliança operário-camponesa. Nela formula a questão camponesa e sua luta como um dos componentes da evolução proletária. Afirma além disso que, sem os camponeses, o proletariado não se poderá constituir em classe hegemônica, dirigente e dominante³⁰:

"A regeneração econômica e política dos camponeses não devem ser procurada numa divisão das terras incultas e mal cultivadas, mas sim na solidariedade do proletariado industrial, que necessita, por sua vez, da solidariedade dos camponeses, que têm interesse em que o capitalismo não renasça economicamente a partir da propriedade territorial"³¹.

Para M. A MACCIOCCHI ³², a formulação inicial de GRAMSCI da aliança de classes entre proletários e camponeses é retomada neste artigo como uma precisão específica: como a formação de um novo "*bloco histórico*", operário-camponês³³ para a construção da nova sociedade. Esse bloco unificaria as classes subalternas sob a hegemonia do proletariado, estabeleceria novas alianças, sobretudo com os intelectuais³⁴.

Embora GRAMSCI veja o campesinato com uma das "*duas forças essencialmente nacionais e portadoras do futuro*", sendo a outra o proletariado, quando se detém a falar da formação do novo intelectual da classe, do intelectual orgânico, só se refere ao proletariado e ao velho intelectual. Esquece o camponês, possivelmente devido a que anteriormente já afirmara que o campesinato não cria seus próprios intelectuais. Ele, porém, também afirma que o proletariado, como classe, é pobre de elementos organizativos, e que a formação de um estrato ou camada de intelectuais orgânicos é um processo árduo e lento, que se constitui "... apenas depois da conquista do poder estatal"³⁵. Por isso, enquanto forma sua própria camada de intelectuais orgânicos, o proletariado tem de fazer alianças com intelectuais individuais, que sofrendo "*uma fratura orgânica*" adiram, se integrem e se identifiquem com o programa do proletariado. Essa aliança passa assim a ser fundamental até para a aliança entre o proletariado e as massas camponesas³⁶.

Quanto à formação do novo intelectual, como camada ou categoria orgânica de uma classe, GRAMSCI é bem claro:

ele se forma na dialética intelectual-massa, na qual esta também se eleva cada vez mais alto e influe sempre mais a camada dos intelectuais "especializados"³⁷. Dessa dialética nascerão as novas elites intelectuais emergidas da mesma massa. GRAMSCI, porém, não diz de que massa surgirão: de operários, camponeses ou velhos intelectuais.

Mas o crescimento crítico das massas, na sociedade moderna, dá-se através do partido político³⁸, que, enquanto "intelectual coletivo" (Togliatti) contribue para a formação de uma vontade coletiva nacional e popular³⁹, intermediando dessa forma a construção e cimentação do novo "bloco histórico".

Sem pretender aqui discutir o intelectual e o partido político segundo a concepção de GRAMSCI, assunto que escapa a nosso estudo, quisemos salientar apenas um dos aspectos da sociedade capitalista (sociedade que reproduz cada vez mais de forma ampliada o trabalhador coletivo para o capital), que constitui uma das condições materiais necessárias para a constituição da classe em partido que se organiza para transformar a sociedade vigente; ou seja, que, além das condições objetivas de sua determinação econômica de classe, também são necessárias condições subjetivas: a maturidade de consciente da classe, sua maturidade política, ao mesmo tempo, dirigente e organizativa, teórica e prática.

Era nossa intenção reforçar, nessa parte do trabalho, colocações de MARX, ENGELS, LENINE e GRAMSCI, sobre as condições materiais necessárias à realização da "missão histó

rica" do proletariado e da concreção do seu "caráter histórico universal", sempre por eles associadas ao campesinato.

Hoje, cada vez mais se reconhece a importância do campesinato como força social⁴⁰, o que é facilmente verificável entre os autores por nós estudados, embora ele seja visto quase sempre como força à qual faz-se mister aliar-se taticamente. Pode-se dizer que entre eles predomina o ponto de vista tático⁴¹, mais do que o real reconhecimento do campesinato como força que poderia configurar uma unidade política natural com o proletariado.

Por outro lado, devido à forma como se organizam os camponeses e à concepção de mundo que subjaz às suas organizações, pareceria que as condições objetivas para a organização do campesinato enquanto classe dependem de sua aliança com "forças externas", entendendo-se por estas principalmente o proletariado.

4.3 - LUTA PELA TERRA E CONSTITUIÇÃO EM CLASSE

Para MARTINS "são uma força de fora do mundo do lavrador" que atinja a todos os camponeses por igual é que pode levá-los a unirem-se e a se perceberem como uma classe, como uma força social. Essa força de fora é, para ele, o capital:

"A união e a força dos lavradores do campo não vem de dentro de sua condição social (...) So

mente quando o capital, de fora de sua existência invade o seu mundo, procura arrancá-lo da terra, procura transformá-lo num trabalhador que não seja proprietário de nada (...) Somente aí é que as vítimas dessa invasão, dessa expropriação, podem se descobrir como membros de uma classe. Essa descoberta se dá pela mediação do capital"⁴².

Assim proletariado e campesinato são duas classes de sociedades capitalistas determinadas. Mas o fato de que camponês não possa pensar nem agir como operário não significa, para MARTINS, que seja politicamente retardado mas que "... é política e socialmente diferente"⁴³. Sua luta pela terra tem um caráter político. São lutas anticapitalistas que se enraizam na deterioração e na crise do direito da propriedade. O anticapitalismo da resistência camponesa é, para MARTINS, expressão concreta de suas condições de classe.

"Porém, na medida em que o seu trabalho não é trabalho socializado, de um proletário expropriado, também a sua consciência e o seu projeto não podem mover o seu anticapitalismo para além do capitalismo"⁴⁴.

Para MARTINS, a consciência e a visão de mundo do camponês refletem e expressam o isolamento de suas condições individuais e familiares de trabalho. E em relação a elas o camponês retoma em suas lutas, como projeto e tarefa política, a restauração da sua autonomia e independência⁴⁵. São aquelas condições que não lhe permitem captar a contradição

que determina o movimento da sociedade capitalista: produção social e apropriação privada. Daí que não possa libertar-se sozinho.

"Ele conhece o nome do seu opressor, que é o capital e a propriedade capitalista, mas seus olhos estão velados pela autonomia do trabalho, pela sua solidão"⁴⁶.

Para MARTINS a exploração do camponês não é direta mas feita através de muitas mediações, o que lhe dá a ilusão de liberdade.

Como tratamos de mostrar, discutir a questão camponesa significa compreender o campesinato enquanto classe. De acordo com o que se vem desenvolvendo, a classe, embora determinada economicamente, oposta, diferenciada e até antagônica a outra (s) (classe-em-si), constitui-se enquanto tal (classe-para-si) na medida em que, a partir de sua determinação econômica e do processo de lutas e conflitos de interesses com outra (s) classe (s), se organiza e atua como "classe-partido", ou seja, como classe que "atua criticamente para revolucionar praticamente a sociedade". Em outras palavras, a classe se constitui enquanto tal no processo de sua organização consciente, no processo de des-massificação, durante o qual deixa, historicamente, de existir como massa, amorfa e passiva⁴⁷.

Neste ponto, a questão camponesa coloca outro desafio, que nada mais é senão a outra face de sua constituição em classe e que não fica respondido sem mais pelo fato de

e conceber o campesinato como ser operário determinado. Parece-nos ter deixado claro que concebemos o campesinato como uma das formas através das quais se manifesta o proletariado no campo, em determinadas formações, como, por exemplo, a latinoamericana. Isto não nos autoriza, porém, a considerá-lo idêntico ao operário real, nem pensamos que o campesinato deva ser reduzido a um mesmo denominador comum, a uma generalidade operária. Não se pode deixar de lado aquilo que o distingue, nem as formas específicas de sua existência, pois sua consciência acha-se determinada, tanto pelas condições materiais da totalidade capitalista, quanto por suas formas determinadas de aparecer. O mesmo se diga de sua criticidade frente a essas condições⁴⁸.

Precisamente por isto surge esse novo desafio que a questão camponesa nos coloca: enquanto trabalhador produtivo e forma proletária determinada, esse trabalhador sob a 'condição camponesa' seria todavia uma força social táctica, dadas as condições imediatas de sua existência material? Seria esta condição a que o mantém como massa crítica? Será ela a que se impõe sobre a forma concreta de seu ser proletário, mesmo sendo a expressão de sua concreção menos desenvolvida? Se a sua determinação objetiva de classe é ser proletário, ainda que sua manifestação imediata não o seja, caberia também ao campesinato realizar a "missão histórico-universal" do proletariado? Por outro lado, que significaria isto, se se concordar que a condição camponesa lhe asigna um local de trabalho peculiar (a terra) e relações específicas que em torno dela se travam; se

ria necessário anular ou desconhecer as peculiaridades ou especificidades relativas a seu ser social, reduzindo-o, simploriamente a uma forma social a qual contradiz?

Considerar o camponês como um determinado ser operário, portanto membro da classe operária⁴⁹ não significa dissolvê-lo numa massa indistinta. Tanto é assim que consideramos que sua própria forma de ser proletário o diferencia como fração, cujas **lutas** e interesses de classe também estão relacionados com essa forma. Porisso a terra passa a expressar, também, a determinação de sua forma de ser. Não por serem as relações com a terra as que determinam seu ser social, já que, como vimos, elas são determinadas pelo capital; mas porque através dela se concretiza a exploração camponesa pelo capital. Porisso suas lutas não podem ser dissolvidas indistintamente na luta dos operários fabrís, nem podem ignorar as relações que em torno à terra se dão⁵⁰. Contudo suas lutas não se opõem às dos operários fabrís, nem com elas antagonizam; ao contrário, se complementam como expressão de enfrentamento e oposição ao capital.

A produção e o movimento do capital não são simplesmente urbanos, nem tão somente de origem fabril. São também agrários.

Assim como as lutas do operário agrícola não podem ser menosprezadas, como de fato não são, assim também as lutas camponesas que envolvem a terra não podem nem devem ser, sem mais, menosprezadas ou ignoradas por considerá-las sinônimas, de atraso, de resistência ao moderno e de retorno ao passado.

A luta camponesa pela terra, como expressão de resistência à expropriação e a exploração que a envolve, confronta o camponês com o capital, na figura do empresário ou latifundiário individuais, como também, o enfrenta às grandes empresas capitalistas, nacionais e multinacionais, além de opô-lo ao próprio Estado. Daí segundo que, J. S. MARTINS, essa luta pela terra esteja pondo em "questão o atual direito de propriedade":

"... nesse sentido a luta pela terra põe também em questão esse pacto político, questiona sua legitimidade social e política. Nesse plano, ela põe em risco o regime e a atual estrutura do Estado, os compromissos e acordos que os sustentam"⁵¹.

Exemplo disto seriam, segundo FERNANDO AZEVEDO⁵² e ELIDE BASTOS⁵³, entre outros o movimento camponês entre os anos de 1955 e 1964, realizado através da organização das Ligas Camponesas, o qual em verdade era um questionamento do "bloco industrial-agrário" da época, das alianças entre setores dominantes, agrário e não-agrário⁵⁴.

Contudo, como já o dissemos, a imediatez da 'forma aparential camponesa' não pode fazer-nos perder de vista a forma concreta que nela se materializa, ainda, que, em sua aparência histórica, esse concreto não esteja plenamente desenvolvido nas formações sociais a que aludimos.

Se essa forma concreta se manifesta através de determinadas aparências, nem porisso estas deixam de ser formas de manifestar-se o capital em seu movimento concreto. Por

isto, em contraposição a SOUZA MARTINS, consideramos que o capital não é uma força externa à condição camponesa, assim como não o é para o proletário agrícola, já separado plenamente das condições de produção, nem para o operário urbano-industrial.

Sendo assim e estando as relações com a terra determinadas pelo capital, que significa, então a luta camponesa pela terra? uma indiscutível reafirmação da propriedade privada capitalista, contrariamente às reivindicações dos operários industriais por melhores salários e participação nos lucros? Significa ela uma reivindicação que nada tem a ver com a dos operários fabrís e agrícolas quando reivindicam melhoramento de suas condições de vida, ainda que ambas envolvam o **locus** da obtenção da sua sobrevivência e a satisfação de suas necessidades sociais de vida? Parece-nos que estas diferenças não os opõem como classe, mas expressam as formas distintas com que se realizam sua existência.

Concordando com MANUEL CASTELLS que a classe existe historicamente, na medida em que exista uma prática de classe que corresponda a seus interesses objetivos de classe, como fica, então, a luta camponesa pela terra? Será esta uma simples luta de terras, por terras? não envolveria ela, dada as condições capitalistas de produção, uma totalidade que exprime a determinação proletária do campesinato?

A constituição do campesinato enquanto classe, torna necessária outra questão: seriam as lutas camponesas pela terra e o que elas envolvem como expressão de sua oposição

ao capital manifestação crítica de sua consciência? Constituiriam, portanto, a superação a nível da consciência ⁵⁵, de sua condição camponesa, e sua identidade consciente com o proletariado? ou então, sem se descartar esse processo de lutas, deverá sua constituição em classe-partido de modo idêntico ao do 'operário real', realizar-se necessariamente pela mediação do partido político da classe e através de suas diversas organizações ou "aparelhos de classe"?

Nosso propósito não é analisar os movimentos e organizações camponesas, pois isto escapa a nosso trabalho. Mas já que tais movimentos concretizam o processo da constituição da "classe-para-si", faz-se necessário retomá-los para apreendê-los desde a perspectiva, construída neste trabalho, que o vê como um proletário sob a 'condição camponesa'. Esta retomada não deveria constituir apenas uma preocupação acadêmica com propósito político mas um interesse dos partidos e organizações que se supõem serem a expressão concreta da constituição do proletariado em classe-partido, assim como das mesmas organizações camponesas, que não raro foram criadas sob a ótica das concepções que opõem camponato e proletariado.

A retomada destas expressões do processo de constituição do camponato, como fração de uma classe para si, não se limitam, contudo, à compreensão de suas organizações, movimentos e lutas. É necessário, também, apreender a sua própria consciência prática ⁵⁶, isto é a linguagem, a prática discursiva, para compreender as 'formas ideológicas' através das quais poderiam expressar criticamente uma

realidade social, que se propõe transformar praticamente como uma das forças sociais "portadoras de futuro"⁵⁷.

4.4 - A LINGUAGEM COMO EXPRESSÃO DA CONSTITUIÇÃO EM CLASSE: PERSPECTIVAS DE UM ESTUDO

Aqui retomamos nosso primeiro projeto de pesquisa, a apresentado ao Mestrado em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba, como ante-projeto de dissertação, que, ao tentar desenvolvê-lo, nos obrigou a enfrentar, como problema de pesquisa específico, a questão camponesa bem como a questão de classe do campesinato, o que nos levou a desenvolver este estudo.

Parece-nos necessário compreender a **consciência prá**tica do camponês porque a linguagem (o discurso) torna-se ao mesmo tempo expressão e mediação da visão do mundo, visão crítica ou acrítica da realidade social, compreensão universal-teórica ou imediatista e fragmentária da sociedade. Na medida em que a linguagem é um modo de manifestar as condições de vida, de expressar uma consciência determinada, ela se constitui em uma das mediações da organização política das massas.

A linguagem e o discurso camponês são entendidos comumente como a expressão de um pensamento desarticulado, como a manifestação de uma concepção de mundo própria ao "homem massa", voltada para o passado. Consequentemente, o pensamento do camponês é visto como a materialização de uma

consciência limitada e impregnada, no dizer de FRANCIS BACON, de "ídola da linguagem", que o levam a ter uma visão de mundo, baseada no senso comum. O resultado é o "homem massa" sem consciência crítica⁵⁸, sem organização, sem condição de realizar, como classe constituída "a função de *intellectual*"⁵⁹.

Nisto radica para nós a importância de estudar a linguagem, o discurso do camponês. Uma vez apreendida sua determinação concreta, enquanto ser operário sob a 'condição camponesa', faz-se mister compreender também como ele apreende e expressa, em sua consciência prática, a totalidade concreta que o determina, bem como o processo de sua constituição em classe. Este processo, pois, poderá ser compreendido através de sua prática discursiva, manifestação que é, para os outros, de sua consciência.

Como tratamos de mostrar, ainda que provisoriamente, no ante-projeto citado acima, a prática discursiva é também uma prática de classe, tanto quanto o são as manifestações de organização e luta. Porisso, enquanto prática discursiva também se opõe a outras, especialmente quando ela se concretiza mediante formas que não são precisamente as daqueles que se propõem analisá-la. Isto sem esquecer a ideologia que também toma forma na linguagem, no discurso.

Porisso preocupa-nos sobremaneira compreender se o pensamento, e a concepção de mundo que ele expressa, através de sua consciência prática,

"... em vez de ser desarticulado, estrutura-se

em um campo de competência lingüística distin
to, no qual suas representações, concepções e
significações, revestem a forma de um discur
so próprio, discurso esse que por ser diferen
te nem porisso deixa de exprimir a consciên
cia crítica da necessidade de transformar pra
ticamente as condições materiais de produção
da sociedade em que vive"⁶⁰.

N O T A S

- ¹ CASTELLS, Manuel. Teoria marxista das classes sociais e a luta de classes na América Latina, In: ALBUQUERQUE, J.A.G., (org.) Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.150.
- ² Segundo Graziano da Silva, os países periféricos e entre eles os latinoamericanos, tiveram um desenvolvimento industrial tradio, ocorrido na etapa do capital monopolista. Essa industrialização "... submeteu a agricultura a uma 'modernização conservadora' na qual o grande capital se aliou ao latifúndio, sob a égide do Estado". Porisso, "ainda hoje subsiste na nossa agricultura, a dominação do velho capital comercial e usuário ao lado do moderno capital financeiro, reproduzindo também este, muitas vezes, formas arcaicas de relações de trabalho". GRAZIANO DA SILVA, J. A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira, Salvador, Cadernos do CEAS, nº 69, 1980, p.57.
- ³ MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência, São Paulo, HUCITEC, 1980.
- ⁴ Idem, ibid. p.53.
- ⁵ WOLF, E. Sociedades camponesas, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970. p.144.

- ⁶ WOLF , Eric. Revoluções sociais no campo, In: SZMRECSANYI, T. e QUEDA, O. Vida Rural e mudança social, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976, p.97.
- ⁷ HOBBSAWN, Eric. Rebeldes primitivos, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- ⁸ Idem. Bandidos, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.
- ⁹ Idem. Rebeldes primitivos. Op. cit.
- ¹⁰ Nas sociedades modernas até mesmo os movimentos políticos combinam elementos "arcáicos" com "modernos". A razão disto é que para Hobsbawn a evolução da consciência política moderna não segue uma única linha de desenvolvimento. HOBBSAWN, E. Idem, op. cit. p.16.
- ¹¹ Idem, Ibid.
- ¹² As "rebeliões primitivas" de caráter urbano, estudadas por Hobsbawn são as "seitas operárias" e a "turba urbana". Quanto às de caráter rural, além das mencionadas, encontram-se também a "mafia siciliana" e o "anarquismo andaluz.
- ¹³ Idem, Ibid. p.16.
- ¹⁴ MARX, Karl. A acumulação primitiva, In: O Capital. Op. cit.
- ¹⁵ SHANIN, T. Peasants as a political factor, In: SHANIN, T. Peasants and Peasant Societies, Middlesex, Penguin Books.
- ¹⁶ HUITZER, G. El potencial revolucionário Op. cit. p.19
Todas as referências e citações de Huitzer neste capítulo se referem a sua obra El potencial revolucionário

del campesino en América Latina, México, Siglo Veintiuno Eds.

¹⁷ Para Fenner, a reforma agrária é um dos meios de que se vale o Estado para reproduzir o sistema de vida e de produção camponesa e assim garantir uma das funções específicas da economia camponesa: a que se refere à reprodução da força de trabalho. Mas é a burguesia que, através do Estado, quer reproduzir o camponês: "... la reforma agraria ya no intenta abolir el régimen de la propiedad de la tierra baseado en el latifúndio... tiene de más a convertirse en una reforma destinada a reproducir a la clase campesina, por lo menos en América Latina. FENNER, R. La teoría de la renta de la tierra y la lucha de clases en el agro, CELA, México, 1976, p.60.

¹⁸ Idem. Ibid. p.44.

¹⁹ Segundo Mandras, mesmo submetido a uma sociedade, o campesinato representa uma força política que pressiona a essa sociedade, que se vê obrigada a definir uma política para ele: "Assegurar a paz nos campos é a primeira preocupação de todo governo e de toda classe dirigente... os camponeses não são mais que uma força adormecida que basta não despertar... Não se governa sem os camponeses nem com mais razão contra os camponeses. A resistência passiva dos camponeses pode ser mais perigosa para um projeto político que uma rebelião mais ou menos rapidamente dominada". MANDRAS, Henri. Sociedades camponesas, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, p.225.

²⁰ Para Huitzer as organizações camponesas latinoamericanas quando vitoriosas, assim como os movimentos desencadeados por camponeses, cumpriram um papel muito importante: a) fazendo identificar uma necessidade ou uma ofensa sentida; b) ponto em disponibilidade dirigentes com alguma experiência prévia, capazes de unificar os camponeses ao redor da necessidade ou ofensa; c) criando e consolidan-

do grupos de partidos que seguem coesamente ao líder;
 d) aliando-se com partidários urbanos, que punham em relação a organização com outras forças regionais ou naçionais. HUITZER, G. Op. cit. p.260.

²¹ Idem. Ibid. p.342.

²² De um ponto de vista teórico diferente e com propósito político diferente GRAMSCI também ressalta a importância da religião na formação da ideologia camponesa. Segundo ele, a questão camponesa na Itália, por razões históricas, assumiu duas formas peculiares: a questão meridional e a questão vaticana: "Conquistar a maioria das massas camponesas, portanto, significa para o proletariado italiano apropriar-se dessas duas questões do ponto de vista social, compreender as exigências de classe que elas representam, incorporar essas exigências a seu programa revolucionário de transição, colocar essas exigências a seu programa revolucionário de transição, colocar essas exigências entre as suas reivindicações de luta". GRAMSCI, Alguns temas da Questão Meridional", In: Temas de Ciências Humanas, nº 1, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1978b).

²³ GRAMSCI, Antonio. Alguns temas da Questão Meridional, Op. cit.

²⁴ O "homem massa" de Gramsci é aquele cuja concepção de mundo, além de sustentar-se no senso comum, expressa uma visão acrítica, incoerente, ocasional, desagregada. Atua praticamente, sem uma consciência teórica da sua ação, ainda que tenha um conhecimento prático dela. Essa concepção de mundo, essa consciência acrítica revela-se na religião popular, nas crenças, no modo de ver e de agir, que se expressam no folclore, enfim, na "filosofia espontânea" do homem simples. Mas também se expressa na linguagem "... que é um conjunto de noções e de conceii

tos determinados e não simplesmente de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo". GRAMSCI, Antonio. A concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p.11.

²⁵Idem, Ibid. A concepção dialética... Op. cit.

²⁶Idem. Os intelectuais e a cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p.13.

²⁷Idem, Ibid. p.5.

²⁸Idem, Ibid. passim

²⁹Idem. Alguns temas ... Op. cit.

³⁰Segundo J. Agostinho dos Santos, hegemonia para Gramsci significa conquista da direção ideológica da sociedade por uma classe através de seus intelectuais orgânicos, especialmente, os grandes intelectuais. Assim, é pelo funcionamento do sistema de aparelhos de hegemonia (de produção e de difusão ideológica), pela criação de um bloco intelectual forte e pela elaboração de sua ideologia orgânica que uma classe pode conquistar a hegemonia e a direção ideológica de uma sociedade. Diferentemente de Lenine, para quem a hegemonia é fundamentalmente política, ou seja, conquistada do poder do Estado, para Gramsci ela é direção ideológica, controle da sociedade civil. Segundo o autor, Gramsci distingue entre dominação e hegemonia: "O conceito de dominação aplica-se ao controle que uma classe exerce sobre o nível estritamente político-jurídico do Estado e à vigência da intervenção coercitiva que o caracteriza; neste sentido opõe-se ao conceito de hegemonia, que se aplica à direção ideológica da sociedade por parte de uma classe fundamental". SANTOS, J. A. Gramsci: ideologia, intelectuais orgânicos e hegemonia, Temas de Ciências Humanas, nº 9, São Paulo, Livraria Editora de Ciências Hu

anas, 1980, p.60.

³¹ Idem, Ibid. p.20.

³² Cf. MACCIOCCHI, M. A. A favor de Gramsci. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

³³ Sobre a questão do "bloco histórico" ver não só as obras de Gramsci já citadas, mas também seus comentaristas, entre os quais GRUPPI, L. O conceito de hegemonia em Gramsci, Rio de Janeiro, Graal, 1978; PORTELLI, H. Gramsci, e o bloco histórico, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Segundo C. N. Coutinho, Gramsci usa a expressão "bloco histórico" em duas acepções diversas mas interligadas dialéticamente: 1) como totalidade concreta, formada pela articulação da infra-estrutura material e das superestruturas político-ideológicas; 2) como uma aliança de classes, sob a hegemonia de uma classe fundamental no modo de produção, cujo objetivo é conservar ou revolucionar uma formação econômico-social existente. COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci, Porto Alegre, L.& P.M Editores, 1981, nota 2 p.107.

³⁴ Sobre o intelectual ver GRAMSCI, A. Os intelectuais e a cultura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; MACCIOCCHI, M. A. Op. cit.; COUTINHO, C. N. Op. cit.; SANTOS, J. A. dos. Op. cit.

³⁵ Idem, Ibid. p.45.

³⁶ Idem, Ibid.

³⁷ Estes são os que têm a função histórica" intelectual de elaboração conceitual e filosófica; os que dentro das organizações tornam-se organizadores e dirigentes, os que permitem a fusão da teoria com a prática. GRAMSCI, A concepção... Op. cit.

³⁸ Para Lenine, o partido do proletariado é que vai permitir a superação da consciência sindical e trade-unio nista do proletariado, fornecendo-lhe elementos teóri cos e organizativos que elevam sua consciência de clas se ao ponto de fazê-lo compreender a totalidade soci al. Ao que Coutinho acrescenta: "Situando-se nesse ní vel, graças à mediação do partido, a classe operária enfrenta diretamente à questão do Estado, a questão do poder". COUTINHO, C. N. Op. cit. p.118.

Cf. também Lenine, Que fazer?. Para Gramsci, o partido político, o Príncipe Moderno, ou o "intelectual coleti vo" de Togliatti, é uma organização que pretende fun dar um novo tipo de Estado, para cujo fim está racio nal e historicamente destinado. A ele caberá realizar a reforma intelectual e moral na construção da nova so ciedade, atuando como protagonista e organizador dessa reforma, o que significa desenvolver uma vontade cole tiva, nacional-popular. Mas ele é o partido do prole tariado, mais precisamente, o partido comunista. Para maiores aprofundamentos sobre a visão de Gramsci sobre o partido ver, GRAMSCI, A., Maquiavel, a Política e o Estado moderno, Rio de Janeiro, Civilização Brasilei ra, 1978.

³⁹ "A formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultiva dores não irrompem simultaneamente na vida política" Ibid. p.8.

⁴⁰ Para Fernando Azevedo campesinato e trabalhadores rurais "representam uma força social potencialmente revolucio nária, capaz de ganhar nitidez e autonomia políticas próprias, em torno de seus interesses de classe domina das. Neste sentido... eles podem ser aliados naturais do operariado e das camadas subalternas das cidades "Po rêm, tanto a participação política e a realização do potencial revolucionário dos camponeses e trabalhado

res rurais, dependem, para Azevedo, no fundamental, "da forma específica que assume a questão agrária e camponesa no capitalismo". AZEVEDO, 1978, p.21, 27-28.

⁴¹ Elide Bastos considera que a "questão camponesa", embora fundamental na época das mobilizações dos anos 50 e inícios dos 60 "... não abriu, ao campesinato, espaço político correspondente à sua importância na correlação de forças então existentes. Assim, por ter sido a priori excluído do debate político ou interpretado apenas como aliado possível, e/ou instrumento de pressão propício à denúncia da situação agrária, o campesinato acaba por não conseguir levar à frente, paradoxalmente, em nome de uma aliança dos trabalhadores, seu próprio projeto político de transformação de suas condições sociais de existência". BASTOS, E. 1984, p.10.

⁴² MARTINS, S.J. Expropriação e violência, Op. cit. p.16.

⁴³ Idem. Ibid.

⁴⁴ Idem, Ibid. p.19.

⁴⁵ Sobre algo parecido a respeito de trabalhadores rurais ver, por exemplo, o artigo de Ligia Sigaud, "A idealização do passado numa área de PLANTATION", In: Contraponto, Ano II, nº 2, Niterói, 1977.

⁴⁶ Idem, Ibid. p.19.

⁴⁷ Na opinião de Lúcio Kowarick, para Marx, "o confronto entre as classes e a "passagem" das classes subalternas para o momento PARA SI não privilegiam nenhum elemento (o partido político) externo e anterior, para que o proletariado venha a concretizar sua plena dimensão, enquanto ser histórico provido de um projeto de transformação universal. A consciência e a organização adviriam no seu primordial da própria prática dos confli

tos de classe". KOWARICK, 1978, p.92.

- ⁴⁸ Ver MARX, K. Prolôgo da contribuição à crítica da economia política, In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras Escogidas, 1969.
- ⁴⁹ Para André Villalobos a determinação específica da classe operária deve ser feita "... de uma maneira não-"institucionalista", ou seja, que não se atenha à apropriação simplista sobre o conceito que a definiria e o universo "fabril" evocado no senso comum pela idéia de 'operário'. "Para ele a determinação da classe operária permeia TODAS as esferas da produção material e abrange aquilo que ele designa como "a macrodimensão OPERATÓRIA (...) do trabalho que nela se realiza. "Ou seja os TRABALHOS DE EXECUÇÃO de natureza predominantemente ou tendencialmente MANUAL por oposição às microdimensões "intelectuais" (tarefas ou funções de tipo científico tecnológico e de tipo técnico administrativo". VILLALOBOS, A. 1978, p.17-18.
- ⁵⁰ Analisando as ligas camponesas e o movimento social que através delas se deu no Brasil, Elide Bastos considera que "a metamorfose do movimento social em partido não pode realizar-se com o puro e simples abandono das reivindicações e lutas de cada um e muitos galileus (trabalhadores em processo de expulsão dos engenhos). As peculiaridades das condições de trabalho e de vida das principais categorias de trabalhadores rurais não podem ser esquecidas, ou apagadas, em nome de programas e palavras de ordem que apanham apenas o que é comum ou geral". Segundo a autora o movimento das lutas camponesas do fim da década de 50 e início de 60, foi afetada pela pressa e pela forma de promover a transição do galileu em camponês (impôs-se a reforma agrária como se fosse a reivindicação por excelência, primordial e única), da massa em classe, do movimento social em

partido...", sofrendo um deslocamento, ao longo do percurso local, regional e nacional, entre o movimento social e as condições sociais de trabalho e vida do trabalhador rural, arrendatário, parceiro, posseiro, morador e assalariado) . Dessa forma, essa metamorfose "...deixou na estrada muito da condições sociais de trabalho e vida nas quais o trabalhador rural (...) se reconhece primordialmente. BASTOS, E. Op. cit. p.114 e 115.

- ⁵¹ MARTINS, J.S. Militarização... Op. cit. p.10.
- ⁵² AZEVEDO, Fernando. As ligas camponesas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- ⁵³ BASTOS, Elide Rugai. As ligas camponesas, Petrópolis, Editora Vozes, 1984.
- ⁵⁴ A respeito veja-se, entre outros, Clemilda M. de Oliveira de Souza, Movimento Operário na Zona da Mata de Pernambuco, (um estudo das relações entre canavial e usina, 1955-1964), Dissertação apresentada ao Mestrado de Sociologia da UFPB, Campina Grande, 1982, (mimeo).
- ⁵⁵ Como já o dissemos é o ser social que determina a consciência. A determinadas condições materiais de vida correspondem determinadas formas de consciência social. Ora, os homens, determinados por essas condições adquirem consciência dessas condições, através das formas ideológicas (formas jurídicas, políticas, religiosas, filosóficas). E é também através das formas ideológicas que adquirem consciência das contradições e conflitos próprios a essas condições, e lutam para resolvê-las. (cf. MARX, Prólogo... In: MARX e ENGELS, Obras escolhidas, Op. cit.).
- ⁵⁶ Segundo Marx e Engels a consciência não é um "espírito puro", mas um "espírito preenchido de matéria" que se

manifesta sob a força de linguagem. "... El lenguaje es la consciência prática, la consciência real, que existe tambien para otros hombres y que por tanto, comienza a existir para si mismo..." . MARX, ENGELS, 1973, p.19.

⁵⁷ GRAMSCI, A. A questão ... Op. cit.

⁵⁸ Segundo Gramsci, adquirir uma visão crítica significa tomar consciência e desenvolver uma visão universal. Significa criticar a própria concepção de mundo e suas determinações históricas, "... significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido". GRAMSCI, 1978, Op. cit. p.12.

⁵⁹ DUQUE-ARRAZOLA, Lausa Susana, Campesinato: "Linguagem e consciência de classe" (mimeo). Ante-projeto de dissertação, Mestrado em Sociologia, UFPB, Campina Grande, 1982.

⁶⁰ Idem, Ibid. p.21.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Pró-Reitoria Para Assuntos do Interior
Coordenação Setorial de Pós-Graduação
Rua Aprigio Veloso, 882 Tel (083) 321-7222-R 355
58 100 - Campina Grande - Paraíba

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABEL, Theodor. Os fundamentos da teoria sociológica, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- ALAVI, Hamza. A revolução no campo, In: DEUTSCHER, I. et alii. Problemas e perspectivas do socialismo, Rio de Janeiro, Zahar Editores. e.d.
- ALTHUSSER, Louis. La revolución teórica de Marx, México, Siglo Veintiuno Eds. 1970.
- _____. Ler o capital, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária, In: AMIN, S. e VERGOUPOLOS, K., A questão camponesa e o capitalismo, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- ARCHETTI, E. Apresentação, In: CHAYANOV, A. La organización de la unidad económica campesina, Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- AZEVEDO, Fernando. As ligas camponesas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BARRIGHELLI, et alii. A questão agrária no Brasil: 1870-1975, (mimeo), Recife, CPDA/EIAP/FGV. 1979.

BARTRA, Armando. La economía campesina y el capitalismo : la subsunción del trabajo campesino por el capital y el caracter de la pequeña producción mercantil, (mimeo), México, Fac. de Economía da UNAM, 1978.

_____. OPUS II (mimeo). s.d.

BARTRA, Roger. Estructura agraria y clases sociales en México, México, Série Popular, ERA, 1974.

_____. La teoria del valor y la economia campesina: invitación a la lectura de Chayanov, Rev. Comercio Exterior, Vol. 25, nº 5, México, 1975.

_____. Y si los campesinos se extinguen? artigo apresentado como ponencia al congreso "Mexico", realizado en Perpignan, Francia, 1976.

_____. El poder despótico burgues, Mexico, Serie Popular, ERA, 1978.

_____. Campesinato e poder político em México, In: CARVALHO, E. A. (org.), Antropologia econômica, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1978.

BASTOS, Elide Rugai. As ligas camponesas, Petrópolis, Editora Vozes, 1984.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Valor e capitalismo, um ensaio sobre a economia política, São Paulo, Brasiliense, 1980.

BOURDIER, Pierre. A economia das trocas simbólicas, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974.

BRUIT, Hector. Essência e aparência das relações de produção no campo, In: Estado, poder e economia, Rev. Economia e Desenvolvimento, nº 3, São Paulo, Cortez Ed. 1982.

BRUYNE, Paul de, et alii. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais, Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. Althusserianismo ou marxismo? A propósito do conceito de classes em Poulantzas, In: ZENTENO, R. B., (coord). As classes sociais na América Latina, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. Formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina: Problemas e algumas questões de método. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. Classes médias e políticas no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. La construcción de conocimientos, México, ERA, 1977.

CASSÁ, Roberto. Modos de producción, clases sociales y luchas políticas (República Dominicana, Siglo XX), Santo Domingo, Ed. Alfa y Omega, 1976.

CASTELLS, Manuel. A teoria marxista das classes sociais e a luta de classes na América Latina, In: ZENTENO, R. R. As classes sociais na América Latina, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina, Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, In: GRAZIANO DA SILVA, J. (org.) A questão agrária, São Paulo, Brasiliense, 1981.

- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci, Porto Alegre, L. & PM Editores, 1981.
- CROUCH, Luis A. e DE JANVRY, Alan. El debate sobre el campesinado: teoria y significancia política, Estudios Rurales Latinoamericanas, Vol. 2, nº 3, 1979.
- DIAS, Gentil Martins. Depois do latifúndio: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina, Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário. 1978.
- DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. La empresa comunitaria y su potencialidad de cambio: un estudio de caso. Tesis de Licenciatura en Sociologia, Bogotá, Pontificia Universidad Javeriana. 1975.
- _____. La educación como prática coletiva: la experiencia de Fundación de Sabana Buey (mimeo), Vol. III, República Dominicana, CEDE/INTEC, 1978.
- _____. A questão do partido: Partido de classe ou partido da classe, Campina Grande, Mestrado em Sociologia, UFPB, (mimeo), 1981.
- _____. Campesinato: "linguagem e consciência de classe". Ante-projeto de dissertação (mimeo) Mestrado em Sociologia, UFPB, Campina Grande, 1982.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1966.
- ENGELS, Frederico. El problema campesino en Francia y en Alemania, Moscou, Editora Progreso, 1974.
- _____. As guerras camponesas na Alemanha, São Paulo, Grijalbo, 1977.

- FEI, Hiao Tung. Peasantry and gentry: an interpretation of chinese social structure and its changes, In: BENDIT, R. and LIPSET, S. M. (ed.) Class, status and power, Illinois, Free Press of Glencoe, 1963.
- FENNER, Ricardo. La teoria de la renta de la tierra y la lucha de clases en el agro, Mexico, CELA, 1976.
- FERNANDES, Florestan. Fundamentos empíricos da explicação sociológica, São Paulo, T.A. Queiroz, 1980.
- FORMAN, Shepard. Camponeses: sua participação no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- GALESKI, Boguslaw. Sociologia del campesinado, Córdoba, Ediciones Peninsula, 1976.
- GARCIA J., Afranio Raul. Salário e campesinato, In: Encontro Realidade Nordestina, Campina Grande, UFPB (mimeo). 1980.
- _____. Terra de trabalho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GODELIER, Maurício. Economias e sociedades: abordagens funcionalista, estruturalista, In: CARVALHO, E. A. (org.). Antropologia Econômica, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas. 1978.
- GONZALES, Elbio N. e BASTOS, Maria Inês. O trabalho volante na agricultura brasileira, In: DER/ECA (org.). A mão-de-obra volante na agricultura, São Paulo, Polis, 1982.
- GOMEZJARA, Francisco A. La lucha por la tierra debe convertirse en lucha contra el capital (mimeo), s. d.
- GOOD, W. J. e HATT, P. K. Métodos em pesquisa social, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1960.

GRAMSCI, Antonio. Alguns temas da questão meridional, In: Temas de Ciências Humanas, nº 1, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978b.

_____. Concepção dialética da história, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. Os intelectuais e a cultura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

_____. Maquiavel, a política e o Estado moderno, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978a.

GRAZIANO DA SILVA, José. A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira, Salvador, Cadernos do CEAS, nº 69, 1980.

_____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura, São Paulo, Hucite, 1981.

_____. A questão agrária, Coleção Primeiros Passos, nº 18, São Paulo, Editora Brasiliense, s.d.

_____. (coord.) Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro, Campinas, (mimeo), UNICAMP/FCH/DEPE/PROTAAL, 1982.

GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci, Rio Janeiro, Graal, 1978.

HALL, Stuart. O político e o econômico na teoria das classes marxista, In: HUNT, A. (org.) Classes e estrutura de classes, Lisboa, Edições 70, 1982.

HEGEL, G. W. F., Ciência de la lógica, Buenos Aires, Ediciones Solar/Hachette, 1968.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

HESSEN, J. Teoria del conocimiento, Buenos Ayres, Losada, 1970.

HOBBSAWN, Eric. Bandidos, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

_____. Rebeldes primitivos, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

HUITZER, Gerritt. El potencial revolucionário del campesino en América Latina, México, Siglo Veintiuno Eds. 1977.

IANNI, Octavio. A luta pela terra, Petrópolis, Ed. Vozes, 1978.

JOLLIVET, Marcel. O lugar dos camponeses na estrutura de classe: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular, Revista RAIZES, nº 1, julho-dezembro, 1982.

KOSIK, Karel. Dialéctica de lo concreto, México, Editorial Grijalbo, 1967.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho produtivo e improdutivo: comentário sob o ângulo da acumulação, In: VILLALOBOS, André et alii. Classes sociais e trabalho produtivo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

LANDSBERGER, Henry. Distúrbios campesinos: temas y variaciones, In: LANDSBERGER, H. Rebelión campesina y cambio social, Barcelona, Ed. Crítica, 1978.

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal, lógica dialética, Mexico, Siglo Veintiuno Eds. 1976.

LENINE, Vladimir Illitch. Obras completas, Tomo XXIX, Buenos Ayres, Cartago, 1959.

_____. El desarrollo del capitalismo en Rusia, México, Ed. de Cultura Popular. 1971.

_____. La alianza de la clase obrera y del campesinado, Moscou, Ed. Progreso, 1975.

LINDOSO, Maria José Peixoto. A produção das idéias (mimeo) São Paulo, Mestrado em Ciências Políticas, USP. 1978.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970), Estudos CEBRAP, nº 22, São Paulo, Edições CEBRAP, 1978.

MACCIOCHI, Maria Antonietta. A favor de Gramsci, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MACHADO, Absalón. El café: de la aparcería al capitalismo, Bogotá, Punta de Lanza. 1977.

MANDRAS, Henri. Sociedades camponesas, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra, São Paulo, Hucitec, 1979.

_____. Expropriação e violência, São Paulo, Hucitec, 1980.

_____. Os camponeses e a política, Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

_____. A militarização da questão agrária, Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.

MAO - Tse-Tung. Obras escogidas, Pequim, Edición de Lenguas Extranjeras, 1968.

MARX, Karl. El capital, Vols. 1-3, México, Fondo de Cultura Económica, 1968.

_____. Crítica de la filosofía del Estado de Hegel, México, Colección 70, Grijalbo, 1968a.

_____. Fundamentos de la crítica de la economía política (Grundgriss) Vols, 1-2, La Habana, Editorial de La Ciencias Sociales, 1970.

_____. Las luchas de clase en Francia de 1848 a 1850, Moscú, Editorial Progreso, 1975.

_____. Miséria da filosofia, Porto, Publicações Escorpião 1976.

_____. Teorias da mais valia, História crítica do pensamento econômico, Vol. 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

_____. Capítulo VI (inédito) El capital. Bogotá, Ed. Combate, s.d.

MARX, Karl e ENGELS, Frederico. Obras escogidas, Moscú, Editorial Progreso, 1969.

_____. La ideología alemana, Buenos Aires, Ediciones Pueblos Unidos, 1973.

_____. O partido de classe, 2 vols. Porto, Editorial Escorpião, 1975.

MERTON, Robert. Social theory and social structure, Illinois, The Free Press of Glencoe, 1963.

- MONDOLFO, Rodolfo. Prólogo, In: HEGEL, G. W. F., Ciência de la lógica, Buenos Aires, Solar/Hachette, 1968.
- MORAIS, Clodomir Santos de. Apuntes de teoria de la organización, Tegucigalpa, Proccara, IAN, Serie Didática nº9, 1976.
- NAIR, K. Marxismo o estruturalismo, In: LOWY, Michel et alii. Sobre el método marxista, Mexico, Grijalbo, 1974.
- OSSOWSKI, Stanislaw. Estrutura de classes na consciência social, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964.
- PARSONS, Talcott. Ensayos de teoria sociológica. Buenos Ayres, Paidós, 1966.
- PINTO, João Bosco G. Reflexões sobre as estratégias educativas do estado e a prática da educação popular, In: PAIVA, Vanilda (org) Perspectivas e dilemas da educação popular, Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- PORTELLI, Hughes. Gramsci e o bloco histórico, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1977.
- _____. As classes sociais, In: ZENTENO, R. B. (coord.) As classes sociais na América Latina, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977a.
- _____. As classes sociais no capitalismo de hoje, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- PRADO JR., Caio. A revolução brasileira, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1966.

PRADO Jr., Caio. A questão agrária, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O campesinato brasileiro, Petrópolis, Ed. Vozes, 1976.

REDFIELD, Robert. A "sociedade de folk" e a cultura, In: PIERSON, D. (org.), Estudos de organização social, t.2, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1970.

_____. El mundo primitivo y sus transformaciones, Mexico, Fondo de Cultura Econômico, 1964.

REX, John. Problemas fundamentais da teoria sociológica, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

RIESER, Vittorio. El problema de la apariencia en el analisis marxista de los sistemas sociales, In: VARIOS, Teoria marxista del método Medellin, Ediciones Tiempo Crítico, 1971.

RUBIN, Issak Illich. A teoria marxista do valor, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.

SANCHEZ-VASQUEZ, Adolfo. Estructuralismo e história, In: VÁRIOS, Estructuralismo y marxismo, Mexico, Grijalbo, 1970.

_____. Ciência e revolução (o marxismo de Althusser), Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980.

SANTOS, José Agostinho dos. Gramsci: ideologia, intelectuais orgânicos e hegemonia, Temas de Ciências Humanas, nº 9, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Os colonos do vinho, São Paulo, Hucitec, 1978.

SÈVE, Lucien. Marxismo y teoria de la personalidad, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1973.

SCHUMPETER, Joseph. Síntesis de la evolución de la ciencia económica y sus métodos, Barcelona, Ediciones de Occidente, 1964.

SHANIN, Theodor. Naturaleza y lógica de la economía campesina, Barcelona, Ed. Anagrama, 1976.

_____. Introduction in SHANIN, Th. (ed.). Peasants and peasant societies, Middlesex, Penguin Books, 1976a

_____. Peasants as a political factor, In: SHANIN, Th. (ed) Peasants and peasant societies, Middlesex, Penguin Books, 1976b

_____. A definição do camponês: conceituações e desconceituações - O velho e o novo em uma discussão marxista, Estudos CEBRAP, nº 26, São Paulo, Edições CEBRAP, 1980.

SIGAUD, Ligia. Os clandestinos e os direitos, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.

SILVA, Sergio. Valor e renda da terra (o movimento do capital no campo), São Paulo, Ed. Polis, 1981.

SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sociologia y subdesarrollo, México, Editorial Nuestro Tiempo, 1972.

_____. Las clases sociales en la sociedades agrarias, México, Siglo Veintiuno Editores, 1970.

TEPICHT, Jerzy. Marxisme et agriculture: le paysan polonais, Paris, Armand Colin, 1973.

THORNER, Daniel. Peasant economy as a category in economic history, In: SHANIN, Th. (ed.) Peasants and peasant societies, Midlesex, Penguin Books, 1962.

VERGOUPOLOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo), In: AMIN, S. e VERGOUPOLOS, K. A questão camponesa e o capitalismo, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

VILAR, Pierre. La economia campesina, In: História y Sociedad, Revista Latinoamericana del Pensamiento Marxista nº 15, 1977.

VILLALOBOS, André. Nota sobre "trabalho produtivo/trabalho improdutivo" e classes sociais, In: VILLALOBOS, A. et alii, Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1978.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. O camponês: um trabalhador para o capital (mimeo) Campinas, 1979.

WOLF, Eric. Sociedades camponesas, Rio de Janeiro, Zahar Editores (orgs.) 1970.

_____. Revoluções sociais no campo, In: SZMRECSANYI, T. e QUEDA, O. Vida rural e mudança social, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.

_____. Las luchas campesinas del siglo XXI, México, Siglo Veintiuno Editores, 1976a.

WEBER, Max. Economia y sociedad, 2 vols., Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1969.

ZAMOSC, León. Notas teoricas sobre la subordinación de la producción mercantil campesina al capital, Estudios Rurales Latinoamericanos, Vol. 2, nº 3, sept-Dic. 1979.

ZULETA, Estanislao. Comentarios de la "Introducción general a la crítica de la economía política" de Carlos Marx, Medellín, Libros de Bolsillo de la Carreta, 1974.